

ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO EM HISTÓRIA

BIANE PEVERADA JAQUES

**REDE SOCIAL, MEMÓRIA E IDENTIDADE: A ELITE IMIGRANTE  
PORTUGUESA EM PELOTAS-RS, 1910-1992 – ANÁLISE BIOGRÁFICA DE  
ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL E MAXIMIANO POMBO CIRNE**

Porto Alegre  
2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

BIANE PEVERADA JAQUES

**REDE SOCIAL, MEMÓRIA E IDENTIDADE:**

A elite imigrante portuguesa em Pelotas-RS, 1910-1992 – Análise biográfica de Aníbal de Oliveira Vidal e Maximiano Pombo Cirne

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito final para a obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Antonio de Ruggiero

Porto Alegre, abril de 2021.

## Ficha Catalográfica

J36r Jaques, Biane Peverada

Rede Social, Memória e Identidade : A elite imigrante portuguesa em Pelotas-RS, 1910-1992 – Análise biográfica de Aníbal de Oliveira Vidal e Maximiano Pombo Cirne / Biane Peverada Jaques. – 2021.

226.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Antonio De Ruggiero.

1. Imigração portuguesa. 2. Pelotas. 3. Biografia. 4. Rede social. 5. Memória e Identidade étnica. I. De Ruggiero, Antonio. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

Banca avaliadora:

---

Prof. Dr. Antonio de Ruggiero (orientador) – PUCRS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Véra Lucia Maciel Barroso – CHC Santa Casa

---

Prof. Dr. Alexandre de Oliveira Karsburg – UFSM

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Roseli Boschilia – UFPR

---

Prof. Dr. José Manuel Damião Soares Rodrigues – UL

---

Aos “meus imigrantes”.

## AGRADECIMENTOS

O doutorado, de forma geral, é um processo solitário. Mais ainda quando concluído em meio a uma pandemia, como é o caso. Eu tenho sorte por, mesmo nos momentos mais distantes fisicamente falando, nunca ter me sentido completamente sozinha.

Agradeço a senhora, Belane Peverada Jaques, minha mãe, por nunca ter podado as minhas asas, mesmo quando eu queria voar longe da nossa zona de conforto. Ao meu irmão, Marlos Peverada Jaques, pelas injeções de loucura para alcançar a sanidade e entender que está tudo bem, mesmo quando não está, desde que estejamos juntos. Ao meu amor, Otávio Carpes Rodrigues, pela acolhida diária e por me incentivar em todo o percurso do doutorado, mesmo quando eu desejei passar seis meses estudando no exterior. Levo o meu agradecimento para toda a minha família, por me receberem de braços abertos e cheios de afetividade, nos churrascos de domingo.

Agradeço a todas as pessoas que tive o prazer de conhecer durante o doutorado sanduíche, minha experiência na Europa certamente possui um pedacinho de cada um. Em especial, a amizade da Elisa Almeida, a melhor surpresa que carregou de Portugal para o Brasil. Também agradeço à Dona Judite Campos e Rute Campos, minhas *hostesses* em parte significativa da jornada na cidade do Porto. Obrigada por me receberem nas suas casas e me acolherem como parte da família.

Meu muito obrigada para todos os amigos e amigas, de fora e dentro, do mundo acadêmico. Em especial à Eduarda Silva e Camila Braga, por compartilharem comigo, ainda que em universidades diferentes, a experiência do doutorado e da vida.

Ao meu orientador, Antonio de Ruggiero, e à banca de avaliação, obrigada pela disponibilidade. Ao Conselho Nacional de Pesquisa, agradeço pela bolsa de doutorado no país. E à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela bolsa de doutorado sanduíche no exterior.

Por último, agradeço às famílias de Aníbal de Oliveira Vidal e Maximiano Pombo Cirne, pela confiança. Em especial, o filho de Maximiano, Maximiano Pinheiro Cirne (*in memoriam*), por começar essa trajetória comigo, em 2013.

## RESUMO

A presente tese aborda a temática da imigração de origem portuguesa, em específico da região de Aveiro para Pelotas/RS, Brasil, entre os anos de 1910 e 1992. O recorte cronológico da pesquisa é pautado, sobretudo, pelo ano de nascimento e morte de dois imigrantes específicos, Aníbal de Oliveira Vidal e Maximiano Pombo Cirne. Por outro lado, o recorte espacial da tese é definido pelas localidades de origem e destino, estabelecidas a partir de uma cadeia migratória específica, a qual Aníbal e Maximiano faziam parte. A abordagem teórico-metodológica do texto corresponde aos pressupostos analíticos biográficos, muito utilizados nos estudos acerca da imigração, todavia, pouco empregados com a de origem portuguesa. O objetivo principal da tese consiste em identificar e analisar o estabelecimento e a funcionalidade da rede social – de características elitizadas – a qual os biografados faziam parte. Para tanto, é preciso identificar algumas conexões sociais estabelecidas e, a partir delas, compreender como o grupo se relacionava entre si e com a sociedade. Assim, em decorrência das relações constituídas de forma interna e externa ao grupo, é possível analisar a afirmação da sua identidade étnica. A principal fonte utilizada foi a documentação encontrada nos arquivos privados de Aníbal e Maximiano. Também foram analisadas informações provenientes de entrevistas de história oral, arquivos brasileiros e portugueses.

**Palavras-chave:** Imigração portuguesa. Pelotas. Biografia. Rede social. Memória. Identidade étnica.

## ABSTRACT

The present thesis addresses the theme of immigration of Portuguese origin, specifically from the region of Aveiro to Pelotas / RS, Brazil, between the years 1910 and 1992. The chronological outline of the research is guided, above all, by the year of birth and death of two specific immigrants, Aníbal de Oliveira Vidal and Maximiano Pombo Cirne. On the other hand, the spatial outline of the thesis is defined by the locations of origin and destination, established from a specific migratory chain, which Aníbal and Maximiano were part of. The theoretical-methodological approach of the text corresponds to the biographical analytical assumptions, widely used in studies about immigration, however, little used with the Portuguese origin. The main objective of the thesis is to identify and analyze the establishment and the functionality of the social network - with elite characteristics - to which the biographies were part. Therefore, it is necessary to identify some established social connections and, from them, understand how the group related to each other and to society. Thus, as a result of the relationships established internally and externally to the group, it is possible to analyze the affirmation of their ethnic identity. The main source used was the documentation found in the private personal archives of Aníbal and Maximiano. Information from oral history interviews, Brazilian and Portuguese archives was also analyzed.

**Keywords:** Portuguese immigration. Pelotas. Biography. Social network. Memory. Ethnic identity.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Inauguração da arquibancada do Grêmio Esportivo Brasil.....	109
Figura 2 – Membros da administração do Centro Português entre 1959 e 1960 .....	151
Figura 3 – Comissão escolhida para convidar a senhorita Urania M. Almeida para compor a corte do Centro Português entre 1963 e 1964.....	151
Figura 4 – Aniversário do programa de rádio "Saudades de Portugal" (1959).....	182

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Imigração portuguesa para o Brasil (1900-1945).....	79
--	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACPel – Associação Comercial de Pelotas

APIP – Associação dos Proprietários de Imóveis de Pelotas

BPB – Banco Português do Brasil

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Cepese – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade

CHC Santa Casa – Centro Histórico Cultural Santa Casa

CP – Centro Português 1º de Dezembro

IOM – International Organization for Migration

LC – Lions Clube

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RS – Rio Grande do Sul

SPBP – Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas

UL – Universidade de Lisboa

UFPel – Universidade Federal de Pelotas

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>CAP. I – A DIÁSPORA PORTUGUESA: DE AVEIRO PARA PELOTAS (1910-1934)</b> .....	<b>35</b>
1.1. Origem e organização familiar (1910) .....	35
1.2. Permanência da conjuntura econômica frágil de Portugal entre os séculos XIX e XX .....	38
1.3. Política de emigração entre os emigrantes da primeira geração (1850-1918) .....	40
1.4. A construção simbólica de “uma larga e comprida ponte” entre Aveiro e Pelotas ....	45
1.5. Efeito chamada e sua utilização na organização migratória .....	48
1.5.1. Utilização das cartas de chamada pelos imigrantes .....	49
1.5.2. Utilização das cartas de chamada pelo estado .....	55
1.6. Primeira emigração de Maximiano (1922) e o empréstimo para a emigração de Aníbal (1931[?]) .....	60
1.6.1. Emigrantes em idade militar .....	62
1.7. Margem de decisão migratória .....	64
1.7.1. Emigrantes da segunda geração (1922-1932) .....	67
<b>CAP. II – A SOCIEDADE DE ACOLHIMENTO: INSTALAR-SE E ESTABELER-SE ENQUANTO IMIGRANTE 1934-1942</b> .....	<b>77</b>
2.1. A imigração no Brasil (1900-1945) .....	77
2.1.1. A Pelotas encontrada pela primeira geração (1850-1918) .....	81
2.1.2. A Pelotas da segunda geração encontrada por Aníbal e Maximiano (1922-1934) .....	83
2.1.2.1. A transferência de Rio Grande para Pelotas .....	85
2.2. O português e o comércio em Pelotas .....	87
2.2.1. Tipologias de atividades e relações comerciais .....	87
2.2.2. De caixeiros a negociantes .....	90
2.2.3. Panificação em Pelotas: o pioneirismo de João Rodrigues Manta .....	94
2.2.4. Exploração e jornada de trabalho .....	97
2.3. Imigração e conhecimento escrito .....	101
2.3.1. O caso de Aníbal .....	103
2.3.2. O caso de Maximiano .....	105
2.4. A ocupação dos espaços sociais pelotenses por Aníbal (1934-1938) .....	107
2.5. A ocupação dos espaços sociais pelotenses por Maximiano (1935-1942) .....	110
2.6. Espaços compartilhados .....	115
<b>CAP. III – PROCESSO DE AFIRMAÇÃO IMIGRANTE 1944-1990</b> .....	<b>119</b>
3.1. A questão do nacionalismo e da identidade na Erva Vargas: a identidade nacional em contraponto a imigração .....	119
3.1.1. O que fazer a respeito da população imigrante? .....	120
3.2. Adoção da nacionalidade brasileira para manutenção profissional: Maximiano (1944-1949) .....	124
3.3. Reação em Portugal .....	127
3.4. Locais de composição étnica: expressões de lusofonia em Pelotas (1944-1990) .....	129
3.4.1. Sociedade Portuguesa de Beneficência (1857) .....	132
3.4.2. (Re) inserção de Maximiano no cenário lusitano de Pelotas (1949-1969) .....	134
3.4.3. A questão do assistencialismo .....	138

3.5.	O clube Centro Português 1º de Dezembro (1926) .....	140
3.5.1.	Inserção de Aníbal (1944-1949) .....	142
3.5.2.	Momentos de afirmação do clube nas gestões de 1949-1950 e 1951-1952 ...	146
3.5.3.	Trajetórias que efetivamente se cruzam: Maximiano e Aníbal (1953-1964) .....	149
3.5.4.	Recanto de Portugal (1965-1966) e a primeira capela Nossa Senhora de Fátima (1967) .....	154
3.5.5.	Sede e salão Aníbal Vidal, uma homenagem minimizada?! .....	157
3.5.6.	“Chegaram os dias mais alegres”: a gestão de 1987-1990 e a Capela Nova de Nossa Senhora de Fátima .....	159
<b>CAP. IV – O ENVELHECIMENTO DO SUJEITO ATIVO .....</b>		<b>163</b>
4.1.	Aspectos de intermediação .....	163
4.1.1.	A residência de Aníbal enquanto local de espera e hospedagem de imigrantes .....	163
4.1.2.	“Posse do novo Cônsul de Portugal, nesta cidade [Pelotas]”: Maximiano (1956) .....	167
4.1.3.	A maçonaria e o Lions Clube e o Banco Português do Brasil, agência pelotense (1963) .....	173
4.2.	A saudade de Portugal .....	177
4.2.1.	As “saudades” como forma de expressão étnica .....	178
4.2.2.	O programa de rádio “Saudades de Portugal” de Aníbal (1937-1966) .....	179
4.2.3.	A “Caravana da Saudade” de Maximiano (1971) .....	183
4.3.	Portugal fora do território português .....	186
4.4.	A velhice e o reconhecimento pelotense: os Títulos de “Cidadão Pelotense” (1973 e 1987) .....	190
4.5.	Memória escrita e velhice .....	194
4.6.	(Re) afirmação da memória de Aníbal e Maximiano nas homenagens póstumas (1990 e 1992) .....	197
<b>CONCLUSÃO .....</b>		<b>200</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>		<b>203</b>
<b>APÊNDICE A – COMPILAÇÃO DE DADOS DA PESQUISA .....</b>		<b>223</b>

## INTRODUÇÃO

Era uma tarde no começo de dezembro em 2016. Estávamos Camila Braga, Eduarda Silva<sup>1</sup> e eu retornando da entrevista para a seleção de doutorado em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Chegando à rodoviária encontramos, como de costume para quem passa pelo local, alguns imigrantes senegaleses no comércio informal. Enquanto negociávamos um par de óculos, de forma descontraída e em meio a risos, um dos rapazes apontou para a pasta azul da PUCRS que eu carregava e perguntou o que fazíamos lá. Disse que estávamos participando do processo seletivo para doutorado, tomada pela ignorância e conceitos prévios equivocados, supus que provavelmente ele não entenderia. No entanto, prontamente me parabenizou, desejou boa sorte e respondeu que era mestre, as coisas haviam ficado difíceis no Senegal e ele julgou mais oportuno vir para o Brasil, dizia não estar arrependido. Nós três seguimos o nosso caminho conversando sobre oportunidades e privilégios, nos questionamos, mais de uma vez, sobre os motivos que levaram aquele rapaz a desistir de uma vida no seu país nativo para vender mercadoria falsificada pelas ruas no sul do Brasil. Como não considerar que, de forma distante ou não, somos todas e todos descendentes de imigrantes?! Eu me lembro dessa conversa como se fosse ontem.

Acredito que tenha me marcado, mais do que as colegas, porque naquele momento minha problemática de pesquisa já estava definida com a temática da imigração. Em suma, analisar, através de uma abordagem biográfica, a atuação de dois imigrantes portugueses, Aníbal de Oliveira Vidal e Maximiano Pombo Cirne, relacionado com a importância das redes de relacionamentos na constituição da memória e da identidade da comunidade composta pela elite imigrante portuguesa na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1910 e 1992. É verdade que se trata de um processo distinto por se referir aos portugueses e em um período histórico mais distante. Todavia, aspectos como oportunidades, sonhos, redes, identidade e memória estavam presentes no discurso do rapaz senegalês, ainda que por vieses diferentes.

Uma vez que o conjunto completo deste trabalho se propõe a analisar percursos de vida, se faz necessário apontar as discontinuidades presentes nas trajetórias. Discussões acerca da desconstrução da ideia de causa, efeito e predestinação na vida dos

---

<sup>1</sup> Colegas Historiadoras e, sobretudo, minhas amigas.

sujeitos históricos estarão presentes em todo o material da tese. O que apontarei a seguir, de forma sutil, é que o olhar um pouco mais atento e menos viciado da nossa própria história de vida pode instigar aspectos até então dados como certezas.

Todos os anos, quando era criança, eu passava boa parte das férias de verão e inverno na pequena propriedade rural dos meus avós<sup>2</sup>, por parte de mãe. Cresci escutando histórias heroicas de imigração, que éramos descendentes de italianos pelo meu avô e alemães pela minha avó. Talvez tenha sido naquele momento que decidi dedicar parte da minha vida a esse tema. De fato, provavelmente não. Esse assunto era tão recorrente que eu nem sequer o considerava relevante, aliás, meu interesse hoje é pela imigração portuguesa em detrimento da alemã e/ou italiana. No entanto, é evidente que, em alguma medida, o exercício de empatia com a pesquisa se soma a essas experiências pessoais.

Minha trajetória acadêmica, enquanto pesquisadora, teve início no começo do curso de graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas, em 2010. Trabalhei durante toda a graduação, de forma ininterrupta, no Núcleo de Documentação Histórica da universidade, local de referência nos estudos acerca do mundo do trabalho. Em algumas discussões, a temática da imigração se fazia presente em segundo plano, porém, passava longe dos meus interesses e pesquisa. Naquele momento, as circunstâncias me levavam, confortavelmente, para discussão e análise voltada ao trabalhador brasileiro, e foi isso o que eu fiz, durante 4 anos.

Na dissertação de mestrado, considerando o campo da imprensa e dos operadores do direito como parte de um projeto de ascensão idealizado, de forma consciente e inconsciente, pelo imigrante português Maximiano Pombo Cirne, observei, utilizando uma abordagem biográfica, como se deu sua ascensão sócio-profissional entre os anos de 1934 e 1951 no sul do Brasil. Ao longo da dissertação apontei o quanto esses aspectos de sua trajetória permaneceram intrínsecos e colaboraram de forma fundamental para que ele se tornasse um “proeminente imigrante” (SCOTT, 2001). Sendo assim, hoje, correndo o risco de incidir no erro anacrônico da visão retrospectiva, arrisco a dizer que o contato efetivo com a temática da imigração se deu apenas no curso de mestrado em História da UFPel, no ano de 2015. Novamente as circunstâncias direcionaram a pesquisa, é verdade que as fontes delimitaram a temática da imigração, mas, a decisão de manter o *corpus documental*, e com isso o conteúdo, foi minha.

---

<sup>2</sup> Localizada na Vila Nova, próxima à Colônia Maciel, na zona rural de Pelotas.

Já para a elaboração do projeto de doutorado, eu busquei, e encontrei, outras fontes (auto) biográficas de imigrantes portugueses para dar continuidade a pesquisa desenvolvida no mestrado. No entanto, completamente ao acaso, um erro de leitura no edital de seleção da PUCRS me fez desistir da inscrição nessa universidade. Às vésperas de encerrar o prazo de submissão de propostas, Camila corrigiu minha interpretação e acabei realizando a inscrição, sem grandes perspectivas. Apenas hoje fica evidente o quanto as coisas difeririam se eu não tivesse conversado com ela naquele dia. Isso denota a importância dos acasos e interferências externas, inclusive em questões supostamente já definidas nas nossas vidas.

Minha aprovação na PUCRS foi uma grande e ótima surpresa, afinal, eu estive muito perto de nem sequer realizar a inscrição. A indicação do Professor Dr. Antonio de Ruggiero como orientador foi minha, mas a decisão e os motivos para aceitar foram dele. As suas influências estão presentes positivamente em todo o texto da tese e isso modifica algumas perspectivas anteriores, seguidas na pesquisa de mestrado. São novos desafios, muitas vezes desconfortáveis de seguir, afinal, deixar a zona de conforto nunca é fácil. Principalmente depois de seis anos de cuidadosa orientação com o Professor Dr. Aristeu Lopes. No entanto, a nova caminhada tem sido absolutamente instigante e proveitosa. Tive sorte no quesito orientadores.

É natural tomar como inspiração e referência o trabalho de pesquisadores que estiveram presentes no decorrer da nossa trajetória acadêmica. Conheci o trabalho do Professor Dr. Alexandre de Oliveira Karsburg em uma disciplina, ministrada por ele, no mestrado. Ainda hoje, sua influência é perceptível em diversos aspectos desta tese, sobretudo em relação à temática da imigração e análise de percursos de vida. No que se refere à História Oral, por exigências curriculares diferentes, cursei três disciplinas acerca da metodologia. Através dessas relações, tive a oportunidade de trabalhar na equipe de apoio do IX Encontro Regional Sul de História Oral, no ano de 2018, coordenado pela Professora Dr<sup>a</sup>. Vera Barroso. De forma absolutamente diferente e, ao mesmo tempo semelhante, cada uma dessas experiências moldaram a minha relação com a história oral e proporcionaram alterações na pesquisa. Mais adiante, em 2019, resolvi colocar em prática uma série de procedimentos para a realização de um intercâmbio em Portugal. Naquele momento, o Prof. Antonio de Ruggiero, recorreu à Prof<sup>a</sup>. Roseli Boschilia, que já era uma referência muito utilizada nesta pesquisa, para indicar algum professor em Portugal, que, como supervisor, pudesse me receber no seu departamento. A Prof<sup>a</sup>. Roseli Boschilia, felizmente, indicou o Prof. José Damião Rodrigues, diretor do Mestrado em

Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A sua atenção e paciência, foram fundamentais para o processo de concessão da bolsa CAPES, de doutorado sanduíche no exterior, e, posteriormente, para o desenvolvimento da pesquisa em Portugal. No entanto, foram as boas velhas e novas amigas que, com frequência, me ensinam e me fazem discutir sobre gênero, indústria, direito, arqueologia, música, moda, antropologia, letras, imprensa, sociologia, raça, classe e muito mais.

O fato é que, de qualquer forma, estas páginas serão sempre uma escrita (auto) biográfica. Como tal, carregada de conceitos prévios, visão retrospectiva dos acontecimentos e impossibilidade de visualizar alguns processos finalizados. São justamente esses motivos que tornam muitos profissionais da história céticos à possibilidade de se escrever sobre o tempo presente. O que posso dizer é que as páginas que seguem foram preenchidas com experiências dos mais variados tipos. Hoje a temática da imigração faz parte do meu cotidiano por escolha, não por predestinação e também por acasos, coincidências, circunstâncias etc.

Respeitosamente me aproprio das vivências de Maximiano, Aníbal e todos os outros que, direta ou indiretamente, compõem este texto, eu os chamo carinhosamente de “meus imigrantes”. Eles têm feito parte da minha vida nos últimos anos de forma ativa e, em certo sentido, eu estive presente em suas jornadas. Pude sentir algumas das suas dores e alegrias quase como se estivesse presente, portanto, este também é um dos desafios da pesquisa. A necessidade de criar um relativo distanciamento para realizar uma análise historiográfica de credibilidade acadêmica. Entretanto, em alguns momentos permiti que a relação de empatia entre pesquisadora e objeto aparecesse de forma mais evidente no decorrer do texto.

A função social da História é um tema recorrente em toda a trajetória profissional e acadêmica de quem se dedica a ela. Vivemos, atualmente, em um momento delicado em relação ao questionamento de direitos básicos das minorias representativas. Neste contexto, convém, mais do que usualmente deveria, a discussão de temáticas que envolvam mulheres, negros e imigrantes. De acordo com a International Organization for Migration (IOM), migrar é um direito universal do ser humano. Cada vez mais o assunto tem-se tornado um tema recorrente nas discussões nacionais e internacionais. No Brasil, a política migratória é regida pelo princípio e diretrizes da universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos<sup>3</sup>. O fenômeno da imigração sempre foi constante

---

<sup>3</sup> BRASIL. Decreto-Lei n° 13. 445, de 24 de maio de 2017. **Institui a Lei da Migração**. Seção II, Art. 3º-I. Brasil, 2017. Disponível

na história da humanidade. No Brasil, por exemplo, “[...] foram praticamente cinco séculos de presença portuguesa, primeiro como colonizadores, depois como ‘assimilados’ e finalmente como imigrantes, construindo uma ‘tradição’ cultural vinculada aos grupos de portugueses que se estabeleceram na nova terra” (NOGUEIRA, 1998, p. 18).

Minha relação com a imigração é enquanto espectadora, não imigrante. Todavia, sou mulher e pesquisadora, isso, por si só, me torna resistência. Por outro lado, sou branca e faço parte da elite intelectual do país, enquanto pesquisadora vinculada a uma universidade conceituada. Dessa forma, sou privilegiada. São essas algumas das principais semelhanças e dessemelhanças com os “meus imigrantes”. No decorrer do texto mostrarei que eles também trafegaram entre aspectos comuns de resistência e privilégio.

\*\*\*

A proposta central da tese consiste em analisar, através de uma abordagem *biográfica* – pautada por pressupostos teóricos e metodológicos que visam a desconstrução da ideia de causa e efeito nas histórias de vida, problematização e desconstrução do percurso do sujeito histórico e questionamento acerca das margens de decisão do indivíduo, em um campo de possibilidades historicamente determinado – a trajetória de dois imigrantes de origem portuguesa na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, entre 1910 e 1992. Para compreender como se deu a constituição da *rede* de relacionamento – de característica elitizada – em que se inseriam, formada por conjunto específico de indivíduos, que ocupavam posições diversas nas conexões sociais estabelecidas e se relacionavam entre si e com a sociedade. Neste sentido, analisaremos, inclusive, a afirmação da *memória* e da *identidade* deste grupo de sujeitos, intrinsecamente relacionado aos aspectos não essencialistas das identidades *étnicas*. Em outras palavras, esta tese buscará compreender como a ação dos biografados, Aníbal de Oliveira Vidal e Maximiano Pombo Cirne, diretamente ligadas às redes de relacionamentos da elite imigrante portuguesa e a constituição/afirmação de memória e identidade daquele grupo. Neste sentido, para fins analíticos, constatamos que a utilização de uma abordagem biográfica é extremamente eficaz para responder à proposta central do trabalho. Dessa forma, almejamos observar de maneira atenta a trajetória de Maximiano Pombo Cirne e Aníbal de Oliveira Vidal.

---

em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20152018/2017/lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2017/lei/L13445.htm)>. Acesso em: 17 de abril de 2018.

A relevância atribuída aos biografados para critério desta pesquisa não consiste exatamente em sua representatividade ou excepcionalidade. Entendemos Maximiano e Aníbal na perspectiva de um paradoxo, denominado por Edoardo Grendi (1977) de “excepcional/normal”, e desenvolvido por Carlo Ginzburg (1989), onde afirma que todos os indivíduos são singulares e representativos em alguma medida. Esta noção, nem sempre utilizando a mesma denominação, já é, grosso modo, consensual entre os pesquisadores que trabalham com análise de trajetória ou biografia, como Alexandre Karsburg (2015) e Benito Schmidt (2004). O que os tornam relevantes para esta pesquisa, considerando o paradoxo do excepcional/normal, é o fato de estarem inseridos de forma privilegiada na rede de relações estudada, composta principalmente pela elite imigrante portuguesa. É neste sentido que analisar o percurso de vida de Maximiano e Aníbal é conveniente, pois possibilita responder a questão central da tese. Considerando que existiam outros sujeitos naquela rede, a seleção feita para definir Maximiano e Aníbal como biografados foi delimitada, sobretudo, pelas fontes. A existência e disponibilização para a pesquisa de seus arquivos pessoais privados possibilitaram a resolução da proposta em realizar uma análise de caráter mais minucioso do sujeito histórico. Afinal, de acordo com Ana Scott, “[...] o estudo dos imigrantes portugueses deve procurar fontes que permitam recuperar a trajetória destes indivíduos, que de outra forma estarão diluídos na população brasileira em geral” (SCOTT, 2001, p.4).

Maximiano Pombo Cirne nasceu em 1910, no distrito de Aveiro, em Portugal. Imigrou para o Brasil em 1922, a chamado do pai, para ajudar no comércio da família. Logo que chegou a Pelotas, no Rio Grande do Sul, devido ao prestígio comercial de seu pai, passou a atuar em diversos espaços de sociabilidade da elite imigrante portuguesa na cidade. Começou a se inserir cada vez mais nas associações portuguesas de assistencialismo, benemerência, cultura e lazer. Participando ativamente da fundação do Lions Clube de Pelotas, atuando como gerente do Banco Português, tornou-se Vice-Cônsul de Portugal. Possuía, portanto, relações diretas com a Embaixada, recebeu condecoração do governo português e ainda participou dos cargos de diretoria do Clube Centro Português 1º de Dezembro e da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas até seu falecimento, em 1992.

Aníbal de Oliveira Vidal também nasceu em 1910, no distrito de Aveiro, em Portugal. Imigrou para o Brasil em 1932, a chamado do tio, para trabalhar na cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Pouco tempo depois transferiu sua residência para Pelotas, onde foi admitido em um armazém de atacado. Sua inserção nos espaços de

sociabilidade da elite imigrante portuguesa se deu de forma mais sutil, pois não possuía um legado familiar imaterial. No entanto, integrou, em diversos momentos, as diretorias da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas e do Centro Português 1º de Dezembro, conquistando o título de benfeitor e nomeando uma das sedes do clube com seu nome. Criou o programa de rádio “Saudades de Portugal” e, até seu falecimento em 1990, atuou nas associações de assistencialismo, benemerência, cultura e lazer portuguesas com o objetivo de “enaltecer a comunidade”.

O *corpus documental* selecionado para a realização da tese consiste em documentações que possibilitam interpretar a trajetória dos imigrantes, sobretudo Maximiano e Aníbal. Neste sentido, serão utilizadas fontes que abordem de forma direta os biografados, tais como: seus respectivos arquivos privados, entrevistas de história oral e documentação das associações portuguesas de assistencialismo, benemerência, cultura e lazer de que fizeram parte. No entanto, a utilização de informações que não tratem especificamente dos biografados, tais como: acervos privados de seus contemporâneos<sup>4</sup>, jornais, documentação de arquivos institucionais portugueses e brasileiros; são úteis para preencher lacunas, extravasar condicionamentos, criar hipóteses e/ou complexificar a análise desenvolvida.

Em relação aos arquivos privados:

- Arquivo privado Maximiano Pombo Cirne, sob a guarda da família: toda a documentação encontra-se em bom estado de conservação, foi digitalizada pela autora, compreende principalmente os anos de 1930 a 1992. O arquivo é dividido em oito divisões temáticas, nas quais todas as documentações fazem referência direta e indireta a Maximiano e a comunidade portuguesa, são elas: correspondência, Associação Comercial de Pelotas, Lions Clube, Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas, política, documentação pessoal, diversos e recortes de jornal, este último é o mais extenso. Grande parte da documentação possui uma identificação apropriada e individual feita pelo titular que foi posteriormente organizada em ordem cronológica.
- Arquivo privado Aníbal de Oliveira Vidal, sob a guarda da família: toda a documentação faz referência direta e indireta a Aníbal e a comunidade portuguesa, compreende, aproximadamente, os anos de 1932 a 1990, encontra-se em bom estado de conservação, foi digitalizada pela autora e dividido em duas partes: a primeira é

---

<sup>4</sup> Como os arquivos privados de Carlos Martins Frio e João Rodrigues Manta.

composta por uma espécie de livro que foi feito, preenchido e encadernado pelo titular. Suas páginas são apresentadas em forma de uma história, com muitas fotografias e recortes de anúncios, onde ele escreve manualmente acerca de diversos assuntos, todos relacionados à comunidade portuguesa a que pertencia. A segunda é composta por diversas documentações, tais como: fotografias, recortes de jornal, documentação pessoal, correspondências, homenagens etc.

- Arquivo privado Carlos Martins Frio, sob a guarda da família: o acervo corresponde, aproximadamente, os anos de 1930 a 1999, faz referência direta e indireta a Carlos e a comunidade portuguesa, encontra-se em bom estado de conservação, foi digitalizado e fotografado pela autora. Pode ser dividido em duas partes, a primeira é composta por objetos tridimensionais, tais como: troféus, homenagens, taças, medalhas, placas etc. A segunda é composta por: correspondências, documentação pessoal, vídeos, fotografias, anotações etc.

Em relação às entrevistas de história oral:

- Entrevista com Maximiano Pinheiro Cirne, filho de Maximiano Pombo Cirne, com duração de 46 minutos e 10 segundos, transcrita e com termo de cessão.
- Entrevista com Francisco Augusto João, imigrante português contemporâneo aos biografados, com duração de 56 minutos e 26 segundos, transcrita e com termo de cessão.
- Entrevista número um, com Francisco José Leal Serra, imigrante português contemporâneo aos biografados, atualmente presidente da Beneficência Portuguesa e Vice-Cônsul de Portugal em Pelotas, com duração de 1 hora, 40 minutos e 5 segundos, transcrita e com termo de cessão.
- Entrevista número dois, com Francisco José Leal Serra, com duração de 1 hora, 11 minutos e 5 segundos, transcrita e com termo de cessão.

Em relação aos arquivos portugueses:

- Arquivo da Torre do Tombo: listas e relações de passageiros (1975-1985), processos de requerimento de passaportes (1982), fundo “Associações” – maçonaria (1842-1923).
- Arquivo Distrital de Aveiro: livros de batismo dos fundos “Paróquia de Segadães” e “Paróquia de Trofa” (1910 e 1911).

- Arquivo Histórico do Porto de Aveiro: correspondências do fundo “Manuscritos” (1933-1945).
- Arquivo do Jornal *Mundo Português*: fundo “*O Emigrante*” (1980-1985).
- Câmara Municipal de Aveiro: registro nº 1980/2012 proc. DJ/00/06 (2012).
- Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade: fundo “A emigração de Portugal para o Brasil” (1934[?])

Em relação aos arquivos brasileiros:

- Arquivo Nacional: fundos “Entrada de estrangeiros no Brasil” (1875-1910), “Serviço de Comunicações do Ministério da Justiça e Negócios Interiores” (1944 e 1946).
- Arquivo Público e Histórico Municipal de Rio Grande: fundo “Administração Municipal séc. XX” (1920-1955).
- Biblioteca Pública Pelotense: fundo “*Diário Popular*” (1980 e 1938).
- Museu da Imigração do Estado de São Paulo: fundo “Cartas de Chamada” (1914).
- Acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul: fundo “Fichas de Qualificação Profissional” (1939).
- Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão: atlas socioeconômico Rio Grande do Sul (1920, 1940 e 1950).
- Memorial da Associação Comercial de Pelotas: fundos “Sessões da Diretoria” (1938) e “Circulares das novas diretorias e de Novas firmas comerciais” (1936-1937).

Considerando os pressupostos teórico-metodológicos para a análise das tipologias documentais, pretendemos, através do foco no sujeito histórico e de uma redução da escala de observação, compreender como se dava a atuação dos biografados. As fontes foram questionadas no sentido de responder como eles se relacionavam entre si, com a comunidade portuguesa e com a rede de relações em que estavam inseridos, observando como suas trajetórias se cruzaram e constituíram a história, memória e identidade daquela elite imigrante portuguesa.

Neste sentido, os objetivos da tese consistem em:

- Através de uma abordagem biográfica e, a partir da rede social em que estavam inseridos, analisar a trajetória de Aníbal de Oliveira Vidal e Maximiano Pombo Cirne – imigrantes de origem portuguesa – na cidade de Pelotas, no Rio Grande

do Sul, entre 1910 e 1992, para compreender o processo de afirmação e manutenção da memória e identidade étnica do grupo.

- Utilizando como ponto de partida as relações estabelecidas por Aníbal de Oliveira Vidal e Maximiano Pombo Cirne, enquanto imigrantes lusos e inseridos de forma privilegiada na sociedade de acolhimento, mapear os sujeitos pertencentes ao grupo, formado pelos imigrantes de origem portuguesa em Pelotas, entre 1910 e 1992.
- Através da identificação dos membros mais ativos da rede social, observar como os integrantes do grupo se relacionam entre si e com as instituições associativas lusas.
- Compreender as funções da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas e do Clube Centro Português 1º de Dezembro, na dinâmica social estabelecida entre os imigrantes lusos entre 1910 e 1992, para a formação e afirmação da memória e identidade étnica do grupo.
- Através da compreensão acerca da manutenção da memória social nostálgica de valorização dos laços de origem, identificar os mecanismos utilizados pelo grupo para afirmação da identidade étnica.
- Analisar alguns dos papéis desempenhados por Aníbal de Oliveira Vidal e Maximiano Pombo Cirne, na rede social a qual pertenciam, sobretudo quando relacionado às particularidades dos imigrantes portugueses em Pelotas, entre 1910 e 1992.

Através do desenvolvimento da tese foi possível observar que não existe um número significativo de trabalhos acerca da imigração portuguesa no sul do Rio Grande do Sul, no século XX. Os poucos trabalhos existentes tratam acerca das instituições portuguesas ou da imigração de forma mais quantitativa em detrimento da análise qualitativa. Ainda que se faça necessária a análise das instituições portuguesas e da imigração de forma mais ampla, propomos um estudo de caso que eleva o sujeito histórico a agente no processo de composição da rede de relações em que se inseria, proposta até então inédita na historiografia sobre o tema.

As discussões que abordaremos na tese ligam-se a algumas temáticas relevantes para a sua constituição. Em primeiro lugar, a aproximação entre os estudos de imigração e etnicidade, que apontam uma pluralidade nos processos sociais, políticos, culturais etc.

Em segundo lugar, a questão da imigração de uma forma geral em que estão sendo amplamente utilizadas novas metodologias de análise inspiradas na micro-história, estudos de trajetória e de redes sociais. No entanto, ainda não direcionadas aos estudos de imigração portuguesa, sobretudo no que se refere àquela constituída no sul do Brasil. Em terceiro lugar, os trabalhos sobre imigração portuguesa no Rio Grande do Sul, normalmente, tratam apenas das associações e instituições ou se propõem a uma análise mais quantitativa da imigração. Por último, sobre a história, memória e identidade da imigração portuguesa no Rio Grande do Sul, não existem trabalhos específicos sobre o tema, as referências tratam apenas da importância da imigração, de forma geral, na modernização da cidade de Pelotas.

Regina Weber (2008; 2011) aponta que atualmente a temática de imigração e estudos étnicos, tem se aproximado, em termos analíticos de forma positiva. O estudo dos grupos étnicos enfoca uma perspectiva diferente da tradicional historiografia acerca da imigração, onde a figura do imigrante era determinada em uma linha de continuidade. Tem-se incorporado nas análises os processos históricos mais amplos, as transformações tanto econômicas e políticas quanto sociais e culturais, observando suas mudanças, incorporações e reelaborações por parte dos imigrantes. É neste sentido que o fenômeno da etnicidade é relevante nesta pesquisa, para considerar o caráter não essencialista da identidade do grupo imigrante português aqui analisado.

O livro organizado por Karsburg e Vendrame (2015), “Micro-história, trajetórias e imigração” é um dos melhores exemplos sobre como a temática da imigração no Brasil tem sido amplamente discutida e como o procedimento metodológico da micro-história tem influenciado de forma positiva as pesquisas que tratam desta temática. Sendo assim, o estudo de trajetórias como uma abordagem de análise acerca do processo imigratório tem sido recorrente na historiografia. No entanto, como o panorama sobre o tema, que ainda é muito restrito às etnias alemãs e italianas, o fenômeno da imigração portuguesa não é abordado.

O trabalho de Maíra Ines Vendrame (2016) intitulado “O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)” é outro exemplo de como a questão da imigração tem sido explorada. Nele, a autora coloca no centro de sua discussão as temáticas de redes sociais, honra familiar e práticas de justiça tendo o poder como eixo norteador da pesquisa. O trabalho de Maíra Vendrame explora a questão das redes de forma eficaz no processo imigratório italiano. Nesse sentido, inspirada nas discussões sobre micro-história, estudo de trajetórias e redes sociais

já utilizados na análise sobre as imigrações alemãs e italianas, esta tese se insere nesta vertente historiográfica/metodológica acerca do fenômeno da imigração portuguesa.

Os trabalhos que tratam acerca da imigração portuguesa, diferente do apontado acima, utilizam uma abordagem mais voltada para a análise das instituições portuguesas ou do processo de imigração de forma quantitativa. Adhemar Lourenço da Silva Junior (2004), em sua tese intitulada “As sociedades de Socorros Mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940)” define as sociedades de beneficência como associações que programam estratégias privadas necessárias para a implementação de estratégias públicas, demonstrando que a incorporação de valores espirituais é uma necessidade na expectativa de lealdade através da reciprocidade.

De forma semelhante, na tese de doutorado de Larissa Patron Chaves (2008), intitulada “Honremos a Pátria Senhores! As sociedades Portuguesas de Beneficência: caridade, poder e formação de elites na Província de São Pedro do Rio Grande (1854-1910)”, a autora investigou a trajetória histórica de algumas das Sociedades Portuguesas de Beneficência no extremo sul do Brasil entre 1854 e 1910. Abordou, inclusive, como as relações de assistência desempenhada nas associações contribuía para a formação das elites locais. De forma diversa, observaremos, nesta pesquisa, a Sociedade Portuguesa de Beneficência, especificamente de Pelotas, como um dos espaços de formação e afirmação da memória e identidade da elite imigrante local, entre diversos outros<sup>5</sup>, utilizando como foco de análise os sujeitos históricos e não as instituições.

O trabalho de Ana Silvia Volpi Scott (2001) é uma importante reflexão sobre as problemáticas da imigração portuguesa no Brasil desde o século XIX até as primeiras décadas do século XX. A autora realiza, em um primeiro momento, uma abordagem geral acerca da entrada dos imigrantes estrangeiros no país, entre eles os de origem portuguesa. No segundo momento, privilegia na análise os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro como sendo os grandes centros acolhedores de imigrantes. Dessa forma, não aborda especificamente o Rio Grande do Sul. No entanto, o estado era um importante receptáculo imigrante como demonstram as fontes analisadas no decorrer da pesquisa.

O trabalho de Ana Maria de Moura Nogueira (1998) é centrado na questão da memória da imigração portuguesa. Nele a autora observou como se deu a construção da identidade social dos descendentes de imigrantes através do estudo das trajetórias de

---

<sup>5</sup> Sobretudo o Centro Português 1º de Dezembro.

algumas famílias portuguesas, as quais eram ligadas a espaços de memória em Niterói, entre 1900 e 1950, utilizando como fonte, principalmente, entrevistas de história oral. Ainda que a autora tenha trabalhado com a questão da memória e identidade portuguesa, esta tese se difere no sentido em que se propõe analisar a constituição da memória e identidade do grupo imigrante e não de seus descendentes. Utilizando como fonte também e, sobretudo, os arquivos privados dos biografados em um recorte espacial diferente, compreendido pelo estado do Rio Grande do Sul.

No que se refere à temática da imigração portuguesa no sul do estado, em específico Pelotas, é ainda mais esparsa. Os trabalhos existentes, como o de Marcos Hallal Anjos (2000) e Mário Osório Magalhães (1993), focam na história da cidade, tratando a imigração de uma forma geral, sem atenção especial à portuguesa, e apenas como parte do processo de modernização das práticas socioeconômicas da cidade. O que existe em específico sobre o tema é um breve verbete sobre portugueses (MAGALHÃES, 2010) na obra “Dicionário de história de Pelotas”. Nesse sentido, esta pesquisa tem como foco a constituição da memória e identidade do grupo imigrante português. A história da cidade será relevante apenas para compreender como se deu a composição da comunidade lusa que se formava no período e não o contrário, como tem sido recorrente na historiografia, que abordou o tema da imigração.

Assim, considerando a historiografia sobre o tema, a peculiaridade do imigrante luso em relação aos demais consiste no fato de se estabelecerem com frequência no meio urbano, dedicando-se a outras tarefas que não as atividades ligadas ao campo; o comércio era a principal delas (SCOTT, 2001). Outro aspecto relevante é a existência de uma rede informal de solidariedade e amizade compartilhada entre esses imigrantes que tradicionalmente eram relacionadas às atividades de benemerência e assistencialismo (CHAVES, 2008). É neste sentido que muitos dos mediadores da comunidade portuguesa, tais como os biografados, vão ter seus nomes ligados a estes pólos institucionais de cultura, lazer, assistencialismo e benemerência (SCOTT, 2001).

A proposta da tese, conforme apresentado anteriormente, consiste em realizar uma análise *biográfica*, observando a atuação de Maximiano e Aníbal enquanto sujeitos inseridos de forma privilegiada na *rede* de relações a que pertenciam. Possuindo como objetivo compreender como se deu a constituição da *memória* e da *identidade* da *elite imigrante* portuguesa em Pelotas, no Rio Grande do Sul, entre 1910 e 1992. Para a resolução da problemática de pesquisa apresentada, algumas reflexões teórico-metodológicas se fazem necessárias.

Em primeiro lugar, em relação à forma de análise, Vavy Pacheco Borges (2005) aponta que podem existir diversos tipos de biografias, ela pode ser desde um rápido percurso de vida, até um modelo mais ambicioso que denomina como sendo um “mergulho na alma do biografado”. Alguns autores, como Alexandre Karsburg (2015), afirmam que existem diferenças entre a análise biográfica e de trajetória. Ele afirma que, “ainda que não seja regra, a biografia costuma seguir o sujeito do ‘nascimento à morte’ ou, ao contrário, da morte ao nascimento” (KARSBURG, 2015, p. 33). Enquanto a trajetória não teria por obrigatoriedade “[...] abordar toda a vida do sujeito; antes, procura centrar as análises num período determinado” (KARSBURG, 2005, p. 34). No entanto, concorda que ambas as abordagens não são excludentes e podem contribuir em conjunto para a análise do sujeito histórico. Tendo em conta que essa tese se propõe a realizar uma análise centrada na constituição da trajetória de dois sujeitos históricos, é preciso ressaltar que serão utilizados aspectos analíticos das duas tendências historiográficas. Os estudos de biografia e trajetória, que focam no indivíduo enquanto agente histórico, inspirados na perspectiva da micro-história italiana.

Essa metodologia tem permitido aos historiadores reconstruir trajetórias e biografias que diferem do modelo tradicional de se estudar uma vida. A questão passa por problematizar os sujeitos inserindo-os em distintos contextos e relações sociais, percebendo semelhanças e, principalmente, diferenças (KARSBURG, 2015, p. 32).

Uma vez que sob o rótulo de biografia existem diversos trabalhos escritos por profissionais de diferentes áreas, é necessário deixar claro o tipo de análise que estamos realizando:

Certamente, não falo das biografias tradicionais – narrativas factuais e lineares dos ‘grandes homens’ desde o nascimento até a morte – cujo objetivo principal é o de apresentar o biografado como modelo de conduta a ser seguido: um ‘discurso de virtudes’, nas palavras de Michel de Certeau. Nem nas biografias sensacionalistas – do estilo ‘Os segredos de ...’, ‘A vida íntima de ...’ – destinadas a saciar os apetites voyeuristas dos leitores. Refiro-me, sim, às biografias que, partindo das experiências de um indivíduo, abordam questões mais gerais relacionadas à época no qual o mesmo viveu (SCHMIDT, 2004, p. 21).

Um dos principais desafios empregados à historiadora e ao historiador que se propõe a realizar este tipo de análise consiste na articulação entre a história narrativa e a história problema. “Nesse sentido, uma das críticas mais comuns dirigidas às biografias é a de que elas seriam meras narrativas cronológicas, factuais, sem preocupações explicativas e analíticas” (SCHMIDT, 2003, p. 65). Neste sentido, atentar para o que

Bourdieu (2006) chamou de “ilusão biográfica”<sup>6</sup> é fundamental, sendo assim, esta tese utiliza a trajetória dos biografados para responder à problemática de pesquisa apresentada, levando sempre em consideração a multiplicidade e a diversidade de seus caminhos em um “campo de possibilidades historicamente determinados”.

Não se pode esquecer que, a cada momento de suas vidas, esses homens tinham diante de si um futuro incerto e indeterminado, diante do qual faziam escolhas no âmbito de um ‘campo de possibilidades historicamente determinadas’. Se hoje esse futuro já é passado, e os resultados das escolhas feitas, conhecido, o biógrafo precisa recuperar o ‘drama da liberdade’ dos personagens – as incertezas, oscilações e incoerências -, mostrando que suas trajetórias não estavam pré-determinadas desde o início (SCHMIDT, 2004, p. 24).

Precisamos ressaltar que Maximiano e Aníbal são compreendidos como sujeitos, inseridos de forma privilegiada, em uma *rede* de relações composta pela comunidade da elite imigrante portuguesa em Pelotas, no Rio Grande do Sul. Estas noções possuem importantes reflexões teórico-metodológicas também provindas da micro-história. Entendemos o conceito de rede, principalmente a partir de Imízcoz (2001; 2004), como sendo um conjunto de conexões deferidas entre um grupo de indivíduos mais ou menos específico. A partir de Devoto (1988) e Ramella (1995) se estabelece uma relação com a noção de cadeia migratória, é neste sentido que a trama é composta por relações de reciprocidade que aglutinam uma série de normas e consensos internos.

A rede social é composta por determinadas pessoas que ocupam posições diversas no seu funcionamento. A partir de Silverman (1977) e Levi (2000), entendemos Aníbal e Maximiano como sujeitos inseridos em uma realidade social privilegiada agindo como intermediários, responsáveis por estabelecer conexões entre diversos espaços da sociedade. Normalmente, possuíam um papel central dentro da rede de relacionamentos por possuírem características diferenciadas em relação aos demais, devido a sua posição política, econômica, intelectual etc. Neste sentido, entendemos a sociedade como uma teia, composta por uma série de redes menores, nas quais atuam diversos indivíduos que possuem maior ou menor grau de expressividade, normalmente relacionado à sua posição no conjunto. É neste sentido, por possuírem uma relação de intermediação nas questões relacionadas à benemerência, assistencialismo, cultura e lazer da rede em que se inseriam que compreendemos Maximiano e Aníbal como sujeitos que adquiriram um lugar

---

<sup>6</sup> O questionamento e problematização das noções de linearidade e desencadeamento de ações nas trajetórias de vida.

privilegiado no interior da comunidade composta pela elite imigrante portuguesa em Pelotas, no Rio Grande do Sul, durante os anos de 1910 e 1992.

É válido ainda expor em que sentido, nesta tese, utilizaremos a noção de *elite*. Não existe um consenso conceitual sobre o termo, neste sentido, apoiados em Heinz (2006), adotamos uma noção de elite mais ampla e flexível na qual se busca compreender a complexidade e dinâmica das interações sociais. Buscamos, a partir desta perspectiva, problematizar a existência e ação dos sujeitos históricos enquanto agentes sociais, focalizando também nas suas relações (MUGGE, 2012) através da rede em que se inseriam. É justamente,

[...] a imprecisão instrumental do termo “elite”[que] faz com que o historiador possa estudar grupos que ocupam posições-chave em determinada sociedade e que dispõe de poderes também determinados, assim como influências e privilégios, que, por sua vez, são inacessíveis aos outros componentes desse todo social (HEINZ, 2006, p. 8).

Uma vez que a problemática de pesquisa consiste em compreender a construção da *memória* e da *identidade* da elite imigrante portuguesa, a discussão acerca destes conceitos é fundamental no desenvolvimento da tese. Entendemos a memória a partir de Ricoeur (2007), que a compreende sob a ótica da fenomenologia, em função dos mecanismos que constituem a lembrança – “de que” se lembra e “de quem” é a memória daquele que lembra. É neste sentido que o ato de lembrar e esquecer são entendidos também como resultados de determinadas condições históricas e não apenas às condições operatórias da memória. Da mesma forma, a identidade é também definida historicamente através dos processos de identificação (HALL, 2003), marcados pela diferença (WOODWARD, 2014). “A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética de que da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente uma na outra [...]” (CANDAU, 2011, p. 16).

As identidades não se constroem a partir de um conjunto estável e objetivamente definível de ‘traços culturais’ – vinculações primordiais – mas são produzidas e se modificam no quadro das relações, reações e interações sócio situacionais – situações, contexto, circunstâncias – de onde emergem os sentimentos de pertencimento, de ‘visões de mundo’ identitárias ou étnicas. Essa emergência é a consequência de processos dinâmicos de inclusão e exclusão de diferentes atores que colocam em ação estratégias de designação e de atribuição de características identitárias reais ou fictícias, recursos simbólicos mobilizados em detrimento de outros ou provisória ou definitivamente descartados (CANDAU, 2011, p.27).

Em suma, entendemos a memória e a identidade, em conjunto, como construções sociais que acontecem em uma relação dialógica com o outro, marcada pela diferença. É

neste sentido, a partir de uma perspectiva não essencialista sobre a identidade, que Regina Weber trabalha com a questão da imigração, de acordo com ela, “[...] o peso da identidade nacional na historiografia dificulta uma abordagem antropológica da identidade [do imigrante]” (WEBER, 2006, p. 239). Ela é “[...] construída e reelaborada em um contexto interétnico, no qual os outros grupos têm papel nas atribuições daí resultantes [...]” (WEBER, 2006, p. 246), sendo assim, a etnicidade e/ou identidade étnica é resultado de interações sociais estabelecidas através dos processos históricos. As quais observamos, nesta pesquisa, através da rede de relações sociais em que os imigrantes se inseriam. Assim, “[...] as identidades étnicas só se mobilizam com referência a uma alteridade, e a etnicidade implica sempre a organização de agrupamentos dicotômicos Nós/ Eles (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 152).

[...] a etnicidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores. Essa definição mínima é suficiente para circunscrever o campo de pesquisa designado pelo conceito de etnicidade: aquele do estudo dos processos variáveis e nunca terminados pelos quais os atores identificam-se e são identificados pelos outros na base de dicotomizações Nós/Eles, estabelecidas a partir de traços culturais que se supõe derivados de uma origem comum e realçados nas interações raciais (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 141).

É necessário, ainda, expor como são abordados metodologicamente, na pesquisa, as entrevistas de história oral e os arquivos pessoais dos biografados. Compreendemos a história oral como metodologia, a partir de Verena Alberti (2004) e José Meihy & Fabíola Holanda (2011). As entrevistas utilizadas nesta pesquisa foram realizadas a partir da perspectiva da história oral temática que “[...] se dispõe à discussão em torno de um assunto central definido” (MEIHY & HOLANDA, 2011: 39), aqui deliberado como a imigração portuguesa no estado do Rio Grande do Sul durante o século XX. A análise e interpretação das entrevistas de história oral são fundamentais na pesquisa acadêmica, enquanto pesquisador precisamos considerar os enquadramentos da memória, os esquecimentos, silêncios e por fim, a subjetividade. Em relação a isso Portelli acrescenta:

Por isso, por muito controlável ou conhecida que seja, a subjetividade existe, e constitui, além disso, uma característica indestrutível dos seres humanos. Nossa tarefa não é, pois, a de exorcizá-la, mas a de distinguir as regras e os procedimentos que nos permitem em alguma medida compreendê-la e utilizá-la. Se formos capazes, a subjetividade se revelará mais do que uma interferência; será a maior riqueza, a maior contribuição cognitiva que chega a nós das memórias e das fontes orais (PORTELLI, 1996, pp. 3-4).

Entendemos os arquivos de Maximiano e Aníbal como uma produção de si “[...] essa denominação pode ser mais bem entendida a partir da ideia de uma relação que se estabeleceu entre o indivíduo moderno e seus documentos” (GOMES, 2004, p. 10). Neste sentido, guardar se torna um ato biográfico onde o indivíduo constrói uma identidade para si através dos seus documentos. O que se deve atentar, enquanto pesquisadora, nas “[...] fontes de caráter biográfico e autobiográfico [é] que, via de regra, [elas] expressam uma identidade pautada pelos pressupostos da coerência, da linearidade e do sentido” (SCHMIDT, 2004, p. 26). Bourdieu (2005) denominou essa visão de linearidade e coerência dos indivíduos de “ilusão biográfica”, é através desta perspectiva que as documentações de produção de si devem ser compreendidas.

Ignorar a complexidade dessa ‘produção’, oriunda de motivações pessoais mas submetida a uma série de interferências de natureza social, é não perceber que estão em jogo, e muitas vezes em disputa, diferentes visões de mundo. Significa tomar como dado o que na realidade é resultado de um longo processo de negociação (HEYMANN, 1997, p. 52).

Além disso,

O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de ‘dizer o que houve’, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento. Um tipo de discurso que produz uma espécie de ‘excesso de sentido do real pelo vivido’, pelos detalhes que pode registrar, pelos assuntos que pode revelar e pela linguagem intimista que mobiliza. Algo que pode enfeitiçar o leitor/pesquisador pelo sentimento de veracidade que lhe é constitutivo, e em face do qual certas reflexões se impõem. Nesse sentido, o trabalho de crítica exigido por essa documentação não é maior ou menor do que o necessário com qualquer outra, mas precisa levar em conta suas propriedades, para que o exercício de análise seja efetivamente produtivo (GOMES, 2004, p. 15).

Regina Weber aponta ainda que “[...] os documentos pessoais oferecem novas perspectivas do funcionamento concreto das redes relacionais tecidas pela amizade e pela solidariedade étnica, conhecidas como ‘cadeias migratórias’, e dos problemas de inserção social, profissional e cultural nos países de destino” (WEBER, 2013, p. 10). Sendo assim, esta pesquisa também se justifica no sentido em que se propõe a utilizar como fonte, principalmente, os arquivos privados dos biografados, os quais permanecem ainda em grande parte, inéditos para a pesquisa acadêmica. A importância da utilização dos arquivos privados na construção do conhecimento histórico já foi amplamente discutida por diversos autores, tais como Luciana Heymann (1997) e Angela de Castro Gomes

(2004). Atualmente, o emprego de arquivos privados em análises de caráter biográfico tem sido recorrente, pois permite observar diversos aspectos da trajetória do titular que de outra forma não seriam apreendidos. Este tipo de arquivo é característica frequente de indivíduos pertencentes à elite intelectual e/ou econômica de uma comunidade e a constituição se dá basicamente através da acumulação consciente ou não de diversos itens.

Sendo assim, os arquivos pessoais, denominados como “produção de si” (GOMES, 2004), ainda que extremamente relevantes, exigem, como qualquer outra fonte, um cuidado teórico-metodológico para a análise que não deve ser negligenciado. É necessário então que se desnaturalize a identificação automática entre arquivo pessoal e memória/trajetória individual. Afinal, existem diversos critérios, conscientes e inconscientes, de acumulação e ordenação feitas pelo titular ao longo dos anos. Enquanto pesquisadora é preciso estar constantemente alerta com a possibilidade de simplificação. Pois, tanto no processo da narrativa autobiográfica quanto da produção de si, os acontecimentos passam frequentemente por uma seleção, consciente e inconsciente (BORGES, 2005). Assim, o desenvolvimento narrativo desta tese se constitui enquanto complexa desconstrução, ao mesmo tempo em que precisa construir – a partir de informações previamente selecionadas por eles e depositadas nos seus arquivos pessoais privados – a trajetória de Aníbal de Oliveira Vidal e Maximiano Pombo Cirne.

Para tanto, dividimos a tese em quatro capítulos.

O primeiro capítulo, “DIRETRIZES (PRÉ) EMIGRATÓRIAS 1910-1934”, foi elaborado, a partir das esparsas informações acerca de Aníbal e Maximiano, disponíveis sobre o período, com o objetivo de abordar a sociedade de origem em que se inseriam e a configuração do processo emigratório. Para tanto, exploramos as informações que possuíamos inicialmente – localidade de origem, data de nascimento, e de imigração – e, a partir delas, buscamos fontes nos arquivos portugueses e brasileiros. Assim, abordamos a relação de continuidade estabelecida entre duas localidades absolutamente pontuais durante a maior parte do século XX: Aveiro, em Portugal, e Pelotas, no Brasil. Percebemos que a imigração de um grupo inicial, denominados por nós de “imigrantes da primeira geração”<sup>7</sup>, composto, principalmente, por pais e tios, foram responsáveis pela formação de uma espécie de efeito de chamada direcionado àqueles que compreendemos como os “imigrantes da segunda geração”, inseridos Aníbal e Maximiano. Concluímos o

---

<sup>7</sup> É evidente que a denominação serve apenas como critério explicativo nas questões que tangenciam as discussões desta tese, afinal, sabemos que a imigração de portugueses para Pelotas era uma constante desde o século XVII.

capítulo tratando acerca de alguns dos aspectos capazes de configurar a margem de decisão emigratória dos emigrantes e os cuidados e precauções que deveriam ser tomados, durante o percurso transatlântico. Abordamos, também, o procedimento adotado imediatamente após o desembarque no porto, localizado no extremo Sul do Brasil, na cidade de Rio Grande, e sua relação com a existência prévia de uma rede de apoio e acolhimento, composta pelos imigrantes da primeira geração.

Iniciamos o segundo capítulo, “INSTALAR-SE E ESTABELECE-SE ENQUANTO IMIGRANTE 1934-1942”, analisando a sociedade de acolhimento, encontrada em Pelotas, aos sujeitos pertencentes à segunda geração de imigrantes. Abordamos, em específico, Aníbal e Maximiano, para compreender as práticas de inserção encorajadas pelo grupo de imigrantes, dotados de relações sociais privilegiadas no interior das suas redes de relacionamentos. Dessa forma, percebemos que os estabelecimentos comerciais dos portugueses se configuravam como importantes espaços de domínio e articulação social na cidade. Neste capítulo, alguns nomes de sujeitos que viveram contemporaneamente aos biografados começam a surgir nas fontes provenientes dos arquivos pessoais privados analisados, e, portanto, na própria narrativa da tese. Eles serão importantes para compreender o processo de afirmação e continuidade da rede social em que Aníbal e Maximiano se inseriram. Concluimos o capítulo tratando acerca das dessemelhanças sociais e econômicas entre os biografados e sua significação no processo de afirmação pessoal e profissional, na rede social a qual faziam parte. Todavia, percebemos que, ainda que a ocupação dos espaços sociais pelotenses se desse de forma distinta, Aníbal e Maximiano estiveram presentes, em diversos momentos, nos mesmos lugares de socialização.

No capítulo três, “PROCESSO DE AFIRMAÇÃO IMIGRANTE 1944-1990”, a discussão aborda os aspectos relacionados à identidade étnica dos sujeitos pertencentes à rede analisada. Inicialmente, discorreremos acerca do processo de implementação de planejamentos, realizado pelo governo Vargas, para a afirmação da identidade nacional e como este fator afetou a relação com a imigração, em específico, de origem lusa. Apesar da relativa aceitação direcionada aos portugueses, em relação a outras etnias, as estratégias governamentais para incentivo à nacionalização foram dotadas de uma efetividade significativa, o que, entre outras questões, causou reações de caráter emocionais, afetivos e identitários. No restante do capítulo, analisamos, através da atuação e inserção de Aníbal e Maximiano em dois dos principais espaços de composição étnica na cidade de Pelotas: a Sociedade Portuguesa de Beneficência e o clube Centro

Português 1º de dezembro, ambos fundados por imigrantes lusitanos. Assim, compreendemos a SPBP e o CP como espaços de expressão lusófona que, durante todo o período analisado nesta tese, foram gerenciados por um mesmo grupo diretivo, onde os membros circulavam com relativa estabilidade pelos conselhos, monopolizando-os. Neste momento, mais do que nunca, e para critério desta tese, a rede social composta pela elite imigrante portuguesa passa a ficar absolutamente visível e dimensionável. Nesse sentido, considerando o alto índice de associação de imigrantes portugueses a essas entidades, ficou claro que a formação identitária do grupo era pautada pelas relações sociais estabelecidas na e através da SPBP e do CP. Constatamos, portanto, que o relacionamento estabelecido por Aníbal e Maximiano com a elite imigrante lusa, possibilitou que ocupassem lugares privilegiados no interior da rede analisada.

No quarto e último capítulo da tese, “O ENVELHECIMENTO DO SUJEITO ATIVO”, passamos a observar, de forma efetiva, a afirmação de Aníbal e Maximiano, enquanto sujeitos localizados de forma privilegiada na rede social analisada. Para tanto, os abordamos em situações determinantes, aqui consideradas como chaves de intermediação, nas relações estabelecidas entre os lusos: a utilização da residência particular de Aníbal como local de acolhimento imigrante e a posse de Maximiano ao cargo de Vice-Cônsul e gerente do Banco Português. Em seguida, tratamos, novamente, acerca do processo de afirmação e constituição da memória e identidade étnica, desta vez em relação aos sentimentos de nostalgia, expressos de forma verbal e não verbal no programa de rádio “Saudades de Portugal”, de Aníbal, e na “Caravana da Saudade”, de Maximiano. A parte final do capítulo diz respeito às intencionalidades, explícitas e implícitas, na atribuição do Título de Cidadão Pelotense, pelas autoridades da Câmara Municipal da cidade, para quatro imigrantes portugueses, entre eles Aníbal e Maximiano. Abordamos algumas questões relevantes de serem observadas, relacionadas ao envelhecimento do sujeito histórico, sobretudo quando se trata do imigrante ativo nas relações profissionais estabelecidas durante a vida. Por último, para encerrar a tese, analisamos a associação estabelecida entre a morte e as homenagens póstumas com a (re) afirmação de uma memória social.

## CAP I – A DIÁSPORA PORTUGUESA: DE AVEIRO PARA PELOTAS (1910-1934)

### 1.1. Origem e organização familiar (1910)

Em junho de 1990 e novembro de 1980, Aníbal e Maximiano, respectivamente, escreveram sobre suas histórias. Curiosamente, ou não, ambos iniciaram a narrativa colocando-se no texto enquanto imigrantes. “CHEGUEI ao Brasil dia 19 de setembro de 1932... [...]”<sup>8</sup>, escrevia Aníbal. “Como imigrante, acompanhado de minha mãe e a chamado de meu pai, cheguei a Pelotas, no dia 22 de fevereiro de 1922 [...]”<sup>9</sup>, disse Maximiano. Com frequência, para quem emigra de forma permanente durante a juventude e, portanto, permanece a maior parte da vida em outro país, a condição de imigrante tende a ser considerada um marco tanto ou mais significativo do que o próprio nascimento, sobretudo com a idade avançada<sup>10</sup>. Por isto são compreensíveis os motivos pelos quais Aníbal e Maximiano escolheram nos contar suas histórias a partir deste marco temporal.

É mais ou menos consensual, em diversas teorias migratórias, que os aspectos relacionados às origens e características territoriais dos locais de saída não devem ser ignorados pelo pesquisador. Afinal, são de extrema relevância para a compreensão dos processos, portanto, devem ser destacados e observados. Esta noção respeita todos os deslocamentos populacionais, sobretudo os de longa distância (RODRIGUES; ROCHA, 2008). Tal como o Brasil, o território português possui profundos contrastes internos de caráter geográfico que se desdobram em distinções sociais e econômicas bem definidas. A trama analisada nesta tese tem início na região Norte de Portugal no final do século XIX e começo do XX, em sua grande maioria no Noroeste, distrito de Aveiro. Além disso, historicamente é possível afirmar que diversos fluxos migratórios ultramarinos tiveram início com sujeitos que habitavam zonas costeiras e portuárias (TRUZZI, 2008), como é o caso da região de Aveiro. Assim, para compreender o ponto de partida da teia analisada, é preciso ter em mente os diversos aspectos – sociais, econômicos, culturais e geográficos

---

<sup>8</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDA. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>9</sup> PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. Minha passagem pelo “Diário Popular”. **Diário Popular**. Pelotas, nº 70, 15 e 16 de novembro de 1980, 2º cad., p. 2 e 3.

<sup>10</sup> É válido ressaltar que o falecimento de Aníbal se deu apenas alguns meses após a escrita do documento, em 1990. Maximiano faleceu em 1992, 12 anos depois da publicação do seu artigo.

– que compõem esta região no país de origem de Maximiano, Aníbal e de diversos outros sujeitos que empreenderam na jornada de emigração.

Os dias costumam ser chuvosos na região Norte de Portugal, que, apesar de majoritariamente rural, é mais densamente povoada. O cenário é verdejante em função das chuvas abundantes, que banham as plantações. Em meio às montanhas da região Noroeste, se vislumbravam os minifúndios dos nativos, algo aproximado a apenas dois hectares. As lavouras de milho eram as mais comuns de serem encontradas por quem passava, produto principal da região desde o século XVII. De longe se viam os *espigueiros*, estruturas cobertas utilizadas para secar e armazenar a produção, assegurando comida na mesa durante todo o ano, já o copo de vinho era garantido para quem chegasse graças ao cultivo da uva. Devido à facilidade de irrigação, a produção agrícola podia ser bem diversificada, como por exemplo, através do cultivo de macieiras, ameixeiras, pessegueiros, cerejeiras, produção de linho, legumes, etc.

Manuel Luiz de Souza Cirne e Maria José Pombo e Cunha<sup>11</sup> viviam na região da marinha de Aveiro, em uma pequenina aldeia na Beira Litoral, freguesia de Bunheiro conselho da Murtosa<sup>12</sup>, onde, em 22 de março de 1910, nasceu Maximiano Pombo Cirne. Na mesma região, mas, na direção oposta, apenas três dias depois – em 25 de março de 1910 – nascia Aníbal de Oliveira Vidal, em Mourisca de Vouga, no conselho de Águeda<sup>13</sup>, filho de José Joaquim de O. Vidal e Ludovina Augusta Vidal<sup>14</sup>. Infelizmente, não encontramos os registros civis<sup>15</sup> e/ou paroquiais de Maximiano e Aníbal no Arquivo Distrital de Aveiro. Foram localizados apenas os registros das paróquias de Segadães e Trofa<sup>16</sup> entre 1910 e 1911. Todavia, através destes dados, esparsos e incompletos, conseguimos ter uma pequena dimensão acerca dos nascimentos ocorridos naquelas localidades no período. Sagadães possui 123 batismos registrados entre 01 de janeiro e

---

<sup>11</sup> RIO GRANDE DO SUL. Declaração 950. **Banco de Dados Digital da DRT-RS**. Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 1939.

<sup>12</sup> CIRNE, MAXIMIANO PINHEIRO. Trajetória Profissional do Jornalista Maximiano Pombo Cirne. [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 14 de janeiro de 2013.

<sup>13</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Carta Memorial [escrita pela filha Irene Vidal Carret?]. [sem local] [Pelotas?], [sem data] [2016?].

<sup>14</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Carteira Profissional. Número 42769. **Documentação**. Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Departamento Nacional do Trabalho. Brasil, 06, de abril de 1935.

<sup>15</sup> Os registros civis disponíveis no arquivo iniciam no ano de 1911.

<sup>16</sup> Localidades às quais Mourisca de Vouga é integrada.

25 de dezembro de 1910<sup>17</sup> e 128 batismos entre 25 de janeiro a 25 de março de 1911<sup>18</sup>. Enquanto isso, Trofa possui 137 batismos registrados entre 03 de janeiro e 15 de dezembro de 1910<sup>19</sup> e 142 batismos entre 02 de fevereiro e 26 de março de 1911<sup>20</sup>.

As casas da região costumavam ser de granito (BOSCHILIA, 2014) e as dependências eram iluminadas apenas pela candeia de azeite<sup>21</sup>. Pelas propriedades era comum encontrar alguns animais que faziam parte do cotidiano familiar, tais como vacas, aves, porcos, ovelhas e cabras. Eles serviam, inclusive, para a complementação dos parques rendimentos das propriedades (SCOTT, 2010). Esta realidade fica bem evidenciada nas fontes da pesquisa: com pouco emprego disponível e uma propriedade de terra relativamente pequena, durante a primavera e o verão as famílias se dedicavam a agricultura e separavam seu excedente, no período do outono e inverno a pesca era uma das principais alternativas de estabilidade para os habitantes da região<sup>22</sup>. A utilização de mão de obra familiar era recorrente para a subsistência do grupo. Neste sentido, os filhos dos camponeses trabalhavam desde muito jovem até atingirem a idade adulta<sup>23</sup>, na lida do campo pertencente à família. Este fator fica evidente, principalmente, na trajetória de Aníbal: “Filho de pais camponeses viveu até os 22 anos na lida do campo [até emigrar para o Brasil]”<sup>24</sup>.

Como base da economia, a agricultura era o centro da organização familiar em diversos sentidos, como em relação ao cultivo e acesso a propriedade de terra. Dessa forma, se estabeleceu um costume acerca da divisão dos bens familiares: apenas um filho – normalmente o mais velho – recebia a herança compreendida pela propriedade (SCOTT, 2010). Os demais, deveriam casar e procurar moradia e trabalho em outro local. Neste sentido, os homens eram os que comumente mais emigravam. Contudo, é evidente que

---

<sup>17</sup> ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. Batismos 01/01/1910 – 25/12/1910. **Paráquia de Segadães** 12/03/1653 – 30/03/1911. Referência: PT/ADAVR/PAGD16/1/123. Segadães, 01/01/1910 – 25/12/1910.

<sup>18</sup> ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. Batismos 25/01/1911 – 25/03/1911. **Paráquia de Segadães** 12/03/1653 – 30/03/1911. Referência: PT/ADAVR/PAGD16/1/128. Segadães, 25/01/1911 – 25/03/1911.

<sup>19</sup> ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. Batismos 03/01/1910 – 15/12/1910. **Paráquia de Trofa** 02/07/1634 – 30/03/1911. Referência: PT/ADAVR/PAGD18/1/137. Trofa, 03/01/1910 – 15/12/1910.

<sup>20</sup> ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. Batismos 02/02/1911 – 26/03/1911. **Paráquia de Trofa** 02/07/1634 – 30/03/1911. Referência: PT/ADAVR/PAGD18/1/142. Trofa, 02/02/1911 – 26/03/1911.

<sup>21</sup> PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. Minha passagem pelo “Diário Popular”. **Diário Popular**. Pelotas, n° 70, 15 e 16 de novembro de 1980, 2° cad., p. 2 e 3.

<sup>22</sup> CIRNE, MAXIMIANO PINHEIRO. Trajetória Profissional do Jornalista Maximiano Pombo Cirne. [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 14 de janeiro de 2013.

<sup>23</sup> A concepção de idade adulta é um fator que varia de acordo com a realidade social e econômica de cada família, entretanto, comumente é definida pela maturidade – subjetiva – para o casamento.

<sup>24</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Carta Memorial [escrita pela filha Irene Vidal Carret?]. [sem local] [Pelotas?], [sem data] [2016?].

existiam mecanismos utilizados para contornar o cenário: permanecer solteiro nas dependências do herdeiro ou ingressar na vida religiosa, eram alguns deles. Esses costumes levavam em consideração a alta densidade populacional da região e o tamanho reduzido das propriedades, visavam prevenir a excessiva fragmentação da terra para garantir a viabilidade econômica da unidade produtiva<sup>25</sup>.

## **1.2. Permanência da conjuntura econômica frágil de Portugal entre os séculos XIX e XX**

Se levarmos em consideração a economia doméstica e o ciclo de vida familiar seremos capazes de observar diferentes estratégias, elaboradas a partir dos recursos disponíveis, para alcançar uma série de objetivos, entre eles o da emigração (TRUZZI, 2008). Em finais do século XIX e começo do XX, Portugal passava por uma forte debilidade econômica, evidenciada através da “[...] pobreza de largas camadas da população, a escassez de canais de mobilidade social, a pressão demográfica e a demanda por mão de obra no exterior alimentaram o fluxo torrencial [de partidas]” (SCOTT, 2010, p. 162). Assim, a emigração servia, inclusive, como uma espécie de válvula de escape que limitava as tensões demográficas, econômicas e sociais. As repercussões da Independência brasileira ecoavam em Portugal, transformando o período em um momento de mudanças decisivas no país. O processo de industrialização e o liberalismo, que se espalhava pelo continente Europeu, também foram decisivos para que Portugal tentasse implementar um projeto político de inserção neste cenário. Para alavancar a economia interna, o governo buscava incentivar a criação de indústrias. Entretanto, o panorama insistia em permanecer pouco favorável para o país (BOSCHILIA, 2014). O insucesso relacionado às medidas econômicas adotadas pelo governo, somado aos fatores sociais e culturais, já apontados, alavancou o índice de camponeses que passavam a desejar e, mais do que isso, passaram a se organizar de forma mais efetiva para embarcar

---

<sup>25</sup> É interessante observar que muitas dessas características permanecem com relativa autenticidade e poucas alterações ainda hoje nas pequeninas aldeias. Durante os meses de doutorado sanduíche, desenvolvido a partir do projeto desta tese, um dos aspectos que pautaram e marcaram significativamente sua existência foi justamente a ampliação da pesquisa em termos de atividades de campo. Para além das pesquisas nos arquivos, senti a necessidade – e mais precisamente, curiosidade – de percorrer algumas regiões que mantinham as características que eu havia lido na revisão bibliográfica. Conhecer os lugares, andar pelas ruas, aldeias, vilas, conhecer pessoas e ouvir suas histórias. A primeira experiência<sup>25</sup> e talvez a mais marcante foi acompanhar uma colega brasileira para conhecer a aldeia de origem de seu pai. Lá foi possível observar como as permanências do passado coexistem com o presente. Percorrendo as ruas, conheci as casas de granito, as antigas estruturas dos *espigueiros*, as pequenas propriedades e plantações de subsistência. As pessoas lembram de seus imigrantes e, pelo sobrenome, apontam onde viviam/vivem aquelas famílias.

no projeto migratório. Embora não fosse possível uma dominação absoluta, até aquele momento, o estado assumia o direito de controlar os movimentos migratórios. Foram as correntes liberais do século XIX que promulgaram a aceitação e noção “[...] de que pertencia inteiramente ao indivíduo a escolha dos seus itinerários e dos locais de trabalho e residência” (LEITE, 1987, p. 464).

Desse modo, no interior deste contexto socioeconômico pouco promissor, a sociedade portuguesa oitocentista acabou protagonizando o fenômeno da chamada diáspora moderna, quando milhares de portugueses, impulsionados pela precariedade das condições materiais, deixaram o país, na esperança de a ele retornar tão logo o panorama econômico se mostrasse mais favorável. O desejo de retorno, bastante perceptível na documentação produzida sobre a temática da emigração, é, sem dúvida, um aspecto que reforça a tese defendida por historiadores portugueses de que os deslocamentos migratórios deviam-se muito mais às condições internas do que propriamente aos aspectos ligados à atração externa (BOSCHILIA, 2014, p. 243).

A partir da segunda metade do século XIX, o contexto econômico brasileiro estimulou a emigração de sujeitos provenientes do meio urbano e pertencentes a estratos sociais mais elevados, como por exemplo, médicos, industriais, engenheiros, farmacêuticos e bacharéis (BOSCHILIA, 2014). Por outro lado, a crescente migração das populações rurais de Portugal, devido ao desenvolvimento industrial, portuário e comercial para as cidades, dificultava o desenvolvimento das atividades que possibilitavam aos habitantes permanecer nas suas áreas de origem. O incentivo e auxílio para que os filhos abandonassem o núcleo familiar e partissem em busca de oportunidades (BOSCHILIA, 2014) ocasionava o desequilíbrio entre os sexos, proporcionado pela emigração dos homens que não haviam sido beneficiados pela herança familiar (SCOTT, 2010). Essa era a realidade majoritária nos locais de origem onde o sistema de herança não possuía a capacidade de comportar a permanência de todos os herdeiros na propriedade familiar (TRUZZI, 2008).

Parte integrante da cultura lusa desde, pelo menos, o século XV, as migrações de modo algum eram uma experiência nova na vida cotidiana dos portugueses. Especialmente no que dizia respeito aos habitantes da região Noroeste de Portugal, zona de minifúndio, com excedente de mão-de-obra nas unidades familiares, os deslocamentos constituíam importante fator de equilíbrio da economia doméstica. Conforme apontam diferentes estudos historiográficos, esse fenômeno, que se intensificou sobretudo a partir do século XVII, tinha como principais protagonistas os jovens que se deslocavam, preferencialmente, para o Alentejo e para o Brasil. Todavia, foi com o advento do século XIX, particularmente no contexto de sua segunda metade, que os fluxos migratórios passaram a ser mais intensos e contínuos (BOSCHILIA, 2014, p. 242-243).

Percebemos que a imigração esteve presente na realidade daquelas famílias durante séculos e, ainda hoje, se caracteriza enquanto tema sensível nas pequeninas aldeias em Aveiro<sup>26</sup>. Neste sentido, quais seriam os fatores que tornam os processos migratórios de Aníbal, Maximiano e diversos outros sujeitos na primeira metade do século XX, distintos dos demais? Aqui, apenas à critério explicativo, existe um grupo inicialmente dividido em dois corpos sociais distintos e em constante contato: os primeiros a emigrar de Aveiro para Pelotas e os segundos<sup>27</sup> – normalmente filhos e sobrinhos dos precursores, como Maximiano e Aníbal.

### **1.3. Política de emigração entre os emigrantes da primeira geração (1850-1918)**

O crescimento do fluxo de emigração gerou diversas polêmicas, sobretudo no Parlamento (MATOS, 2013). O cenário político, no que se refere à política de emigração portuguesa, variou muito: ora repressivo, ora permissivo (PEREIRA, 2008). Através da pressão dos grandes proprietários rurais sobre a evasão de mão de obra, foi organizada uma legislação bastante rígida à emigração clandestina. Com o objetivo de servir como instrumento de controle e vigilância, foram criados os passaportes, foi instituída a obrigatoriedade de inspeção nos navios, etc. (MATOS, 2013). Neste sentido, “[...] apesar de se constatar a necessária e inevitável mobilidade de pessoas no império português, essa circulação nunca foi livre, já que o Estado, desde cedo, tentou superintender a difícil conciliação da colonização e a permanência dos reinos” (PEREIRA, 2008, p. 35). O que podemos afirmar é que durante este período a emigração teve

[...] um papel determinante, uma vez que o movimento natural é mais homogêneo, ainda que também nele se possa observar a influência da mobilidade, numa clara evidência do que é a globalidade da dinâmica demográfica. Até quase os finais do século passado, viveu-se um período no qual a mobilidade foi entendida, tanto como estratégia do poder político e económico, como uma opção individual e familiar fundamentada no desejo de ascensão social. As suas causas e consequências foram, por vezes, distintamente perspectivadas pelas elites locais, tendo estas como base fundamental a defesa ou contestação, muitas vezes de carácter político-partidário, e situações de precariedade económica de seus habitantes ou, em sentido inverso deste, de falta de mão-de-obra necessária ao desenvolvimento económico (RODRIGUES; ROCHA, 2008, p. 258).

---

<sup>26</sup> Este aspecto foi perceptível, inclusive, durante a experiência de doutorado sanduíche da autora.

<sup>27</sup> A definição de primeira e segunda geração de imigrantes cabe apenas como critério explicativo no que tange o estudo desta tese. Afinal, como foi dito no texto, a mobilidade era frequente desde, pelo menos, o século XV.

Como qualquer processo contínuo, a emigração portuguesa envolveu experiências múltiplas e diversificadas. Todavia, o princípio do desejo de emigrar começava, muitas vezes, pela necessidade iminente de subsistência. Verificamos com muita clareza a queixa constante da existência de poucas atividades remuneradas e uma produção agrícola com baixos índices de produtividade<sup>28</sup> nas pequenas propriedades rurais. No plano individual, a escolha pela emigração possuía um custo – financeiro e emocional – muito elevado a curto prazo, entretanto, os benefícios vislumbrados a médio e longo termo eram considerados compensadores (SCOTT, 2010).

No decorrer do século XIX, com ênfase na sua segunda metade, e durante os primeiros anos do XX, diversos sujeitos organizavam os preparativos para emigrar. Manoel Cirne<sup>29</sup> e Ângelo Ferreira de Matos<sup>30</sup>, respectivamente pai de Maximiano e tio de Aníbal estavam entre eles. A legislação portuguesa estava atenta às particularidades dos diversos grupos sociais que possuíam interesse na emigração. O Estado exercia um controle administrativo rigoroso acerca das entradas e saídas de estrangeiros e nacionais. Dessa forma, era estabelecido um tratamento de acordo com o gênero e a faixa etária dos indivíduos que desejavam emigrar, no momento de solicitação do passaporte<sup>31</sup>. Até 1929 não eram impostas proibições em relação a raça, profissão, religião, habilitação literária, estatuto social ou econômico (LEITE, 1987). No mesmo sentido, não existia restrição para destinos específicos devidos incidentes diplomáticos, condições sanitárias, etc. Contudo, o governo português ordenou que fossem lidos nas igrejas os nomes de emigrantes falecidos enquanto os jornais deveriam publicar listas e divulgar as epidemias no Brasil, estas práticas possuíam como objetivo demonstrar os riscos da emigração (LEITE, 1987). Além da folha corrida, informando a isenção de atitudes criminais (BOSCHILIA, 2014), outra exigência feita para a obtenção do passaporte era

[...] apresentar um contrato de trabalho em devida forma ou fazer prova de que tinham pago a viagem. Esta exigência pretendia evitar incidentes como os ocorridos nos anos 50: a ‘transferência’ de trabalhadores de um contator para outro; e a ‘venda’ no porto de chegada de emigrantes que deviam ao comandante da embarcação o preço da passagem (LEITE, 1987, p. 466).

---

<sup>28</sup> CIRNE, MAXIMIANO PINHEIRO. Trajetória Profissional do Jornalista Maximiano Pombo Cirne. [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 14 de janeiro de 2013.

<sup>29</sup> CIRNE, MAXIMIANO PINHEIRO. Trajetória Profissional do Jornalista Maximiano Pombo Cirne. [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 14 de janeiro de 2013.

<sup>30</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

<sup>31</sup> O caso de homens em idade militar será abordado mais adiante na tese.

Através destas diretrizes, eram solicitados os passaportes e autorizações para emigrar. Aveiro era o local com maior expedição de passaportes individuais entre os anos de 1835 a 1950 (SOUZA, 2008). O Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (Cepeses) da Universidade do Porto possui o registro de 22.857 passaportes expedidos em Aveiro, dessa forma, uma vez que este não é o objetivo principal desta tese, seria inviável analisar individualmente todo o corpo documental. Todavia, através dos indicativos de busca disponíveis pelo Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade – nome, naturalidade, nome do pai e nome da mãe – foram encontradas 10 solicitações de passaportes que supomos<sup>32</sup> ser de alguns membros desta primeira geração: Custódio da Silva Branco (40)<sup>33</sup>, Francisco da Silva Melo (23)<sup>34</sup>, Francisco José Lopes (34)<sup>35</sup>, Francisco Pinto de Madureira (18)<sup>36</sup>, Gaspar Fernandes do Nascimento (30)<sup>37</sup>, Joaquim da Silva Ferreira Costa (36)<sup>38</sup>, José Maria Duarte (28)<sup>39</sup>, José Monteiro Valente (54)<sup>40</sup>, Manoel da Silva Monteiro (51)<sup>41</sup> e Manoel Rodrigues Aresta (57)<sup>42</sup>. Através das

---

<sup>32</sup> A suposição se dá através da similaridade de dados constantes na solicitação do passaporte e informações prévias sobre os indivíduos.

<sup>33</sup> CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE. Número de identificação 106196. **Base de dados.** A emigração de Portugal para o Brasil. Titulares de Passaportes. Universidade do Porto, Porto, [s/ano].

<sup>34</sup> CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE. Número de identificação 55933. **Base de dados.** A emigração de Portugal para o Brasil. Titulares de Passaportes. Universidade do Porto, Porto, [s/ano].

<sup>35</sup> CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE. Número de identificação 45530. **Base de dados.** A emigração de Portugal para o Brasil. Titulares de Passaportes. Universidade do Porto, Porto, [s/ano].

<sup>36</sup> CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE. Número de identificação 366178. **Base de dados.** A emigração de Portugal para o Brasil. Titulares de Passaportes. Universidade do Porto, Porto, [s/ano].

<sup>37</sup> CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE. Número de identificação 380385. **Base de dados.** A emigração de Portugal para o Brasil. Titulares de Passaportes. Universidade do Porto, Porto, [s/ano].

<sup>38</sup> CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE. Número de identificação 165930. **Base de dados.** A emigração de Portugal para o Brasil. Titulares de Passaportes. Universidade do Porto, Porto, [s/ano].

<sup>39</sup> CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE. Número de identificação 99149. **Base de dados.** A emigração de Portugal para o Brasil. Titulares de Passaportes. Universidade do Porto, Porto, [s/ano].

<sup>40</sup> CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE. Número de identificação 19364. **Base de dados.** A emigração de Portugal para o Brasil. Titulares de Passaportes. Universidade do Porto, Porto, [s/ano].

<sup>41</sup> CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE. Número de identificação 373842. **Base de dados.** A emigração de Portugal para o Brasil. Titulares de Passaportes. Universidade do Porto, Porto, [s/ano].

<sup>42</sup> CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE. Número de identificação 295258. **Base de dados.** A emigração de Portugal para o Brasil. Titulares de Passaportes. Universidade do Porto, Porto, [s/ano].

informações constantes na solicitação de passaporte destes imigrantes, observamos que, em sua maioria – 8 deles –, se tratam de homens com idade superior a militar<sup>43</sup>.

No mesmo sentido, Francisco da Silva Melo também fez a requisição do passaporte com destino a Pelotas, no Sul do Brasil. No dia 7 de setembro de 1892, em Lisboa, era preenchido o formulário informando que “para todos os efeitos do § único do artigo 10º do Regulamento geral de polícia de 7 de Abril de 1863”, é certificada a isenção de “crimes e pode livremente dispor de si”, autorizando a obtenção do passaporte por Francisco<sup>44</sup>. Junto com o processo foi encontrado um documento, emitido aproximadamente dois anos antes, pelo Vice-Cônsul de Portugal em Pelotas, Joaquim da Costa Leite, em 16 de agosto de 1890, trata-se de um título de nacionalidade<sup>45</sup>. Não existe referência sobre a exigência deste tipo de documento para a solicitação de passaportes; entretanto, podemos presumir que se tratou de uma estratégia para comprovar ligações com o Vice-Consulado da cidade e facilitar o processo de requisição.

Manoel, Ângelo, Francisco e Joaquim são apenas alguns dos sujeitos que compõem esta primeira geração. É a partir deste momento que passamos a delimitar a rede estabelecida por – e para – esses sujeitos, da qual, pouco mais adiante, Aníbal e Maximiano farão parte. Esta tarefa se mostrou mais complexa do que o esperado inicialmente, em primeiro lugar devido à inexistência dos registros consulares completos acerca dos portugueses inscritos no Vice-Consulado de Portugal em Pelotas no período<sup>46</sup>. Além disso, não foi possível obter autorização para pesquisar na documentação existente no Vice-Consulado<sup>47</sup>. A alternativa encontrada foi realizar o levantamento individualmente nas fontes disponíveis à medida que os nomes fossem aparecendo<sup>48</sup>. Isso gerou duas questões significativas para serem levadas em consideração durante a pesquisa: o fato de possuir a rede completa estudada apenas no final da pesquisa – tanto nas fontes primárias quanto bibliográficas – e a impossibilidade de mensurar, ainda que de forma aproximada, a sua extensão. Assim, trabalhamos a partir da informação

---

<sup>43</sup> 18 anos.

<sup>44</sup> ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. Processo de requerimento de passaporte de Francisco da Silva Melo. **Governo Civil de Lisboa, Processos de Requerimento de Passaportes**, cx. 25, doc. 25. Referência: PT/ADLSB/AC/GCL/H-D/006/00025/00025. Lisboa, 07 de setembro de 1892.

<sup>45</sup> ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. Processo de requerimento de passaporte de Francisco da Silva Melo. **Governo Civil de Lisboa, Processos de Requerimento de Passaportes**, cx. 25, doc. 25. Referência: PT/ADLSB/AC/GCL/H-D/006/00025/00025. Lisboa, 07 de setembro de 1892.

<sup>46</sup> De acordo com o atual Vice-Cônsul de Pelotas, Francisco José Leal Serra, existe apenas um livro de registro sob os cuidados do Vice-Consulado, os demais foram extraviados.

<sup>47</sup> As tentativas para autorização foram feitas durante meses, sem sucesso. No entanto, foi possível realizar duas entrevistas de História Oral temática com o Vice-Cônsul, Francisco José Leal Serra.

<sup>48</sup> A lista completa, com os nomes encontrados, se encontra no ‘Apêndice A’ da tese.

concedida pelo Vice-Cônsul, de que, no período, a cidade de Pelotas abrigava aproximadamente 2.000 portugueses, inscritos no Vice-Consulado<sup>49</sup>. Neste número, pressupomos que se encontram tanto os da primeira geração quanto os da segunda, aqui estudados. Devido à disponibilidade das fontes, é mais frequente se deparar com os emigrantes da primeira geração. Foram encontrados 51 registros de entrada de estrangeiros no Brasil, pelo porto do Rio de Janeiro<sup>50</sup>, com destino a Pelotas entre 1875-1910<sup>51</sup>. Além destes, foram mencionados individualmente nas fontes pelo menos 48 outros sujeitos, neste período<sup>52</sup>. Não é possível afirmar a procedência exata dos imigrantes, sabemos apenas que provinham do porto de Lisboa e/ou Portugal. No entanto, podemos supor que alguns eram de Aveiro, afinal parte significativa dos portugueses em Pelotas provinha daquela região<sup>53</sup>.

Esses imigrantes [especialmente os] vindos até 1888, formavam a nata da imigração e vários conseguiram consolidar pequenos negócios, sendo que alguns deles ou seus filhos, transformaram-se em industriais e fortes comerciantes da região, estabelecendo laços, através do casamento, com a elite agrária local (LONER, 1999, p. 84).

O que podemos afirmar é que, em um primeiro momento, o objetivo<sup>54</sup> da primeira geração de emigrantes parece claro: estabelecer residência, adquirir condições econômicas e sociais suficientes para receber e auxiliar os jovens sujeitos do nicho familiar mais próximo na jornada de e/imigração. Entretanto, a saída constante dos homens afetou drasticamente a estrutura familiar que permaneceu no país de origem. Dessa forma, se ampliou de forma significativa a responsabilidade feminina na família (MATOS, 2013). Neste sentido, a legislação portuguesa “[...] restringia a saída para o estrangeiro de mulheres casadas, já que a permanência dos laços conjugais e manutenção da família em Portugal facilitavam os fluxos das remessas, que se tornaram essenciais para a família e a economia do país (MATOS, 2013, p. 51). Essa situação fica evidenciada na relação estabelecida entre Manoel – já em Pelotas – com Maximiano e a esposa, Maria

---

<sup>49</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

<sup>50</sup> Os registros de entrada no porto de Rio Grande não existem.

<sup>51</sup> ARQUIVO NACIONAL. Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro com destino a Pelotas. **Base de Dados** Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro. Brasil, 1875-1910.

<sup>52</sup> Trata-se de um levantamento individual nas fontes, feito manualmente pela autora.

<sup>53</sup> Assim como: Manoel, Ângelo e Francisco.

<sup>54</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Carta Memorial [escrita pela filha Irene Vidal Carret?]. [sem local] [Pelotas?], [sem data] [2016?].

CIRNE, MAXIMIANO PINHEIRO. Trajetória Profissional do Jornalista Maximiano Pombo Cirne. [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 14 de janeiro de 2013.

– ainda em Aveiro. Uma vez em Pelotas, Manoel procurou estabelecer um pequeno comércio de secos e molhados para prover seu sustento e da família que permanecia em Portugal, o armazém Cristal.

#### **1.4. A construção simbólica de “uma larga e comprida ponte” entre Aveiro e Pelotas**

Apesar de apresentarem certa divergência, as estatísticas portuguesas de emigração possuem relativa continuidade cronológica desde 1855 (LEITE, 19870). Jorge Arroiteia e Regina Brito Fiss (2007) afirmam que entre os 220 mil emigrantes registrados nos anos de 1890 a 1900, aproximadamente 94% delas tinha como destino o Brasil. Ana Scott (2010) afirma que, entre 1886 e 1960, contabilizando apenas as saídas legais, mais de 1,5 milhão de nativos deixaram Portugal. Maria Matos (2013) afirma que 1,9 milhão se dirigiram ao Brasil entre 1822 e 1950. José Damião Rodrigues e Gilberta Rocha (2008) dizem que a cifra de emigração portuguesa entre 1815 e 1930 se aproximou de 1,8 milhão, possuindo como destino principal o Brasil. Contudo, todos apontam no mesmo sentido: uma emigração em massa foi frequente em todas as regiões do país de forma ininterrupta, com maior assiduidade nos anos imediatamente anteriores à Primeira Guerra Mundial. Entretanto, foi especialmente intensa no Norte, sendo possível afirmar que aproximadamente 80%, ou seja, cerca de 900 mil pessoas, eram oriundas da região (SOUSA, 2008). Do Noroeste, com destaque para Aveiro, partiram mais de 30% dos emigrantes, estes dados são bem significativos e corroboram as questões relacionadas ao êxodo rural (SCOTT, 2010).

Pesquisadores do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (Cepese) da Universidade do Porto em Portugal se dedicaram à realização de um grande projeto, “A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil”<sup>55</sup>. De acordo com Fernando Sousa (2008) – pesquisador do Cepese – a partir dos livros de registro de passaportes dos distritos de Bragança, Braga, Porto, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu e Aveiro, a equipe tem proposto apresentar variáveis significativas do fenômeno emigratório da região Norte para o Brasil. Afirmam que esta realidade deve ser compreendida como estrutural a partir de uma perspectiva global (SOUSA, 2008). Conforme mencionado anteriormente, os dados apresentados por Sousa (2008) apontam que Aveiro era o local de maior expedição de passaportes individuais entre 1835 a 1950 – 22.879 de um total de 212.928, era o

---

<sup>55</sup> Durante o período do doutorado sanduíche tive a oportunidade de conhecer o Cepese, entretanto, o projeto “A emigração do Norte de Portugal para o Brasil” não se encontrava com atividades ativas naquele momento.

terceiro distrito com maior destino ao Brasil (10,7%), atrás do Porto (45,1%) e Viseu (38,7%).

Em relação ao sexo, dos emigrantes provenientes do Norte, ao encontro do que vem apontando a historiografia, a grande maioria era de homens (85%). Já no tocante a divisão por idade, o grupo mais representativo é o entre 20 e 24 anos (mais de 40.000), seguido pelos sujeitos entre 25 e 29 (mais de 37.000), e de 30 a 34 anos (mais de 30.000). Do total dos que se dirigiram ao Brasil, 43,3% eram casados, 38,7% solteiros e 2,9% viúvos.

Durante muito tempo, algumas visões de cunho preconceituoso acerca das diferenças entre o Sul e o Norte de Portugal permeavam as relações sociais entre os sujeitos, o que é possível observar através de obras de intelectuais do início do século XIX das áreas de Economia e História, como Alexandre Herculano, Oliveira Martins, Basílio Teles e Teófilo Braga (SCOTT, 2010). Utilizavam a noção de raça para definir e dividir a nação portuguesa entre as populações do Norte, arianos “[...] profundamente identificadas com o trabalho produtivo, enquanto as da Sul, de origem árabe e berbere – semitas –, não souberam desenvolver uma agricultura digna de nome [...]” (SCOTT, 2010, p. 67). Assim sendo, a produção agrícola da região Norte atribuía à sua população um carácter de superioridade cultural incontestável aos olhos da época. No mesmo sentido, “[...] a valorização das identidades regionais também está nos corações e mentes dos emigrantes portugueses pelos quatro cantos do mundo” (SCOTT, 2010, p. 84).

Esse fator de diferenciação entre as regiões Norte e Sul de Portugal permite observar também um padrão estabelecido para definir locais de imigração aos que se dirigiam ao Brasil. Enquanto, durante o século XVII, a grande maioria dos sujeitos provenientes da região dos Açores fixou-se nos estados do Maranhão e Pará Brasil (RODRIGUES; ROCHA, 2008); a maior parte dos imigrantes portugueses estabelecidos na cidade de Pelotas, no sul do Brasil, eram originários da região Norte de Portugal, Aveiro. Se identifica a emigração da região de Aveiro para Pelotas no Brasil desde o século XIX<sup>56</sup>. Isto estabelecia uma relação de proximidade entre o grupo que partia e o que ficava em Portugal. De acordo com Maximiano, há muito existia uma ponte entre as duas regiões,

[...] para mim é agradável e bem leve, porque nos ligam os mesmos laços de sangue e falamos a mesma língua, já que, agora e de há muito,

---

<sup>56</sup> De fato, com frequência, no *corpus documental* trabalhado nesta tese, é mais fácil identificar os imigrantes portugueses do século XIX em Pelotas do que os da primeira metade do século XX – os quais fazem parte Aníbal e Maximiano.

não há fronteiras entre [Pelotas, no Sul do] Brasil e [Aveiro, no Norte de] Portugal, visto o Atlântico ter unido por uma larga e comprida ponte a ligar intimamente as duas [regiões] pátrias irmãs<sup>57</sup>.

Além disso, enquanto Cônsul Honorário em 1991, Maximiano, em entrevista para Regina Fiss e Carmen Pombo (1991) afirmava<sup>58</sup>,

Lugar tipicamente igual aqui, não faltando a Ponte do São Gonçalo, que lá é a Ponte de Avarela. O mesmo iguapé, junco, que não é junco, bunho, bainho, para fazer esteiras. Geologicamente falando é igualzinho ao Aveiro. Mesmo paralelo - 32°33 N, mesma formação geológica, antigo Golfo de mar, que foi subindo e, ao mesmo tempo, açoriando, formando o sistema lagunar de Aveiro, com um braço de mar a comunicar com o Atlântico. Nós estamos no mesmo paralelo - 32°33 S, com a mesma formação geográfica, golfo de mar com até os contrafortes da Serra do Mar, e com o fenômeno que aqui há, do açoreamento que formou, então, o sistema lagunar do Rio Grande do Sul, que aqui chamam de Lagoa do Patos e Lagoa Mirim (CIRNE apud FISS; POMBO, 1991, p. 7).

De fato, a proximidade entre as duas cidades foi verificada em diversos aspectos, culminando, mais adiante, em um acordo de geminação<sup>59</sup>. Esse desejo era constante por parte de diversos sujeitos pertencentes à rede estudada. Isto fica evidenciado nos agradecimentos da monografia de Fiss e Pombo (1991), onde é sugerido o acordo de geminação das cidades. As autoras listam uma série de homens e mulheres que contribuíram para a realização do estudo e proposta, entre eles Maximiano e Francisco José Leal Serra<sup>60</sup>.

Embora não existam dados seriais e/ou quantitativos disponíveis<sup>61</sup>, acerca da origem exata dos imigrantes portugueses radicados em Pelotas, é possível supor que a sua grande maioria provinha da região de Aveiro (BRANCO, 1997). Fiss e Pombo (1991), levando em consideração a percepção da própria comunidade, assim como esta tese, afirmam que a maioria dos imigrantes portugueses da cidade de Pelotas eram originários de Aveiro. Isso se deu porque “aqueles já radicados no município encontraram na região

---

<sup>57</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Cópia da sessão solene realizada na Câmara Municipal Pelotense, em 15/1/73, com a entrega do Título de cidadão Pelotense aos srs. Joaquim Dias, Manoel Marques da Fonseca Júnior e Maximiano Pombo Cirne. **Documentação Pessoal**. Sessão Solene para recebimento do Título de Cidadão Pelotense. Pelotas, 10 de fevereiro de 1973, p. 1.

<sup>58</sup> Infelizmente, a entrevista não se encontra disponível para consulta e nem existem referências, na obra de Fiss e Pombo (1991), acerca da metodologia empregada para a sua realização.

<sup>59</sup> O acordo de geminação entre os municípios de Pelotas e Aveiro foi firmado em 1996.

<sup>60</sup> Naquele período Maximiano era o vice-cônsul, posteriormente substituído por Francisco.

<sup>61</sup> Conforme já foi mencionado anteriormente, não foi possível ter acesso às documentações de entrada no Porto de Rio Grande e inscrições de imigrantes no Vice-Consulado de Pelotas. Nestas fontes, seria possível observar, de forma mais precisa, os locais de origem dos radicados na cidade e, portanto, ir ao encontro ou de encontro com a percepção da própria comunidade.

alguns aspectos semelhantes a Aveiro, facilitando a ambientação e a transmissão de seus hábitos e costumes” (FISS; POMBO, 1991). Além disso, no editorial de geminação dos municípios de Pelotas e Aveiro é exposto claramente pelas partes que os “Aveirenses são a maioria dos aqui residentes [em Pelotas]”<sup>62</sup>. Todavia, é importante ressaltar que, apesar de Aveiro se encontrar em uma região portuária, a maioria dos registros de emigrantes encontrados nesta pesquisa afirmam que o seu porto de origem era o de Lisboa<sup>63</sup>.

### 1.5. Efeito chamada e sua utilização na organização migratória

O oceano atlântico foi visto durante séculos, pela humanidade, de forma absolutamente incompreensível sem recorrer a explicações cosmológicas. Ainda hoje, através de sua vasta extensão, é vislumbrado, principalmente por quem migra, como uma “imensidão líquida” capaz de propiciar uma vida melhor. As águas que banham e fazem o percurso entre Portugal e Brasil já transportaram milhares de imigrantes, em ambas as margens. Entretanto, não são apenas pessoas que atravessam o oceano, também sentimentos – de saudade, distância, medo, alegria, nostalgia e esperança – ideias, palavras e informações. São essas últimas que nos interessam neste momento, afinal, conforme disse o Sr. Francisco Serra relatou, em entrevista de história oral sobre os motivos que levaram os imigrantes de Aveiro para Pelotas, “[...] tudo tem um ponto de atração, não é?! Tudo tem uma razão”<sup>64</sup>.

Não devemos menosprezar o descontentamento com a fragilidade econômica vivenciada no país de origem. Entretanto, assim como Maximiano e Aníbal, a maior parte da sua geração foi influenciada e instigada por informações procedidas do outro lado do oceano. Eram provenientes, principalmente, das cartas de chamada, as quais

---

<sup>62</sup>AVEIRO. Registro nº 1980/2012. Proc. DJ/00/06. **Protocolos celebrados pela Câmara Municipal de Aveiro e outros municípios ou Instituições de Países de CPLP**. Aveiro, 17 de fevereiro de 2012.

<sup>63</sup>ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. Relação de passageiros. Governo Civil de Lisboa, Relação de Passageiros, cx. 25. Referência: PT/ADLSB/AC/GCL/H-D/011/00025. Portugal, 1895.

ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. Relação de passageiros. **Governo Civil de Lisboa, Relação de Passageiros**, cx. 26. Referência: PT/ADLSB/AC/GCL/H-D/011/00026. Portugal, 1895.

ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. Relação de passageiros. **Governo Civil de Lisboa, Relação de Passageiros**, cx. 27. Referência: PT/ADLSB/AC/GCL/H-D/011/00027. Portugal, 1895.

ARQUIVO NACIONAL. Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro com destino a Pelotas. **Base de Dados** Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro. Brasil, 1875-1910.

ARQUIVO NACIONAL. Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro com destino a Porto Alegre. **Base de Dados** Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro. Brasil, 1875-1910.

ARQUIVO NACIONAL. Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro com destino ao Rio Grande do Sul. **Base de Dados** Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro. Brasil, 1875-1910.

<sup>64</sup>SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Pevereda Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 11 de junho de 2015.

desencadeavam uma espécie de efeito chamada. De acordo com o atual Vice-Cônsul de Portugal em Pelotas, Sr. Francisco Serra, este foi o ponto principal de atração “[...] por exemplo, vou te dar um exemplo assim, mais antigo. Joaquim Oliveira<sup>65</sup>, veio para aqui e começou a trabalhar e com a sua inteligência etc. e começou a chamar, mandou vir os irmãos todos, irmãos, primos, sobrinhos, veio tudo”<sup>66</sup>. A partir da documentação disponível não é possível traçarmos o percurso destas cartas, todavia, sabemos que o Arquivo Histórico do Porto de Aveiro possui um extenso registro da entrada de correspondências pelo seu porto. São 6 livros de registros ininterruptos entre os anos de 1925 a 1945<sup>67</sup>, produzidos pela “Junta Autónoma da Ria e da Barra de Aveiro”. Embora não saibamos a origem, isso denota a existência de um canal constante de comunicação, através do recebimento de correspondências com destino a Aveiro<sup>68</sup>.

### 1.5.1. Utilização das cartas de chamada pelos imigrantes

Na maior parte das vezes, as informações eram transcritas em cartas de chamada, “[...] as famosas cartas de chamada<sup>69</sup>”, elas (re) produzem métodos de deslocamento, afastamento e perspectivas de reencontros no começo do século XX. O processo de transmissão de informação normalmente é concebido através de redes, cujo grau de

---

<sup>65</sup> Joaquim Oliveira faz parte da geração de Maximiano e Aníbal, conviveu contemporaneamente com ambos e a comunidade.

<sup>66</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Pevereda Jaques. Entrevista de História Oral Temática, Pelotas-RS, 11 de junho de 2015.

<sup>67</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO PORTO DE AVEIRO. Lv. 1º Registro de correspondência entrada na secretaria (3 jan. 1925 – 1 abril 1933). **Manuscritos**. Referência: APA-IM-MA-000313. Aveiro, 3 jan. 1925 – 1 abril 1933.

ARQUIVO HISTÓRICO DO PORTO DE AVEIRO. Lv. 2º Registro de correspondência entrada na secretaria (20 Abril 1933 – 11 nov. 1935). **Manuscritos**. Referência: APA-IM-MA-000314. Aveiro, 20 Abril 1933 – 11 nov. 1935.

ARQUIVO HISTÓRICO DO PORTO DE AVEIRO. Lv. 3º Registro de correspondência entrada na secretaria (11 nov. 1935 – 20 jun. 1938). **Manuscritos**. Referência: APA-IM-MA-000315. Aveiro, 11 nov. 1935 – 20 jun. 1938.

ARQUIVO HISTÓRICO DO PORTO DE AVEIRO. Lv. 4º Registro de correspondência entrada na secretaria (20 jun. 1938 – 10 dez. 1940). **Manuscritos**. Referência: APA-IM-MA-000316. Aveiro, 20 jun. 1938 – 10 dez. 1940.

ARQUIVO HISTÓRICO DO PORTO DE AVEIRO. Lv. 5º Registro de correspondência entrada na secretaria (11 dez. 1940 – 21 jun. 1943). **Manuscritos**. Referência: APA-IM-MA-000317. Aveiro, 11 dez. 1940 – 21 jun. 1943.

ARQUIVO HISTÓRICO DO PORTO DE AVEIRO. Lv. 6º Registro de correspondência entrada na secretaria (29 jun. 1943 – 20 nov. 1945). **Manuscritos**. Referência: APA-IM-MA-000318. Aveiro, 29 jun. 1943 – 20 nov. 1945.

<sup>68</sup> Infelizmente não foi possível fazer uma análise mais detalhada dos livros de registros devido a declaração do estado de emergência em Portugal e encerramento das atividades do arquivo em função da pandemia do COVID19 em 2020.

<sup>69</sup>SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Pevereda Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 11 de junho de 2015.

abrangência pode variar consideravelmente (TRUZZI, 2008), desde amplos espectros grupais até pequenos conjuntos, como o analisado. Enquanto membros da primeira geração de imigrantes, Manoel Cirne e Ângelo Matos – pai de Maximiano e tio de Aníbal, respectivamente – desempenharam este papel. As informações provenientes dos arquivos privados de Maximiano e Aníbal mencionam, mais de uma vez, a existência deste efeito de chamada procedente das cartas<sup>70</sup>. Todavia, infelizmente, estas correspondências são raras de serem encontradas nos arquivos pessoais, provavelmente foram extraviadas ou se encontram repousadas em algum órgão de recepção de imigrantes. Neste sentido, as duas cartas que serão aqui analisadas contêm aspectos relevantes de serem mencionados. Em relação à primeira, se encontra no Museu da Imigração de São Paulo e à segunda, apesar de estar no arquivo privado de um imigrante<sup>71</sup>, se trata de uma cópia do original. Feitas estas ressalvas, convém mencionar que o envio e recebimento de correspondências, mesmo que por via marítima, não era necessariamente uma novidade na sociedade moderna e contribuiu para uma constante transmissão de informações provenientes do além-mar. O que cabe ressaltar aqui, neste momento, é que se,

[...] no início dos oitocentos, o percurso das cartas entre Portugal e Brasil era de aproximadamente 60 dias, este prazo reduziu-se sensivelmente com a expansão das ferrovias, do sistema de navegação a vapor e da mala postal. Na segunda metade do século XIX, as missivas podiam chegar ao seu destino em até 20 dias” (MATOS & TRUZZI, 2015a, p. 340).

É verdade que a maior agilidade na troca de correspondências marítimas possibilitava um diálogo menos custoso e demorado entre remetente e destinatário. Ainda assim, contando que a correspondência não fosse extraviada se tratava de, aproximadamente, mais de um mês de espera entre a troca de uma carta e outra. Neste sentido, não pode ser caracterizado enquanto um processo ágil de discussão para implementação de ações coletivas, entretanto, era recorrente a união de famílias, apesar dos diálogos objetivos.

---

<sup>70</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Carta Memorial [escrita pela filha Irene Vidal Carret?]. [sem local] [Pelotas?], [sem data] [2016?].

CIRNE, MAXIMIANO PINHEIRO. Trajetória Profissional do Jornalista Maximiano Pombo Cirne. [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 14 de janeiro de 2013.

<sup>71</sup> A cópia da carta se encontra no arquivo pessoal privado de Carlos Martins Frio, contemporâneo de Maximiano e Aníbal.

[...] Primo<sup>72</sup>, por esta venho dizer que embarca sua mãe dia 12 de janeiro [de 1914], Vapor Capô Verde em Laxão. Logo que esta [carta] receba faça pergunta de quando ele chega para ir esperar ele, que ela não desce do Vapor sem você estar presente. Que assim esta devidamente convidada a descer do Vapor [...]. Peço que não falte a hora certa, Capô Verde.

Primo, eu disse-lhe que o dinheiro não chegava e foi certo, não chegou. Mas eu arrumei o restante para o que foi preciso, ela depois dirá a verdade, isto confiando no primo. Eu logo que ela embarque eu escrevo as contas todas declaradas.

Primo, nós estimamos que tivesse boas festas e boas entradas do ano novo de 1914. Por esta não enfado mais [...].

Primo, adeus e até a sua volta, assim como disse que em 1914 vinha a Portugal eu digo-lhe que se vier que está a nossa casa as suas ordens para o que lhe prestar [...]. Adeus, até a vista [?].

Joaquim Luiz Ferreira Torres.

Primo, mais lhe peço que traga meu mano e família, se [ele] quiser, para eu lhe pagar [ao irmão] o que ele fez a nosso filho, que nós só somos dois irmãos. Que minha mulher pede que venha, que eles tem casa as ordens e tudo o que estiver no meu poder. Com satisfação. Adeus, Torres<sup>73</sup>.

Quem escreve é Joaquim Torres, dando instruções para o primo receber, pontualmente, a mãe no desembarque do “Vapor Capô Verde”. Além disso, apontava os aspectos financeiros da viagem e a impossibilidade de arcar com todos os custos apenas com o dinheiro que havia sido enviado pelo primo. Entretanto, informa que conseguiu alçar o restante do valor para arcar com todos os gastos relacionadas a viagem da tia. Ela confirmaria a informação assim que desembarcasse e a ele caberia enviar as anotações de todas as despesas discriminadas posteriormente, confiando que o primo arcaria com a dívida recém-adquirida. Desejos de boas festas, um feliz ano novo de 1914 e a disponibilidade para recebê-lo em sua casa, caso a vontade de retorno a Portugal se concretizasse, deveriam encerrar a carta. Quase deixado de lado, um último parágrafo finaliza a mensagem. Aparentemente Joaquim T. se sentia em dívida com o irmão – mencionado agora – devido a uma benfeitoria feita ao seu filho algum tempo antes. O irmão havia imigrado no Brasil, Joaquim T. e sua esposa pediam que retornasse com a família, seriam recebidos com prazer.

---

<sup>72</sup> Os sujeitos mencionados na carta não fazem parte da rede estudada, entretanto, julgamos apropriado utilizá-la por se tratar de uma referência explícita do mesmo processo que é amplamente mencionado nas fontes privadas analisadas.

<sup>73</sup> SÃO PAULO. **Cartas de chamada**. Museu da Imigração do Estado de São Paulo. Portugal, 05 de janeiro de 1914. Disponível em: [http://www.inci.org.br/acervodigital/upload/cartas/MI\\_CC\\_A0000290X.pdf](http://www.inci.org.br/acervodigital/upload/cartas/MI_CC_A0000290X.pdf). Acesso em: 18 de abril de 2019.

Não é possível saber como se deram os desfechos dessas histórias apenas com essa carta, afinal, só possuímos parte do diálogo. É neste sentido que Croci (2008) afirma a dificuldade de estabelecer e analisar em caráter serial esse tipo de documentação. No entanto, “[...] embora o acesso às correspondências seja parcial, no sentido de abranger apenas um sentido (do marido para a esposa, e não vice-versa), é possível muitas vezes inferir, mesmo unilateralmente, a natureza do diálogo travado entre ambos” (MATOS & TRUZZI, 2015a, p. 339). Dessa forma, em relação ao exposto na carta apresentada, apenas podemos supor o que aconteceu: o primo, já residente no Brasil, chamou a mãe para a sua companhia, ela foi amparada pelo sobrinho, Joaquim T., nos preparativos e acertos para a viagem. A mulher provavelmente desembarcou no Brasil, afinal, a carta se encontra no Museu do Imigrante de São Paulo. Se o filho foi pontual ao recebê-la, conforme insistia Joaquim T., não sabemos.

Infelizmente, não possuímos as anotações que seriam enviadas, contendo a discriminação dos gastos referentes ao processo de imigração; dessa forma, seria possível mensurar o valor do empreendimento. O que sabemos é que até as décadas finais dos anos oitocentos, as despesas entre: passaporte, viagem e fiança militar podiam variar entre 180\$000 a 280\$000. Isso correspondia ao ganho obtido entre 180 jornadas de um trabalhador e 45 jornadas de um operário especializado (LEITE, 1987). Entretanto, sabemos que, no ano de 1912, o bilhete de terceira classe no barco a vapor baixou cerca de metade do valor, de 55\$800 para 22\$000 (SCOTT, 2001). Ainda que o valor seja considerável, isso denota que o processo e/imigratório se tornara muito mais viável em comparação com as décadas anteriores. Contudo,

A emigração transatlântica era sem dúvida um empreendimento caro; e, como a maior parte da emigração portuguesa – sobretudo do continente – era livre de contrato e portanto não subsidiada, pode-se dizer que a generalidade dos emigrantes dispunha de algum capital ou crédito: os emigrantes não eram a camada mais miserável e desprotegida da população (LEITE, 1987, p. 468).

Ao retomarmos a análise da carta, observamos que as duas últimas informações constantes são interessantes de se observar, principalmente, pelo fato de transmitirem um desejo, ainda que não expresso diretamente pelos interessados, de retorno a Portugal. A primeira aparenta a existência de uma informação prévia referente ao desejo do primo de Joaquim T. para retornar, de forma passageira, ao país de origem. Supomos que seja referente a uma visita momentânea por estar chamando a mãe para seu encontro, aparentemente de forma permanente. Em relação a segunda, não fica claro se o desejo de

retorno é de Joaquim T., por querer saldar um débito anterior, ou do irmão, por ter reconsiderado a imigração. De qualquer forma, ficam evidentes as relações familiares expostas entre os protagonistas da carta – Joaquim T., esposa, primo, tia e irmão – e o esforço de implementação de ações coletivas, seja no Brasil ou em Portugal, para o melhor desempenho individual dos sujeitos em relação às escolhas sobre o processo de e/imigração ou retorno. É esta a questão que mais nos interessa e é mencionada de forma clara – ainda não seja explicitada – nos arquivos privados analisados: o estabelecimento, articulação e prática de auxílio no processo e/imigratório de Maximiano e Aníbal.

“Mesmo sendo particulares e íntimas, as cartas assumiam uma importância pública como veículo de avisos, que reforçavam a ligação com a comunidade de origem, possibilitando, assim, a transferências de outros grupos de imigrantes” (VENDRAME, 2011, p. 70). É o chamamento, ou ato de chamar, que caracteriza as cartas de chamada, são documentos “[...] usados no processo de imigração para comprovar vínculos e viabilizar as saídas e/ou entradas nos países de origem e destino” (MATOS & TRUZZI, 2015a, p. 338). No caso apresentado anteriormente, o chamamento para o Brasil não se constitui enquanto ato explícito na correspondência em si, afinal ela foi emitida em Portugal e viajou milhares de quilômetros através do oceano até o Brasil para, posteriormente, repousar no arquivo do imigrante de SP. No entanto, demonstra a necessidade da presença de uma pessoa já estabelecida, como responsável, para a chegada da mulher, com o objetivo de evidenciar que ela era convidada e, portanto, se encontrava devidamente autorizada a desembarcar. Também mostra a questão do “chamamento de retorno” a Portugal para sujeitos já estabelecidos no Brasil. Sabemos que a situação de precariedade entre alguns imigrantes era frequente e, dessa forma, a necessidade de empreender a viagem de regresso nem sempre se constituía enquanto tarefa simples. A grande maioria dos sujeitos, nestes casos, sequer haviam saldado a dívida adquirida para a ida, e o sonho de voltar se tornava ainda maior do que o da imigração. As situações apresentadas na carta denotam uma perspectiva ampla acerca das cartas de chamada adotada pelo Museu da Imigração de São Paulo, que cataloga diversas tipologias documentais como cartas de chamada. De acordo com o exposto, a maior parte é classificada como união familiar, um termo cunhado pela burocracia migratória moderna para se referir à principal intencionalidade das cartas.

As cartas de chamada são subdivididas em dois grandes grupos (CROCI, 2008) que se referem, basicamente, à tipologia documental (BELLOTO, 2002). Em primeiro lugar, podemos citar as Cartas Privadas, categoria que abarca a correspondência de

Joaquim T. para seu primo, que não possuem necessariamente um ato de chamada explícito. São manuscritas, normalmente recebidas do Brasil, e possuíam como objetivo testemunhar a existência de um indivíduo, já estabelecido, que teria a capacidade de prover as necessidades iniciais básicas do recém-imigrado. Em segundo lugar, temos as denominadas de Cartas Oficiais, que são documentos redigidos especificamente em formulários apropriados diretamente nos consulados, inspetorias de imigração ou órgãos relacionados. Normalmente datilografados, com assinaturas de testemunhas e munido de diversos carimbos institucionais. É o caso da carta apresentada abaixo<sup>74</sup>:

Armando Ramos de Paula Coelho, licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, Cônsul de Portugal em Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Certifico, que no dia treze de dezembro de mil novecentos e quarenta e oito, compareceu nesta chancelaria do Consulado de Portugal em Porto Alegre, o cidadão português BOAVENTURA MARTINS FRIO, devidamente inscrito sob o número 1890 livro 5º de inscrições consulares. E por ele me foi dito em presença de testemunhas idôneas adiante nomeadas e assinadas, que chama para a sua companhia seu pai Joaquim Maria Martins, viúvo, agricultor, com 72 anos de idade, de nacionalidade portuguesa e seu irmão Carlos Martins Frio, solteiro, comerciante, com 27 anos de idade, de nacionalidade portuguesa, naturais de Freguesia de Avanca, Conselho de Estarreja, Distrito de Aveiro, atualmente residentes na cidade de Lisboa, na rua Moçambique nº 9 – 3º, Portugal, a quem se obriga a prestar alimentos nos termos dos artigos 171 e 179 do Código Civil português, e prover, a sua própria custa, a repatriação no caso de, por motivo de doença, não poder prover a sua subsistência. [...]

Declara mais reconhecer que esta obrigação lhe poderá ser judicialmente exigida em Portugal por qualquer agente do Ministério Público [?]

Foram testemunhas presentes os cidadãos portugueses, devidamente inscritos neste Consulado, Antonio Martins e Aristides Ribeiro, comerciantes e residentes nesta capital, os quais assinam esta carta de chamada com o declarante e comigo Cônsul, depois de por mim ser lida em voz alta na presença de todos, do que dou fé [...]<sup>75</sup>.

Na carta de chamada oficial apresentada, quem redige é o cônsul de Portugal em Porto Alegre, licenciado em direito, Armando Ramos. É ele quem faz a declaração das informações trazidas por Boaventura, inscrito no livro consular. Além da datilografia da carta, o processo parece ser feito de forma pouco formal, as informações são obtidas verbalmente e certificadas apenas pelas testemunhas, consideradas de caráter idôneo e igualmente inscritas no consulado. Boaventura, enquanto solicitante da chamada do pai e

---

<sup>74</sup> Diferente da carta apresentada anteriormente esta se encontra no arquivo pessoal privado de Carlos Martins Frio, imigrante contemporâneo a Maximiano de Aníbal. Portanto, os sujeitos mencionados fazem parte da rede analisada. O documento é uma cópia do original.

<sup>75</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE CARLOS MARTINS FRIO. Carta de Chamada. **Documentação**. Porto Alegre, 13 de dezembro de 1948.

do irmão – Joaquim M. e Carlos – se compromete perante o Cônsul e as testemunhas a prestar os subsídios necessários para subsistência aos futuros imigrantes e custear uma possível repatriação, caso necessário. Isso de acordo com o código civil português, Art. 171 e 179 que ainda hoje tratam acerca do órgão administrativo e do conselho fiscal e da proteção dos direitos de terceiros<sup>76</sup>, obrigação que poderia ser judicialmente exigida em Portugal. Isso denota a existência de uma regulamentação, também provinda do governo português, no que diz respeito ao direito e segurança das necessidades básicas dos imigrantes portugueses depois de estabelecidos no Brasil.

O que as duas cartas apresentadas possuem em comum e contribuem para compreender a futura implementação da atividade migratória de Maximiano e Aníbal é o efeito de chamada caracterizado enquanto “[...] papel atribuído aos primeiros que chegaram que, principalmente através de correspondência privada, chamam ou convidam a encontrá-los parentes, amigos e conhecidos” (CROCI, 2008, p. 26-27). É evidente a diferença dos aspectos da grafia de cada carta apresentada, as normas de escrita e a própria noção de coesão e coerência são aspectos já estudados por pesquisadores da área de filologia, letras clássicas e vernáculas (SIQUEIRA, 2010). Entretanto, foram as mobilidades que exigiram dos indivíduos que e/imigravam o exercício da escrita e leitura. Passava a fazer parte do universo camponês e urbano um amplo espectro textual, além das cartas privadas. Era composto por manuais, guias, folhetos, opúsculos, periódicos, revistas, indicações de viagens e condições gerais nos países de destino, trâmites burocráticos referentes a passaporte e autorizações e uma série de outros aparatos escritos (MATOS & TRUZZIA, 2015).

### **1.5.2. Utilização das cartas de chamada pelo estado**

Joaquim Costa Leite (1987) afirma que de acordo com o decreto 16. 782 de 27 de abril de 1929, era exigido aos maiores de 14 anos e menores de 45 o certificado de 3º classe se de instrução primária como habilitação literária mínima para a emigração. A esta informação é válido acrescentar a verificação de uma tendência à existência da habilidade de leitura e escrita entre os sujeitos da trama aqui apresentada. Em termos históricos, é o desenvolvimento de todo um o aparato burocrático e administrativo do estado, que passa a exigir, cada vez mais, dos sujeitos a abertura de suas vidas privadas

---

<sup>76</sup> PORTUGAL. Diário da República eletrônico. Diário do Governo n° 274/1966, Série I de 1966-11-25. **Código Civil Português**. Legislação Consolidada. Portugal, 1966. Disponível em:< <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/34509075/view>>. Acesso em: 22 de abril de 2019.

em detrimento da manutenção da ordem e controle estatal. A concepção de carta de chamada oficial é um exemplo disso, mas também a utilização das cartas privadas, pelo estado, comprova essa colocação. Desde o ano de 1909, a Secretaria de Agricultura já fazia o uso público das cartas de colonos com o objetivo de impulsionar toda uma propaganda pró-imigração, de responsabilidade das agências do governo no exterior (CROCI, 2008).

A invasão do estado na vida privada de uma população que devia ser submetida a seu controle obriga as pessoas comuns a se confrontar com o mundo escrito, questões legais, regulamentos, comunicados e propaganda. O aparato estatal entra na cotidianidade dos habitantes das cidades e do campo a ponto de se tornar interlocutor e destinatário direto de mensagens escritas, petições, requerimentos, pedidos e súplicas. Em segundo lugar, modernização quer dizer maior mobilidade social e, sobretudo geográfica, seja porque as condições materiais e tecnológicas favorecem mais facilmente possibilidades de deslocamento, seja porque o desenvolvimento dos mercados a nível internacional impõe um enorme crescimento na circulação de mercadorias e capitais, mas também, obviamente, de homens (CROCI, 2008, p. 17).

Entretanto, foi com a aprovação do Serviço de Povoamento pelo decreto nº 9.081, de 3 de novembro de 1911, que se popularizou a utilização das cartas como comprovação de chamamento. No artigo 169<sup>77</sup>, se exigia a coleta de cartas, consideradas de importância para propaganda, dirigidas a repartições e dependências, bem como cópias das enviadas por intermédio delas a parentes ou pessoas residentes no exterior. De forma abertamente estimulada pelo decreto, a imigração a chamado possuía diversas vantagens: passagem marítima de terceira classe; recebimento nos portos com suporte médico e alimentício; transporte até o porto ou estação de destino; isenção de taxas agrícolas; funcionário disponível para esclarecimentos e obtenção de informações necessárias; preferência em transportes específicos; etc. Isso demonstra a maior credibilidade das cartas em relação aos folhetos distribuídos pelas agências do governo no exterior.

Nesse mesmo sentido, outro ponto importante é a confiabilidade atribuída a tais informações, o que enfatiza a importância das chamadas relações sociais primárias. A pessoa ou a família que pensava em emigrar tendia a confiar mais nas informações fornecidas, ao vivo ou por carta, por um parente, vizinho ou amigo, por exemplo, do que nos folhetos de propaganda distribuídos por um agente recrutador, cujos lucros dependiam apenas do número de indivíduos que conseguisse colocar a bordo de um vapor. Assim, os contatos pessoais tornavam-se

---

<sup>77</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 9.081, de 3 de novembro de 1911. **Da novo regulamento ao Serviço de Povoamento**. Brasil, 1911. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9081-3-novembro-1911-523578-republicacao-102836-pe.html>>. Acesso em: 20 de abril de 2019.

mais importantes, porque mais confiáveis do que as informações não pessoais (TRUZZI, 2008, p. 206).

Assim, mais do que as cartas, é o ato de chamada – convite, solicitação, pedido, atestado, autorização, declaração: a tomada de responsabilidade e zelo por outrem – que caracteriza o ponto de união dos dois aspectos principais desse item: os sujeitos que se encontram/encontravam em Portugal e os que já estavam no Brasil. A obra de Maria Izilda Santos Matos e Oswaldo Mario Serra Truzzi auxilia de forma indispensável na observação desses fatores de ligação entre os emigrantes e imigrantes. Entre as fontes analisadas, se encontra “[...] um corpo documental inédito definido pelas ditas cartas de chamada entre migrantes portugueses e seus familiares, localizadas em arquivos distritais das cidades do Porto e Braga, em Portugal [...]” (MATOS & TRUZZI, 2015a, p. 338).

No seu conjunto, as missivas registravam diferentes experiências, revelando relações pessoais, familiares (desagregação, distanciamento e reencontro familiar), envolvendo solidariedade nas dificuldades, suportes (rivalidades, afetividades e amizades), expondo interesses, perspectivas e possibilidades, mas explicitam como principal mote os esforços para o reagrupamento familiar (MATOS & TRUZZI, 2015a, p. 342).

“Apesar de todos os esforços de aproximação, gradativamente, estabeleciam-se distâncias culturais [com os que ficavam], devido às experiências transformadoras como cruzar o oceano, à chegada num território desconhecido, ao enfrentamento de desafios e privações” (MATOS & TRUZZI, 2015a, p. 342). É certo que o desenvolvimento de uma autonomia eficiente era fundamental para o recém-imigrado. Assim como a escrita das cartas, os aspectos burocráticos eram facilitados pelo domínio da língua. “Neste sentido, a identidade cultural e linguística favoreceu o imigrante português, principalmente o que vinha por conta própria” (NOGUEIRA, 1998, p. 21). Isso não quer dizer que as questões identitárias relacionadas ao imigrante português devam ou possam ser minimizadas. Conforme apontado anteriormente, os aspectos conflitantes existiram, e serão analisados de forma mais profunda adiante na tese; no entanto, é fato que

[...] o binômio língua e cultura constitui uma unidade indivisível dentro da qual é possível identificar uma série de relações articuladas e complexas – a língua traduz a cultura no sentido antropológico, a cultura cria a língua e vice-versa – que contribuem para a definição, ou melhor, demarcação identitária do falante, podemos dizer – em última análise – que toda língua ‘apoia-se’ e se estrutura em torno de um imaginário e de uma cultura de pertencimento (CROCI, 2008, p. 32).

Pudemos observar que o ato de chamada, muitas vezes exposto nas cartas, possuía, com frequência, três utilizações primárias. A utilização informativa é uma das mais

frequentes encontrada, destinada basicamente ao envio e pedido de notícias pela família. Possuía a intencionalidade de receber ou enviar referências e sugestões acerca do processo migratório burocrático e humano – partida, viagem, chegada, estabelecimento etc. É este o tom de grande parte das cartas de chamada salvaguardadas pelo Museu da Imigração do Estado de São Paulo, como o primeiro caso apontado, no qual Joaquim T. envia informações e acertos financeiros, bem como instruções para o primo receber a mãe no Brasil.

As cartas de chamada também podiam ser utilizadas enquanto comprovante de autorização para a retirada de passaporte em Portugal. Normalmente, eram redigidas por maridos e/ou pais e direcionadas a esposas, filhas e filhos menores de idade. A migração dessas pessoas era autorizada apenas mediante apresentação desse documento ou semelhante. “O Regulamento de 7 de Abril de 1863 estabelecia que, para obtenção do passaporte, os menores necessitavam do consentimento dos pais, as mulheres casadas dependiam dos maridos” (LEITE, 1987). Desta forma, se restringia a saída do país “[...] já que a permanência dos laços conjugais e a manutenção da família em Portugal funcionavam como um suporte, ampliando as possibilidades do retorno e facilitando os fluxos das remessas, que se tornaram essenciais para a família e a economia do país” (MATOS & TRUZZI, 2015b, p.339).

Por último, as cartas ou ato de chamada eram utilizados para comprovação de vínculo com parente ou conhecido, desde que estabelecido no Brasil e com o mínimo de condições econômicas necessárias para oferecer moradia e alimentação ao recém-imigrado. Servia, portanto, como uma espécie de resguardo para o bom comportamento e garantia de subsistência dos indivíduos. O documento deveria ser apresentado no porto de destino e anexado junto à Inspetoria de Imigração (MATOS & TRUZZI, 2015b). Ainda que de forma não intencional, esse aspecto ampliava os laços de amizade e benemerência entre a população e/imigrante. É este o aspecto que será relevante para a implementação da discussão nesta pesquisa: a forma como eram acionados e como se dava o funcionamento dos mecanismos que compunham as cadeias migratórias, em específico a estudada: a rede composta pelos imigrantes portugueses no sul do Brasil durante o século XX.

Portanto, a emigração se articulava em família, possibilitando que, por meio dos laços parentais – irmão, primos, tios – seguissem para a América e elaborassem estratégias coletivas, que lhes permitissem a própria continuidade da vivência camponesa. Os emigrantes formularam estratégias coletivas, pensando na transferência de grupos de famílias como uma forma mais segura de garantir a reconstrução das

suas estruturas familiares e comunitárias nos locais de estabelecimento no Rio Grande do Sul (VENDRAME, 2011, p. 75).

Vendrame (2011) trata dos mecanismos familiares camponeses, todavia, o mesmo padrão é observado em relação a rede aqui analisada. A questão chave neste aspecto é a forma como a informação é concebida e compartilhada pelos sujeitos. O que se encontra disponível é sempre limitado e depende diretamente da rede de relações dos e/imigrantes (TRUZZI, 2008). De início aceitava-se amplamente a noção de que a possibilidade de “contágio da febre imigratória” ou “difusão da informação por epidemia” era proporcional a distância estabelecida entre as aldeias de partida dos imigrantes. Quanto mais próximas as aldeias, mais forte o desencadeamento da imigração. Todavia, atualmente se tem a perspectiva de que “[...] na verdade, vínculos pessoais fortes, nos quais existe o reconhecimento de relações (obrigações) recíprocas, são mais determinantes para fundamentar a decisão de imigrar” (TRUZZI, 2008, p. 206). Percebemos este aspecto nas cartas de chamada apresentadas. A informação disponível não é a mesma para todos os que desejam emigrar e nem se difunde de vizinho a vizinho (RAMELLA, 1995); ela se dá através das margens do Atlântico a partir de relações de confiança estabelecidas entre os nossos e/imigrantes. Na mesma comunidade de origem, “[...] sobre la base de la concreta articulación de las redes de relaciones de los individuos, existe el que tiene información y el que se encuentra desprovisto de ella; el que tiene ciertas informaciones y el que tiene otras” (RAMELLA, 1995, p. 20).

[...] son los vínculos persolanes fuertes los que transmiten la información a la localidad de arribo. Lo que aquí se resalta es que la fuerza de una relación social está dada por el reconocimiento de relaciones recíprocas, y no por el hecho de que los individuos estén físicamente próximos. No es la frecuencia del contacto derivado de la proximidad física lo que da fuerza a un vínculo [...] (RAMELLA, 1995, p. 20).

Foi a partir destes aspectos que a cadeia migratória estudada tomou forma e se manteve. Essa noção tem sido amplamente utilizada para estudar as ações e estratégias de quem migra, os nossos indivíduos são responsáveis ativos pela articulação de sua transferência a partir das ligações estabelecidas com os pioneiros. Os esforços das agências do governo no exterior são compreendidos enquanto complemento desta movimentação. Vendrame (2011, p. 71) afirma, na mesma perspectiva, que a cadeia foi o meio pelo qual “[...] os imigrantes transmitiam informações e prestavam assistência aos familiares, parentes e antigos vizinhos que se encontravam na aldeia de origem”.

Foi por meio das redes de comunicação [informal] organizadas e mantidas em ambos os lados do Atlântico que os emigrantes tomaram conhecimento dos recursos que poderiam ser encontrados no Brasil, de tal modo, como as informações, as garantias de acesso à terra, a disponibilidade de trabalho, as vantagens e os auxílios, que poderiam obter foram notícias frequentes que os já instalados enviaram aos seus conterrâneos. A manutenção desses contatos direcionou as ocupações nos núcleos coloniais e o surgimento de novas configurações sociais reforçadas pelas relações de solidariedade, pelas alianças e pela reciprocidade. Os aspectos intrínsecos na redação dessas cartas, entre os que haviam partido e os que ficavam, vai muito além de palavras transportadas no papel (VENDRAME, 2011, p. 70).

O sujeito que se encontra na situação de imigrante acaba por se constituir enquanto uma espécie de base de apoio e, inclusive, fator de atração determinante para os fluxos de imigração seguintes (CROCI, 2008). As mensagens transmitidas “[...] deste lado do Atlântico, ou de lá para cá, demonstram muito mais que apenas a manutenção de vínculos entre os indivíduos de dois mundos, mas expressam valores, sentimentos e, principalmente, estratégias familiares” (VENDRAME, 2011, p. 72). É o elo que permite conectar as pontas migratórias através de milhares de quilômetros pelo oceano, constituindo uma teia de contatos e experiências absolutamente complexa. O que nos leva a trama estudada na tese.

#### **1.6. Primeira emigração de Maximiano (1922) e o empréstimo para a emigração de Aníbal (1931[?])**

Assim como uma série de outros aspectos nas suas trajetórias, o processo emigratório de Aníbal e Maximiano possui diferenças substanciais interessantes de serem observadas para apontar algumas das variáveis intrínsecas aos sujeitos emigrantes. Durante o ano de 1921, enquanto Aníbal permanecia nas lidas do campo, como forma necessária para o provimento familiar<sup>78</sup>; o pai de Maximiano, Manoel, já havia estabelecido um armazém comercial do outro lado do Atlântico. No final do ano, com o aumento de serviço e necessidade de auxílio para lidar com algumas tarefas, as remessas de dinheiro enviadas para o filho e esposa se transformaram em um pedido para que se

---

<sup>78</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Carta Memorial [escrita pela filha Irene Vidal Carret?]. [sem local] [Pelotas?], [sem data] [2016?].

deslocassem rumo ao Sul do Brasil<sup>79</sup>, assim o fizeram no começo do ano de 1922<sup>80</sup>. Isso se deu a partir da existência de uma relação prévia estabelecida por Manoel com a região de acolhimento, através do seu armazém comercial. Infelizmente não existem muitas informações acerca deste primeiro período de emigração de Maximiano. Entretanto, o aspecto que nos interessa, neste momento, é o seu retorno para Portugal em 1928.

Conforme foi apresentado na dissertação de mestrado da autora (JAQUES, 2017), a partir de um desentendimento com o pai, referente ao desejo de instruir-se, foi firmado um acordo entre os dois: Maximiano retornaria a Portugal para dar segmento ao ensino liceal no Grande Colégio Universal do Porto<sup>81</sup>. Em 1933, também no Porto, concluiu o curso complementar em Letras no Liceu Alexandre Herculano<sup>82</sup> e, posteriormente, chegou a iniciar o curso de Direito na Universidade de Coimbra (JAQUES, 2017). Possuímos, portanto, duas informações que devem ser ressaltadas: o retorno de Maximiano a Portugal e a realização da sua instrução formal fora da região de origem. Estes fatores indicam, com certa nitidez, que o objetivo inicial de Manoel foi atingido com relativo sucesso. Sua emigração possibilitou, além do estabelecimento em Pelotas e condições econômicas e sociais suficientes para chamar e receber a família, que o filho tivesse oportunidade de retornar a Portugal para colocar em prática o desejo da instrução formal. Dessa forma, em relação a boa parte dos sujeitos na mesma situação, Maximiano pode ser considerado privilegiado.

Ao analisarmos os processos migratórios, podemos apontar que uma das principais questões que devem ser levadas em consideração nesta pesquisa é a disposição – ou não – de recursos para arcar com as despesas da viagem e a existência da ajuda de conterrâneos na sociedade de acolhimento. No caso de Aníbal, é importante ressaltar que sua realidade financeira familiar difere significativamente da de Maximiano,

Para comprar a passagem, sua mãe teve que obter empréstimo sob garantia de parques bens<sup>83</sup>.

---

<sup>79</sup> CIRNE, MAXIMIANO PINHEIRO. Trajetória Profissional do Jornalista Maximiano Pombo Cirne. [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 14 de janeiro de 2013.

<sup>80</sup> PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. Minha passagem pelo “Diário Popular”. **Diário Popular**. Pelotas, n° 70, 15 e 16 de novembro de 1980, 2° cad., p. 2 e 3.

<sup>81</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Adeus!. **Recorte de Jornal**. A Luz. Pelotas. 23 de março de 1929.

<sup>82</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Diploma do curso complementar de Letras do Liceu Alexandre Herculano. **Documentação Pessoal**. Porto. 25 de julho de 1933.

<sup>83</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

Analisando casos como este Roseli Boschilia (2014) afirmou que,

Obviamente, essa transação era efetuada na esperança de que estes jovens emigrantes, em um curto espaço de tempo, pudessem não só quitar a dívida, mas também ter condições financeiras de promover ou facilitar a vinda dos irmãos mais novos, integrando-os nas atividades laborais, principalmente no comércio e na pequena indústria (BOSCHILIA, 2014, p. 245).

Ao analisar os termos de responsabilidade e fiança anexados à pedidos de passaporte, Boschilia (2014) aponta a existência de uma quantidade significativa de emigrantes que tiveram a passagem paga a partir de arranjos financeiros relativamente complexos. A utilização da “legítima” – cota dos bens que caberia como herança ao sujeito – era comum. Entretanto, “[...] como na maioria das vezes a família não dispunha de dinheiro, era comum que os pais hipotecassem as terras da futura legítima, pagando juros altíssimos, nunca inferiores a 10%, para viabilizar a viagem dos filhos” (BOSCHILIA, 2014, p.245). Isso indica a situação econômica e social da família de Aníbal, a falta do dinheiro em espécie somada ao desejo da emigração bem-sucedida justificava contrair dívida com juros tão altos (BOSCHILIA, 2014). Aníbal afirmou que o acordo feito por ele e a mãe incluía reduzir os gastos no Brasil, para conseguir arcar rapidamente com as dívidas contraídas por ela em Portugal<sup>84</sup>. A necessidade de quitar o débito adquirido da forma mais rápida e eficiente possível demonstra a existência de um receio real de retaliação e/ou tomada das garantias feitas no momento do empréstimo.

### 1.6.1. Emigrantes em idade militar

Conforme mencionado anteriormente, o fluxo de entrada das remessas de dinheiro enviada pelos familiares que haviam deixado Portugal teve um importante impacto na situação econômica de Portugal, assim como o escoamento populacional colaborava para a manutenção da sociedade. Neste sentido, ainda que desde a primeira metade do século XIX – com algumas adaptações, mas tendo os princípios válidos até finais de 1920 (LEITE, 1987) – se estabelecia o amplo direito de entrada, permanência e saída do/no país através da Carta Constitucional de 29 de abril de 1826 no Art. 145<sup>85</sup>, § 5: “Qualquer

---

<sup>84</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDA. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>85</sup> PORTUGAL. Carta Constitucional de 29 de abril de 1826. Art. 145, § 5. **Carta Constitucional para o reino de Portugal, Algarves e seus domínios**. Título VIII das disposições gerais, e garantias dos direitos civis e políticos dos cidadãos portugueses. 29 de abril de 1826. Disponível em: <<https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1557.pdf>>. Acesso em: 21 de junho de 2019.

pode conservar-se, ou sair do Reino, como lhe convenha, levando consigo os seus bens; guardados os Regulamentos policiais, e salvo o prejuízo de terceiro”. A drenagem de indivíduos em idade ativa contribuiu para a carência de potencial fisiológico para as gerações futuras (SCOTT, 2010). Neste sentido, “[...] a ausência de jovens capacitados para o recrutamento militar era atribuída, em grande parte, ao crescente aumento da emigração juvenil” (BOSCHILIA, 2014, p. 249).

Sendo assim, quando se tratava da emigração de indivíduos do sexo masculino, a primeira exigência feita pelo Serviço de Passaportes era a apresentação de documentos comprobatórios de idade superior a 25 anos ou de emancipação e cumprimento dos preceitos referentes a lei de recrutamento, bem como a folha corrida afirmando a isenção de atitudes criminais (BOSCHILIA, 2014). Para os menores de 25 anos – como eram os casos de Maximiano e Aníbal – deveria ser acrescido documento de consentimento dos pais ou responsáveis. Ainda, no que se refere aos menores de 21 anos, era necessário incluir comprovante de depósito relativo à fiança ou apresentação de um fiador idôneo. O objetivo consistia em assegurar o cumprimento de futuros deveres militares, caso o emigrante fosse sorteado para servir ao exército (BOSCHILIA, 2014). Matos (2013) afirma que,

Para cercear a emigração de jovens foi criada uma fiança que ampliava as despesas de viagem para os que estivessem em idade de serviço militar. Estrategicamente, procurava-se emigrar antes desta idade (alguns com menos de 10 anos); pois, além de se livrar da taxa, também escapava do serviço militar obrigatório (MATOS, 2013, p. 50).

Entretanto, esta medida não decorria diretamente da política de emigração e sim da necessidade de garantir o preenchimento dos contingentes militares. Mesmo para jovens que se encontravam na sua capacidade máxima para o trabalho não eram impostas restrições adicionais a emigração. De um total de 150 mil registros de emigrantes que solicitaram autorização para viajar durante a segunda metade do século XIX da região Norte de Portugal para o Brasil, Roseli Boschilia (2014) identificou que, aproximadamente 12 mil – 7,5% – pertenciam a faixa etária dos 10 aos 14 anos. “Estes altos índices numéricos evidenciam que as medidas tomadas pelo governo no sentido de restringir o fluxo emigratório, longe de coibir a emigração de menores, acabaram contribuindo para acelerar o seu processo de saída” (BOSCHILIA, 2014, p. 251). Já foi apontado que este não foi, necessariamente, o caso de Maximiano, já que sua família possuía condições suficientes para arcar com estas despesas. Além disso, o período em que Maximiano retornou a Portugal – 1928 a 1934 – entre 18 e 24 anos era o período de

alistamento militar, ou seja, neste caso, a necessidade de retornar ao país era mais urgente do que o receio do recrutamento. Além do que sempre existiram possibilidades legais de escapar ao serviço militar, Joaquim Costa Leite (1987) adverte que além da emigração sob fiança, era comum a troca de números de recrutamento, apresentação de substituto e remissão direta.

Conforme os dados apresentados anteriormente a partir de Sousa (2008), é possível afirmar que existe, sim, uma predominância na saída de jovens do Norte de Portugal para o Brasil. Entretanto, de uma faixa etária superior aos 14 anos, afinal os sujeitos com idade inferior correspondem a menos de 15.000 dos 212.928 passaportes solicitados, com uma diferença maior que o dobro do primeiro grupo etário – entre 20 e 24 anos. Sendo assim,

[...] não podemos dizer que um dos factores explicativos mais importantes da nossa emigração [dos portugueses] por parte dos jovens do sexo masculino era a fuga ao serviço militar, uma vez que os grupos etários mais significativos dizem respeito a jovens com idades superiores à chamada para o serviço militar (SOUSA, 2008, p. 33).

No mesmo sentido, Roseli Boschilia (2014) afirma que a utilização do termo genérico “jovem” para definir os emigrantes do sexo masculino é uma categoria bastante elástica e problemática. Por tender a incorporar diferentes faixas etárias no seu interior – dos 10 aos 17 anos –, são muitas as análises que não levam em consideração as especificidades diversas de um menino de 10 ou 11 anos e um rapaz de 16 ou 17 anos. Da mesma forma, não é possível elencar o processo emigratório de Aníbal e Maximiano como semelhantes. Afinal, além das diferenças econômicas, o segundo era significativamente mais novo do que o primeiro, no processo correspondente a sua primeira emigração. Sendo assim “é importante lembrar que eles [os jovens imigrantes] não constituíam um grupo homogêneo, sobretudo no que diz respeito às áreas de origem, às condições socioeconômicas e às redes de sociabilidade nas quais estavam inseridos (BOSCHILIA, 2014, p. 244).

### **1.7. Margem de decisão migratória**

Concordamos que um conjunto de sujeitos nunca é completamente homogêneo. Entretanto, para existir é necessário algum ponto de convergência. Dessa forma, o pertencimento ao grupo que estamos estudando nesta tese, seja ele da primeira ou da segunda geração, se caracteriza, inicialmente, pela iniciativa de emigrar. A forma e as razões para a tomada da decisão é variável de acordo com os indivíduos e suas

experiências, todavia, alguns pilares se mantêm mais ou menos fixos para a formação do grupo. Não são apenas as estruturas que movem os sujeitos, tampouco os sujeitos se movem de forma independente a ela. As decisões individuais se dão no interior de uma margem maleável.

Mas ainda que, nesse caso como em todos os demais, a margem de decisão individual emerge dentro da rede social, não existe uma fórmula geral indicando a grandeza exata dessa margem individual em todas as fases da história e em todos os tipos de sociedades. Justamente o que caracteriza o lugar do indivíduo em sua sociedade é que a natureza e a extensão da margem de decisão que lhe é acessível dependem da estrutura e da constelação histórica da sociedade em que ele vive e age. De nenhum tipo de sociedade essa margem estará completamente ausente (ELIAS, 1994, p. 41-42).

Seja a margem de decisão dos nossos e/immigrantes maior ou menor no quesito emigratório, seu arrojo conseqüentemente o alia a uns – aos que decidem emigrar – e afasta de outros – os que permanecem. Os indivíduos estão em grande medida condicionados à distribuição ou não de privilégios, estruturas de dependência e tensões estabelecidas no interior do seu grupo. Todavia, mesmo que se considere o poder individual dos sujeitos como reduzido, é preciso admitir que a pessoa age e toma decisões constantemente no decorrer de sua trajetória pessoal. Proporcionalmente à dimensão das suas decisões, ela será capaz de perceber uma das características mais importantes das redes: sua “extraordinária flexibilidade” (ELIAS, 1994). A partir desta noção, se tem questionado a ênfase atribuída aos fatores de expulsão estruturais da sociedade de origem, onde as experiências individuais eram julgadas essencialmente irrelevantes em relação às flutuações do capitalismo. As estratégias dos emigrantes, mesmo com limites e insuficiências “[...] frente a las políticas de otros actores sociales involucrados em el proceso migratorio deben adquirir una función explicativa central a los efectos de obtener una imagen menos unilateral y más compleja de los mecanismos migratorios” (DEVOTO, 1988, p. 105).

Cada vez mais tem-se considerado os emigrantes como atores dotados de racionalidade ao perseguir objetivos estabelecidos, principalmente através do acionamento dos recursos disponíveis. Denominados de “*recursos relacionales*”, se trata de reunir relações pessoais dotadas de informações para eleger o local de destino, inserir no mercado de trabalho, etc. (RAMELLA, 1995). Os recursos pessoais de cada emigrante variam de acordo com uma série de questões. Maximiano e Aníbal, por exemplo, se diferenciam significativamente neste aspecto, enquanto a mãe do segundo contraía uma dívida significativa para viabilizar a emigração do filho e contava apenas com o auxílio

imediate de um parente<sup>86</sup>, o primeiro já havia emigrado e retornado alguns anos antes com todo o suporte do pai. Assim, a margem de decisão de ambos varia significativamente e, neste sentido, não se pode fomentar uma produção historiográfica que recorra fundamentalmente ao aspecto da representatividade, na qual os sujeitos são considerados similares e suas trajetórias repetitivas (RAMELLA, 1995). Através dos pressupostos da micro-história, Giovanni Levi (2000) apresenta a necessidade de uma (re) construção dinâmica do tecido de relações interpessoais na qual os sujeitos se encontram imersos no tempo e espaço. “El objetivo no era individualizar los comportamientos típicos – preocupándose por el falso problema de la ‘representatividad’ – sino más bien razonar sobre los mecanismos sociales que podían dar cuenta de la diferenciación de los comportamientos” (RAMELLA, 1995, p. 13).

Ainda sem se conhecerem e com “*recursos relacionales*” absolutamente diferentes, Maximiano e Aníbal faziam parte de um mesmo grupo que estava a desencadear uma série de emigrações. De acordo com Devoto (1988), a definição de cadeia migratória possui um núcleo essencial de distinção em relação a outros mecanismos migratórios. “En nuestra perspectiva, ese núcleo distintivo es la capacidad de gestión del proceso migratorio que posee la red de relaciones interpersonales parentales o paesanas” (DEVOTO, 1988, p. 107). Em outras palavras, a emigração em cadeia é compreendida como produto decorrente dos processos migratórios e deve ser diferenciado de, pelo menos, outros três:

- a) emigración a través de mecanismos de asistencia impersonales; b) emigración a través de mecanismos semi-espontáneos donde el proceso comienza incentivado por medios de información parentales, paesanas o públicos pero el movimiento resulta el producto de iniciativas y de recursos de un individuo o de una familia aisladamente; c) emigración a través de padroni o de otros sistemas más difusos de mediación y clientelismo pero donde la gestión del proceso está en manos de intermediarios externos a la cadeia (DEVOTO, 1988, p. 108).

Para critério analítico nesta pesquisa, associamos, portanto, a noção de rede social para a compreensão dos mecanismos desenvolvidos no interior das cadeias migratórias. Afinal, a partir da primeira, é possível delimitar a dinâmica e as regras do jogo, bem como os padrões morais defendidos pelo grupo (VENDRAME, 2016). Uma vez que os sujeitos se encontram diariamente imersos em diversas relações sociais de natureza horizontal, vertical, intensas e frequentes, é correto afirmar que possuem um capital relacional e uma série de recursos disponíveis (VENDRAME, 2016). As migrações em cadeia passam a se

---

<sup>86</sup> Ângelo Ferreira de Matos.

articular como modelo natural de desenvolvimento a partir de um fluxo migratório estabelecido após os pioneiros (TRUZZI, 2008) da primeira geração aqui estudada, como: Manoel, Ângelo, Francisco e Joaquim. Entretanto, o fato de diversos sujeitos pertencerem ao mesmo grupo não é garantia de oportunidades iguais e de projetos semelhantes para todos os e/imigrantes, como demonstram as trajetórias de Maximiano e Aníbal.

De qualquer modo, o emprego dos termos cadeias e redes, em suas acepções mais restritas ou abrangentes, procura sublinhar a circunstância de que muitos decidiam emigrar após informarem-se previamente das oportunidades (e dificuldades) com imigrantes anteriores, seja por carta, seja quando retornavam. Estes podiam prover tanto informações, no tocante às perspectivas de emprego e alojamento iniciais, como recursos, por meio de remessas monetárias, que pudessem financiar e assim viabilizar a viagem. Cabe, nesse sentido, sublinhar o papel ativo dos emigrados na sociedade de origem, de modo a influenciar o comportamento de novos migrantes potenciais, estimulando ou refreando projetos, expectativas e investimentos futuros (TRUZZI, 2008, p. 203).

O que pudemos observar através dos aspectos abordados é que os emigrantes da primeira geração – como Ângelo, Joaquim, Manoel e Francisco – possuíam um papel patriarcal na sua sociedade de origem e por este motivo, impulsionaram os novos emigrantes – como Aníbal, Carlos e Maximiano. Por muito tempo e ainda hoje, o conjunto de imigrantes tende a ser visto pela sociedade de acolhimento como um sistema integrado de alavancas que compõe uma máquina – de trabalho – no entanto, é evidente que suas funções não são, e nem devem ser compreendidas, de forma meramente mecânicas (SAYAD, 1988). A diversidade dos processos interativos entre eles, como o apontado acima, é prova disto. O indivíduo de forma geral, e inclusive aquele que embarca na jornada da emigração, é dotado de uma racionalidade específica condicionada pelas experiências individuais e coletivas, que fazem e fizeram parte de sua trajetória e dos que vieram antes dele. Este deve ser o ponto de partida para analisar os processos relacionados a e/imigração.

### **1.7.1. Emigrantes da segunda geração (1922-1932)**

É válido ressaltar que os estudos mais recentes acerca da temática da emigração estão ultrapassando as interpretações centradas apenas nos aspectos de expulsão/atração que sustentavam as noções explicativas econômico/demográfica. Assim como está sendo defendido nesta tese, a partir das noções de rede e cadeias migratórias como essenciais nas relações humanas, as questões culturais e os vínculos estabelecidos através das redes de apoio foram os pilares do processo emigratório português (MATOS, 2013). Isso é

verificado através do estabelecimento de relacionamentos efetivos apontados nas cartas de chamada entre os imigrantes e os emigrantes observados. Principalmente no que diz respeito aos sujeitos da primeira geração,

Os portugueses emigravam por vários motivos: dificuldades econômicas, sociais e familiares, como: poucas oportunidades de trabalho, ganhos baixos e problemas de subsistência, tipo de propriedade e sua exploração, somadas à infertilidade, improdutividade das terras e atraso tecnológico, intempéries e flagelos; somadas às tensões políticas, fugas ao recrutamento militar, desigualdades sociais e excessos populacionais, além do desejo de ‘fazer a América’ (MATOS, 2013, p. 36).

Conforme observamos em relação aos imigrantes da primeira geração, as fontes pontam<sup>87</sup> que a principal motivação, de grande parte dos sujeitos para deixarem o país de origem, consistia na busca e esperança de subsistência a partir de situações concretas de carência. Todavia, de acordo com Francisco José Leal Serra<sup>88</sup>, quando abordamos os emigrantes da segunda geração – aqueles chamados pelos primeiros – esse padrão sofre uma modificação que deve ser considerada. Ana Carolina Leite (2017) observa uma perspectiva voltada à reunificação familiar, no desenvolvimento da sua pesquisa, neste sentido, a autora aponta a existência significativa de

[...] e/imigrantes portugueses que eram chamados não por terem propostas de emprego ou que sonhassem com a ascensão social através da agricultura e do comércio brasileiro, mas sim que estavam a viajar unicamente pela reunificação familiar. Essa conclusão, em particular, é a mais reveladora, já que se generaliza a e/imigração portuguesa ao Brasil, entre os séculos XIX e XX, como busca por promoção social e econômica (LEITE, 2017, p. 370).

No que tange aos imigrantes da segunda geração aqui analisados, as cartas de chamada são mencionadas diversas vezes no *corpus documental* analisado como um dos principais fatores para a emigração<sup>89</sup>. Elas representavam na realidade daquelas famílias

---

<sup>87</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Carta Memorial [escrita pela filha Irene Vidal Carret?]. [sem local] [Pelotas?], [sem data] [2016?].

CIRNE, MAXIMIANO PINHEIRO. Trajetória Profissional do Jornalista Maximiano Pombo Cirne. [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 14 de janeiro de 2013.

<sup>88</sup> Atual Vice-Cônsul de Portugal em Pelotas e contemporâneo a Maximiano e Aníbal.

<sup>89</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE CARLOS MARTINS FRIO. Carta de Chamada. **Documentação**. Porto Alegre, 13 de dezembro de 1948.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Carta Memorial [escrita pela filha Irene Vidal Carret?]. [sem local] [Pelotas?], [sem data] [2016?].

PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. Minha passagem pelo “Diário Popular”. **Diário Popular**. Pelotas, n° 70, 15 e 16 de novembro de 1980, 2° cad., p. 2 e 3.

camponesas uma comprovação documental proveniente de fonte confiável – normalmente de alguma figura masculina próxima – acerca do “sucesso” do empreendimento e/imigratório desempenhado pelos pioneiros. Nesta perspectiva, durante os anos seguintes a partida dos sujeitos da primeira geração, uma série de jovens do sexo masculino empreendem a jornada da emigração, nas palavras do próprio Maximiano, tinham o “sonho de fazer a América”<sup>90</sup>. Entre eles, podemos mencionar alguns sujeitos pertencentes a rede analisada<sup>91</sup>: [?] Caldelas, Francisco Augusto João, Joaquim Dias, Joaquim Oliveira, Manoel Marques da Fonseca Júnior, Carlos Martins Frio e João Rodrigues Manta. Utilizando como exemplo o último:

[...] ele tinha dois estabelecimentos dele [em Portugal], sim, é como ter duas padarias [...] [foi] uma insistência muito grande do cunhado [para ele emigrar]. O motivo expresso do porquê... eu acho que ele não teria até muitas razões de ser. De ter vindo. Que justificasse a vinda, mas é aquela história... somos jovens, jovens, no meu caso foi evidente. Eu não tinha nenhuma, eu tinha meu emprego, sai do exército, a empresa onde eu trabalhei durante 14 anos em uma posição boa, o que eu fui fazer a filial em Angola também não teria necessidade. Mas é aquelas decisões que a gente toma e estou aqui a 44 anos, não é!?<sup>92</sup>.

Ao encontro da realidade vivenciada por João, durante o período em que esteve de retorno a Portugal (1928-1934) Maximiano possuía uma vida social ativa na comunidade a que pertencia e sua opinião parece ter sido considerada relevante. Afinal, antes de sua segunda emigração em 1934, ele escrevia uma extensa reportagem no jornal de Murtosa, *Conselho da Murtosa*, acerca da importância da instrução formal para as crianças a fim de sensibilizar as pessoas, para as dificuldades financeiras encontradas, na construção da escola São Silvestre.

A comissão tem lutado com graves e sérias dificuldades materiais que, em parte, tem sido atenuadas pelo esforço hercúleo do nosso bom povo que principia a olhar a causa com bons olhos e que, modestamente, a tem auxiliado com o seu óbolo pecuniário.

Eu bem sei que o nosso povo já se sente cansado de voz e bom som, que não desamparem a Escola e que contribuam de qualquer maneira para a sua pronta efectuação.

---

<sup>90</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Cópia da sessão solene realizada na Câmara Municipal Pelotense, em 15/1/73, com a entrega do Título de cidadão Pelotense aos srs. Joaquim Dias, Manoel Marques da Fonseca Júnior e Maximiano Pombo Cirne. **Documentação Pessoal**. Sessão Solene para recebimento do Título de Cidadão Pelotense. Pelotas, 10 de fevereiro de 1973.

<sup>91</sup> Estes são os nomes que aparecem com mais frequência no *corpus documental* analisado.

<sup>92</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

É um melhoramento indispensável ao bom nome do Bunheiro, e estou certo que irá avante porque todos compreendem o fim altruísta a que é destinado: instruir e educar as nossas criancinhas<sup>93</sup>.

É evidente que este padrão não pode ser implantado para todos os sujeitos da segunda geração. Aníbal, por exemplo, ainda buscava meios de subsistência básica quando de sua emigração em 1932. Nossos indivíduos são seres sociais, existem em conjunto e como tal não são homogêneos. Carregam sentimentos, impulsos, contradições “[...] e de modo algum ele [s] saberia [m] decidir com segurança interna entre suas diversas possibilidades de comportamento – que dirá com certeza objetiva” (SIMMEL, 2006, p. 40). Sabemos que a humanidade e as relações estabelecidas com o grupo são subjetivas e a história dos acontecimentos não é dada a priori. As decisões tomadas pelo sujeito individualmente ou em conjunto com o grupo no máximo carregam fortes esperanças, nunca certezas. Abdelmalek Sayad (1998) foi incisivo ao afirmar que estes aspectos de exigência de um saldo positivo na contabilidade acerca dos “lucros” e “custos” da emigração só existe no campo ideal. É um jogo que se escolhe jogar a partir das regras estabelecidas socialmente.

Justamente por isso, o irrevogável entrelaçamento dos atos, necessidades, idéias e impulsos de muitas pessoas dá origem a estruturas e transformações estruturais numa ordem e direção específicas que não são simplesmente ‘animais’, ‘naturais’ ou ‘espirituais’, nem tampouco ‘racionais’ ou ‘irracionais’, mas sociais (ELIAS, 1994, p. 33).

Nos casos analisados, o risco era aceitável e a emigração desejável caso os frutos colhidos adiante pudessem compensar os percalços vivenciados no caminho. Ana Scott (2010) afirma que boa parte destes trajetos emigratórios pode ser traduzido como de relativo sucesso. Isso é verificado através de alguns indicativos importantes de análise, como por exemplo, a realização de poupanças – avaliado pela autora através do volume dos rendimentos que eram enviados regularmente a Portugal, os quais podiam corresponder até metade ou mais do salário dos imigrados. Estes “[...] serviram de exemplo e incentivo a outros milhares de portugueses que almejavam alcançar semelhante estatuto social e econômico, além de todo o efeito simbólico, de reconhecimento e projeção na terra natal, que lhe era inerente” (SCOTT, 2001, p. 19).

Em meio aos campos verdejantes e das regiões montanhosas do Noroeste, a casa de granito, era o local de despedida entre a família que ficava e do jovem que estava

---

<sup>93</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. A freguesia de Bunheiro e a instrução de seu povo. **Recorte de Jornal**. Conselho da Murtosa. Murtosa. 30/07 e 01/08 de 1932.

prestes a emigrar. Para a partida, era recebida a benção da mãe, o olhar meio desentendido dos irmãos e/ou irmãs mais novos e a reação um pouco mais seca por parte do pai. Entretanto, era ele quem havia feito os arranjos possíveis pelo zelo da segurança do filho durante e após o final da viagem. Cabia ao novo e jovem viajante, mesmo que amedrontado, enxugar as lágrimas e seguir caminho rumo a América, acompanhado de um amigo que possuía a confiança da família (BOSCHILIA, 2014). Com aspectos particulares em cada história, naquele momento, essa era uma circunstância relativamente comum na região e aos emigrantes da segunda geração estudados.

Com poucas informações disponíveis, podemos afirmar apenas que, aos 22 anos, com o empréstimo para pagar as despesas da viagem já efetuado pela mãe e a garantia de apoio inicial e imediato do tio, Aníbal deixou o distrito de Aveiro e em 01 de outubro de 1932 em Lisboa, a bordo do Vapor Monte Pascoal, deixava Portugal com destino ao sul do Brasil, para a cidade de Rio Grande<sup>94</sup>. No que se refere aos emigrantes da segunda geração – empregando os mesmos indicativos de busca utilizados acima para os emigrantes da primeira geração no banco de dados do Cepese – localizamos apenas o passaporte de Maximiano Pombo Cirne referente à sua segunda emigração em 1934, um estudante com 24 anos<sup>95</sup>.

Ainda hoje transitam relatos sobre das condições insalubres a bordo dos navios para imigrantes. Isso se deu devido às constantes denúncias realizadas pela imprensa acerca das circunstâncias nas quais as viagens eram estabelecidas, como por exemplo, o superlotação, alojamentos inadequados, alimentação e água de péssima qualidade etc. Entretanto, em meados do século XIX, essa realidade já era um pouco diferente, o regulamento português de sete de março de 1863 “[...] determinava que os vapores devessem garantir alojamentos salubres e higiênicos, alimentação de boa qualidade e em quantidade, além de água bem acondicionada” (MATOS, 2017, p. 63). Dessa forma, foram implementadas ações reguladoras em relação ao controle de excesso de bagagens e passageiros, bem como medidas auxiliares para a proteção e assistência aos embarcados em caso de adoecimento. Apesar dos procedimentos legais implementados, os e/imigrantes mais pobres com alto índice de analfabetismo, normalmente eram os que mais sofriam pelo desamparo das autoridades competentes durante a travessia nas

---

<sup>94</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

<sup>95</sup> CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE. Número de identificação 12724. **Base de dados**. A emigração de Portugal para o Brasil. Titulares de Passaportes. Universidade do Porto, Porto, [s/ano][1934?].

acomodações de terceira classe. Conforme esperado, utilizando as informações constantes nas listas de passageiros<sup>96</sup> de Portugal para o Brasil disponíveis no Arquivo Nacional da Torre do Tombo<sup>97</sup>, foi possível afirmar que a grande maioria dos emigrantes fazia a viagem nas acomodações de terceira classe. Nestes casos, as irregularidades eram constantes em relação à falta de higiene, más condições de alojamentos, pouca comida e água (MATOS, 2017). Entretanto,

Os laços entre Brasil e Portugal – principal destino da emigração portuguesa – eram tão fortes que nunca se recorreu à proibição [do Brasil como destino para os emigrantes], mesmo quando as condições sanitárias do outro lado do Atlântico eram reconhecidamente más (LEITE, 1987, p. 465).

Esse estereótipo, nem sempre condizente com a maioria das experiências migratórias, facilmente circulava dos relatos de viagem para o imaginário da população, alimentando as angústias para enfrentar a expedição transatlântica. Trajetórias difíceis e naufrágios eram os medos mais frequentes mencionados, no entanto, o estabelecimento de vapores com linhas regulares garantiam um percurso mais rápido e seguro (MATOS, 2017). Como já foi mencionado, esse era um dos fatores primordiais que conferia a importância das remessas de cartas, entre os que já haviam imigrado para os que haviam permanecido em Portugal, relatando as experiências pessoais positivas da viagem e do percurso, como um todo. “O conhecimento contraído pelos e/imigrantes durante a travessia transatlântica, somado às experiências adquiridas no Brasil, os levam a orientar seus parentes sobre procedimentos nos preparativos da partida” (MATOS, 2017, p.61).

Em primeiro lugar, se deveria solicitar e obter o passaporte, que entre a documentação necessária para a expedição estavam as cartas de chamada. Os aspectos financeiros normalmente eram uma das maiores dificuldades para aqueles que iniciavam o processo de emigração, o receio com oportunistas e farsantes era frequente. Com o objetivo de tentar evitar possíveis golpes, os pioneiros, tidos como mais experientes, remetiam as passagens direto do Brasil. Em outros casos, se enviava o dinheiro e explicava minuciosamente como e onde comprar os bilhetes, normalmente no governo civil em Lisboa. A escolha da companhia de navegação era outro aspecto, mencionado

---

<sup>96</sup> Para esta observação foram utilizadas as listas do ano de 1895 por serem as mais próximas disponíveis ao período estudado.

<sup>97</sup> ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. Relação de passageiros. **Governo Civil de Lisboa, Relação de Passageiros**, cx. 25. Referência: PT/ADLSB/AC/GCL/H-D/011/00025. Portugal, 1895.

ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. Relação de passageiros. **Governo Civil de Lisboa, Relação de Passageiros**, cx. 26. Referência: PT/ADLSB/AC/GCL/H-D/011/00026. Portugal, 1895.

ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. Relação de passageiros. **Governo Civil de Lisboa, Relação de Passageiros**, cx. 27. Referência: PT/ADLSB/AC/GCL/H-D/011/00027. Portugal, 1895.

nas cartas, que deveria ser cuidadosamente avaliado e selecionado levando em consideração a credibilidade e segurança. Normalmente, a companhia era nomeada pelo primeiro desbravador e dessa forma, as famílias conhecidas se organizavam para ir no mesmo vapor, garantindo assim maior chance de segurança. Mulheres, crianças e idosos deveriam realizar a travessia acompanhados ou com o apoio de pessoas honestas e de confiança (MATOS, 2017).

Durante a viagem, os comportamentos, principalmente de mulheres, deveriam ser regrados de acordo com as normas de conduta e sociabilidade expressa pelo marido ou homem responsável. Deveriam escapar de todas as exposições desnecessárias com o objetivo de evitar promiscuidades e assédios. A preocupação com possíveis acidentes a bordo do vapor era constante devido aos poucos cuidados médicos disponíveis. No entanto, mal-estar e enjoos parecem ter sido frequentes nas travessias, pois eram feitas diversas recomendações para amenizar desconfortos e privações, constituindo um hábito de levar ervas e alimentos duráveis para lanches e chás. Muitas vezes se realizava a viagem com muito pouco, em outros casos com consideráveis quantias monetárias, eram famílias que haviam se desfeito de todos os bens em Portugal e se dirigiam ao Brasil sem intencionalidade de retorno. Em todo o caso, o cuidado com os pertences e dinheiro levados na bagagem de mão, era uma constante. Para se precaver contra roubos e furtos, os bens deveriam ser guardados em bolsos no interior das roupas ou em pequenos sacos amarrados com cordão no pescoço. Em relação às bagagens extras, eram feitas marcas de identificação e se sugeria que contivesse apenas objetos dispensáveis para uso durante a viagem e desembarque, com o objetivo de permanecerem intocadas e para que não atrapalhassem durante o percurso (MATOS, 2017).

Um dos momentos mais esperados era o aportamento do vapor no porto de destino. Essa chegada proporcionava muitos reencontros depois de períodos que poderiam ser mais ou menos extensos. A apresentação pessoal era cuidadosamente pensada através de roupas novas ou traje domingueiro com qualidade de tecido e modelagem. Os homens traziam paletós, ternos, camisas, casacos, sapatos e chapéus. As mulheres deveriam deixar de lado os lenços na cabeça, acessório pouco usado entre as nativas. Mesmo que significasse um longo deslocamento, a presença de algum conhecido no momento do desembarque era costume. Nos casos em que isso era inviável, se solicitava a alguém para estar presente nesta ocasião a recepcionar o recém-imigrado e auxiliar com as bagagens, trâmites alfandegários e em relação à Inspetoria de Imigração

(MATOS, 2017). Após um mês de viagem<sup>98</sup> abordo do navio que fazia a travessia entre Portugal e Brasil, Aníbal desembarcava no porto de Rio Grande em 1932 para encontrar o tio. Mais adiante, em 1934, Maximiano fazia o mesmo trajeto até a cidade com a mãe enquanto o pai estava à sua espera<sup>99</sup>.

O principal porto da região sul do Brasil se encontrava, e ainda se encontra, na cidade de Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul. Com o desenvolvimento das charqueadas, na região, ele se caracterizava enquanto um dos principais portos de exportação (LONER, 1999). Era lá que se dava o aportamento dos navios que tinham origem exterior, a cada nova aproximação desembarcavam dezenas de recém-emigrados assim como Aníbal e Maximiano. É evidente que existem menções a quem chegava por outro porto, principalmente do Rio de Janeiro, e fazia o percurso até Pelotas. Todavia, uma vez que a distância em linha reta entre Rio Grande e Pelotas é de 37 km<sup>100</sup> e corroborando com a afirmação de Chaves (2008), a maior parte dos imigrantes da rede analisada entrava no país por aquele porto. Procuramos encontrar os livros de entrada de imigrantes pelo porto de Rio Grande, mas, infelizmente, a informação que obtivemos no Arquivo Público e Histórico da cidade é de que essa documentação foi perdida<sup>101</sup>. Dessa forma, foi preciso recorrer a alternativas para identificar o máximo possível de sujeitos que tinham Pelotas como destino. Buscamos, portanto, no Arquivo da Torre do Tombo em Portugal e no Arquivo Nacional no Brasil, o que existia de listas de passageiros de nacionalidade portuguesa com destino ao Brasil e filtramos os que mencionavam Rio Grande do Sul, Pelotas, Porto Alegre, Plata e/ou Sul. É evidente que os dados encontrados são incompletos, inclusive no que se refere ao recorte cronológico da pesquisa. No Arquivo da Torre do Tombo, as listas de passageiros com estes indicativos de busca são dos anos de 1875, 1880 e 1895. Em relação aos documentos do Arquivo Nacional brasileiro, o *corpus documental* existente acerca da entrada de estrangeiros no país corresponde os anos de 1875 a 1910.

---

<sup>98</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Carta Memorial [escrita pela filha Irene Vidal Carret?]. [sem local] [Pelotas?], [sem data] [2016?].

<sup>99</sup> PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. Minha passagem pelo “Diário Popular”. **Diário Popular**. Pelotas, n° 70, 15 e 16 de novembro de 1980, 2° cad., p. 2 e 3.

<sup>100</sup> O percurso via BR-392 é de 59,1 km.

<sup>101</sup> Funcionários do arquivo disseram que já procuraram e solicitaram aos órgãos competentes e não encontraram a documentação.

Identificamos, nas listas de passageiros disponíveis na Torre do Tombo apenas três navios saídos de Portugal<sup>102</sup> com destino ao sul do Brasil<sup>103</sup> – todos do ano de 1895: Desterro<sup>104</sup>, Brésil<sup>105</sup> e Arkadia<sup>106</sup>. Todavia, outras quatro embarcações foram identificadas saindo do sul do Brasil<sup>107</sup> para Lisboa, os dois primeiros em 1875, um em 1880 e o último em 1895: D. Isabel<sup>108</sup>, Porto Alegre<sup>109</sup>, Leibnitz<sup>110</sup>, S. Thomé<sup>111</sup>. Infelizmente, a partir das informações contidas na documentação, não é possível identificar o local de destino final dos embarcados. Dessa forma, não se pode afirmar com certeza que existia algum dos nossos sujeitos a bordo destes navios. Entretanto, podemos observar pelo menos sete navios que faziam/fizeram este trajeto. E, em específico referente ao Vapor Leibnitz, temos o registro no Arquivo Nacional de duas mulheres<sup>112</sup> – provavelmente mãe e filha – que deixaram Lisboa para Pelotas em 1876<sup>113</sup>. Além disso, sabemos que deram entrada pelo porto do Rio de Janeiro com destino àquela cidade cinquenta e uma pessoas entre 1876 e 1907<sup>114</sup>. Eram provenientes dos navios: Aconcágua; Araucânia; Berlim; Clyde; Congo; Guadiana; Leibnitz; Minho; Olbers; Santos; Thames e Trier<sup>115</sup>. Devemos acrescentar ainda o vapor Monte Pascoal, sobre o qual possuímos a

---

<sup>102</sup> Em específico de Lisboa.

<sup>103</sup> Rio Grande do Sul, Sul do Brasil e La Plata.

<sup>104</sup> ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. Relação de passageiros do navio Desterro. **Governo Civil de Lisboa, Relação de Passageiros**. Referência: PT-ADLSB-AC-GCL-H-D-011-00026\_m0145\_derivada. Portugal, 1895.

<sup>105</sup> ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. Relação de passageiros do navio Brésil. **Governo Civil de Lisboa, Relação de Passageiros**. Referência: PT-ADLSB-AC-GCL-H-D-011-00026\_m0671\_derivada. Portugal, 1895.

<sup>106</sup> ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. Relação de passageiros do navio Arkadia. **Governo Civil de Lisboa, Relação de Passageiros**. Referência: PT-ADLSB-AC-GCL-H-D-011-00027\_m0237\_derivada. Portugal, 1895.

<sup>107</sup> Rio Grande do Sul e Porto do Sul.

<sup>108</sup> ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. Relação de passageiros do navio D. Isabel. **Governo Civil de Lisboa, Relação de Passageiros**. Referência: PT/ADLSB/AC/GCL/H-D/011/00001/00018. Portugal, 1875.

<sup>109</sup> ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. Relação de passageiros do navio Porto Alegre. **Governo Civil de Lisboa, Relação de Passageiros**. Referência: PT/ADLSB/AC/GCL/H-D/011/00001/00131. Portugal, 1875.

<sup>110</sup> ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. Relação de passageiros do navio Leibnitz. **Governo Civil de Lisboa, Relação de Passageiros**. Referência: PT/ADLSB/AC/GCL/H-D/011/00006/00063. Portugal, 1880.

<sup>111</sup> ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. Relação de passageiros. **Governo Civil de Lisboa, Relação de Passageiros**, cx. 27. Referência: PT/ADLSB/AC/GCL/H-D/011/00027. Portugal, 1895.

<sup>112</sup> Maria Joaquina de Abreu (29) e Johanna (06).

<sup>113</sup> ARQUIVO NACIONAL. Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro com destino a Pelotas do navio Leibnitz. **Base de Dados** Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro. Referência: BRRJANRIO.OL.0.RPV.PRJ.0029. Brasil, 1876.

<sup>114</sup> ARQUIVO NACIONAL. Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro com destino a Pelotas. **Base de Dados** Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro. Brasil, 1875-1910.

<sup>115</sup> ARQUIVO NACIONAL. Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro com destino a Pelotas. **Base de Dados** Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro. Brasil, 1875-1910.

informação de que foi o navio onde Aníbal fez o percurso entre Portugal para Rio Grande<sup>116</sup>.

Se para muitos imigrantes “[...] a viagem transoceânica significava um momento de separação em que eles se afastariam da família para viver em um lugar distante, para percentual expressivo deles era, ao contrário, a oportunidade de reencontrar os pais ou irmãos” (BOSCHILIA, 2014, p. 254). A condição de convencimento da emigração como uma espécie de “provação” passageira condizia com o frequente desejo de retorno (SAYAD, 1998). Contudo, a maioria dos emigrantes não cumpria à risca o projeto de regressar a Portugal depois de um período fora de casa. A figura do emigrante solteiro, do sexo masculino, que partira com a mala nas costas e desejos de uma vida melhor, foi se transformando em núcleos familiares multigeracionais de luso-descendentes. Os emigrados passaram a se inserir cada vez mais nas sociedades de destino (SCOTT, 2010), isto proporcionava um “adiamento” ou modificação em relação aos planos de retorno a Portugal. Verificamos esta tendência através das viagens de férias dos nossos imigrantes. Assim, “[...] tentaram se manter sobre o delicado fio que separa a nova vida das saudades que sentem de Portugal. Procuraram usufruir o ‘melhor possível’ de dois mundos” (SCOTT, 2010, p. 150).

---

<sup>116</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

## **CAP II – A SOCIEDADE DE ACOLHIMENTO: INSTALAR-SE E ESTABELER-SE ENQUANTO IMIGRANTE 1934-1942**

### **2.1. A imigração no Brasil (1900-1945)**

O período que compreende o final do século XIX e início do XX foi palco de uma entrada maciça de imigrantes no país, entre eles os de origem portuguesa. Dessa forma, as relações luso-brasileiras foram fundamentais para a o estabelecimento da sociedade brasileira contemporânea (SCOTT, 2001). Entretanto, apesar da consolidação de uma rede de pesquisadores e pesquisadoras que vem se dedicando a aspectos tocantes a esta temática nos últimos anos, ainda existe uma lacuna historiográfica significativa sobre o processo imigratório português em algumas partes do Brasil, sobretudo no Rio Grande do Sul. De acordo com sua análise. Ana Scott (2001) determina alguns fatores para explicar esta questão.

Inicialmente, percebemos que, muitas vezes, os imigrantes portugueses utilizavam alguns mecanismos para a inserção na sociedade receptora diversos dos de outras nacionalidades. O domínio quase imediato da língua, somada a uma forte rede informal própria de solidariedade e amizade, que mediava as relações entre eles, lhes conferia uma certa vantagem e autonomia em relação aos demais. Dessa forma, Scott (2001) supõe que boa parte dos recém-imigrados não passasse pelos canais convencionais de recepção e encaminhamento destinado aos imigrantes, como é o caso da Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo. Soma-se ainda o fato de que, em sua maioria, os imigrantes de outras nacionalidades se dirigiam – no caso de São Paulo – às fazendas de café no interior do estado, enquanto os de origem portuguesa se dedicavam, principalmente, ao comércio e, portanto, se instalavam no meio urbano. Absorvidos pela comunidade, não deixaram rastros fáceis de serem recuperados a posteriori. Nos canais convencionais de documentação, é difícil distingui-los da população brasileira em geral devido à semelhança dos nomes próprios e ao compartilhamento familiar com a população nativa (SCOTT, 2001). Temos observado claramente esses fatores em relação à comunidade portuguesa estabelecida em Pelotas. Conforme mencionado no capítulo anterior, é consensual entre os moradores da cidade e pesquisadores a forte presença portuguesa na

região. Todavia, sua existência é tão intrínseca ao local que muitas vezes passa absolutamente despercebida pelo cotidiano das pessoas<sup>117</sup>.

A política de imigração implantada pelo governo brasileiro ao longo do século XIX e início do XX foi absolutamente variada, ela pode ser definida por três modelos básicos de atuação (SCOTT, 2001). Inicialmente, até a primeira metade do século XIX, devido à ampla oferta de escravos africanos, era concebido um interesse moderado para a promoção da imigração estrangeira. A segunda, com a perspectiva do fechamento do tráfico negreiro, o governo imperial passou a considerar de forma mais efetiva a utilização da mão de obra do imigrante europeu nas plantações. Por último, devido à iminente abolição da escravatura no Brasil, se iniciou a política de imigração subsidiada pelo governo. Neste sentido, “[...] ele [o imigrante] só está aqui e só tem sua razão de ser pelo trabalho e no trabalho; porque se precisa dele, enquanto se precisa dele, para aquilo que se precisa dele e lá onde se precisa dele” (SAYAD, 1998, p. 55). Nesta perspectiva, é o trabalho que faz “nascer” o sujeito enquanto imigrante, é ele que condiciona a existência do indivíduo (SAYAD, 1998).

Dessa forma, é possível afirmar que a questão da imigração estrangeira foi recorrente no Brasil, principalmente a partir de meados do século XIX até, pelo menos, a década de 1930. Com o objetivo de favorecer o trabalhador nacional, o Governo Vargas determinou uma série de medidas no sentido de restringir os imigrantes no Brasil, como, por exemplo, a criação de cotas para a entrada de estrangeiros no país. Contudo, no caso dos portugueses, é possível afirmar que “[...] sendo analisadas em conjunto, as ações, simultaneamente, restringiam e favoreciam este grupo” (MATOS, 2013, p. 53). Os portugueses foram considerados, pelo governo, como preferidos em relação a outros grupos. Se, entre 1930 e 1934, durante o Governo Provisório, foram criadas medidas restritivas às entradas em geral, de forma gradativa elas foram aperfeiçoadas e modificadas com o objetivo de filtrar os imigrantes avaliados como “melhor adaptáveis” às necessidades do país, devido às afinidades étnicas e por serem considerados mais “assimiláveis” (MATOS, 2013).

Para o recrutamento de imigrantes portugueses foi organizada toda uma rede regular de propaganda, divulgação de informações (notícias na imprensa, panfletos, cartas), agenciamento e transporte, com a participação de companhias e empregadores que ou recebiam subsídios do governo brasileiro ou trabalhavam para ele. Constituiu-se uma

---

<sup>117</sup> Sobre os aspectos intrínsecos da comunidade portuguesa na cidade e vida cotidiana de Pelotas ver Fiss e Pombo (1991).

cadeia que tinha, como elo, moradores das aldeias e freguesias, religiosos, autoridades e empresários (MATOS, 2013, p. 47).

Eulália Lobo (1994) apresenta alguns dados quantitativos acerca da entrada de imigrantes portugueses no Brasil. A tabela abaixo representa, de acordo com a autora, os números da imigração portuguesa no país até meados da primeira metade do século XX. Os picos de crescimento estão ligados as políticas de subsídio aos imigrantes, portanto, são “[...] um reflexo da conjuntura específica de cada período e também ligam-se ao contexto específico da sociedade de origem e suas políticas de restrição ou incentivo à emigração” (SCOTT, 2001, p. 12).

Tabela 1. Imigração portuguesa para o Brasil (1900-1945)

<b>Ano</b>	<b>Total</b>
1900	8250
1901	11261
1902	11606
1903	11378
1904	17318
1905	20181
1906	21706
1907	29681
1908	37628
1909	30577
1910	30857
1911	47493
1912	76530
1913	76701
1914	27935
1915	15118
1916	11981
1917	6817
1918	7981
1919	17068
1920	33883
1921	19981
1922	28622
1923	31866
1924	23267
1925	21508
1926	38791
1927	31236
1928	33882

1929	38879
1930	18740
1931	8152
1932	8499
1933	10696
1934	8732
1935	9327
1936	4626
1937	11417
1938	7435
1939	15120
1940	11737
1941	5777
1942	1317
1943	146
1944	419
1945	1474

Fonte: LOBO, 1994, p. 32.

É mais ou menos explícito na historiografia sobre o tema que os estados de São Paulo e Rio de Janeiro se constituíam enquanto principais centros receptores, escolhidos pela população imigrante (SCOTT, 2001; MENEZES 2012). As capitais eram cidades consideradas “[...] porta de entrada em território brasileiro e um espaço aberto ao encontro com o outro e com a mudança” (MENEZES, 2012, p. 81). A relação com o Rio de Janeiro está associada de forma direta ao fato de ser a capital do país, no período. Seu fluxo migratório era contínuo, afinal “[...] é bem conhecido o processo pelo qual, priorizado um determinado lugar como local de chegada, os fluxos para lá direcionados tendem a ter continuidade, com a criação de redes de informação e de acolhida” (MENEZES, 2012, p. 81). De acordo com Ana Scott (2001), as características do imigrante português durante o século XIX podem ser consideradas peculiar, se comparado aos demais. Provenientes dos menores núcleos familiares, cerca de 3.6 indivíduos eram incluídos sob a rubrica “família”. Neste sentido, o perfil do recém-chegado ao Brasil era de jovens rapazes, em sua maioria alfabetizados, provenientes de famílias relativamente afortunadas que possuíam o mínimo para arcar com os gastos da viagem e instalação no país de destino.

De acordo com Ana Scott (2001), a partir do final do século XIX e começo do XX esse perfil – de jovens rapazes, alfabetizados, provenientes de famílias proprietárias – passa a se modificar significativamente com a entrada maciça do imigrante português. Como apontado anteriormente, isso se dá devido ao início da imigração subsidiada pelo

governo que possuía como objetivo repor a mão de obra necessária para a expansão das atividades camponesas, principalmente no interior de São Paulo.

Neste contexto, o perfil transforma-se muito, cedendo lugar ao caudal de imigrantes menos preparados, mas embalados pelas imagens de sucesso gravadas em seu universo mental. Esse fluxo será formado, em sua maioria, por indivíduos jovens, que viajam sós, e que provinham de camadas sociais mais humildes e que, portanto, dispunham de um grau menor de instrução e preparo para as atividades ligadas ao mundo urbano. Eles engrossarão as fileiras dos que irão bater às portas das instituições beneficentes e assistenciais que proliferarão nas cidades [...] (SCOTT, 2001, p. 25).

Como vem sendo demonstrado, esta realidade não condiz com as circunstâncias cotidianas gerais dos imigrantes estudados. Na rede que estamos analisando, a procura por subsistência normalmente é mais evidente nos imigrantes da primeira geração. Eles se instalam em Pelotas de forma minimamente satisfatória, pelo menos em condições iguais ou superiores àquela deixada para trás. Assim, a segunda geração – em sua maioria constituída por familiares próximos dos primeiros – pode ser considerada uma leva de imigração privilegiada, afinal, possuía o apoio imediato e inicial daqueles que vieram antes.

### **2.1.1. A Pelotas encontrada pela primeira geração (1850-1918)**

Apesar do que tem demonstrado parte da historiografia, além de São Paulo e Rio de Janeiro, é possível afirmar que o Rio Grande do Sul também se constituiu enquanto um polo de recepção dos imigrantes de origem portuguesa (SCOTT, BURETE & SCOTT, 2017). Todavia, de acordo com Scott, Burete e Scott (2017) mesmo a trajetória dos comerciantes portugueses radicados na capital do estado, Porto Alegre, era caracterizada por uma saída precoce de jovens provenientes do Norte de Portugal<sup>118</sup>, e o desembarque no Rio de Janeiro. Eram recepcionados por conterrâneos e somente deslocavam-se para Porto Alegre alguns anos depois da imigração. “Sem dúvida, o deslocamento desses indivíduos para o Rio Grande de São Pedro serviria para ampliar as redes comerciais daqueles conterrâneos que os haviam recebido no Rio de Janeiro” (SCOTT, BURETE & SCOTT, 2017, p. 116). Entretanto, de encontro ao exposto por Scott, Burete e Scott (2017), durante o século XIX e começo do XX, percebemos que a porta de acesso ao RS não se dava necessariamente de forma majoritária a partir do Rio de Janeiro, como alternativa para ampliar as redes comerciais dos conterrâneos. Conforme já foi

---

<sup>118</sup> Aproximadamente entre doze e catorze anos.

mencionado no capítulo anterior, são expressivas as referências encontradas, nesta pesquisa, de emigrantes que desembarcavam diretamente de Portugal no porto de Rio Grande, pelo menos no que se refere aos sujeitos da rede analisada<sup>119</sup>.

A atração inicial pela cidade<sup>120</sup> se dava pelo fato de que seus primeiros povoadores eram de origem portuguesa, estabelecendo-se na região entre 1762 e 1763 devido às invasões espanholas na Colônia do Sacramento e na Vila do Rio Grande de São Pedro (MAGALHÃES, 2010). Somado a isto, e de acordo com Beatriz Ana Loner (1999), se levarmos em consideração o período de industrialização do Rio Grande do Sul no começo de 1870, Pelotas e Rio Grande constituíam, em conjunto, uma significativa supremacia em relação à capital, Porto Alegre. “Individualmente, cada uma das duas cidades apresentava boas condições de disputa [econômica e comercial], mas, conjuntamente, formavam um pólo extremamente promissor” (LONER, 1999, p. 58). Entretanto, até 1889, Pelotas possuía um número maior de empresas e estabelecimentos em relação a Rio Grande. Utilizando como exemplo o ano de 1885, Rio Grande possuía 646 estabelecimentos de tipos variados e tinha como arrecadação de impostos um valor de aproximadamente 27\$556,100 réis; enquanto Pelotas possuía 1161 estabelecimentos, com arrecadação no valor de 56\$691,100 réis (LONER, 1999). Todavia, a principal diferenciação de Pelotas em relação a Rio Grande – e também Porto Alegre – consistia no fato de que possuía uma estrutura mista de industrialização, estabelecida através de grandes estabelecimentos, em grande parte relacionados à pecuária, e outros de pequeno porte com caráter essencialmente artesanal. Foram nos últimos anos do Império que Pelotas atingiu seu período de apogeu<sup>121</sup>. Naquele momento possuía condições econômicas, urbanas e sociais em forte desenvolvimento devido à forte indústria do charque – que estava estabelecida na cidade desde o final do século XVIII (GUTIERREZ, 1993).

Levando estes aspectos em consideração, podemos afirmar que, a partir da segunda metade do século XIX, o fluxo migratório para Pelotas teve significativa ampliação. Em termos censitários, os dados sofrem algumas lacunas, entretanto, sabemos que em 1880 a cidade possuía o mesmo número de habitantes que Porto Alegre e São Paulo (MAGALHÃES, 1993). Nas décadas seguintes, essa realidade sofreu algumas

---

<sup>119</sup> É o caso de Maximiano e Aníbal.

<sup>120</sup> Além dos aspectos físicos mencionados no item “Uma ‘larga e comprida ponte’ entre Aveiro de Pelotas”.

<sup>121</sup> É importante ressaltar que a formação da cidade foi baseada na exploração intensiva do trabalho escravo. Sobre a formação da cidade ver Magalhães (1993).

modificações, porém, em relação a Rio Grande, Pelotas permaneceu sempre com um número populacional mais expressivo. De acordo com Beatriz Loner (1999), em 1890, o censo apontava que Pelotas possuía 41.591 habitantes e Rio Grande 24.653; na década seguinte, 44.881 e 29.492, respectivamente. Além disso, de acordo com Magalhães (2010), o censo populacional de Pelotas em 1899 revela que quase 44% da população imigrante era de origem portuguesa. Em 1891, a cidade registrava 4.160 estrangeiros, sendo 18,1% do total de habitantes, aproximadamente metade de portugueses (LONER, 1999). Quando se trata do século XX, sabemos que, em 1911, Pelotas possuía 62.701 habitantes, destes 6.864 eram imigrantes – aproximadamente 11% – a maioria de portugueses<sup>122</sup> – aproximadamente 28% (LONER, 1999). Inseridos nestas perspectivas locais, que os imigrantes da primeira geração se dirigiram a Pelotas.

### **2.6.1. A Pelotas da segunda geração encontrada por Aníbal e Maximiano (1922-1934)**

Entre as décadas de 1930 e 1950 o Rio Grande do Sul se encontrava no apogeu de desenvolvimento do seu modelo histórico para o desenvolvimento agroindustrial. Na contrapartida desta realidade, o antigo polo Rio Grande/Pelotas perdia espaço nas questões relacionadas ao industriário para a capital do estado, Porto Alegre (LONER, 1999). Neste sentido, Pelotas encarava um declínio econômico significativo a partir da década de 1930. De acordo com Beatriz Loner (1999), a crise se estabeleceu na cidade devido a uma série de aspectos que, em conjunto, foram capazes de encerrar de forma significativa o apogeu vivenciado por Pelotas naquele período.

No início dessa década [1930], ocorreu a falência do Banco Pelotense, aprofundando a situação de crise em que se debatiam as classes possuidoras na região, levando a uma violenta falta de capital, que se estendeu por toda a década. Essa falência teve suas origens na crise internacional de 1929, na criação do Banco do Rio Grande do Sul (e na retirada de dinheiro da primeira para a segunda instituição, por parte do governo), na falência do Banco Popular e também na grande crise pecuária, com estancieiros e charqueadores encontrando-se sem mercados, enquanto o governo não via formas, nem de auxiliá-los na superação dos seus problemas, nem de amparar o próprio banco, o que levou ao seu fechamento. Portanto, foi uma década extremamente difícil para a região, de aperto econômico e fechamento de várias possibilidades antes existentes em termos industriais (LONER, 1999, p. 389).

---

<sup>122</sup> Todavia, deve ser ressaltado que o elemento português não foi o único na cidade, ver Anjos (2000).

A partir da década de 1930 com a falência do Banco Pelotense e a crise da Indústria do Charque, que culminou no encerramento das atividades em diversas Charqueadas da região, Pelotas encarou um declínio econômico significativo. Esses fatores acarretaram em uma estagnação rural e fuga para o meio urbano pelotense. De acordo com Loner (1999), não existem estatísticas para o início da década de 30, portanto, são utilizadas informações acerca da década de 1940 para basear os dados referentes aos habitantes da cidade. Assim, pode-se afirmar apenas que, em 1940, Pelotas possuía 104.553 habitantes, destes 100.155 eram brasileiros natos, 728 naturalizados e 3.667 estrangeiros – um total de (3,5%). Portanto, é possível observar uma redução significativa de imigrantes em relação às décadas anteriores. Todavia, apesar de não existir informação censitária, podemos afirmar que a maioria portuguesa ainda era realidade e, em específico, de sujeitos originalmente pertencentes ao Distrito de Aveiro (ARROTEIA; FISS, 2007).

Percebemos que boa parte dos filhos de estrangeiros estavam se integrando de forma efetiva na sociedade de acolhimento. “O que pode ser comprovado pelo aparecimento de sobrenomes estrangeiros em ocupações típicas da classe intermediária e também pelo seu posicionamento em diretorias de clubes tradicionais da elite pelotense” (LONER, 1999, p. 396). Ao encontro disto, é observado um acentuado declínio das entidades étnicas estabelecidas na cidade. E no que se refere às entidades beneficentes, também perderam a hegemonia devido ao processo de integração, tornam-se mais relacionadas à política interna de seus países de origem do que antes<sup>123</sup>. As entidades que mantiveram uma permanência mais expressiva foram as portuguesas, o Clube Centro Português 1º de dezembro e a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas são um exemplo disso<sup>124</sup>.

Neste sentido, é possível afirmar que Pelotas, no decorrer do século XIX e início do século XX, era um dos principais centros urbanos do Rio Grande do Sul recebendo um forte impulso em direção ao processo de modernização. Essa transformação possibilitou a atração de imigrantes, inclusive os de origem portuguesa. Entretanto, foi o estabelecimento de uma corrente de chamamento por parte dos conterrâneos já estabelecidos na região que impulsionou a emigração do Norte de Portugal para Pelotas, no século XX. Uma vez estabelecida como de porta de entrada e local de estabelecimento

---

<sup>123</sup> Este aspecto será observado mais adiante com a integração de Maximiano e Aníbal nas entidades portuguesas.

<sup>124</sup> O clube e o hospital ainda hoje são considerados extremamente importantes em Pelotas.

no território brasileiro, os fluxos direcionados à cidade tendiam a possuir uma continuidade através das redes de informações a acolhimento. São homens como Manoel Luiz de Souza Cirne<sup>125</sup>, Ângelo Ferreira de Matos<sup>126</sup> e Boaventura Martins Frio<sup>127</sup> – conforme apontados no capítulo anterior – os remetentes das cartas de chamada para os que ainda estavam em Portugal transformando-os em integrantes da trama analisada. Tratava-se de homens que, uma vez estabelecidos na região sul do Brasil, tiveram a oportunidade de chamar filhos, sobrinhos ou amigos. Em sua maioria proprietários de pequenas casas comerciais, possuíam recursos para se responsabilizar de forma legal, mas também social e cultural, pelos futuros recém-imigrados.

O percurso comum de locomoção que observamos era o desembarque em Rio Grande – pouca ou nenhuma permanência na cidade – e deslocamento para Pelotas<sup>128</sup>. Aníbal contou com o apoio do tio Ângelo durante a viagem e nos primeiros dias de hospedagem na cidade de Rio Grande quando de sua imigração em 1932. Sem habilitação específica – além do trato do campo na sociedade de origem – como agradecimento, ofereceu-se para pintar a casa do tio<sup>129</sup>. No entanto, arranjar uma atividade remunerada rapidamente era esperado e necessário para sanar a dívida contraída pela mãe com o objetivo de viabilizar a sua emigração<sup>130</sup>. Fica, portanto, implícito que havia a possibilidade iminente de arranjar um serviço em pouco tempo, mesmo tendo trabalhado apenas em atividades relacionadas ao campo até aquele momento. Ao encontro dessa afirmação, em apenas alguns dias, conseguiu um emprego em um armazém de secos e molhados na cidade, o que lhe possibilitou deixar a casa do tio<sup>131</sup>. Inicialmente, ficou hospedado em um hotel e logo passou a dormir nas dependências da casa comercial. Foi

---

<sup>125</sup> RIO GRANDE DO SUL. Declaração 950. **Banco de Dados Digital da DRT-RS**. Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 1939.

CIRNE, MAXIMIANO PINHEIRO. Trajetória Profissional do Jornalista Maximiano Pombo Cirne. [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 14 de janeiro de 2013.

<sup>126</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Carta Memorial escrita pela filha Irene Vidal Carret. [sem local] [Pelotas?], [sem data] [2016?].

<sup>127</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE CARLOS MARTINS FRIO. Carta de Chamada. **Documentação**. Porto Alegre, 13 de dezembro de 1948.

<sup>128</sup> É evidente que existiram casos em que o percurso era dado de forma absolutamente diferente, por exemplo, Francisco Augusto João tinha como destino inicial a cidade de Montevideo, no Uruguai, e somente alguns anos depois transferiu residência para Pelotas, no Brasil.

<sup>129</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

<sup>130</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>131</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

somente algum tempo depois e através de contatos estabelecidos no hotel e com viajantes comerciais que Aníbal teve a intenção de partir em direção à cidade de Pelotas, e assim o fez em 17 de julho de 1933<sup>132</sup>.

De forma diversa, em 1934, Maximiano estava retornando para o Brasil pela segunda vez. Sua permanência em Rio Grande foi novamente apenas pelo tempo suficiente para se dirigir a Pelotas, onde seu pai já o estava aguardando. Dotado de habilitação específica na área de Letras<sup>133</sup> e com o suporte financeiro proporcionado pelo estabelecimento comercial do pai, passou a colaborar voluntariamente<sup>134</sup> e, portanto, sem remuneração, com o jornal de maior circulação da cidade, *Diário Popular*<sup>135</sup>.

Diferente de Rio Grande, Pelotas não possuía uma hospedaria de imigrantes direcionada àqueles que chegavam a cidade (LONER, 1999). Assim, é possível afirmar que o imigrante que possuía a oportunidade de se dirigir imediatamente ao seu desembarque para Pelotas, normalmente já contava com uma rede de apoio. Se levarmos esse aspecto em consideração, observamos também a importância “[do] trabalho dos vice-consulados e agentes consulares em Pelotas, no sentido de oportunizar as melhores condições possíveis aos estrangeiros que a Pelotas chegavam, fossem colonos ou não” (ANJOS, 2000, p. 51). Em relação ao Vice-Consulado Português, podemos afirmar que essa relação de proximidade direcionada aos seus, era uma prática recorrente, inclusive para oportunizar e viabilizar travessias – conforme o caso apresentado anteriormente<sup>136</sup>, quando o vice-cônsul Joaquim Leite emite um documento para facilitar a emigração de Francisco Melo<sup>137</sup>.

## 2.1. O português e o comércio em Pelotas

Assim como no restante do país, também observamos em Pelotas uma “[...] diferença de tratamento entre os empregados brasileiros e estrangeiros por parte das

---

<sup>132</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

<sup>133</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Diploma do curso complementar de Letras do Liceu Alexandre Herculano. **Documentação Pessoal**. Porto. 25 de julho de 1933.

<sup>134</sup> PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. Minha passagem pelo “Diário Popular”. **Diário Popular**. Pelotas, nº 70, 15 e 16 de novembro de 1980, 2º cad., p. 2 e 3.

<sup>135</sup> Sobre o *Diário Popular* ver Caetano (2014). Sobre as atividades desempenhadas por Maximiano no jornal ver Jaques (2017).

<sup>136</sup> No Capítulo I.

<sup>137</sup> ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. Processo de requerimento de passaporte de Francisco da Silva Melo. **Governo Civil de Lisboa, Processos de Requerimento de Passaportes**, cx. 25, doc. 25. Referência: PT/ADLSB/AC/GCL/H-D/006/00025/00025. Lisboa, 07 de setembro de 1892.

empresas. Havia várias denúncias [a partir de 1920], de preferência pelo trabalhador estrangeiro, de salários diferenciados e humilhações verbais [...]” (LONER, 1999, p. 395). Neste aspecto, levando em consideração a tradição econômica da cidade, estamos nos referindo, principalmente, ao ambiente de trabalho industrial. Também em função disto e através da constituição de amplas redes de relacionamentos, grande parte dos imigrantes portugueses se dirigiu para os centros urbanos. Neste sentido, se inseriu majoritariamente em atividades relacionadas à indústria, serviços públicos e domésticos, e principalmente, no meio comercial (MATOS, 2013). Esse último é, sem dúvidas, o mais recorrente nas fontes analisadas nesta pesquisa.

Ao encontro do exposto, é usual compreender a imigração portuguesa inserida em um contexto urbano de relações comerciais. Lená Menezes (2000) é categórica ao afirmar que “falar da imigração portuguesa significa mergulhar em um espaço privilegiado: o do comércio, destino mistificado para todos aqueles que acalentavam sonhos de promoção social no além-mar” (MENEZES, 2000, p. 164). No mesmo sentido, o elemento português predominava na região urbana de Pelotas através manufaturas, estabelecimentos industriais e comerciais (LONER, 1999). Conforme observamos anteriormente, o desenvolvimento econômico da cidade atraiu, rapidamente, diversos estrangeiros que ao se estabelecerem na região urbana passaram a desenvolver profissões essencialmente urbanas. Isto proporcionou o desenvolvimento de “uma infra-estrutura considerável de serviços e comércio. Muitos desses [imigrantes], posteriormente, abriram oficinas ou manufaturas e destacaram-se como empresários” (LONER, 1999, p. 64). Além dos imigrantes da primeira geração, este padrão também será observado, em parte significativa, dos pertencentes à segunda<sup>138</sup>. Podemos citar inclusive a fundação, em 1920, de uma entidade esportiva destinada à prática do futebol apenas para os “Portugueses do Comércio”, o Grêmio Português de Desportos (LONER, 1999).

### **2.2.1. Tipologias de atividades e relações comerciais**

O dia começava cedo para os imigrantes deste lado do Atlântico, durante o século XX no Brasil – aliás, o dia tendia a iniciar cedo para esses sujeitos desde o seu país de origem, onde eram, em sua maioria, agricultores. O café da manhã era tomado às pressas e logo as portas dos estabelecimentos – armazéns, lojas de roupas, alfaiatarias, mercearias, açougues, leiterias, botequins, armarinhos etc. – eram abertas pelos

---

<sup>138</sup> Como por exemplo: João Rodrigues Manta e Carlos Martins Frio.

comerciantes. Os ambulantes lotavam as carroças e carrinhos com hortaliças frescas, cultivadas por eles, e se dirigiam ao mercado franco ou à feira livre. Simpatia e gentileza eram habilidades úteis para cativar a clientela, mas também negociar e ceder nos preços dos produtos. A presença dos imigrantes portugueses neste cenário urbano se fazia notar pelos seus contemporâneos, principalmente através do sotaque e costumes (MENEZES, 2013).

A inclinação para o comércio constituiu o “português da esquina<sup>139</sup>” (MENEZES, 2012; CONSTANTINO, 1991) como “[...] presença obrigatória no espaço dos pequenos negócios urbanos, consolidando, assim, por intermédio de novos e continuados atores, raízes coloniais” (MENEZES, 2012, p. 81). Basicamente, as atividades comerciais que envolviam esses sujeitos podem ser divididas em quatro tipologias. Em primeiro lugar, como proprietários de estabelecimentos de pequeno ou médio porte, consolidados e habituais. Local de compras e circulação de uma clientela abastada, conseguiram expandir-se economicamente e se tornaram empreendedores (MATOS, 2013). Eram sofisticados e aconchegantes, com frequência anunciados na imprensa como pontos de encontro. Buscavam reproduzir um estilo europeu, era o caso das casas de chá, cafés, confeitarias e doçarias, como por exemplo, o Café Aquários em Pelotas<sup>140</sup>. Fundado pelo imigrante de origem portuguesa, Ramiro Martins Rodrigues, se localiza na Rua XV de novembro onde “[...] estavam situadas as melhores lojas de tecidos e ateliês de costura, armazéns de secos e molhados, bazares, confeitarias, livrarias, cafés, os cinemas e ateliês fotográficos” (DEVANTIER; SANTOS, 2011, p.11).

A segunda tipologia é caracterizada por estabelecimentos comerciais significativamente mais simples e funcionais. Sua principal característica é o entrecruzamento do privado com o público, o lar e o negócio. Eram: armazéns de secos e molhados, açougues, mercearias, bares, tabernas, armarinhos, ferragens, etc. O Armazém Cristal, de Manoel, é um exemplo de como esta categoria comercial se estabeleceu na sociedade de acolhimento em Pelotas e, além de proporcionar a emigração de Maximiano foi responsável pelo relativo conforto financeiro familiar. Procuravam trabalhar com um custo operacional mínimo, pautado normalmente pelo envolvimento do núcleo mais

---

<sup>139</sup> Inicialmente esta terminologia foi empregada em 1991 por Núncia Constantino em sua obra intitulada: “O Italiano da esquina: Imigrantes meridionais na sociedade porto-alegrense”. Mais adiante Lená Menezes utilizou a expressão para se referir aos portugueses, em perspectiva semelhante.

<sup>140</sup> Ainda hoje o Café Aquários é considerado um ponto de encontro de gerações na cidade, segue sendo gerenciado pelo filho de Ramiro Martins Rodrigues, Cármino Eduardo Gomes Rodrigues. Infelizmente, a família não possui documentações que possam ser utilizadas como *corpus documental* nesta pesquisa.

próximo e/ou de alguns auxiliares imigrantes recém-chegados (MATOS, 2013). Foi o caso de Aníbal, assim que se transferiu para Pelotas, foi empregado no Armazém Pires, Irmãos e Cia<sup>141</sup>. O próprio nome do estabelecimento sugere que se tratava de um estabelecimento familiar, além disso, supomos que era de propriedade do imigrante português Joaquim Dias<sup>142</sup>. Da mesma forma, Scott, Burete e Scott (2017) afirmam que na capital do estado, em Porto Alegre, desde o final do século XIX, existem testemunhos sobre famílias que viviam inteiramente de seus negócios. As ligações comerciais estabelecidas muitas vezes eram transformadas em laços familiares através de casamento e relações de compadrio.

A terceira tipologia é caracterizada por imigrantes empregados em casas comerciais dos gêneros anteriores (MATOS, 2013). Como mencionado acima, normalmente, agregados e/ou filhos eram introduzidos na rotina do estabelecimento e utilizados como mão de obra barata. Isso se dava devido à dificuldade e aos custos elevados para estabelecer um negócio próprio, é o caso de grande parte dos imigrantes da segunda geração estudados. Neste caso, era preciso se valer das habilidades ou desenvolvê-las para prestar pequenos serviços domésticos, de manutenção, conserto, etc. Foi o caso de Carlos Frio, apesar de ser comerciante no país de origem<sup>143</sup>, quando chegou a Pelotas, se subordinou a outro imigrante de origem portuguesa que possuía uma padaria. O estabelecimento servia de local para dormir durante a noite e, como agradecimento, Carlos passava os dias a trabalhar para o dono. Ainda que não fosse o caso de todos os imigrantes da segunda geração, com muita frequência essas relações eram mediadas por paternalismo e exploração em jornadas de trabalho de até 16 horas/dia (MATOS, 2013). Ainda hoje circulam nas conversas daqueles que ficaram ou que retornaram para Portugal, histórias sobre essas relações de abuso<sup>144</sup>.

A quarta e última tipologia faz referência aos vendedores ambulantes de perecíveis (MATOS, 2013). A partir de uma crescente urbanização das cidades, aumento

---

<sup>141</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

<sup>142</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

<sup>143</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE CARLOS MARTINS FRIO. Ficha consular de qualificação. **Documentação**. República dos Estados Unidos do Brasil. Lisboa, 14 de junho de 1949.

<sup>144</sup> Elas estiveram presentes, mais de uma vez, durante as pesquisas de campo desenvolvidas no doutorado sanduíche. Com algumas poucas alterações de uns casos para outros, a história é quase sempre a mesma: Um jovem menino, enviado sozinho pelos pais para o Brasil. Apesar de não existirem grandes esperanças de retorno, a família acreditava que estava “a tomar a melhor decisão a longo prazo”. Dormir entre as mercadorias dos estabelecimentos comerciais era esperado e até mesmo desejado, isso era sinal de “emprego garantido”.

considerável da população e criação de novos hábitos e práticas alimentares, somado a uma exigência de capital inicial relativamente baixo, normalmente esses imigrantes concentravam tanto a produção quanto a comercialização dos produtos. Era o caso do pai do já citado Manoel Marques da Fonseca Júnior, durante os primeiros anos de permanência em Pelotas “[...] o [Fonseca] pai era quem andava aí, está lá, se for lá [na Expresso Embaixador] está lá a carrocinha dele, com o que ele andava vendendo verduras aí na praça, não é?! Ele ia, comprava verduras, produzia e vendia”<sup>145</sup>. Aliás, “[...] ali onde era a antiga Panambra, ali pela Jucelino Kubitschek<sup>146</sup>, tudo aquilo eram as chácaras dos portugueses [como Fonseca e Joaquim Dias], que alimentavam o mercado<sup>147</sup>” através da produção e venda de verduras. Era dessa forma, que dominavam os mercados francos e/ou as feiras livres através da possibilidade de uma negociação sem fornecedores ou intermediários, direta com os clientes. Muitos desses, como o Sr. Fonseca acabaram proporcionando, através de seus pequenos negócios, grandes empreendimentos dirigidos por seus filhos<sup>148</sup>. Assim era comum que muitos conseguissem estabelecer “[...] pequenos negócios, outros, graças aos seus tinos comerciais, ascenderam à posição de comerciantes, partindo daí para a diversificação de seus interesses” (MATOS, 2009, p. 417).

### 2.2.2. De caixeiros a negociantes

De acordo com Menezes (2000), a trama cotidiana comercial, na qual esses sujeitos imigrantes estavam inseridos, possuía dois atores principais alocados em situações de relativo privilégio: caixeiro e negociante. Eles são considerados figuras emblemáticas presentes no espaço urbano durante todo o processo de urbanização. No que se refere ao caixeiro, da mesma forma que Scott, Burete e Scott (2017) observaram em relação à Porto Alegre, percebemos a existência de alguns padrões bem definidos também em Pelotas. Uma emigração relativamente precoce e seletiva que acabava por encaminhar os jovens rapazes para as atividades comerciais.

Assim, “[...] ao chegar ao Brasil, muitos desses meninos começavam a nova vida como caixeiros, no mais das vezes trabalhando para algum conterrâneo já bem instalado

---

<sup>145</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

<sup>146</sup> Região próxima ao Canal São Gonçalo, onde se localiza o porto da cidade.

<sup>147</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 11 de junho de 2015.

<sup>148</sup> Manoel Marques da Fonseca Júnior fundou a Expresso Embaixador, ainda hoje uma das maiores empresas de transporte da cidade.

e posicionado (SCOTT, BURETE & SCOTT, 2017, p.117). Maximiano<sup>149</sup> “Veio para trabalhar com o pai como caixeiro da venda [o Armazém Cristal], entregando as compras de carroça, balaio [...]”<sup>150</sup>. Essa foi sua função principal dos 12 aos 19 anos, auxiliar o pai com os sacos de grãos e demais atividades do estabelecimento da família<sup>151</sup>.

Quanto a Aníbal, logo que chegou a Pelotas, com 22 anos, passou a trabalhar no Armazém Pires, Irmãos e Cia, onde carregava “[...]sacos de 60 e 70 kg na cabeça e entregando compras sob frio e chuva [...]”<sup>152</sup>. Sua principal atividade era o abastecimento de bares e armazéns de pequeno porte na cidade e redondezas<sup>153</sup>.

Assim como afirma a historiografia (SCOTT, BURETE & SCOTT, 2017), as fontes da pesquisa em Pelotas e Aveiro confirmam que grande parte da segunda geração da trama estudada se enquadra nesta perspectiva e, também em função disto, foram capazes de se inserir em espaços restritos de sociabilidade elitizados. É inicialmente neste sentido que os sujeitos da trama são compreendidos como membros de uma elite ascendente. A própria comunidade os compreende dessa forma: João Rodrigues Manta, por exemplo, é compreendido como “[...] uma pessoa realmente que não nasceu para ser empregado, adquiriu essa padaria com o primeiro dinheiro que ganhou [trabalhando para o cunhado em Pelotas]”<sup>154</sup>. No mesmo sentido, “Graças à sua eficiência e interesse [Aníbal], tornou-se vendedor praticista e, logo em seguida, caixeiro-viajante, nas Praças de Bagé e Rio Grande”<sup>155</sup> pelo Armazém Pires, Irmãos e Cia. Maximiano, quando retornou a Pelotas na sua segunda imigração, utilizou o apoio do pai – financiado pelo Armazém Cristal – para se inserir na redação do jornal de maior circulação da cidade, o *Diário Popular*<sup>156</sup>.

---

<sup>149</sup> Durante sua primeira imigração.

<sup>150</sup> CIRNE, MAXIMIANO PINHEIRO. Trajetória Profissional do Jornalista Maximiano Pombo Cirne. [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 14 de janeiro de 2013.

<sup>151</sup> PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. Minha passagem pelo “Diário Popular”. **Diário Popular**. Pelotas, n° 70, 15 e 16 de novembro de 1980, 2° cad., p. 2 e 3.

<sup>152</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

<sup>153</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Carta Memorial [escrita pela filha Irene Vidal Carret?]. [sem local] [Pelotas?], [sem data] [2016?].

<sup>154</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

<sup>155</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

<sup>156</sup> PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. Minha passagem pelo “Diário Popular”. **Diário Popular**. Pelotas, n° 70, 15 e 16 de novembro de 1980, 2° cad., p. 2 e 3.

Ainda que de formas ligeiramente diferentes, evidenciamos, portanto, uma tendência de se inserir em estabelecimentos comerciais de caráter familiar até determinado período, normalmente caracterizado por uma oportunidade de ascensão por outro viés profissional, transformando-os em negociadores de prestígio. Afinal, conforme afirma Menezes, “À medida que expandiu a malha urbana, o comércio português a varejo acompanhou esse crescimento tornando o português da esquina referência obrigatória” (MENEZES, 2000, p. 164). É comum observarmos os comerciantes portugueses em Pelotas como figuras de prestígio, a partir dos relacionamentos comerciais estabelecidos com o público e associações específicas. João Rodrigues Manta, por exemplo, ficou conhecido nos anos seguintes como “o capitão hoteleiro da hotelaria<sup>157</sup>” em Pelotas e Joaquim Dias “capitão do arroz<sup>158</sup>”. O pai de Maximiano, Manoel, era membro da diretoria da Associação Comercial dos Varejistas antes da sua fusão com a Associação Comercial de Pelotas<sup>159</sup>. Além disso, o próprio Maximiano atuou de forma enfática na comissão que propôs a incorporação das duas entidades e, mais adiante, se tornou diretor geral da Associação (JAQUES, 2017). Observamos ainda, através dos esforços para a construção de uma capela no bairro Recanto de Portugal, uma forte ligação entre os portugueses e o comércio local. Aníbal nomeia todas as “firmas” envolvidas neste empreendimento, algumas delas de expressividade nacional – como Coca-Cola e Cervejaria Brahma – outras carregando referências lusas visíveis – como panificadora Aveiro e José Valera de Portugal – e, por último, nomes conhecidos no grupo analisado – como Manoel Fonseca Jr e Joaquim Oliveira.

Vidraçaria e Molduras Pampah – Ernesto Giorge Cia – Seixas e Filhos – Hotéis Manta – Carlos N. Magalhães – Auto Peças Sedan Ltda – Amélio Pereira Filho – Trilho Otero – Joaquim Oliveira – Antonio Borges – Coca-Cola – Salvador Moreira Cia – Fernando Ferreira – Casa do Construtor – Irmãos Rocha – Antonio Pimpão – Manoel Fonseca Jr. – Libório Almeida – José Valera de Portugal – Padaria Estrela – Manoel Onofre – Joaquim Rodrigues – Luiz D. Almeida – Caça e Pesca – Ferragem Recanto – Padaria Deus Ihe Pague – Ernesto N. Ferreira – Casa Xadrez – Funerária Carvalho – Henriques Yurgel – Cervejaria Brahma – Urbano Cardoso – J. Alves Verissimo Ltda – Paulo R. Rajão Frio – Odacir C. Mendes – Ferreira Irmão – Francisco Nunes de Carvalho – Móveis Lemos e Fábrica Katrapasso de Móveis e aos

---

<sup>157</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

<sup>158</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 11 de junho de 2015.

<sup>159</sup> PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. Minha passagem pelo “Diário Popular”. **Diário Popular**. Pelotas, n° 70, 15 e 16 de novembro de 1980, 2° cad., p. 2 e 3.

É verdade que o campo do comércio se constituía enquanto uma forte possibilidade para os imigrantes com histórias de sucesso. Entretanto, não podemos deixar de considerar os inúmeros casos de fracassos e desventuras, afinal, existia um número considerável de lusitanos desempregados e desamparados (MATOS, 2013). A trajetória de muitos sujeitos que acabaram na mendicância ou no crime, repousa nas páginas policiais dos jornais (MENEZES, 2012). Contudo, Ana Scott (2001) e Lená Menezes (2012) concordam que, normalmente, o imigrante que permaneceu pobre era aquele que emigrou pobre, estes acabaram se tornando mão de obra barata para serviços considerados periféricos. É dessa forma que existe a dupla face da imigração:

[...] o verso e o reverso do fenômeno imigratório português. De um lado os ‘Brasileiros’ enriquecidos que, às expensas de seus bens, praticavam atos de benemerência e assistência aos que representavam o avesso da imigração bem conseguida, trazendo à luz o lado mais sombrio e triste daqueles que tiveram seus sonhos de riqueza frustrados, e que muitas vezes por vergonha, tentavam esconder esta situação de fracasso e miséria de familiares, amigos e conterrâneos. Muitos destes que tiveram suas expectativas malogradas preferiam ser dados como mortos ou permanecer no esquecimento, jamais retornando à freguesia natal (SCOTT, 2001, p.21).

Os “brasileiros” enriquecidos contribuía com o envio de remessas para os familiares que haviam permanecido no país de origem. Dessa forma, contribuía para o desenvolvimento de suas aldeias e povoados em diferentes regiões de Portugal. A historiografia recente tem demonstrado, ao encontro dos resultados dessa pesquisa, que é significativo o número de imigrantes portugueses que ascenderam econômica e socialmente (JAQUES, 2017). Dessa forma, os imigrantes pioneiros garantiam o acesso dos filhos e netos – imigrantes da segunda geração – a extratos, pouco ou muito, mais elitizados daquela sociedade. De certa forma, o “horizonte de vitória” parecia ser uma possibilidade real para aqueles homens e mulheres (MENEZES, 2012). São eles que vão implementar ou dar segmento as instituições beneficentes, características dos núcleos de imigração portuguesa, extremamente importantes para o montante de imigrantes menos afortunados e mais vulneráveis socialmente.

---

<sup>160</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Uma homenagem da Capela Nova de N. Sra. de Fátima do Recanto de Portugal. **Documentação**. Inauguração da nova capela de N. Sra. de Fátima. Pelotas, 03 de setembro. 1989.

### **2.2.3. Panificação em Pelotas: o pioneirismo de João Rodrigues Manta**

O pão está presente na história da humanidade há milênios, seu significado à mesa varia de acordo com o período histórico, localização espacial, concepções religiosas, situação econômica, etc. No Brasil, até a metade do século XIX, a relação estabelecida com o pão era consideravelmente diferente da atual. As mulheres eram as responsáveis por “fazer o pão” e isto envolvia todo o processo de produção (MATOS, 2009). As farinhas favoritas, normalmente, eram as de milho ou mandioca, que deveriam ser preparadas, peneiradas para depois fazer a massa e assar os pães. Todo o processo deveria ser cuidadosamente ordenado para garantir o sabor do alimento, principalmente quando se tratava de mulheres mais humildes, que garantiam o sustento da família com a venda do produto.

O pão à mesa, no momento das refeições, é uma característica absolutamente marcante ainda hoje na realidade portuguesa. Durante o período do doutorado sanduíche em Portugal, residi na cidade do Porto e arrendei um quarto na casa de uma senhora de 86 anos, completamente lúcida e ativa. Realizamos, portanto, – entre ela, a sua família e eu – uma espécie de intercâmbio cultural entre a realidade portuguesa e brasileira, mediado por diferentes gerações. Absolutamente distinta da rotina estabelecida e vivenciada pela minha família em Pelotas, naquela casa os almoços e jantares possuíam, sempre, dois atores de destaque à mesa: o pão e o vinho.

Com a urbanização das cidades brasileiras e introdução dos trilhos de trem, além do transporte de pessoas, a circulação de produtos e influências passou a ser mais dinâmica. Conforme mencionado anteriormente, este contexto de transformação gerou uma significativa metamorfose na sociedade pelotense. Observamos, portanto, uma diversificação e ampliação de hábitos práticas e, até mesmo, gostos para produtos oferecidos. De fato, foi a “[...] presença dos imigrantes, com seus gostos, práticas e sabores, [que] levou à diversificação do setor [alimentício]” (MATOS, 2009 p. 417). Neste sentido, no que se refere aos imigrantes de origem portuguesa, podemos citar sua influência no desenvolvimento do setor relacionado à panificação menos artesanal e mais profissionalizada em Pelotas.

As características relacionadas à expansão da panificação no Brasil possuem variações regionais bem significativas (FONTES, 1993). Enquanto em São Paulo se considera os imigrantes italianos como principais responsáveis por este processo, somado às influências das padarias e confeitarias francesas, com a introdução do pão tipo francês (MATOS, 2009), em Pelotas, observamos uma associação consideravelmente diversa no

setor. “Porque quando se fala em português [na cidade], falam em padaria. Não, é?!<sup>161</sup>”. Observamos uma sutil, mas não irrelevante, relação entre os vendedores ambulantes de perecíveis, mencionados anteriormente, e os surgimento das padarias em Pelotas<sup>162</sup>. Percebemos que eram aqueles imigrantes os que “alimentavam o mercado<sup>163</sup>” com produtos de “[...] abastecimento fundamentais à rotina doméstica, comercializados em pequenas quantidades que eram renovadas dia a dia” (MATOS, 2009, p. 417), como por exemplo, o pão.

Maximiano e Aníbal não possuíram uma relação direta com a panificação, entretanto, percebemos a existência de uma ligação significativa com outros sujeitos pertencentes a rede analisada, como João Rodrigues Manta e Carlos Martins Frio. Além de ser considerado o “capitão da hotelaria” João Rodrigues Manta também foi um forte impulsionador no setor relacionado à fabricação sistematizada de pães em Pelotas<sup>164</sup>. “Com esse conhecimento [prático] que ele tinha [...] junto com outro português, compraram uma padaria [...]. Adquiriu essa padaria com o primeiro dinheiro que ganhou [depois de trabalhar com o cunhado]. Era ali na Tiradentes<sup>165</sup>, padaria Monteiro<sup>166</sup>”. De acordo com Matos (2009) a incorporação de sócios neste tipo de negócio era uma prática recorrente para que o revezamento de turnos do estabelecimento proporcionasse um horário estendido de atuação profissional. “Garantindo o funcionamento dos estabelecimentos 7 dias por semana e por quase 20 horas diárias” (MATOS, 2009, p. 421). Nestes casos, as famílias costumavam trabalhar durante os dias e madrugadas no balcão das padarias. A utilização da farinha de trigo para a elaboração dos pães, foi um dos principais elementos difundidos pela população imigrante portuguesa, em São Paulo no século XIX (MATOS, 2009). E, da mesma forma em Pelotas, o Sr. Manta introduziu, além de uma série de técnicas, “[...] um produto de farinha, um tipo de farinha chamada semolina que aqui não existia<sup>167</sup>”. Estas práticas, incluindo a utilização do fermento

---

<sup>161</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Pevereda Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 11 de junho de 2015.

<sup>162</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Pevereda Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 11 de junho de 2015.

<sup>163</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Pevereda Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 11 de junho de 2015.

<sup>164</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Pevereda Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

<sup>165</sup> A rua Tiradentes é localizada na região central da cidade.

<sup>166</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Pevereda Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

<sup>167</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Pevereda Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

biológico, tornou o processo de produção mais sistematizado e com escalas maiores – com diversas fornadas diárias – adequando-se, dessa forma, ao crescimento da demanda local pelo produto (FONTES, 1993).

Para fazer o pão, era necessária uma série de habilidades e conhecimentos práticos, como os possuídos por João Manta. Primeiramente, o fermento biológico era preparado; enquanto isso, a farinha de trigo era peneirada dentro de um recipiente de madeira chamado “maseira”. Os ingredientes eram então misturados e a massa sovada manualmente, esse processo exigia a utilização da força física, isso justificava a preferência de homens para a realização da atividade. A experiência, na linha de frente da produção da padaria, proporcionava que o padeiro conhecesse, através do toque, o ponto ideal da massa. Ela deveria descansar, durante o tempo necessário para crescer, a temperatura do ambiente superior a 25° é um fator determinante para a agilidade do processo. Portanto, eram utilizados alguns artifícios para controlar a temperatura do local – permitir a entrada do sol no ambiente, envolver a massa com panos, são alguns exemplos – afinal, quanto mais rápido fosse o processo de crescimento, maior era a produção da padaria e, por consequência da alta demanda, o lucro diário. Para fazer os pães individuais, a massa era cortada e cada corte pesado, assim era garantido o padrão de produção. Novamente sovados e então modelados, os pães eram ordenados em tábuas e com a utilização da “palheta” eram posicionados lado a lado no interior do forno. Feito de barro e tijolos, o forno não possuía um acessório que permitisse verificar a temperatura no seu interior. Assim, novamente a experiência era fundamental para perceber o momento exato de colocar e retirar os pães do forno, garantindo, portanto, uma produção em série e de qualidade (FONTES, 1993). Foi dessa forma,

[...] que ele [João Manta] conseguiu ganhar dinheiro e comprou o primeiro terreno ali na Osório, onde construiu o Hotel Estoril. Primeiro com três pisos e uma lancheria, uma padaria-lancheria, que é onde é a Mamma Pizza hoje. Aquele espaço é da primeira fase. Depois ele elevou para 9 andares<sup>168</sup>.

Ao encontro do exposto por Matos (2009) em relação a São Paulo, observamos que o setor da panificação em Pelotas também era integrado majoritariamente por imigrantes de origem portuguesa, afinal, “[...] eles montaram padarias que tem ainda hoje ai [em Pelotas]<sup>169</sup>”. Se levarmos em consideração a tendência dos portugueses de se

---

<sup>168</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

<sup>169</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

inserir em “todas as etapas da produção do pão: donos de padarias, fornecedores de lenha e carvão para os fornos, trabalhavam como masseiros, forneiros, carvoeiros e entregadores” (MATOS, 2009, p. 421), observamos uma forte relação de auxílio, confiança e preferência estabelecida entre os sujeitos pertencentes ao grupo. Todavia, é importante ressaltar que o desenvolvimento do setor na cidade se deu “[muito] em função do resultado que [os portugueses] viam que o Sr. Manta estava conseguindo com as padarias<sup>170</sup>”.

Por se tratar de um produto diário, o sucesso das padarias dependia da constituição de uma freguesia fiel, isso acontecia através do estabelecimento de relações cordiais entre o padeiro e/ou entregador com o freguês. Assim, o empenho em agradar a clientela era frequente e necessário, essas relações eram precedidas por solidariedade e flexibilização de cobranças. Entretanto, existiam diversas exigências quanto à pontualidade na entrega dos pães, à qualidade do produto, à preferência do cliente, etc.; e os padeiros se empenhavam em servir a freguesia de acordo. O entregador “saía com um cesto grande e entregava em armazéns, bares e domicílios. Alguns entregadores comercializavam em carrocinhas (puxadas a burro ou cavalo, posteriormente motorizadas) que lhe permitia servir uma clientela mais distante” (MATOS, 2009, p. 425). Aos sábados, eram realizados os acertos financeiros, todavia, os clientes com bom histórico de liquidação realizavam o pagamento por quinzena ou mensalmente. Receber o pão à porta de casa pela manhã e acertar o valor no final do mês é uma prática recorrente, ainda hoje, nas famílias em Portugal<sup>171</sup>.

#### **2.2.4. Exploração e jornada de trabalho**

Não existem muitas informações acerca do período em que João Manta possuía como principal atividade profissional a sua atuação enquanto padeiro e/ou dono da padaria Monteiro. Neste momento utilizamos, portanto, os aspectos que a historiografia aponta em relação à árdua jornada profissional desses sujeitos. Conforme já apontamos, sabemos que a jornada de trabalho nesses estabelecimentos era excessivamente longa, se estendendo, inclusive, durante as madrugadas. O pão deveria ficar pronto às 04h30min para que o entregador pudesse realizar as entregas da manhã. Às 07h00min horas já

---

<sup>170</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

<sup>171</sup> Aliás, o pão ainda é considerado tão fundamental na rotina diária das famílias que as entregas seguiram acontecendo – ainda que com alguns cuidados – em pleno vigor do estado de emergência no país, em função do COVID19 em 2020.

iniciavam os preparativos para a feitura do pão da tarde e o horário de descanso era entre as 12h00min e 18h00mins. Entretanto, neste momento eram feitas a limpeza e organização do estabelecimento e instrumentos de trabalhos (FONTES, 1993). Além da jornada extensa e noturna, não existia horário fixo para descanso ou folgas, afinal, a padaria funcionava de domingo a domingo e a falta do padeiro era imperdoável. “A esta situação, somava-se a insalubridade da função que causava mal aos pulmões e aos olhos, doenças cardíacas e pulmonares, como tuberculose, asma e pneumonia, além de reumatismo, queimaduras e varizes” (MATOS, 2009, p. 426).

Os aprendizes, padeirinhos e caixeirinhos trabalhavam em troca de casa e comida, numa rotina que incluía limpeza da padaria, atendimento dos fregueses nos balcões, lidar com estoques, carregar e entregar mercadorias. Buscando formar trabalhadores produtivos, obedientes e dóceis, patrões e mestres impunham práticas austeras, medidas destinadas a inculcar nas crianças hábitos de trabalho, hierarquias, disciplina que incluíam castigos físicos, punições. Assim, as condições de trabalho e de vida durante o aprendizado compreendiam a prática do castigo físico, outras práticas vexatórias e punições aviltantes e violentas, dormir debaixo dos balcões ou no ladrilho da padaria, tornando as fugas frequentes (MATOS, 2009, p. 428-429).

Como se pode observar, não se tratava de uma atividade simples ou fácil de ser desempenhada. Além disso, em diversos casos existem referências a duras explorações de trabalho de contrerêneos mais jovens e pobres que chegavam desamparados no Brasil. Normalmente, esses meninos, com idade de 8 a 10 anos, aprendiam o ofício na própria padaria, atuando como auxiliares do padeiro (FONTES, 1993). Dessa forma, podemos afirmar que a relação de paternalismo por parte dos patrões coexistia ativamente com a de exploração dos empregados. Para aqueles que possuíam apenas a força de trabalho os ganhos não eram substanciais e, muitas vezes, precisavam ser trocados por alimentação e hospedagem, sem nenhum conforto nas dependências da padaria. Conforme salienta Matos (2009), essas ações eram práticas comuns de estratégias patronais de controle para a garantia de assiduidade e pontualidade dos empregados.

Nas primeiras décadas do século XX, observa-se um exponencial crescimento do setor relacionado a panificação no Brasil (MATOS, 2009; FONTES, 1993). Em São Paulo, os proprietários das padarias constituíram, no ano de 1915, a “União dos Proprietários de Padarias de São Paulo”, além de imigrantes portugueses era composta por outros, de origem italiana e espanhola (MATOS, 2009). De acordo com os dados compilados na tese de doutoramento de Beatriz Loner (1999), em Pelotas, a primeira referência a uma organização dos proprietários deste tipo de estabelecimento data do ano

de 1931. O “Grêmio de Proprietários de Padarias” era caracterizado como uma forte entidade de representação patronal da categoria em Pelotas. A autora também acredita que a mesma entidade era responsável pela representação dos proprietários de padarias da cidade de Rio Grande. Não possuímos informações acerca da nacionalidade de origem dos sujeitos que compunham o Grêmio. Entretanto, se levarmos em consideração o exposto por Francisco Serra, de que “[...] naquela época padaria era tudo de português<sup>172</sup>”, podemos supor que a maior parte dos sujeitos pertencentes àquela entidade patronal era de origem portuguesa.

É uma coisa até engraçada porque os brasileiros falam em português e já o relacionam automaticamente a padaria. Não é?! O interessante é que, em todos esses anos que eu estou aqui, o único português que efetivamente era padeiro em Portugal era o Sr. João Rodrigues Manta. Ele tinha, ele tinha, chegou a ter inclusive dois estabelecimentos [de panificação] antes de vir para cá, lá em Portugal<sup>173</sup>.

Neste sentido, convém salientar que a maior parte dos portugueses proprietários de padarias em Pelotas, nunca foram padeiros. O Sr. José Serra afirma: “Depois, eu terminei por fazer um curso de padaria, mas mais com o intuito de controlar o padeiro [...], eu tenho outra preparação [profissional]”. Ao encontro desta afirmação, Carlos Martins Frio – contemporâneo de Maximiano e Aníbal – fundou, naquele mesmo período, a padaria Estrela no bairro Fragata<sup>174</sup> e todas as informações encontradas sobre ele indicam como situação profissional “comerciante<sup>175</sup>”. “A Padaria Avenida [por exemplo,] é de portugueses, mas eles nunca foram padeiros na vida<sup>176</sup>”, também “[...] os portugueses que montaram a Padaria Aveiro, não eram padeiros<sup>177</sup>”. Aliás, o denominado “Triângulo das 3 casas [de panificação portuguesas] que servem o povo de bom gosto<sup>178</sup>” eram a

---

<sup>172</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 11 de junho de 2015.

<sup>173</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

<sup>174</sup> Ainda hoje uma das maiores e principais padarias da região.

<sup>175</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE CARLOS MARTINS FRIO. Ficha consular de qualificação. **Documentação**. República dos Estados Unidos do Brasil. Lisboa, 14 de junho de 1949.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE CARLOS MARTINS FRIO. Carta de Chamada. **Documentação**. Porto Alegre, 13 de dezembro de 1948.

<sup>176</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

<sup>177</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

<sup>178</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Uma homenagem da Capela Nova de N. Sra. de Fátima do Recanto de Portugal. **Documentação**. Inauguração da nova capela de N. Sra. de Fátima. Pelotas, 03 de setembro. 1989.

Panificadora e Lancheria Aveiro, Padaria e Super São Jorge e a Panificadora Farol de Aveiro.

Atualmente, ainda observamos uma relação muito intrínseca entre os portugueses e as padarias/confeitarias. “Hoje as padarias estão ainda em mãos de portugueses, não é?!<sup>179</sup>”. Os doces de ovos e pães de ló - característicos em Portugal – enfeitam as vitrines dos estabelecimentos e dão cara à maior feira da cidade a “Fenadoce”. Estes aspectos sugerem, portanto, que a maior parte das panificadoras pelotenses é composta por um patronato de origem portuguesa que não possui o ofício de padeiro, entretanto, manteve os estabelecimentos na família para serem administrados pelas gerações futuras.

Da mesma forma pela qual ocorria o crescimento das padarias no Brasil, somado às condições frequentes de insalubridade nestes estabelecimentos, as entidades de representação dos trabalhadores do setor da panificação se desenvolviam. Em São Paulo, as experiências de luta, organização e combatividade da categoria, através da “União dos Padeiros”, culminaram na criação de um sindicato institucionalizado – Sindicato dos Manipuladores de Pão, Confeiteiros e Similares de São Paulo – apenas em 1930 (MATOS, 2009). Na cidade de Pelotas, possuímos referências acerca da existência de um “Sindicato dos Padeiros e empregados em padaria” mais de uma década antes, em 1919 (LONER, 1999). Além disso, em 1929, já existia uma entidade de representação dos empregados que pode ser considerada bem mais ampla, a “União dos Trabalhadores em Padarias, Fábricas de massa e Confeitarias”.

Esse desenvolvimento significativo e primário de entidades representativas se deu devido a uma forte organização precedente da categoria. Existem referências desde 1913 acerca de desentendimentos entre padeiros e patrões (LONER, 1999). Nos dias 17 e 18 de outubro de 1921, os padeiros da cidade faziam uma greve com o objetivo de reivindicar o cumprimento de um acordo estabelecido previamente com os patrões acerca do fechamento das padarias nos domingos. Esta é uma reclamação frequente da categoria, afinal, mesmo após a greve, os estabelecimentos seguiram funcionando todos os dias da semana (LONER, 1999). No mesmo sentido, em 1922, a Câmara Municipal de São Paulo buscava alternativas para regulamentar os dias e horários de funcionamento destes estabelecimentos. Depois de muita discussão, ficou assegurada a segunda-feira para o descanso semanal dos trabalhadores das padarias, entretanto, muitas padarias insistiam em manter a produção e funcionamento todos os dias da semana (MATOS, 2009).

---

<sup>179</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

Eram, os donos das padarias – os portugueses, de acordo com Matos (2009) – que escolhiam “padeiro e seus ajudantes, fornecia o local e a matéria prima e cobrava produção” (MATOS, 2009, p. 427). Através destas ações eram estabelecidas as formas de controle, como por exemplo, a quantidade aproximada de pães que cada saca de trigo era capaz de produzir. Assim, fica evidente que o balcão da padaria em Pelotas era palco de constantes tensões, não só com a freguesia, mas, principalmente, com as categorias de empregados. Se levarmos em consideração que eles eram compostos por jovens imigrantes portugueses da segunda geração, observamos mais uma vez que os aspectos de subsistência almejados anteriormente pelos pioneiros, não eram mais amplamente aceitos por aqueles que vieram posteriormente.

### **2.3. Imigração e conhecimento escrito**

Sabemos que os processos de aprendizagem extrapolam os contextos formais de ensino institucionalizados. Neste sentido, notamos que as trajetórias de Aníbal e Maximiano possuem diferenças substanciais neste aspecto. O que nos interessa, em termos analíticos para esta tese, é observar a forma como cada um deles se inseriu no campo da escrita, um principalmente através dos instrumentos formais e o outro dos informais. Ainda que não seja nosso objetivo discutir de forma aprofundada o tema, é importante ressaltar que, assim como os pressupostos aqui defendidos, a História Social da Cultura Escrita tem apontado a importância de se analisar as práticas de leitura e escrita dos sujeitos inseridos em momentos históricos específicos e, inclusive, atribuindo a devida atenção aos lugares sociais por eles ocupados.

Já mencionamos anteriormente que não possuímos os livros de registros de imigrantes do Vice-Consulado de Portugal em Pelotas, através dos quais acreditamos seria possível observar as informações relacionadas à instrução formal dos sujeitos. Assim, através da utilização de fontes complementares é possível fazer algumas observações. Novamente, utilizamos os dados disponíveis no Arquivo Nacional acerca da entrada de imigrantes no Brasil, entre os anos de 1885 e 1910, através dos seguintes filtros de análise, em relação ao local de destino final: Pelotas<sup>180</sup>, Porto Alegre<sup>181</sup> e Rio

---

<sup>180</sup> ARQUIVO NACIONAL. Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro com destino a Pelotas. **Base de Dados** Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro. Brasil, 1875-1910.

<sup>181</sup> ARQUIVO NACIONAL. Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro com destino a Porto Alegre. **Base de Dados** Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro. Brasil, 1875-1910.

Grande do Sul<sup>182</sup>. É importante ressaltar que estes documentos comportam apenas o recorte temporal dos imigrantes da primeira geração. Apesar de existir o item referente à instrução, entre os 51 imigrantes que tinham Pelotas com destino final, os 71 com destino à Porto Alegre e 108 para o Rio Grande do Sul, não consta a referida informação para nenhum deles. O que podemos observar é que, quando consta, as profissões que mais se repetem são trabalhador, agricultor e servente, portanto, não se tratam de ocupações que exigem de forma obrigatória a instrução formal. Todavia, mesmo o Cônsul Adolfo de Castro Neto de Nascimento<sup>183</sup>, único cujo a ficha consta viagem na 1º classe, também não possui a informação sobre a instrução.

De fato, a relação entre imigrante e analfabetismo, ainda que não de forma absoluta, foi uma condição largamente majoritária (CROCI, 2008). Matos e Truzzi (2015b), através da análise de correspondências trocadas entre imigrantes portugueses no Brasil com a família que permanecia no país de origem, entre 1980-1930, observaram que as cartas revelam diferentes níveis de escolarização entre remetentes e destinatários. Em alguns casos, são encontradas caligrafias de contornos bem definidos, entretanto, a grande maioria apresenta uma letra rústica e irregular, com erros de ortografia, inexistência de pontuação, o que sugere escasso conhecimento da cultura letrada. Afinal, apesar da ancestralidade da escrita, ela foi difundida, principalmente, através da ampliação dos processos comunicativos e da intensificação dos deslocamentos humanos (MATOS; TRUZZI, 2015b).

Os fatores que contribuem para a difusão da escrita estão estreitamente ligados à modernização da sociedade. Em primeiro lugar, o desenvolvimento do estado moderno e seu aparato burocrático e administrativo amplificam as funções de promoção e mediação de escrita implícitas no papel institucional: basta pensar no cadastramento como pretexto de controle e, portanto, de registro escrito dos cidadãos que impõe a todos assinaturas, documentos para preencher, editais, convocações e avisos a serem lidos (CROCI, 2008, p. 17).

Observamos, portanto, que existe uma relação intrínseca entre as práticas de comunicação socialmente estabelecidas e modernização da sociedade. Assim, a imigração e o desenvolvimento popular relacionado a prática da escrita, estão estabelecidos em conjunto. Afinal, de acordo com Croci (2008), “os movimentos

---

<sup>182</sup> ARQUIVO NACIONAL. Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro com destino ao Rio Grande do Sul. **Base de Dados** Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro. Brasil, 1875-1910.

<sup>183</sup> ARQUIVO NACIONAL. Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro com destino ao Rio Grande do Sul no navio Neva. **Base de Dados** Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro. Referência: BRRJANRIO.OL.0.RPV.PRJ.2947. Brasil, 1886.

migratórios podem ser considerados uma das causas da difusão da escrita combinada com uma vigorosa aceleração para a modernidade” (CROCI, 2008, p. 18). Dessa forma, a democratização da escrita e leitura foram elementos estimulados entre os imigrantes, obrigados a produzir, principalmente, cartas (MATOS; TRUZZI, 2005b). De qualquer forma, observaremos a seguir a existência de duas realidades bem diferentes através das trajetórias de Aníbal e Maximiano, corroborando com a noção de que instrução formal não significa letramento e vice-versa.

### 2.3.1. O caso de Aníbal

Aníbal provinha de uma realidade social e econômica no seu país de origem significativamente diversa daquela vivenciada por Maximiano. Já mencionamos que, até os vinte e dois anos, vivia exclusivamente nas lidas do campo<sup>184</sup> e que as condições econômicas que possibilitaram sua emigração decorreram de um empréstimo realizado por sua mãe<sup>185</sup>. Levando esses aspectos em consideração, somado ao contexto histórico analisado, podemos inferir que – mesmo que fosse considerado importante – o seu letramento não era uma necessidade básica de subsistência. Observamos, nos textos que fazem referência à sua trajetória de forma retrospectiva, uma tendência a supervalorizar as origens humildes e a dificuldade de letramento. Afirmam que, após desembarcar e se estabelecer na cidade de Rio Grande, “Analfabeto, começou a identificar os símbolos que via nos calendários, nos letreiros, nas paredes dos estabelecimentos comerciais e passou a reconhecer as letras e compor os nomes das lojas, das garagens...<sup>186</sup>”. Percebemos em outro texto, um discurso semelhante,

Veio para o Brasil semi analfabeto [sic] mas com uma vontade imensa de progredir. Morava em um quarto no fundo do local de trabalho e com os calendários que no final de ano ganhava dos clientes forrava esta peça. Com esta ação tinha a oportunidade de juntar as sílabas das propagandas, endereços e nome das firmas conseguiu terminar sua alfabetização. Sua letra em estilo gótico era sempre muito elogiada<sup>187</sup>.

---

<sup>184</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Carta Memorial [escrita pela filha Irene Vidal Carret?]. [sem local] [Pelotas?], [sem data] [2016?].

<sup>185</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

<sup>186</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

<sup>187</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Carta Memorial [escrita pela filha Irene Vidal Carret?]. [sem local] [Pelotas?], [sem data] [2016?].

Neste momento observamos duas informações, ao mesmo tempo semelhantes e diversas em relação a alfabetização de Aníbal – analfabeto e semianalfabeto. Ambos textos se encontram no seu arquivo pessoal privado, o primeiro, uma Carta Memorial – provavelmente escrita pela filha – e o segundo, uma reportagem em função do centenário de nascimento. Nestas tipologias documentais, é frequente a exploração de aspectos afetivos relacionados ao sujeito histórico (HEYMANN, 1997; GOMES, 2004). Como, por exemplo, o fato de Aníbal ter “superado” adversidades e, através de “gloriosa” autogestão do tempo e dos instrumentos disponíveis ao seu redor, foi um “analfabeto promovido a autodidata”<sup>188</sup>. Afinal, de acordo com José Serra, “Ele aprendeu a ler e a escrever sentado nos sacos de arroz de onde ele trabalhava, desse Joaquim Dias, da família. Ele era o tipo da pessoa que eu conheci, se ele tivesse algum estudo... sai da frente porque ele ia embora”<sup>189</sup>.

Sabemos que no ano de 1932, quando chega ao Brasil, é expedida a sua Cédula de Identidade de Estrangeiro, o documento conta com a assinatura em formato escrito do nome completo “Aníbal de Oliveira Vidal”<sup>190</sup>. A partir das noções apontadas por Truzzi e Matos (2005b) acerca da letra dos imigrantes e sua relação com o nível de escolaridade, observamos que Aníbal assinou o documento com uma caligrafia relativamente firme, bem contornada e alocada de forma correta em relação às margens e espaço destinado para este fim. A partir desta informação, fica claro que Aníbal conhecia, pelo menos, a forma correta de escrever o seu nome próprio completo. Sabemos também que, em 1935, quando foi expedida a sua Carteira Profissional, ele possuía o nível de instrução primário<sup>191</sup>. Independente da forma como foi desenvolvida a sua capacidade de leitura e escrita, é evidente que isso não desmerece todo o esforço desempenhado por Aníbal no sentido de instrumentalizar o aprendizado formal e informal auferido a ele enquanto desenvolvia uma série de atividades profissionais de caráter braçal no Armazém Pires, Irmãos e Cia.

### 2.3.2. O caso de Maximiano

---

<sup>188</sup>SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

<sup>189</sup>SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

<sup>190</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Cédula de Identidade de Estrangeiro. **Documentação**. República Federativa do Brasil. Brasil, 1989.

<sup>191</sup>ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Carteira Profissional. Número 42769. **Documentação**. Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Departamento Nacional do Trabalho. Brasil, 06, de abril de 1935.

Já mencionamos diversas vezes que, apesar de pertencerem a um mesmo grupo migratório e compartilharem uma série de aspectos sociais/culturais etc., Maximiano e Aníbal vivenciaram experiências absolutamente diferentes em diversos momentos, cronologicamente equivalentes. A questão relacionada ao letramento e instrução formal pode ser considerada um destes aspectos. Aníbal tinha a necessidade de se dedicar exclusivamente às lidas do campo na localidade de origem em Mourisca de Vouga. Por outro lado, em Bunheiro, a família de Maximiano dispunha de alguns trabalhadores inseridos nas atividades braçais da lavoura. Portanto, desde os 10 anos, ele podia exercitar, inclusive, o hábito da leitura. Assim, quando emigrou para o Brasil pela primeira vez, com doze anos, em 1922, Maximiano já podia dominar o artifício de interpretação do sentido nos textos escritos, em especial citamos os jornais periódicos, como o *Diário Popular*, de Pelotas.

Foi nesse dia [o seu primeiro no Brasil], já lá vão mais de 58 anos [quando de 1980], que tomei contato com o nosso DIÁRIO [popular], que li de cabo a rabo, pois desde os 10 anos me havia habituado a ler o semanário da minha terra ou um que outro jornal do Porto ou Lisboa, em voz alta, junto à lareira, após a ceia, para os familiares e trabalhadores da lavoura, quase todos analfabetos<sup>192</sup>.

Neste sentido, podemos afirmar que a relação de Maximiano com a leitura – e, por consequência, com a escrita – era uma realidade presente em seu cotidiano, seja no Brasil ou em Portugal, desde jovem. De acordo com o ele, “Mesmo nos quase seis anos (de setembro de 1928 a maio de 1934), que estive a estudar em Portugal, nunca deixei de ler [o *Diário Popular*], pois meu pai, semanalmente, me fazia a sua remessa pelo correio, via marítima<sup>193</sup>”. Aliás, conforme já foi mencionado, Maximiano retornou a Portugal justamente para dar segmento a instrução formal no Grande Colégio Universal do Porto<sup>194</sup>. Além disso, fez o curso de complementação escolar na área de Letras no Liceu Alexandre Herculano em 1933<sup>195</sup> e, posteriormente, chegou a iniciar o curso de Direito na Universidade de Coimbra (JAQUES, 2017). Através do interesse e oportunidades de inserção, Maximiano escrevia para alguns jornais enquanto esteve em Portugal, como por

---

<sup>192</sup> PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. Minha passagem pelo “*Diário Popular*”. **Diário Popular**. Pelotas, nº 70, 15 e 16 de novembro de 1980, 2º cad., p. 2 e 3.

<sup>193</sup> PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. Minha passagem pelo “*Diário Popular*”. **Diário Popular**. Pelotas, nº 70, 15 e 16 de novembro de 1980, 2º cad., p. 2 e 3.

<sup>194</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Adeus!. **Recorte de Jornal**. A Luz. Pelotas. 23 de março de 1929.

<sup>195</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Diploma do curso complementar de Letras do Liceu Alexandre Herculano. **Documentação Pessoal**. Porto. 25 de julho de 1933.

exemplo, o jornal *A Luz*, em Pelotas e o *Conselho da Murtosa*, em Murtosa. Uma das reportagens escritas por ele, neste último, é justamente acerca da importância da instrução formal para as crianças e a defesa da construção de uma escola, a escola São Silvestre<sup>196</sup>. Sua relação com a leitura e escrita se manteve constante quando imigrou pela segunda vez ao Brasil em 1934,

De retorno a Pelotas, passei a ter contato direto com ele [*Diário Popular*], através de alguma colaboração, que pessoalmente entregava ao redator-chefe, o então acadêmico de Direito Guilherme Schultz Filho, que tinha como colegas o Dr. Antônio de Almeida Peres, que era professor do Ginásio Pelotense, e o Jaime Gonçalves Wetzel, repórter e cronista, figurando no caceçalho [sic], como diretores, os Drs. Joaquim Luis Osório e Fernando Gomes da Silva, e gerente João C. Souto.

Nos primeiros meses pouco tempo me sobrava, pois com o Prof. Rafael Alves Caldelas, estudava intensamente Corografia [sic] e História do Brasil, a fim de prestar exames escritos e orais dessas disciplinas no Ginásio Pelotense, para o efeito de adaptar o curso secundário concluído no estrangeiro, ao mesmo curso no Brasil.

Mas, concluídos os exames com aprovação, comecei à frequentar o DIÁRIO á noite e, a título de curiosidade, passei a ajudar graciosamente na revisão e, dentro de pouco tempo, tão a peito havia levado esse encargo que a ele me julgava vinculado definitivamente.

Estávamos em princípio de 1935, e, certa noite, o gerente João Souto procurou-me na mesa da revisão, para dizer que, daquele dia em diante, caso aceitasse, passaria a revisor efetivo com o salário de Cr\$ 20,00 velhos por semana, proposta que acolhi com satisfação.

O período imediatamente posterior à segunda imigração de Maximiano para o Brasil, foi um momento de definições e implantação de relações sociais que, mais adiante, seriam fundamentais para a sua ascensão social-profissional enquanto imigrante pertencente a um grupo considerado de “prestígio” pela própria comunidade imigrante portuguesa de Pelotas (JAQUES, 2017). Todavia, neste momento, o que nos interessa observar é a forma como se deu o estabelecimento de uma relação significativa entre a instrução formal de Maximiano e as oportunidades de desenvolvimento profissional intelectual. O seu contato, a critério colaborativo, com o jornal *Diário Popular* possibilitou o estabelecimento de ligações com sujeitos pertencentes ao mundo das letras. Além disso, salientamos que o Professor Caldelas, além de auxiliar nos estudos de Maximiano para os exames de validação do curso secundário concluído em Portugal, também era um membro influente entre imigrantes portugueses da primeira geração<sup>197</sup>. A

---

<sup>196</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. A freguesia de Bunheiro e a instrução de seu povo. **Recorte de Jornal**. Conselho da Murtosa. Murtosa. 30/07 e 01/08 de 1932.

<sup>197</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

aprovação nos exames de validação, somado à suas incursões pela redação do jornal propiciaram a efetivação de Maximiano como revisor no *Diário Popular*.

#### 2.4. A ocupação dos espaços sociais pelotenses por Aníbal (1934-1938)

Em meados de 1934, enquanto se estabelecia como caixeiro-viajante na região entre Pelotas e Bagé<sup>198</sup>, Aníbal se associou ao Centro Português 1.º de Dezembro<sup>199</sup> e, em algum momento daquele ano, conheceu Alayde Garcia Feyó<sup>200</sup> – sua futura esposa<sup>201</sup>. A partir destes acontecimentos, percebemos que os anos sucessivos foram repletos de modificações significativas nos aspectos relacionados à inserção e interação social de Aníbal com um grupo de imigrantes portugueses já estabelecidos em Pelotas de forma privilegiada. Além disso, devido à sua vivência e experiência cotidiana, é importante ressaltar que ele possuía uma relação próxima com comunidade local através das atividades pessoais e profissionais por ele desenvolvidas.

No dia 17 de fevereiro de 1935 organizou sua primeira excursão à Praia do Cassino, por via ferroviária. Esses passeios primavam pela organização, pela alegria e pelo barateamento dos custos. Ao chegar aos locais de refeições, no trajeto, não permitia que os passageiros desembarcassem do ônibus sem antes ele ir ao restaurante negociar os preços melhores para todos os viajantes. Como autônomo, não usufruía de férias, mas fazia das excursões uma forma de distração<sup>202</sup>.

É verdade que o trecho aponta Aníbal como profissional autônomo, sem usufruto de férias, e que primava por relações de custo x benefício satisfatórias. Além disso, podemos acrescentar que, entre 1933 a 1947, recebia um salário mensal de Cr\$ 180,00 mensais<sup>203</sup>. Todavia, percebemos algumas alterações no modelo de vida de Aníbal, da impossibilidade “[...] de fazer despesas extras, sem primeiro pagar uma dívida [da mãe,

---

<sup>198</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

<sup>199</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

<sup>200</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Carta Memorial [escrita pela filha Irene Vidal Carret?]. [sem local] [Pelotas?], [sem data] [2016?].

<sup>201</sup> Filha de pais uruguaios, possuímos poucas informações sobre Alayde.

<sup>202</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

<sup>203</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Carteira Profissional. Número 42769. **Documentação**. Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Departamento Nacional do Trabalho. Brasil, 06, de abril de 1935.

que possibilitou sua emigração de Portugal]<sup>204</sup>” ele passou a ter condições econômicas e sociais de organizar excursões como forma de distração e divertimento pela região. Além disso, em 25 de março de 1936 ocorre o casamento de Aníbal com Alayde<sup>205</sup>, o que corrobora a hipótese de que a dívida contraída pela mãe já havia sido sanada. Afinal, de acordo com ele, na altura do seu casamento, “[...] tudo isso foi resolvido e eu fiquei livre destes meus compromissos [se referindo a dívida da mãe]”<sup>206</sup>.

Outra paixão sua foi o Grêmio Esportivo Brasil, a que se associou em 8 de agosto de 1937. Organizou várias campanhas em favor do xavante, seja para reforma do pavilhão de associados, para a construção de muros e colocação da tela ao redor do campo, para a instalação e reformas da iluminação elétrica e a construção de sanitários. Organizava excursões de trem e ônibus, para levar torcedores aos jogos realizados nos mais diversos gramados do estado<sup>207</sup>.

Sabemos que, desde 1920, exista uma entidade destinada apenas para os “Portugueses do Comércio”, denominada de Grêmio Português de Desportos, para a prática do futebol (LONER, 1999). Assim, a relação de Aníbal com o Grêmio Esportivo Brasil é um aspecto importante de ser ressaltado para além do simples gosto pelo futebol. Ele, de fato, esteve presente em momentos significativos na história do clube, como na solenidade de lançamento da pedra fundamental do estádio Bento Freitas<sup>208</sup>. Na figura 1, observamos Aníbal em uma fotografia no momento de inauguração da arquibancada do Grêmio Esportivo Brasil<sup>209</sup>. O seu reconhecimento e prestígio ficaram materializados em uma placa “por sua dedicação e amor ao Clube<sup>210</sup>” em 1981. Se levarmos em consideração que Aníbal possuía o time como uma “paixão” e que, quando de sua associação em 1937, e nos anos seguintes o G. E. Brasil foi se consolidando enquanto “time popular da raça” (RASCH, 2013), é possível pressupor a existência de uma ligação significativa de Aníbal

---

<sup>204</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>205</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Carta Memorial [escrita pela filha Irene Vidal Carret?]. [sem local] [Pelotas?], [sem data] [2016?].

<sup>206</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>207</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

<sup>208</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Uma foto histórica. **Documentação**. Recorte de jornal. Diário Popular, Pelotas, [sem data].

<sup>209</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Inauguração da arquibancada do Grêmio Esportivo Brasil. **Documentação**. Fotografia. Pelotas, [sem data].

<sup>210</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Ao Xavante Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Objeto tridimensional. Pelotas, 19 de julho de 1981.

com as camadas mais populares da cidade. Em 1917, o “Brasil de Pelotas” foi um dos primeiros times a aceitar um jogador negro como parte integrante da equipe<sup>211</sup>, após a contratação de Babá, outros jogadores negros – como Gradim e Ivo – também foram incorporados pelo time (RASCH, 2013). Isso estabeleceu um “crescente vínculo com as classes populares, e o próprio emblema de time popular se cria” (RASCH, 2013, p. 35), em contraponto ao Esporte Clube Pelotas, que só aceitou jogadores negros a partir da década de 1940 (RASCH, 2013).

Figura 1 – Inauguração da arquibancada do Grêmio Esportivo Brasil



Fonte: Arquivo pessoal privado de Aníbal de Oliveira Vidal

Todavia isso não excluía a lusofonia e necessidade do estabelecimento de relações com suas origens e com aqueles a compartilhavam. “De temperamento inquieto, criou o Programa Saudades de Portugal”<sup>212</sup> em 1º de maio de 1937 ou 1938<sup>213</sup>. Mesmo que “[...] nada ligado a lugar nenhum ele mete na cabeça e faz um programa [...]. Ele chamou a Rádio Cultura na época, e acertou com eles, a programática era de uma hora, uma hora e

<sup>211</sup> Valdomiro Victório, popularmente conhecido como Babá.

<sup>212</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

<sup>213</sup> As fontes divergem em relação ao ano de criação do programa, entretanto, concordam que foi no dia 1º de maio.

meia, uma coisa assim”<sup>214</sup>. E dessa forma, “era transmitido diariamente pela Rádio Cultura, das 20h00min às 20h30min, até o ano de 1966”<sup>215</sup>. “Depois alguns portugueses, inclusive o Dr. Maximiano Pombo Cirne ainda fez uma época alguns programas”<sup>216</sup>. “Mas, quem levou ao ar? O analfabeto, no bom sentido, Aníbal de Oliveira Vidal”<sup>217</sup>. “Ele montava o programa, entregava para os locutores e os locutores faziam o programa”<sup>218</sup>. O fato de um imigrante, que se identificava com as camadas mais populares de Pelotas, ter elaborado e colocado em prática a apresentação de um programa pela Rádio Cultura, que foi ao ar por mais de 25 anos, não é uma informação irrelevante. No mínimo, podemos inferir que Aníbal estabeleceu uma série de contatos nacionais e estrangeiros para e em função do programa<sup>219</sup>.

## 2.5. A ocupação dos espaços sociais pelotenses por Maximiano (1935-1942)

Após a aprovação nos exames de validação do ensino secundário concluído em Portugal e, ao mesmo tempo em que desenvolvia suas atividades profissionais como revisor no jornal *Diário Popular*, Maximiano ingressou na Faculdade de Direito de Pelotas em 1935 (JAQUES, 2017). A Faculdade havia sido criada em 1913, anexa ao *Gymnasio Pelotense*<sup>220</sup>, em uma íntima relação com a elite local em ascensão. Até aquele momento, o acesso e as oportunidades de educação formal superior eram obtidas apenas no Rio de Janeiro ou na Europa. O empenho para a formação de profissionais liberais em Pelotas estava relacionado aos interesses maçônicos de um grupo que se estabeleceu na cidade nos primeiros anos do século XX (COSTA, 2012). Além disso, é possível observar que, quando “[...] se traça um paralelo entre cidade de Pelotas e a Faculdade de Direito, observamos que o perfil não muda: a cidade desde sua origem foi constituída por famílias descendentes de Portugueses que fizeram do comércio e do latifúndio fonte de sua riqueza” (COSTA, 2012, p. 12). Somado a isto, acrescentamos que Maximiano passou a

---

<sup>214</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

<sup>215</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

<sup>216</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

<sup>217</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

<sup>218</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

<sup>219</sup> Atualmente o programa tem duas horas de duração e é apresentado aos domingos, na Rádio Pelotense, por Francisco José Leal Serra.

<sup>220</sup> Aproximadamente no mesmo período, também foram criados os cursos de Farmácia e Odontologia (1911) e a Escola de Agrimensura (1913).

integrar, em 1936, o cargo de diretor adjunto do Grêmio Acadêmico Jurídico da Faculdade de Direito<sup>221</sup>.

Até aquele momento, Maximiano atuava no *Diário Popular* como “[...] revisor efetivo com o salário de Cr\$ 20,00 por semana [aproximadamente Cr\$ 80,00 por mês]”<sup>222</sup>. Nos anos seguintes, o jornal passaria por uma série de dificuldades de caracteres financeiros e políticos que acarretariam na sua suspensão em 1937 e fechamento em 1938 (JAQUES, 2017; CAETANO 2014). “Assim, quando se me apresentou oportunidade [a Maximiano], deixei o jornal para, a convite do representante em Pelotas da Perfumaria Lopes S. A. do Rio de Janeiro, Vital Melo, passar a exercer o cargo de auxiliar vendedor com o salário mensal de Cr\$ 260,00 velhos”<sup>223</sup>. Por se tratar de um jornal de expressão e de íntima relação com a elite local, esse foi um período de tensão para os representantes do *Diário* (CAETANO, 2014). Entretanto, ao avesso de ser atingido pela situação, aos 25 anos, Maximiano passava a contar com um salário mensal correspondente a mais do que o triplo do anterior. Ainda, pouco mais adiante,

[...] numa manhã chuvosa que aproveitei para estudar, visto estarem próximo os exames de meio de ano da Faculdade de Direito, fui procurado pelo Sr. Victorino Menegotto que, depois de dizer que tinha gostado muito do trabalho que desenvolvera para a fusão daquelas duas entidades [já mencionadas anteriormente, Associação Comercial e Associação Comercial dos Varejistas], me formulou convite para criar o Boletim Informativo da Associação Comercial com o salário mensal de Cr\$ 400,00 velhos (ótimo para a época), que imediatamente aceitei, e, assim, em 26 de agosto de 1937, saía o primeiro número, continuando até o presente, sem interrupções, com a mesma apresentação gráfica. E já lá vão mais de 43 anos [em 1980]. Como passa depressa o tempo... Estou a ficar velho...<sup>224</sup>

Ao passo em que Maximiano seguia sua instrução formal e profissional na Faculdade de Direito, e tendo tido uma participação enfática na comissão que havia proposto a fusão da Associação Comercial dos Varejistas – a qual seu pai era membro da diretoria – com a Associação Comercial de Pelotas, foi convidado para criar o Boletim Informativo da Associação Comercial. O convite foi proposto pessoalmente pelo Sr. Victorino Menegotto, então presidente da ACPel. Isso demonstra que Maximiano possuía

---

<sup>221</sup> MEMORIAL DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PELOTAS. Diretoria do Grêmio Acadêmico Jurídico da Faculdade de Direito de Pelotas. **Circulares das novas diretorias e de Novas firmas comerciais 1936-1937**. Pelotas, 1936.

<sup>222</sup> PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. Minha passagem pelo “Diário Popular”. **Diário Popular**. Pelotas, n° 70, 15 e 16 de novembro de 1980, 2° cad., p. 2 e 3.

<sup>223</sup> PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. Minha passagem pelo “Diário Popular”. **Diário Popular**. Pelotas, n° 70, 15 e 16 de novembro de 1980, 2° cad., p. 2 e 3.

<sup>224</sup> PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. Minha passagem pelo “Diário Popular”. **Diário Popular**. Pelotas, n° 70, 15 e 16 de novembro de 1980, 2° cad., p. 2 e 3.

um relacionamento efetivo com os representantes do comércio de Pelotas, primeiro através de seu pai e, depois, com a sua própria inserção na ACPel. Além disso, outra informação relevante é o salário mensal oferecido a ele, Cr\$ 400,00, nas suas próprias palavras: “ótimo para a época”. Além disso, observamos neste momento uma efetiva inserção de Maximiano nos aspectos relacionados à lusofonia em Pelotas. Ele passou a integrar o quadro de diretoria do clube Centro Português 1º de Dezembro de Pelotas<sup>225</sup>.

No começo do ano seguinte, em 1938, o secretário privativo da Associação Comercial, Sr. Eurico Raupp de Souza deixou vago o seu cargo, e, Maximiano o substituiu por aproximadamente um mês, entre outras funções, redigindo as atas das reuniões da Diretoria<sup>226</sup>, o que o colocava em uma posição de visibilidade nas questões relacionadas à ACPel. Ainda que existissem outros candidatos, para o cargo, com “bons padrinhos”, Maximiano pleiteou, em uma das sessões sua efetivação. “Pretensão que de imediato foi posta em discussão e aprovada por unanimidade passando eu a perceber [sic] o salário mensal de Cr\$ 500,00 velhos, que, de tão bom, possibilitou o meu casamento daí a um mês, em abril desse ano”<sup>227</sup>. Assim, com o suporte financeiro estabelecido pelo novo posto profissional, em 23 de abril de 1938 ocorria o seu casamento, nas instâncias civil e religiosa com Ausêndia Pinheiro Cire<sup>228</sup>. E, após realizar uma série de modificações no cargo de secretário privativo, com o objetivo de agilizar a assistência deferida aos sócios da ACPel, e aprovação da diretoria, criou o posto de Diretor Geral, que passou a exercer imediatamente<sup>229</sup>.

Através das noções expostas por Angela de Castro Gomes (2004) acerca da “escrita de si”, temos observado até este momento, na fonte utilizada, um forte anseio em demonstrar uma coerência merecedora de ascensão econômica por parte de Maximiano. A utilização das expressões “ótimo para a época”, “de tão bom, possibilitou o meu casamento” – para se referir ao valor monetário do salário recebido – e a própria exposição acerca do seu percurso financeiro desde os Cr\$ 20,00 semanais em 1935 até os

---

<sup>225</sup> MEMORIAL DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PELOTAS. Diretoria Centro Português 1º de Dezembro. **Circulares das novas diretorias e de Novas firmas comerciais 1936-1937**. Pelotas, 1937.

<sup>226</sup> PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. Minha passagem pelo “Diário Popular”. **Diário Popular**. Pelotas, nº 70, 15 e 16 de novembro de 1980, 2º cad., p. 2 e 3.

<sup>227</sup> PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. Minha passagem pelo “Diário Popular”. **Diário Popular**. Pelotas, nº 70, 15 e 16 de novembro de 1980, 2º cad., p. 2 e 3.

<sup>228</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Curriculum Vitae de Maximiano Pombo Cirne – Vice-Cônsul de Portugal. **Documentação Pessoal**. Pelotas, 27 de junho de 1985, p. 1-7.

<sup>229</sup> PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. Minha passagem pelo “Diário Popular”. **Diário Popular**. Pelotas, nº 70, 15 e 16 de novembro de 1980, 2º cad., p. 2 e 3.

Cr\$ 500,00 mensais em 1938<sup>230</sup>, demonstram a importância atribuída por ele a estes feitos. Devemos também observar que, no período em que Maximiano está “escrevendo sobre si” (GOMES, 2004), ele está se utilizando de uma visão retrospectiva “[...] já lá vão mais de 43 anos [em 1980]. Como passa depressa o tempo... Estou a ficar velho...”<sup>231</sup> e, em um período marcado por dificuldades financeiras pessoais<sup>232</sup>. Esses fatores são capazes de influenciar significativamente a forma como se dá o processo de escrita sobre si mesmo e os aspectos que são considerados expressivos na trajetória pessoal do sujeito histórico (GOMES, 2004).

Ainda referente aos aspectos que demonstram a posição de visibilidade deferida por Maximiano na Associação Comercial de Pelotas apontamos a sua ativa participação no processo de compra do jornal *Diário Popular* pela ACPel (JAQUES, 2017). No dia 6 de junho de 1938, era comunicada e registrada oficialmente a transação na Ata nº 410, redigida por Maximiano<sup>233</sup>.

Na qual o presidente, sr. Victorino Menegotto, comunicou que ‘amigos das tradições de Pelotas e membros da Diretoria haviam adquirido, por compra, prédio e máquinas do DIÁRIO POPULAR com o propósito de fazê-lo novamente circular, para o que está em organização uma empresa por quotas. O jornal em questão, que reaparecerá inteiramente, remodelado, será o porta-voz das classes conservadoras, motivo pelo qual o sr. presidente pergunta á Mosa se a Associação deve ou não dar o seu apoio a esse órgão’. Houve concordância unânime á indagação do presidente, tendo este declarado em seguida, que os organizadores daquela empresa ‘desejavam confiar a gerência do referido jornal a Maximiano Pombo Cirne’<sup>234</sup>.

Novamente observamos o diretor da Associação, Sr. Victorino Menegotto, em uma relação significativa com Maximiano. Ele expressa verbalmente o desejo, daqueles que se empenharam na transação de compra e reabertura do *Diário Popular*, de confiar a Maximiano a gerência do jornal. Estes eram “amigos das tradições de Pelotas e membros da Diretoria [da Associação Comercial]” que tinham como objetivo tornar o jornal “porta-voz das classes conservadoras” da cidade, o que acarretou em uma aprovação por

---

<sup>230</sup> Não fizemos uma comparação com o valor monetário atual, entretanto, o que nos interessa nesta questão é observar o crescimento exponencial do salário de Maximiano em poucos anos.

<sup>231</sup> PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. Minha passagem pelo “Diário Popular”. **Diário Popular**. Pelotas, nº 70, 15 e 16 de novembro de 1980, 2º cad., p. 2 e 3.

<sup>232</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Pevereda Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 11 de junho de 2015.

<sup>233</sup> MEMORIAL DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PELOTAS. Ata nº 410 – Sessão ordinária de Diretoria, realizada no dia 6 de junho de 1938. **Sessões de Diretoria** – de 25/janeiro/1938 a 26/junho/1939 – Atas nºs 396 a 452. Pelotas, 06 de junho de 1938, p. 36-38.

<sup>234</sup> PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. Minha passagem pelo “Diário Popular”. **Diário Popular**. Pelotas, nº 70, 15 e 16 de novembro de 1980, 2º cad., p. 2 e 3.

unanimidade dos presentes na reunião. De acordo com Rosendo Caetano “o ‘panteão’ do D[iário]P[opoular] contava com nomes expressivos na política sul-riograndense e brasileira da época, mas especialmente aqueles ligados a política cidadina” (CAETANO, 2014, p. 45). Neste sentido, de forma absolutamente diversa daquela vivenciada por Aníbal, fica evidente a posição privilegiada de Maximiano no que se refere aos assuntos dos “amigos das tradições de Pelotas”. Todavia, nos aspectos expressivamente político-partidários, o jornal sofreu constantes modificações através dos anos, entretanto, sua característica fundamental sempre foi a intrínseca relação estabelecida com as classes conservadoras da cidade (CAETANO, 2014).

A atuação de Maximiano na gerência do jornal foi logo interrompida, pois, dadas as funções por ele desempenhadas, não conseguiu prestar os exames parciais na Faculdade de Direito em setembro de 1938; conseqüentemente, repetiu o quarto ano do curso e solicitou que fosse transferido para a redação, de forma a poder se dedicar de forma mais intensa à conclusão do curso<sup>235</sup>. Por quaisquer que sejam os motivos, observamos, portanto, a decisão de deferir maior tempo e esforço para se tornar advogado em detrimento da gerência do *Diário Popular*. Por isso, com a iminência da conclusão do curso, “viu-se obrigado a requerer a sua naturalização em meados [sic] de 1940<sup>236</sup>”, já que de acordo com o Art. 150 da constituição de 1937 só poderiam “[...] exercer profissões liberais os brasileiros natos e os naturalizados que tenham prestado serviço militar no Brasil [...]”<sup>237</sup>. Assim, em 13 de dezembro de 1940 ocorria, na Catedral Metropolitana de São Francisco de Paula, em Pelotas, às 8h00min a missa em ação de graças e, às 20h30min no salão nobre da Biblioteca Pública Pelotense, a imposição oficial de grau de bacharel em Direito<sup>238</sup>. Os “jovens bacharelados”, foram considerados, pelo *Diário Popular*, como “[...] uma das mais brilhantes turmas que tem passado pela nossa DOMUS JURI [...]”<sup>239</sup>. A solenidade de formatura foi considerada um evento de destaque

---

<sup>235</sup> PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. Minha passagem pelo “*Diário Popular*”. *Diário Popular*. Pelotas, nº 70, 15 e 16 de novembro de 1980, 2º cad., p. 2 e 3.

<sup>236</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Curriculum Vitae de Maximiano Pombo Cirne – Vice-Cônsul de Portugal. **Documentação Pessoal**. Pelotas, 27 de junho de 1985, p. 1-7.

<sup>237</sup> BRASIL. **Constituição de 1937**. Art. 150. Brasil, 10 de novembro de 1937. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>>. Acesso em: 05 de maio de 2020.

<sup>238</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Convite da Faculdade de Direito de Pelotas. **Documentação Pessoal**. Pelotas, 1º de dezembro de 1940.

<sup>239</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. A solene formatura dos novos bacharéis pela Faculdade de Direito de Pelotas. **Recorte de Jornal**. *Diário Popular*. Pelotas, 13 de dezembro de 1940.

e prestígio para a sociedade pelotense (JAQUES, 2017), o que fica evidenciado pela proposta e exposição do quadro de formatura numa mostra da Casa Levy<sup>240</sup>. No mesmo sentido, percebemos que a ocasião foi noticiada inclusive em Portugal, com homenagens no *Correio Português*<sup>241</sup> e *Progresso da Murtosa*<sup>242</sup>. Mais adiante, em 15 de agosto de 1941, percebemos outro acontecimento que obteve grande repercussão tanto em Pelotas quanto em Murtosa<sup>243</sup>; o falecimento do pai de Maximiano. No seu enterro, foi formado um extenso cortejo, no qual compareceram figuras influentes do Hospital de Beneficência Portuguesa, do Centro Português e da Associação dos Varejistas, das quais Manoel fez parte em diversas ocasiões, inclusive em cargos de diretoria (JAQUES, 2017). No ano seguinte, em 1942, com o objetivo principal de acompanhar o processo de naturalização, Maximiano deixa Pelotas e transfere residência para o Rio de Janeiro (JAQUES, 2017).

## 2.6. Espaços compartilhados

Observamos, até o momento, uma realidade econômica e de inserção em determinados espaços sociais significativamente diferentes quando se trata da trajetória de Aníbal e Maximiano. Todavia, ainda que até o momento tenha sido brevemente mencionado nas trajetórias analisadas, o clube Centro Português 1º de dezembro pode ser considerado um importante espaço de desenvolvimento de relações pessoais e profissionais<sup>244</sup>. Levando esta afirmação em consideração – bem como a associação de Aníbal e inserção de Maximiano na diretoria do clube, a criação e relação de ambos com o programa de rádio “Saudades de Portugal” e, por último, um efetivo entrosamento com a comunidade local através das excursões e *Diário Popular* – esta realidade diferenciadora entre Aníbal e Maximiano passa a ser menos expressiva com o passar dos anos e com a inserção de ambos em certos locais de sociabilidade. Ou seja, qualquer que seja o pequeno emaranhado de pessoas, os sujeitos estão obrigatoriamente inseridos em

---

<sup>240</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. A solene formatura dos novos bacharéis pela Faculdade de Direito de Pelotas. **Recorte de Jornal**. Diário Popular. Pelotas, 13 de dezembro de 1940.

<sup>241</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Na cidade de Pelotas/Colaço de Grau. **Recorte de Jornal**. Correio Português. Portugal, 02 de fevereiro de 1941.

<sup>242</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Dr. Maximiano Pombo Cirne concluiu o Curso de Direito, no Brasil, êste nosso prezado conterrâneo. **Recorte de Jornal**. Progresso da Murtosa. Murtosa, 20 de julho de 1941.

<sup>243</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Necrologia Manoel Luiz Cirne. **Recorte de Jornal**. Folha do Povo. Pelotas, 16 de agosto de 1941.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. A Sombra da Cruz. **Recorte de Jornal**. Progresso da Murtosa. Murtosa, 10 de setembro de 1941.

<sup>244</sup> Este aspecto será discutido mais adiante, de forma mais aprofundada.

um, ou melhor, vários conjuntos de indivíduos mais amplos. A partir de uma perspectiva bastante genérica, é possível afirmar que é dessa forma que se constitui a sociedade como a conhecemos, a soma mais ou menos intencional de diversos agrupamentos – de pequeno, médio e grande porte – de pessoas. Ela existe e funciona porque muitos sujeitos, anônima e isoladamente, agem de acordo com suas experiências pessoais e em conjunto. As relações estabelecidas entre os sujeitos são absolutamente singulares e, portanto, a estrutura bem como as transformações históricas independem das ações e intenções individuais (ELIAS, 1994).

Além disso, o indivíduo não se relaciona apenas com outros indivíduos, mas também com uma série de elementos materiais e imateriais, objetivos e subjetivos da sociedade, aqui caracterizados como as diversas possibilidades e mobilidades desempenhadas por Aníbal e Maximiano nestes anos iniciais pós imigração. Estes aspectos são dimensões da realidade que não devem ser compreendidas de forma exterior aos atores sociais, sim, intrinsecamente relacionadas com a coletividade a que pertencem (IMÍZCOZ, 2004), observamos claramente a diversidade de elementos expressos nas coletividades em que estavam inseridos. De fato, as delimitações conceituais e explicativas deste fenômeno são passíveis de amplas discussões nas ciências sociais, contudo,

Quer afirmem a sociedade ou o indivíduo como o objetivo mais alto, os dois lados procedem, no que tange ao pensamento, como se um ser externo à humanidade, ou um representante seu em nosso pensamento — a ‘natureza’ e uma ‘razão’ divina que funcionassem previamente a qualquer experiência —, houvesse estabelecido esse objetivo último e essa escala de valores, sob essa forma, para todo o sempre. Ao atravessarmos o véu de valorações e afetos com que as tensões de nossa época imbuem tudo o que diz respeito à relação entre indivíduo e sociedade, surge um panorama diferente. Considerados num nível mais profundo, tanto os indivíduos quanto a sociedade conjuntamente formada por eles são igualmente desprovidos de objetivo. Nenhum dos dois existe sem o outro. Antes de mais nada, na verdade, eles simplesmente existem — o indivíduo na companhia de outros, a sociedade como uma sociedade de indivíduos — de um modo tão desprovido de objetivo quanto as estrelas que, juntas, formam um sistema solar, ou os sistemas solares que formam a Via-Láctea. E essa existência não-finalista dos indivíduos em sociedade é o material, o tecido básico em que as pessoas entremeiam as imagens variáveis de seus objetivos (ELIAS, 1994, p. 16).

Mas, em que momento um pequeno grupo de indivíduos compõem algo diferente de uma simples coleção de sujeitos isolados? Quando o entrelaçamento de trajetórias pessoais diferentes passa a se configurar como uma trama? Em um primeiro momento, a

resposta parece simples: a trama analisada nesta qualificação passa a tomar forma a partir da existência de um objetivo em comum entre diversos sujeitos diferentes. É a e/imigração, ou o desejo dela, o elo entre estas pessoas. Todavia, a vida social harmoniosa a partir de um objetivo em comum não existe, simplesmente porque a experiência humana é repleta de contradições, tensões e mudanças. Além disso, devemos considerar os estímulos casuais, eles produzem enormes efeitos “[...] pela avalanche da maioria dos impulsos de amor e ódio, pela excitação às vezes totalmente incompreensível, na qual ela, sem refletir, se precipita do pensamento à ação, arrastando consigo o indivíduo, sem qualquer resistência” (SIMMEL, 2006, p. 52).

Em virtude dessa inerradicável interdependência das funções individuais, os atos de muitos indivíduos distintos, especialmente numa sociedade tão complexa quanto a nossa, precisam vincular-se ininterruptamente, formando longas cadeias de atos, para que as ações de cada indivíduo cumpram suas finalidades. Assim, cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que a prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais, e decerto não menos fortes. É a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e nada mais, que chamamos ‘sociedade’. Ela representa um tipo especial de esfera. Suas estruturas são o que denominamos ‘estruturas sociais’. E, ao falarmos em ‘leis sociais’ ou ‘regularidades sociais’, não nos referimos a outra coisa senão isto: às leis autônomas das relações entre as pessoas individualmente consideradas (ELIAS, 1994, p. 20).

É este o ponto que nos interessa neste momento para compreender a trama e/imigratória aqui analisada. As relações sociais estabelecidas entre os sujeitos de um grupo específico no interior da sociedade moderna ocidental. Observamos Maximiano e Aníbal, enquanto sujeitos com possibilidades sociais absolutamente diferentes, mas, que em determinado momento passam a compartilhar – entre si e com outros – espaços na sociedade. Assim, para compreender a e/imigração como um fenômeno social “[...] é necessário desistir de pensar em termos de substâncias isoladas únicas e começar a pensar em termos de relações e funções” (ELIAS, 1994, p. 22). Como todas as pessoas, os nossos e/imigrantes nasceram e foram criados no interior de um grupo, seja ele familiar ou não. Constituído “[...] também de elementos espirituais que se objetivaram em palavras e conhecimentos, em inclinações afetivas e normas de vontade e juízo, e que perpetraram o indivíduo como tradições conscientes e inconscientes” (SIMMEL, 2006, p. 43). Cada um dos nossos sujeitos difere em sua constituição individual e possui uma posição única no

interior de sua trama de relações, em especial entre Maximiano e Aníbal isso ficará evidente no decorrer da tese. Dessa forma, atravessam uma trajetória singular até a morte através das relações estabelecidas durante a vida. Nesta perspectiva, os e/imigrantes, como qualquer indivíduo nos processos históricos, nunca estão completamente acabados, as pessoas evoluem e se transformam constantemente. O garoto que deixou Portugal certamente não é o mesmo que chegou ao Brasil, simplesmente porque as ações transformam os sujeitos, sobretudo uma do porte da e/imigração.

[...] o indivíduo sempre existe, no nível mais fundamental, na relação com os outros, e essa relação tem uma estrutura particular que é específica de cada sociedade. Ele adquire sua marca individual a partir da história dessas relações, dessas dependências, e assim, num contexto mais amplo, da história de toda a rede humana em que cresce e vive (ELIAS, 1994, p. 27).

O que podemos afirmar, neste momento, é que Aníbal e Maximiano circularam, entre os anos de 1934 e 1942, em diversos espaços sociais compartilhados por ambos. Inferimos, portanto, que suas trajetórias se cruzaram em algum momento dentro do recorte temporal e espacial, até então apresentado.

## CAP. III – PROCESSO DE AFIRMAÇÃO IMIGRANTE 1944-1990

### 3.1 A questão do nacionalismo e da identidade na Era Vargas: a identidade nacional em contraponto a imigração

O período compreendido pela Era Vargas (1930-1945) possui como uma de suas principais características a existência de um forte apelo sobre a identidade nacional. Nos últimos séculos, a condição nacional tem sido um dos aspectos de maior legitimidade na implantação de questões relacionadas a temas políticos. Assim, Anderson (2008) aponta o nacionalismo como um produto cultural específico, composto por uma comunidade política imaginada, soberana e com fronteiras limitadas. Neste sentido, uma das medidas adotadas pelo governo Vargas para reforçar/criar uma identidade nacional foi a tentativa de retirar do domínio de imigrantes – portanto, sujeitos não nacionais – áreas consideradas significativas para o crescimento econômico do país (SANTOS, 2008). Este período foi marcado por significativas restrições acerca das possibilidades de atuação profissional regularizadas para estrangeiros no país, constituindo parte do esforço governamental para a criação da unidade nacional brasileira, o que era motivado por diversas razões. Entretanto, Santos (2008) aponta quatro como sendo os motivos mais significativos:

[...] em primeiro lugar, a existência de grupos internos, como a corrente nativista que se opunha à cedência de todos e quaisquer privilégios a cidadãos estrangeiros; em segundo lugar, os princípios basilares do regime varguista que dão primazia aos valores panamericanistas e às relações intracontinentais; em terceiro lugar, o Brasil não poderia favorecer os cidadãos de uma nacionalidade em detrimento de todas as outras presentes no seu território, pois poderia conduzir a dificuldades acrescidas ao nível das relações económicas externas ou provocar reações de alguns países contra os cidadãos brasileiros emigrados; e, em quarto lugar, as causas internas e estruturais do próprio país - votado a uma grave crise na economia/finança, procurando encontrar mais-valias que lhe permitissem reerguer-se e consolidar a sua estrutura económica, financeira, política e mesmo social, o Brasil teria de dar primordial relevância à defesa dos seus nacionais. E, num regime de cariz autoritário, a única política admissível era o protecionismo e o nacionalismo exacerbado (SANTOS, 2008, p. 392).

Para consagrar o caráter preferencial dos imigrantes portugueses em relação aos demais foi necessária uma contínua pressão exercida por diversos setores portugueses e brasileiros (SANTOS, 2008; SCHIAVON, 2007). Todavia, é consensual que, na prática, existia uma relação relativamente privilegiada direcionada aos imigrantes de origem

portuguesa. Isso se dava, principalmente, devido ao majoritário reconhecimento das origens lusas na formação étnica nacional. Em suma, os “[...] portugueses recebem um tratamento diferenciado porque, na percepção getulista, os lusos em razão da afinidade étnica luso-brasileira poderiam reforçar o nacionalismo brasileiro” (SCHIAVON, 2007, p. 186-187). Podemos apontar, inclusive, a questão da língua, o reconhecimento linguístico – neste caso, a língua portuguesa – é um dos pilares para a formação de uma consciência nacional (ANDERSON, 2008). Além disso, estamos falando de dois países que viviam em regimes “[...] similares e homólogos, coordenados e consonantes nos seus principais pilares de suporte político-ideológico” (SANTOS, 2008, p. 393). Por estes motivos, Santos (2008) considera que o momento era auspicioso para o empenho em reforçar os laços culturais e políticos entre Brasil e Portugal. Contudo, ainda que se trate de uma relação privilegiada se comparada com a direcionada às demais etnias, não se pode configurar essa experiência como “não traumática” para o conjunto de portugueses que residia no Brasil naquele momento. Afinal, a visão nacionalista centrada nos problemas internos brasileiros prevaleceu durante todo o getulismo.

### **3.1.1 O que fazer a respeito da população imigrante?**

O elemento estrangeiro esteve presente na construção do Brasil em diversos setores. A partir das perspectivas ideológicas de construção da unidade nacional, característica da nova realidade brasileira, é natural que se questione qual encaminhamento deve ser dado à questão estrangeira no país e, mais especificamente: aos estrangeiros residentes no país. Esta foi uma preocupação de grande peso, inclusive e principalmente, no que se refere às regiões sul e sudeste do Brasil, que continham um elevado número de imigrantes (SCHIAVON, 2007). A solução implantada abarcava um esforço de integração étnica, mas que procurava “[...] minimizar os atores de divergência e exaltando os elementos que contribuíssem para a construção dum espírito nacional uníssono e síncrono” (SANTOS, 2008, p. 392).

Para tanto, se torna preciso definir e regulamentar o que passa a ser entendido por nacionalidade brasileira. Isso é feito através do decreto-lei nº 389, de 25 de abril de 1938. De acordo com a alínea “e” do Art. 1º, passam a ser considerados brasileiros “os estrangeiros que obtiverem naturalização na forma desta lei<sup>245</sup>”. O incentivo à

---

<sup>245</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 389, de 25 de abril de 1938. **Regula a nacionalidade brasileira.** Brasil, 1938. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-389-25-abril-1938-350776-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Dados%20da%20Norma->

naturalização dos estrangeiros já radicados no país passa a ser uma constante na realidade nacional. Os instrumentos elaborados iam desde a elaboração de uma legislação imigratória com características restritivas, cotas de imigrantes em razão dos territórios, até a obrigatoriedade da nacionalização do ensino e das associações estrangeiras em território brasileiro. Além disso, o Art. 27 estabelecia que o sujeito naturalizado que fosse residir por mais de dois anos seguidos no país de origem renunciava a nacionalidade brasileira<sup>246</sup>. Ou seja, o contexto geral estabelecido pelo governo – de obrigatoriedade implícita de naturalização e impedimento de saída do país por longos períodos – tornaria inviável para qualquer imigrante fazer o que Maximiano havia feito anteriormente, de regressar ao país de origem para completar os estudos e novamente retornar ao Brasil. Inclusive por se tratar de uma questão relacionada ao ensino, que agora passava a ser nacionalizado.

Esta série de impedimentos legais, e, inclusive os relacionados ao exercício profissional de imigrantes – como é o caso do Art. 150 da Constituição de 1937 – que impedia os estrangeiros não naturalizados de exercer profissões liberais no país<sup>247</sup>, causavam uma obrigação implícita de naturalização. Naquele momento, Maximiano estava concluindo o curso de bacharel em Direito em Pelotas, “[...] como era português, saiu aquela legislação, aquela lei do Getúlio Vargas, em que só os brasileiros podiam exercer profissão autônoma ou se instalarem comercial ou industrialmente, só brasileiros”<sup>248</sup>. “Estas proibições – como é fácil deduzir – originam intensa movimentação de alguns elementos portugueses, notadamente daqueles tidos como líderes da colônia portuguesa no Brasil” (SCHIAVON, 2007, p. 201). Na cidade de Pelotas, não possuímos indícios de que tenha sido constituída uma resistência organizada em relação a estes

---

,DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%20389%2C%20DE%2025%20DE%20ABRIL%20DE%201938,R egula%20a%20nacionalidade%20brasileira.&text=os%20estrangeiros%20que%20obtiverem%20naturaliza%C3%A7%C3%A3o%20na%20forma%20desta%20lei.&text=%C2%A7%203%C2%BA%20N%C3%A3o%20s%C3%A3o%20brasileiros,que%20o%20pai%20seja%20brasileiro>. Acesso em: 26 de abril de 2020.

<sup>246</sup> BRASIL. Decreto-Lei n° 389, de 25 de abril de 1938. **Regula a nacionalidade brasileira**. Brasil, 1938. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-389-25-abril-1938-350776-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Dados%20da%20Norma->

,DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%20389%2C%20DE%2025%20DE%20ABRIL%20DE%201938,R egula%20a%20nacionalidade%20brasileira.&text=os%20estrangeiros%20que%20obtiverem%20naturaliza%C3%A7%C3%A3o%20na%20forma%20desta%20lei.&text=%C2%A7%203%C2%BA%20N%C3%A3o%20s%C3%A3o%20brasileiros,que%20o%20pai%20seja%20brasileiro>. Acesso em: 26 de abril de 2020.

<sup>247</sup> BRASIL. **Constituição de 1937**. Art. 150. Brasil, 10 de novembro de 1937. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>>. Acesso em: 05 de maio de 2020.

<sup>248</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

aspectos. Todavia, é recorrente discursos como o de José Serra acerca de “[...] ‘uma raiva disso aí’. Porque ele [Maximiano] foi obrigado, para poder exercer a profissão de advogado que ele era, a renunciar a sua pátria. Não é?!’”<sup>249</sup>.

Filha, o negócio é o seguinte: não é o fato de renunciar. Porque se tu resolve adquirir uma outra nacionalidade é evidentemente que automaticamente tu estas renunciando a outra. Hoje nós temos inclusive uma legislação no Brasil, que não só nós os portugueses como os espanhóis e italianos, por exemplo, em que é possível ter a dupla nacionalidade. É outra coisa. Então é um processo e ele adquire... o filho do português nascido aqui, ele pode adquirir a nacionalidade portuguesa. Mas a nacionalidade é dada como se lá tivesse nascido. Lá é registrado no mesmo dia em que nasceu, igual, tudo igual. E a naturalização é diferente, a naturalização, ela vale a partir do momento em que a autoridade do país em que tu estas adquirindo assinaram. Então se é hoje, é a partir de hoje, até ontem tu eras português e a partir de hoje tu és brasileiro. Então, aqui tu renuncia, mas ao renunciarem é de modo próprio, ele quer fazer isso, agora obrigado a dizer isso, obrigado a cantar o hino ou outra coisa qualquer, quer dizer, são aquelas disposições aí que não... entende?! E principalmente por ser forçado a fazê-lo. Para resolver a tua vida que era o caso, não é?! Porque era advogado e não podia exercer a profissão<sup>250</sup>.

José Serra – atual vice-cônsul de Portugal em Pelotas – apontou um aspecto pontual na questão analisada: “não é o fato de renunciar”, mas o que isso representa implicitamente na vida dos sujeitos, ou seja: uma questão de identidade e pertencimento. Neste sentido, a naturalização destes indivíduos implicava o que Tomaz Tadeu da Silva (2014) denomina como uma “[...] extensa cadeia de negações [...] ‘não sou argentino’, ‘não sou chinês’, ‘não sou japonês’ e assim por diante, numa cadeia, neste caso, quase interminável” (SILVA, 2014, p. 73) em que podemos acrescentar o “não sou (mais) português”. Inclusive porque o português que optava pela naturalização brasileira não usufruía mais o “status de português em Portugal” (SCHIAVON, 2007, p. 204).

E como muitos portugueses aí... João Manta, e todos esses portugueses [Joaquim Dias, Fonseca Júnior, entre outros], tiveram que renunciar [?] e a época era outra. E obrigados assim, formalmente no consulado etc. a cantar e assobiar e não sei o que, o hino brasileiro, é verdade! Isso é verdade. Hoje parece... a gente vê isso como uma piada, é quase que uma piada [risos]. Mas era assim, eram obrigados a renunciar à pátria. Deviam estar renunciando com os dedos cruzados, não é?! [risos]<sup>251</sup>.

---

<sup>249</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

<sup>250</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

<sup>251</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

Durante as entrevistas realizadas, mais de uma vez, José Serra apontou a exigência formal imposta aos sujeitos que solicitavam a naturalização de “cantar [o hino nacional brasileiro] e assobiar e não sei mais o que”. Todavia, esse não era um protocolo regulamentado no decreto-lei nº 389, de 25 de abril de 1938, que tratava acerca da nacionalidade brasileira. Aliás, em todo o texto do decreto não há sequer a menção ao hino nacional. Contudo, o Art. 13 indica que, depois de realizada a petição e marcada a audiência o requerente deveria mostrar, perante os presentes, “conhecimento da língua portuguesa”, o que deverá constar no termo da audiência<sup>252</sup>. Não é explicitado o que caracterizaria “mostrar conhecimento da língua”, entretanto, no caso de imigrantes de origem portuguesa essa exigência não é exatamente coerente.

Durante todo o ano de 1938, as novidades em relação à imigração e naturalização foram temas recorrentes nas rodas de discussão no Brasil, sobretudo naquelas onde existia um elevado número de estrangeiros. Em Pelotas, o jornal *Diário Popular* publicou, em 22 de setembro de 1938, um artigo que tratava acerca da ausência de uma série de orientações por parte do governo, inclusive e principalmente, a respeito do que “[...] se entende por estrangeiro irregularmente instalado no Brasil<sup>253</sup>”. O interesse do jornal no assunto provavelmente era influenciado por Maximiano, afinal naquele ano ele compôs a gerência do *Diário Popular*. Schiavon (2007) acrescenta que essa inquietação também é encontrada diversas vezes nas correspondências do Cônsul Geral português, em São Paulo, o que aponta essas interrogações como preocupações de caráter autêntico e constante entre os imigrantes. De acordo com Santos (2008), a maioria dos portugueses que desenvolviam atividades no comércio ou em funções públicas optava por adotar a nacionalidade brasileira. Isso se dava devido a todos os empecilhos e dificuldades em relação à sua manutenção profissional. Por outro lado, a maior parte daqueles provenientes dos setores mais humildes conserva – de forma permanente ou durante um período mais extenso – a nacionalidade portuguesa de origem. Os dois casos apontados

---

<sup>252</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 389, de 25 de abril de 1938. **Regula a nacionalidade brasileira**. Brasil, 1938. Disponível em: < [<sup>253</sup> PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. A permanência de estrangeiros no Brasil. \*\*Diário Popular\*\*. Pelotas, 22 de setembro de 1938, p. 4.](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-389-25-abril-1938-350776-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Dados%20da%20Norma-DECRETO%20LEI%20N%C2%BA%20389%2C%20DE%2025%20DE%20ABRIL%20DE%201938,R%20egula%20a%20nacionalidade%20brasileira.&text=os%20estrangeiros%20que%20obtiverem%20naturaliza%C3%A7%C3%A3o%20na%20forma%20desta%20lei.&text=%20A7%203%C2%BA%20N%C3%A3o%20s%C3%A3o%20brasileiros,que%20o%20pai%20seja%20brasileiro>. Acesso em: 26 de abril de 2020.</p></div><div data-bbox=)

por Santos (2008) podem ser observados nas trajetórias de Maximiano e Aníbal<sup>254</sup>, respectivamente.

### **3.2 Adoção da nacionalidade brasileira para manutenção profissional: Maximiano (1944-1949)**

Conforma já mencionado, Maximiano era casado e sem filhos, já havia perdido a mãe e recém enterrado o pai, era Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Pelotas, mas não possuía autorização para exercer a profissão no país. Seu processo de solicitação da naturalização brasileira se encontrava paralisado no Ministério de Justiça, o que foi agravado com a iminência da entrada do Brasil no conflito da segunda Guerra Mundial<sup>255</sup>. Isto causou uma demora ainda maior na concessão da nacionalidade brasileira em “[...] todos os processos em andamento, inclusive os de portugueses<sup>256</sup>”. Levando estes aspectos em consideração, José Serra conclui que era mais conveniente “[...] ele fazer a naturalização na capital do que aqui em Pelotas [...]. Então ele optou para ir trabalhar no escritório de um Deputado Federal como secretário para ficar perto do processo de naturalização<sup>257</sup>”. Infelizmente não possuímos informações sobre esse parlamentar, seu partido, etc. Assim,

Em 1942, em 22 de agosto, dia em que o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial, despedia-me eu dos colegas do DIÁRIO [POPULAR], num jantar que me ofereceram, visto ter deliberado transferir residência para o Rio de Janeiro, a fim de ali, acompanhar o processo de minha naturalização [...]<sup>258</sup>.

E uma coisa interessante... porque minha mãe [Auzêndia, esposa de Maximiano] engravidou na ida de navio para lá e depois de três, quatro anos... uma coisa assim... quando eles retornaram [para Pelotas] ela engravidou de mim e nunca mais tiveram filhos<sup>259</sup>.

---

<sup>254</sup> Infelizmente não encontramos informações precisas relacionadas ao processo de naturalização de Aníbal.

<sup>255</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Curriculum Vitae de Maximiano Pombo Cirne – Vice-Cônsul de Portugal. **Documentação Pessoal**. Pelotas, 27 de junho de 1985, pp. 1-7.

<sup>256</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Curriculum Vitae de Maximiano Pombo Cirne – Vice-Cônsul de Portugal. **Documentação Pessoal**. Pelotas, 27 de junho de 1985, pp. 1-7.

<sup>257</sup> CIRNE, MAXIMIANO PINHEIRO. Trajetória Profissional do Jornalista Maximiano Pombo Cirne. [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 14 de janeiro de 2013.

<sup>258</sup> PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. Minha passagem pelo “Diário Popular”. **Diário Popular**. Pelotas, n° 70, 15 e 16 de novembro de 1980, 2° cad., p. 2 e 3.

<sup>259</sup> CIRNE, MAXIMIANO PINHEIRO. Trajetória Profissional do Jornalista Maximiano Pombo Cirne. [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 14 de janeiro de 2013.

Possuímos pouca informação sobre os anos em que Maximiano viveu no Rio de Janeiro, sabemos que seu processo de naturalização se encontra no Arquivo Nacional com data de 1944<sup>260</sup>. O decreto que concedeu o pedido a ele e outros imigrantes foi publicado no Diário Oficial da União no dia 20 de outubro de 1944<sup>261</sup>. Dois anos depois, em 1946, declarou o título de serviço militar obrigatório<sup>262</sup>, após se inscrever

[...] na Escola de Instrução Militar n° 411, que funcionava à noite em dependências do Clube de Regatas Botafogo, obtendo o certificado de reservista do Exército Brasileiro em 15 de janeiro de 1946; a seguir, registrou seu diploma de diplomado em Direito na Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação, em seguida promovendo sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, que lhe foi deferida em Agosto de 1946, recebendo a Carteira Profissional de n° 6.081<sup>263</sup>.

Durante este período, atuou como representante do jornal *Diário Popular* no então Distrito Federal com um salário mensal de Cr\$ 400,00. “E, com a redemocratização do País, passei a mandar, diariamente, o meu Comentário Parlamentar, que era publicado em rodapé na última página [do jornal]<sup>264</sup>”. Lembramos que, durante o período em que atuou como secretário privativo da Associação Comercial de Pelotas, possuía um rendimento de Cr\$ 500,00<sup>265</sup>. Não possuímos a informação sobre qual foi o período e qual o salário que Maximiano dispunha atuando como secretário do Deputado Federal. Portanto, os Cr\$ 400,00 mensais, referentes à representação do *Diário Popular*, poderia ser tanto complementação de renda como os recursos totais da família. Contudo, encontramos um pequeno anúncio no *Diário Popular* de alguns serviços realizados por Maximiano no Rio de Janeiro,

#### DIPLOMAS

DR. MAXIMIANO CIRNE

Encarrega-se de registro, no Ministério da Educação, de diplomas de escolas superiores e de perito contador – Acompanha, no Ministério da

---

<sup>260</sup> ARQUIVO NACIONAL. Serviço de Comunicações do Ministério da Justiça e Negócios Interiores – BRRJANRIO VV. **Pesquisa Simples**. Assuntos Políticos: Direitos Políticos do Cidadão: Naturalização: Maximiano Pombo Cirne. Referência: BR RJANRIO VV.0.0.1944032959. Brasil, 1944.

<sup>261</sup> BRASIL. Conceder a naturalização que pediu, a fiat [sic] de que possa gozar dos direitos outorgados pela constituição e leis do Brasil. **Diário Oficial**. Seção 1, n° 245, Capital Federal, p. 6 e 7, 20 de outubro de 1944.

<sup>262</sup> ARQUIVO NACIONAL. Serviço de Comunicações do Ministério da Justiça e Negócios Interiores – BRRJANRIO VV. **Pesquisa Simples**. Assuntos Políticos: Direitos Políticos do Cidadão: Títulos Declaratórios: Maximiano Pombo Cirne. Referência: BR RJANRIO VV.0.0.1946006339. Brasil, 1946.

<sup>263</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Curriculum Vitae de Maximiano Pombo Cirne – Vice-Cônsul de Portugal. **Documentação Pessoal**. Pelotas, 27 de junho de 1985, pp. 1-7.

<sup>264</sup> PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. Minha passagem pelo “Diário Popular”. **Diário Popular**. Pelotas, n° 70, 15 e 16 de novembro de 1980, 2° cad., p. 2 e 3.

<sup>265</sup>PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. Minha passagem pelo “Diário Popular”. **Diário Popular**. Pelotas, n° 70, 15 e 16 de novembro de 1980, 2° cad., p. 2 e 3.

Justiça, andamento processos de título declaratório e naturalizações e de qualquer serviço junto a repartições públicas.  
RUA DRACENA, 104 – apart. 101 s/s – BOTAFOGO – RIO<sup>266</sup>.

Mesmo após concluir de forma positiva os objetivos iniciais que implicaram na sua mudança para o Rio de Janeiro – acompanhar e agilizar o processo de naturalização – Maximiano retornou a Pelotas com a família apenas em 1949, para assumir a consultoria jurídica da Associação dos Proprietários de Imóveis da cidade<sup>267</sup>, o que indica a inexistência de necessidade imediata de retorno a cidade. De qualquer forma, estas duas informações – sua atuação como representante do *Diário Popular* de Pelotas no Rio de Janeiro e posterior função como consultor jurídico da APIP – apontam a permanência dos laços estabelecidos com a elite de Pelotas, seja ela imigrante ou não, mesmo após cinco anos distante fisicamente.

De encontro às expectativas do governo, naquele momento ocorre um aumento significativo nos pedidos de naturalização – bem como nas solicitações de repatriação – em todo o país (SANTOS, 2008). No que se refere a Pelotas, estes dados não são compilados em uma instituição e, portanto, se tornam inviáveis de analisar nesta pesquisa. Contudo, o Arquivo Público e Histórico da cidade do Rio Grande possui a informação de que ocorreram 380 pedidos de naturalização, de imigrantes de origem portuguesa entre os anos de 1920 a 1955<sup>268</sup>, de uma população total entre 50.001 e 100.000 habitantes<sup>269</sup>. Com exceção da década de 1920<sup>270</sup>, Pelotas possuía um total de habitantes superior a

---

<sup>266</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Diplomas. Dr. Maximiano Cirne. **Recorte de Jornal**. *Diário Popular*. Pelotas, 5 de dezembro de 1943.

<sup>267</sup> PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. Minha passagem pelo “*Diário Popular*”. **Diário Popular**. Pelotas, nº 70, 15 e 16 de novembro de 1980, 2º cad., p. 2 e 3.

<sup>268</sup> ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO MUNICIPAL DO RIO GRANDE. Administração Municipal séc. XX. **Base de dados pesquisa simples**. Pedidos de naturalização de imigrantes portugueses. Rio Grande, 1920 a 1955.

<sup>269</sup> SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Atlas socioeconômico Rio Grande do Sul. **Demografia 1872-1980**. Rio Grande do Sul, 1920. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/demografia-1872-a-1980>>. Acesso em 10 de julho de 2020.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Atlas socioeconômico Rio Grande do Sul. **Demografia 1872-1980**. Rio Grande do Sul, 1940. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/demografia-1872-a-1980>>. Acesso em 10 de julho de 2020.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Atlas socioeconômico Rio Grande do Sul. **Demografia 1872-1980**. Rio Grande do Sul, 1950. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/demografia-1872-a-1980>>. Acesso em 10 de julho de 2020.

<sup>270</sup> O total de habitantes de Pelotas na década de 1920 era entre 50.001 e 100.000. Fonte: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Atlas socioeconômico Rio Grande do Sul. **Demografia 1872-1980**. Rio Grande do Sul, 1920. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/demografia-1872-a-1980>>. Acesso em 10 de julho de 2020.

100.000<sup>271</sup> e, de acordo com Loner (1999), neste período a cidade ainda possuía um cenário econômico superior a Rio Grande. Ainda de acordo com Loner (1999), em 1940, Pelotas possuía 3.667 estrangeiros e 728 naturalizados. José Serra estima ainda que, até a década de 1950, existiam aproximadamente 2.000 portugueses inscritos no vice-consulado da cidade<sup>272</sup>. Assim, podemos inferir que o número de pedidos de naturalização em Pelotas foi, no mínimo, semelhante ou superior ao encontrado em Rio Grande no mesmo período.

Conforme mencionado anteriormente, em sua grande maioria, os portugueses que optavam por adotar a nacionalidade brasileira eram aqueles que desenvolviam atividades no comércio ou em funções públicas e tinham como objetivo viabilizar suas atividades profissionais (SANTOS, 2008), como era o caso de Maximiano. Todavia, ainda que o empenho do governo brasileiro para o desenvolvimento da nacionalização do país implicasse no processo de naturalização de muitos imigrantes, Schiavon (2007) afirma que o percentual total de portugueses que buscava se naturalizar é relativamente baixo quando comparado com outras etnias. A autora aponta que, no ano de 1940, o percentual de portugueses naturalizados no Brasil era constituído de apenas 7%, enquanto os alemães representavam 10% e os italianos 12% do total de estrangeiros no país (SCHIAVON, 2007). Ainda assim, estes números causavam preocupação no governo português, “[...] tanto que a instrução encaminhada aos seus Consulados referia-se a evitar, sempre que possível, a naturalização dos portugueses, pois isto poderia representar um ‘desligamento’ dos portugueses de sua pátria-mãe” (SCHIAVON, 2007, p. 197-198).

### 3.3 Reação em Portugal

Schiavon (2007) é categórica ao afirmar que, em 1937, quando ocorre a institucionalização do Estado Novo no Brasil, o momento é entendido pelo então embaixador português, Martinho Nobre de Mello, como propício ao estabelecimento de uma forte aproximação luso-brasileira. É inegável que os Estados Novos português e brasileiro estabeleceram uma significativa intensificação nas relações diplomáticas,

---

<sup>271</sup> SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Atlas socioeconômico Rio Grande do Sul. **Demografia 1872-1980**. Rio Grande do Sul, 1940. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/demografia-1872-a-1980>>. Acesso em 10 de julho de 2020.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Atlas socioeconômico Rio Grande do Sul. **Demografia 1872-1980**. Rio Grande do Sul, 1950. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/demografia-1872-a-1980>>. Acesso em 10 de julho de 2020.

<sup>272</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

devido às proximidades ideológicas dos regimes vigentes em ambos os países. Todavia, as medidas implementadas no Brasil, acerca do incentivo a naturalização de estrangeiros residentes no país, entre eles os portugueses, não eram convenientes do ponto de vista do governo luso. A iminência de uma possível abdicação em massa da nacionalidade portuguesa significava, para este governo, uma fragmentação expressiva entre a metrópole e seus emigrantes, portanto, levaria a significativas consequências nos níveis econômico, político e social no país (SANTOS, 2008).

[...] economicamente, as colónias portuguesas serviam como pontos de apoio à economia portuguesa, fomentando a procura, o volume e o valor das exportações, para além da estabilidade económica, financeira e social devido às remessas periódicas de capitais dos emigrantes para as suas famílias, 1 5 melhorando as condições de vida, aumentando a capacidade de liquidez monetária, a riqueza nacional e a atenuação de potenciais focos de descontentamento face à política proibitiva conduzida energicamente durante o período salazarista. Em segundo lugar, em termos políticos, a necessidade de preservar a unidade e o patriotismo junto desses grupo tornava-se uma exigência do próprio regime e da sua preservação no poder: só através do controlo/supervisão das actividades de cada colónia o regime conseguiria criar/preservar a confiança e o apoio para o seu projecto nacional, eliminando (ou pelo menos circunscrevendo ) quaisquer potenciais focos de crítica e/ou de grupos de oposição com capacidade efetiva de colocar em causa a unidade e o interesse da Nação. (SANTOS, 2008, p. 397).

Ou seja, o Estado Novo português sentia seu controle político e ideológico fortemente prejudicado. Todo o contexto proporcionava o surgimento de intensos focos de crítica ao governo e, portanto, forte oposição ao salazarismo. Aliás, de acordo com Santos (2008), muitas vezes “[...] a abdicação da nacionalidade lusa surgia já como meio de oposição ao salazarismo e aos parâmetros sociopolíticos impostos pelo pensamento subjacente a tal praxis governativa” (SANTOS, 2008, p. 399). Assim, periodicamente os consulados deveriam enviar dados estatísticos acerca do número de inscritos que haviam optado pela nacionalidade brasileira ou permanecido com a de origem (SANTOS, 2008). Contudo, a existência de uma cooperação de caráter bilateral nos níveis sociocultural e propagandístico entre os regimes que vigoravam no Brasil e em Portugal não permitiu que a situação fosse agravada (SANTOS, 2008). De fato, em Pelotas, não se tem notícias de uma resistência organizada, por parte dos portugueses, contra o regime salazarista. Por exemplo, embora Maximiano possuísse um posicionamento claro sobre a questão, “ele tinha horror do Salazar, [...]. Ele falava do Salazar do ‘SAIAzar’ [risos] Saiazar era como

ele tratava o nome, quando falava do Salazar”<sup>273</sup>. Também afirmava “[...] que o Getúlio Vargas tinha sido um mal necessário”<sup>274</sup>.

Porque era uma ditadura e nessa ditadura foi introduzido coisas boas como as leis trabalhistas, que não existiam. Mas como ditador o governo ditatorial ele não gostava. Apesar, que na revolução que a gente diz de sessenta e quatro (1964) [referente a Ditadura Civil-Militar no Brasil] ele era do lado da revolução, da arena ai ele achava que tinha que ser. É umas coisas muito... Mas ele nunca se envolveu muito com política [...]<sup>275</sup>.

Se formos analisar a questão através de uma perspectiva lógica, o ponto de vista de Maximiano, acerca dos três regimes – estado novo brasileiro, estado novo português e ditadura civil militar brasileira – parece absolutamente incoerente. Todavia, conforme já mencionou Pierre Bourdieu (2006), a busca pela coerência nas trajetórias dos sujeitos históricos é apenas uma “ilusão biográfica”. As diferenças de posicionamento não invalidam o “horror” que Maximiano tinha de Salazar ou a assertiva de “mal necessário” referente ao governo de Getúlio Vargas, para ele eram sentimentos e perspectivas absolutamente legítimas. Portanto, devemos compreendê-las da mesma forma, para não incorrerem nos erros de anacronismo e exigência de coerência e linearidade de ideias nas trajetórias humanas.

### **3.4 Locais de composição étnica: expressões de lusofonia em Pelotas (1944-1990)**

Percebemos, na análise desenvolvida, que o grupo de imigrantes portugueses da segunda geração aqui analisados possuía um interesse associativo significativo quando se tratava de entidades de caráter étnicos. As fontes analisadas na pesquisa indicaram com veemência os dois locais de composição étnica principais, onde se davam a maior parte das expressões de lusofonia em Pelotas. “Percebe-se que o espírito associativo dos imigrantes é grande, dando-se preferência para àquelas associações que congregam maior número de portugueses, como a Sociedade Portuguesa de Beneficência [sic] e o Centro Português Primeiro de Dezembro” (FISS; POMBO, 1991, p. 9). De acordo com Francisco Serra, “[...] realmente essa terra foi fundada por portugueses e só o fato de estar aqui, esta

---

<sup>273</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 11 de junho de 2015.

<sup>274</sup> CIRNE, MAXIMIANO PINHEIRO. Trajetória Profissional do Jornalista Maximiano Pombo Cirne. [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 14 de janeiro de 2013.

<sup>275</sup> CIRNE, MAXIMIANO PINHEIRO. Trajetória Profissional do Jornalista Maximiano Pombo Cirne. [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 14 de janeiro de 2013.

casa [Beneficência] e o clube [Centro português], não é?! E basta andar pelas ruas e ver. Uma penca de portugueses, e aqui se vê, se vê as fases de Pelotas<sup>276</sup>”.

Ambas as associações – Sociedade Portuguesa de Beneficência e Centro Português 1º de Dezembro – possuem algumas características essenciais de caráter fundamentalmente similares. Em evidência, está o fato de que se trata de entidades associativas elaboradas e criadas a partir de imigrantes de origem portuguesa que residiam na cidade de Pelotas. A SPBP e o CP possuem uma diferença, relacionada ao período de fundação, correspondente a 69 anos. Todavia, quando as abordamos em conjunto, entre os anos de 1944 a 1990, percebemos uma circulação constante dos imigrantes da segunda geração, entre as duas associações<sup>277</sup>. Mas, quem eram estes sujeitos? Neste ponto, as trajetórias de Aníbal e Maximiano se distanciam novamente. De acordo com Francisco Serra: “[...] era aquela patota que sobrevivia entendes?! Tanto aqui [na Beneficência] como no Centro Português eram eles [Maximiano, Manta, Caldelas, Fonseca Jr.] que tomavam conta naquela época, mandavam lá<sup>278</sup>”. No mesmo sentido, Francisco João afirma que, além de Maximiano, “[...] dentro da coletividade era o... Joaquim Dias, tinha arrozeira... e esse, o dono da Embaixador [Fonseca Jr.], eram muito amigos... e o Manta... como eu te digo, esse era a última palavra<sup>279</sup>”. Precisamos ressaltar que, as formas como esses imigrantes se constituíram enquanto “patota que sobrevivia”, possui alguma variação individual. A maior parte era muito humilde quando imigrou, já mencionamos<sup>280</sup>, brevemente, como se deram os processos de inserção de João Rodrigues Manta e Fonseca Jr. na sociedade de acolhimento.

Nessa leitura [de identidade plural, não essencializada], o imigrante constitui-se num personagem, passível de mudanças no terreno econômico (desenvolvimento dos ramos das atividades a que passa a se dedicar), político (maior presença em cargos de representação política) e social (institucionalização de entidades associativas e de datas comemorativas próprias do grupo), mas mantendo traços culturais específicos (WEBER, 2006, p. 238).

Todavia, neste quesito, Maximiano e Caldelas possuem algumas diferenças significativas em relação aos demais.

---

<sup>276</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

<sup>277</sup> Inclusive, de acordo com as entrevistas de história oral realizadas com Francisco José Leal Serra e Francisco Augusto João, podemos afirmar que esta tendência segue sendo observada ainda hoje.

<sup>278</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

<sup>279</sup> JOÃO, FRANCISCO AUGUSTO. Imigração em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas, 11 de junho de 2015.

<sup>280</sup> No capítulo II.

E ele [Maximiano] veio até... existia uma certa disputa, sabe, assim no sentido benéfico, no sentido que era ele e o Dr... Caldelas, Prof. Caldelas. Que também veio mais ou menos com ele e os dois se formaram aqui e depois o Prof. Caldelas virou professor da escola técnica e todas essas instituições, do pelotense, que também foi... esse foi presidente de ensino, Prof. Caldelas. E também foi... os dois andavam sempre juntos porque a nossa imigração ela é de gente humilde que vivia com dificuldades lá. E o Prof. Caldelas e o Dr. [Maximiano] Cirne eles já vieram em uma condição um pouco diferente, tanto que eles se formaram, então eles tinham uma certa ascendência, digamos na época, em relação às pessoas. A condição acadêmica lhes dava realmente algum... até um respeito e isso... não que isso fosse prevaemente em relação à sua condição de pessoa. Não, nada disso! Mas pesava também isso aí. E o interessante, isso sim é de se destacar, porque as pessoas podiam se aproveitar disso e ele era a mesma pessoa simples, e humilde como se nada tivesse, como se tivesse varrendo rua, entendes?! O título ele dava... não se portava nele de querer tirar vantagem ou usufruir alguma coisa em função disso. Entendes?!<sup>281</sup>

Assim, a partir da existência de um movimento circular efetivo de alguns sujeitos entre a SPBP e o CP – principalmente quando se trata de cargos diretivos – passamos a considerar este grupo parte de uma elite imigrante na cidade, ainda que Fiss e Pombo (1991) afirmem que a Sociedade Portuguesa de Beneficência e o Centro Português 1º de Dezembro não se configuram enquanto

[...] grupos fechados, elitizantes. Ao contrário, mostram a necessidade básica inicial de buscar os elementos da mesma origem, sob a influência da família e dos amigos, mas também não deixaram de lado outras entidades tipicamente brasileiras, daí a citação de Centro de Tradições Gaúchas, blocos carnavalescos, clubes de serviços, etc. (FISS; POMBO, 1991, p. 9).

Já mencionamos que a noção de elite utilizada nesta pesquisa é baseada nas discussões apresentadas por Flavio Heinz (2006; 2012), que concede lugar de destaque às interações sociais estabelecidas pelos sujeitos históricos. Neste caso, os indivíduos que circulavam entre a SPBP e o CP são compreendidos enquanto agentes sociais (MUGGE, 2012) dotados de saberes e poderes específicos (HEINZ, 2012) inseridos de forma privilegiada, e ocupando posições-chave (HEINZ, 2006) na rede social que estamos analisando. A Sociedade Portuguesa de Beneficência e o Centro Português são, portanto, locais de manifestação de poder, ainda que circunscritos a uma realidade específica. A pouca variação e consequente permanência nestes grupos diretivos indicam uma

---

<sup>281</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

tendência à homogeneidade – nem sempre natural – relacionada às questões étnicas de expressões lusófonas em Pelotas.

Quando falamos em identidade étnica precisamos ter em mente que “[...] não podemos mais supor que exista um italiano, um russo ou um polonês que vá ter comportamentos similares em qualquer contexto. Há que se examinar as condições de inserção social dos grupos étnicos em diferentes momentos históricos” (WEBER, 2011, p. 276-277). Já apontamos que a identidade deve ser compreendida no plural, sendo assim, elas podem somar-se para compor uma outra, mais abrangente; ou fragmentar-se para afirmar especificidades. “Tais especificidades costumam ser percebidas apenas internamente aos grupos e sua afirmação, em termos de lograr visibilidade exterior, costuma ocorrer quando o grupo maior já atingiu um certo grau de expressividade social” (WEBER, 2006, p. 246). O caso da Sociedade Portuguesa de Beneficência e do Centro Português de Pelotas é interessante de ser observado pois, ao mesmo tempo em que buscavam a abrangência lusa na cidade, com frequência é possível de se observar algumas especificidades em relação ao grupo que as compõe, como, por exemplo, a circulação dos mesmos sujeitos nos cargos diretivos das associações, ocupando “posições-chave privilegiadas”.

### **3.4.1 Sociedade Portuguesa de Beneficência (1857)**

De acordo com Chaves (2008), desde a fundação da Sociedade Portuguesa de Beneficência em Porto Alegre no ano de 1854, ocorria uma mobilização, por parte de um grupo de imigrantes portugueses, para estabelecimento de uma agência na cidade de Pelotas. A primeira reunião da Sociedade de Beneficência Portuguesa de Pelotas foi realizada na residência do então Vice-Cônsul de Portugal na cidade, Francisco Luis Ribeiro. A ata de número um da SPBP “[...] refere que alguns novos associados, todos lusos, desejariam de imediato a criação da Instituição” (CHAVES, 2008, P. 252). Para tanto, contavam com o apoio de personalidades lusas consideradas de destaque pelo grupo, como, por exemplo: Manuel José Fernandes Lima e José Vieira Pimenta<sup>282</sup>, além do já referido Francisco Luis Ribeiro<sup>283</sup>.

Existem dois aspectos principais para o estabelecimento da SPB em Pelotas que devem ser compreendidos em consonância. Sabemos que a cidade conta com um número

---

<sup>282</sup> Conhecido pela historiografia oficial como idealizador da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas.

<sup>283</sup> Primeiro presidente da SPBP.

significativo de portugueses entrados no Brasil pelo porto de Rio Grande e, portanto, que a região sul possui uma forte imigração lusa. Assim, o Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro consente com a criação da instituição “[...] pela necessidade de amparar filhos, viúvas, irmãos de compatriotas” (CHAVES, 2008, p. 250). Além disso, no caso da necessidade de atendimentos emergenciais os portugueses não teriam que se dirigir a Porto Alegre para amparo, uma vez que a Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – fundada em 1846 – não possuía a capacidade de atender todos os enfermos da cidade. O que corrobora com a existência de uma desconfiança referente à assistência desempenhada pela Santa Casa, principalmente, em aspectos relacionados à salubridade (CHAVES, 2008). Neste sentido, Chaves (2008) é clara ao afirmar que

[...] a justificativa da existência de um hospital privado corre nessa direção. Se por um lado as questões pertinentes a assistência para imigrantes decorre de uma iniciativa que cobriria a ausência do Estado com relação a questões administrativas e políticas que ultrapassam os limites da sede do Império, por outro a organização da mesma é fruto da vontade das elites regionais em tornar-se diferenciada (CHAVES, 2008, p. 251-252).

A próxima etapa para validar o pedido do estabelecimento de agência em Pelotas, consistia em organizar uma comissão com o objetivo de angariar sócios e, assim, corroborar com as justificativas que afirmavam a necessidade de um novo hospital na cidade. Os registros da SPBP apontam um total de 254 sujeitos associados naquele momento o que, de acordo com a perspectiva da própria sociedade seria “[...] número suficiente de sócios da Sociedade Portuguesa de Beneficência<sup>284</sup>” para propor um procurador que ficaria encarregado dos trâmites sociais e legais. De acordo com Chaves (2008), o número elevado de sócios antes mesmo da fundação da SPBP, indica certo manuseio de estratégias como associação de indivíduos de localidades próximas, de outras nacionalidades, etc. para qualificar as justificativas. Silva Jr. (2004) afirma que as entidades mutuais possuem elevada eficiência quando se trata da implementação de estratégias privadas, o que gera maior confiança associativa e, também, valorização da produção e reprodução de discursos identitários. Além disso, o estabelecimento de vínculo com o estado de origem, nas mutuais de imigrantes, consistia em uma estratégia frequente para a formação de um monopólio associativo de estrangeiros. Assim, “as mutuais étnicas, sempre são mais longevas” (SILVA JR., 2004, p. 146). Finalmente, em

---

<sup>284</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Caderno do Centenário. **Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas**. Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Pelotas, 16 de setembro de 1957.

16 de setembro de 1857 – data do aniversário do Rei de Portugal, Pedro V – foi inaugurado na “[...] rua da Igreja, esquina rua São Domingos, hoje General Vitorino, e esquina rua Benjamin Constant, em prédio da firma Ribas & Irmão” (CHAVES, 2008, p. 252).

Segundo consta das atas ao inaugurar-se, o hospital dispunha apenas de seis leitos e já contava com 350 sócios. A despesa mensal era de 52 mil reis, sendo 32 mil reis com o enfermeiro e 20 mil reis com o aluguel da casa. A mensalidade dos sócios era de 500 reis. E a 29 de junho de 1858, emancipava-se completamente a Beneficência local, da de Porto Alegre<sup>285</sup>.

Normalmente, as instituições de Beneficência possuíam como limitação física e econômica o atendimento assistencial de sujeitos provenientes da localidade e, no máximo, dos arredores. No caso da Beneficência de Porto Alegre, devido à falta de outras instituições, eram realizados atendimentos que se estendiam por toda a província, o que a médio e longo prazo poderia culminar no colapso da associação (CHAVES, 2008). Não sabemos o índice de adimplência dos associados da nova SPBP no período, todavia, pouco mais adiante, no mesmo ano, são oficializadas as novas instalações do hospital na cidade de Pelotas<sup>286</sup>, que permanecem as mesmas até os dias de hoje. O terreno foi doado por José Antônio de Oliveira Leitão e sua esposa, Isabel de Fontoura Leitão (CHAVES, 2008). Dessa forma, percebemos a necessidade da Beneficência de Porto Alegre no sentido de desvincular-se e, portanto, conceder autonomia à SPBP para o atendimento da região sul da província. Este era considerado um fator viável se presumirmos que a pelotense já possuía um número significativo de associados adimplentes.

### **3.4.2 (Re) inserção de Maximiano no cenário lusitano de Pelotas (1949-1969)**

Sabemos que em 1949, cinco anos após ter concluído o seu processo de naturalização no Rio de Janeiro, Maximiano retornou a Pelotas para atuar como consultor jurídico da Associação dos Proprietários de Imóveis da cidade<sup>287</sup>. A APIP era uma importante associação para a parcela mais privilegiada economicamente de Pelotas, composta por industriais e comerciários. Estes espaços eram constituídos

---

<sup>285</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Caderno do Centenário. **Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas**. Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Pelotas, 16 de setembro de 1957.

<sup>286</sup> O atual prédio da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas fica localizado na Rua Andrade Neves, 915.

<sup>287</sup> PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. Minha passagem pelo “Diário Popular”. **Diário Popular**. Pelotas, n° 70, 15 e 16 de novembro de 1980, 2° cad., p. 2 e 3.

significativamente por imigrantes portugueses desde o século XIX (HALLAL, 2000), tendência que, de acordo com Loner (1999), segue sendo observada até 1937. O convite feito em 1949 a Maximiano para atuar na APIP e sua posição de visibilidade na associação – presidindo conferências, por exemplo<sup>288</sup> – indica a permanência dos portugueses nestes espaços. Assim, podemos inferir que o cargo, por proporcionar certa evidência na associação, colocava Maximiano como sujeito interessante para proferir, em 1951, o discurso oficial da Sociedade Portuguesa de Beneficência Portuguesa de Pelotas na solenidade de comemoração dos seus 94 anos<sup>289</sup>. Após a realização do evento, foi oferecido, pela diretoria da SPBP, um almoço no clube Centro Português 1º de Dezembro<sup>290</sup>. Presumimos que é a partir deste período que se inicia o entrelaçamento destas duas entidades lusas de forma mais efetiva. Diversos nomes, como, por exemplo; Joaquim Dias, Fonseca Jr., João Rodrigues Manta e, é claro, Maximiano passam a figurar, de forma mais constante, na documentação referente às duas entidades. No que se refere à participação de Maximiano na SPBP, José Leal Serra afirma que:

[...] sempre participando ativamente aqui [na Beneficência] foi conselheiro, participou das diretorias e no Centro Português a mesma coisa. Ele fez, nunca foi presidente [na Beneficência], porque ele não tinha essa característica de, digamos assim, assumir a entidade, ele não queria, ele não tinha essa característica assim... ele era mais a pessoa, digamos assim, para sentar ao lado do presidente e tocar as coisas em frente. Entende!? Digamos assim, ser simplesmente... ter que ter uma firmeza maior, ele nunca quis. Não estou dizendo que ele não tivesse a condição, não é isso. Mas ele não nunca quis. Realmente o perfil dele era mais para ser sentado, desenvolver um assunto, falar, conversar, opinar, entende?!<sup>291</sup>

A partir da pesquisa realizada por Pombo (1986), sobre os imigrantes portugueses em Pelotas entre 1901 e 1979, sabemos que, entre a amostra de 260 sujeitos selecionada pela autora, 105 eram associados à SPBP; apesar de existirem muitos portugueses que não eram associados à instituição e isso ser considerado, pela própria SPBP, um fator negativo. Se levarmos em consideração o fortalecimento da cultura lusa em Pelotas,

---

<sup>288</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Saneamento de Pelotas e a retificação do Pepino: a conferência proferida ante-ontem na Associação dos Proprietários de Imóveis de Pelotas. **Recorte de Jornal**. Diário Popular. Pelotas, 2 de julho de 1949.

<sup>289</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. A Soc. Portuguesa de Beneficência Comemorou seu 94º Aniversário. **Recorte de Jornal**. Diário Popular. Pelotas, 18 de setembro de 1951.

<sup>290</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. A Soc. Portuguesa de Beneficência Comemorou seu 94º Aniversário. **Recorte de Jornal**. Diário Popular. Pelotas, 18 de setembro de 1951.

<sup>291</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Pevereda Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 11 de junho de 2015.

podemos presumir que a Beneficência possuía um bom funcionamento na cidade (CHAVES, 2008). Isso se deu, principalmente, devido ao padrão que vem sendo demonstrado nesta tese e confirmado através dos registros nos inventários do Arquivo Público do Estado em Porto Alegre, de que a grande maioria dos associados na SPBP eram provenientes do Norte de Portugal e, uma vez estabelecidos em Pelotas, constituíram fortuna (CHAVES, 2008). O que proporcionou o surgimento de uma elite portuguesa na cidade, a qual era dotada de relativa prosperidade. Desde os primeiros estatutos redigidos, referentes à fundação da SPBP, existe uma preocupação substancial com a sua constituição social.

Conforme vimos, quem participava dos cargos diretivos da Associação, não era o pobre, nem mesmo o remediado, mas o indivíduo que na sociedade local se auto-representava por uma próspera situação econômica. Essa representação poderia variar no sentido de que são muitas as atividades econômicas desses associados, que vão desde o barão até o estanceiro e comerciante (CHAVES, 2008, p. 259).

No mesmo sentido, através do conjunto de relatórios institucionais, é possível perceber que a outorga de títulos referentes a sócios benfeitores, beneméritos e honorários está mais relacionada à quantidade e valor de doações monetárias do que à nacionalidade portuguesa (CHAVES, 2008). Todavia, é evidente que ser um sujeito luso de reconhecimento local influenciava na concessão dos títulos. Maximiano, em sessão de assembleia ordinária geral, realizada em 12 de dezembro de 1954 na SPBP, recebeu o reconhecimento de sócio benfeitor<sup>292</sup>. Não sabemos os motivos exatos para a concessão do título, mas, aproximadamente um ano antes, Maximiano havia se tornado diretor do Clube Centro Português 1º de Dezembro, o que pode ter tido influência positiva na concessão. No mesmo sentido, em sessão de assembleia ordinária datada de 10 de fevereiro de 1969, recebeu a condecoração de sócio grande benfeitor da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas<sup>293</sup>. Além das graduações recebidas, Maximiano é reconhecido ainda hoje como sujeito de relevância para a SPBP. De acordo com o atual presidente da instituição, José Leal Serra, “[...] tantos anos convivi com ele na Beneficência [...]. Não sei em que ano ele entrou aqui na Beneficência, mas ele fez parte

---

<sup>292</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Sociedade Portuguesa de Beneficência. **Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas**. Títulos concedidos a Maximiano Pombo Cirne pela Soc. Port. de Beneficência. Pelotas, [s/data], [1954 e 1969].

<sup>293</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Sociedade Portuguesa de Beneficência. **Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas**. Títulos concedidos a Maximiano Pombo Cirne pela Soc. Port. de Beneficência. Pelotas, [s/data], [1954 e 1969].

por mais de 50 anos da Beneficência, com certeza<sup>294</sup>. Sabemos que, quando da comemoração do centenário da SPBP, Maximiano fazia parte do grupo diretivo, no conselho deliberativo. Além dele, são citados, no jornal *Diário Popular*, todos os membros pertencentes à diretoria:

Com o mesmo carinho e dedicação das antecessoras, a atual diretoria da Sociedade Portuguesa de Beneficência vem realizando um grande trabalho, com inúmeros melhoramentos introduzidos em seu hospital e, agora, destacando-se com a organização das expressivas comemorações ao Primeiro Centenário daquela Casa. A atual diretoria da Sociedade Portuguesa de Beneficência está assim constituída: presidente, Eduardo Lopes Cortez; vice-presidente, Alberto Pereira Bastos; 1º secretário, José Pinto Magalhães; 2º secretário, Damásio Duval Rodrigues; tesoureiro, Manoel Pereira Bastos; adjunto, José João Martins Pereira; procuradores, Herminio Soares dos Santos e John Alfred King; diretores, Abílio Pacheco Filho, José Luiz da Cunha, David Valente da Costa; João dos Santos Martins, Joaquim Dias, Francisco Manoel Pinheiro, Victor Seixas, Antônio Simões de Almeida, Isaac Soares de Freitas, Manoel Marques Nogueira, Joaquim Dias Ferreira e João Gomes Nogueira; Conselho Deliberativo, dr. Maximiano Pombo Cirne, dr. Salvador [ilegível], Carlos Casareto Scott, [ilegível] de Souza Moreira, [ilegível] Lhulier Pinto, [ilegível] Rego Barreto, Manuel [ilegível] da Rosa, Gomercindo Carvalho e Américo Saraiva da Costa; Conselho Fiscal, Manoel Ferreira Brito, Wladimir Azevedo Requião e Antônio Ribeiro Pontes<sup>295</sup>.

Percebemos, mais uma vez, a existência de uma forte inserção de outros membros influentes da rede que está sendo analisada nesta tese, figurando no corpo diretivo da SPBP: “Por exemplo, o Joaquim Dias foi presidente lá [no Centro Português 1º de Dezembro], foi presidente aqui [na Beneficência]”<sup>296</sup>. Também foram mencionados, nas entrevistas de história oral realizadas com Francisco Serra, outros imigrantes de origem portuguesa contemporâneos a Maximiano e Aníbal, como, por exemplo, Duval e Valente que, de acordo com a reportagem exposta acima, eram 2º secretário e secretário adjunto, respectivamente. O senhor Victor Seixas, também mencionado na notícia como secretário adjunto, possuía uma relação de amizade com Aníbal<sup>297</sup>. Em um dos eventos de comemoração do centenário da Sociedade Portuguesa de Beneficência foi oferecido um

---

<sup>294</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. *Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX)*. [Entrevista cedida a] Biane Pevereda Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 11 de junho de 2015.

<sup>295</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Primeiro centenário da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. **Recorte de Jornal**. *Diário Popular*. Pelotas, 09 de setembro de 1957.

<sup>296</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. *Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX)*. [Entrevista cedida a] Biane Pevereda Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 11 de junho de 2015.

<sup>297</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

churrasco de grande dimensão para associados e delegações visitantes. O almoço foi realizado nas “amplas instalações” da Transportadora de Fonseca Jr<sup>298</sup>. Inclusive, “[...] o Fonseca [Jr. que] nunca foi muito ligado ao clube [Centro Português 1º de Dezembro], o Fonseca era ligado aqui [Beneficência]”<sup>299</sup>. Já mencionamos que o seu pai, imigrante da primeira geração, era vendedor ambulante de perecíveis “[...] se for lá [na Expresso Embaixador/Transportadora Fonseca Jr.] está lá a carrocinha dele, com o que ele andava vendendo verduras aí na praça, não é?! Ele ia, comprava verduras, produzia e vendia”<sup>300</sup>. Assim, é importante ressaltar que a SPBP se constituía, para além das funções de beneficência, um importante local de sociabilidade para os membros do grupo diretivo. Isso porque possuía, nos cargos mais elevados, um grupo de sujeitos “[...] que tinha uma grande representatividade urbana, através de suas casas comerciais, residências e terrenos adquiridos” (CHAVES, 2008, p. 304).

### 3.4.3 A questão do assistencialismo

Sabemos que, desde a fundação da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas, “[...] o trabalho assistencial realizado com a participação de uma elite local foi verdadeiro” (CHAVES, 2008, 258). A elite social pelotense, através da SPBP, Santa Casa e asilo de mendigos, costumava desempenhar um papel de assistência direcionado aos sujeitos de maior vulnerabilidade de Pelotas (CHAVES, 2008). No arquivo pessoal privado de Aníbal, existe a referência de uma doação expressiva no ano de 1950 – correspondente ao lucro de quatro noites de um evento realizado pelo clube Centro Português 1º de Dezembro – para quatro casas de caridade da cidade: orfanato espírita Dona Conceição, asilo de menores, hospital espírita do Areal e asilo de mendigos<sup>301</sup>. Se levarmos em consideração a existência de uma relação muito próxima, e, por vezes repetitiva, entre os membros da diretoria da SPBP e do Centro Português, percebemos um esforço em conjunto da elite imigrante portuguesa em fazer parte das ações assistencialistas e de caridade na cidade. De acordo com Aníbal “Isto é trabalhar e fazer

---

<sup>298</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. O centenário da Beneficência de Pelotas. **Recorte de Jornal**. Voz de Portugal. [s/ local], 13 de outubro de 1957.

<sup>299</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

<sup>300</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

<sup>301</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

caridade juntas<sup>302</sup>”. Além das doações de caráter monetário, apontamos outro tipo de assistência, talvez de maior visibilidade,

Mas, o Fonseca nunca foi muito ligado ao clube, ia, frequentava, mas ele ia mais aqui [Beneficência]. Tanto que ele [Fonseca Jr.], ele que chegou a colocar um hospital sem fronteiras. Sem paredes! Hospital sem paredes, não é?! Ele tinha umas Kombi, só para crianças. Ele... as mães iam lá, conversavam com ele, dizia como é que estava com as crianças, se era aprovado ele fazia tudo, ia buscar a criança, levava no médico, fazer os exames, pagava tudo. Então tinha assim sei lá, 10, 12, 15 crianças, não é!? E tinham turistas, que eles chamavam Hospital sem paredes, carregava para todo o lado que precisava<sup>303</sup>.

Os trabalhos assistenciais, como, por exemplo, o “hospital sem paredes” idealizado por Fonseca Jr., são dotados de outros aspectos para além da realização primordial de caridade e doação. É almejada, ainda que muitas vezes de forma absolutamente implícita, o estabelecimento de uma relação de reciprocidade entre aquele que recebe para aquele que faz a doação (CHAVES, 2008). Ou seja, é dessa forma, que se institui um costume pautado na mutualidade entre o sujeito favorecido e aquele que favorece, criando laços de dependência que também compreendem as relações de poder estabelecidas a partir das entidades assistencialistas, como, por exemplo, da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Além disso,

A caridade também é o elemento da aparência. Não há caridade efetuada se ela não pode ser mostrada para o público. Não há assistência se ela não ficar evidenciada pelo poder que emana, pelo ato concedido, e conseqüentemente pelo que representa. E é nesse sentido, que funciona também como forma de poder, porque é realizada para que o outro a compreenda enquanto poder. E, da mesma maneira, entidades assistenciais funcionariam como suporte para que esse tipo de ação se sobreponha constantemente (CHAVES, 2008, p. 236).

Desde os primórdios da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas é usual e reconhecido o estabelecimento de relações com diferentes grupos, provenientes das regiões por ela abrangidas. Assim, os aspectos relacionados à caridade são reforçados como um elemento essencial para a afirmação de relações de poder “[...] indicando peças chave de um tecido de estratégias políticas de alternância de exercício de poder” (CHAVES, 2008, p. 231). De acordo com o exposto anteriormente, quando da primeira reunião – na residência do vice-cônsul – para o estabelecimento de agência em Pelotas,

---

<sup>302</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>303</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

percebemos que o vice-consulado de Portugal na cidade possuía uma íntima relação, inclusive de caráter político, com a SPBP. Exemplo disto é a afinidade de Maximiano com a Beneficência e o vice-consulado<sup>304</sup>, afinal, coube a ele, enquanto vice-cônsul, proferir o discurso do centenário da SPBP na sessão solene realizada na Biblioteca Pública Pelotense<sup>305</sup>.

### 3.5 Clube Centro Português 1° de Dezembro (1926)

Ainda hoje o clube Centro Português 1° de Dezembro é considerado, na cidade de Pelotas, um local capaz de legitimar qualquer evento que ocorra em suas dependências. O clube movimenta uma série de atividades relacionadas à identidade lusa, sendo seu público principal os imigrantes da segunda geração aqui estudados e os que vieram nos anos seguintes – podemos chamar de uma terceira geração<sup>306</sup>. O Sr. Francisco Augusto João, imigrante da segunda geração e contemporâneo de Maximiano e Aníbal, é um exemplo. Foi realizada uma entrevista de história oral temática com o Sr. Francisco Augusto e a data do encontro coincidiu com o dia de Portugal, de Camões e das Comunidades portuguesas<sup>307</sup>. Por este motivo, a conversa, com frequência era direcionada às comemorações que ocorreram/ocorreriam durante o dia. Este tipo de experiência é comum para quem trabalha com a metodologia de história oral e, muitas vezes, é absolutamente enriquecedor para a pesquisa (PORTELLI, 1996). Neste caso, os aspectos de identidade e pertencimento, relacionados aos locais de expressão da lusofonia, como o Centro Português, estiveram presentes na sua fala de forma absolutamente enfática.

Hoje mesmo, hoje eu não estou muito capaz de sair e porque não tenho andado muito bem, mas agora falei para o meu filho, o mais velho que é o único que está ai, logo para ver se ele ia comigo até lá fora [na sede campestre do Centro Português 1° de Dezembro]. Para ir lá ‘ah, pai mas logo vai ter o jogo do internacional e daqui e lá’ eu digo ‘não, mas eu vou ter que ir’ ‘então vou leva-lo pai, e depois na volta tu consegues alguém que te traga’. Isso é o que te chama, a raiz! [...] E a noite eu tenho o Rotary também!<sup>308</sup>

---

<sup>304</sup> E, também, de Francisco Serra, que é o atual vice-cônsul e presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas.

<sup>305</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Primeiro centenário da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. **Recorte de Jornal**. Diário Popular. Pelotas, 09 de setembro de 1957.

<sup>306</sup> É o caso do Sr. Francisco José Leal Serra, o vice-cônsul entrevistado para esta tese e que já foi mencionado diversas vezes.

<sup>307</sup> 10 de junho de 2015.

<sup>308</sup> JOÃO, FRANCISCO AUGUSTO. Imigração em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Pevereda Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas, 11 de junho de 2015.

Francisco Augusto mencionou mais de uma vez o Centro Português e a importância do evento que sediaria. Infelizmente, não existem muitas referências bibliográficas acerca do clube. As poucas informações encontradas foram pinçadas em menções casuais, principalmente no trabalho de Beatriz Loner (1999) sobre a formação da classe operária em Pelotas entre os anos 1888 e 1937. Sabemos que, na primeira década do século XX, a cidade possuía quatro entidades lusas relacionadas a lazer e benemerência: Sociedade Portuguesa de Beneficência, fundada em 16 de setembro de 1857 (LONER, 1999); C. Socorros Marquez de Pombal, fundado em 23 de abril de 1882 (LONER, 1999)<sup>309</sup>; Congresso Português 1º de dezembro, fundado em 24 de janeiro de 1895 (LONER, 1999) e Grêmio Republicano, fundado em 1901 (LONER, 2017). Na década seguinte, mais especificamente no ano de 1913, foi fundado o S. S. Feliz Lembrança (LONER, 1999). E, depois de suplantadas as divergências políticas entre o Grêmio Republicano e o Congresso Português 1º de dezembro, foi fundado em 28 de setembro de 1926, o clube Centro Português 1º de Dezembro (LONER, 1999; LONER, 2017). Se utilizarmos o trabalho de Pombo (1986), sobre os imigrantes portugueses em Pelotas entre 1901 e 1979, sabemos que entre uma amostra de 260 sujeitos selecionados pela autora, 200 eram associados a entidades assistenciais, culturais recreativas, etc. Destes, o mais representativo, na sua análise, foi o clube Centro Português 1º de Dezembro, com um total de 135 imigrantes portugueses associados<sup>310</sup>.

A informação de Pombo (1986), corrobora com nossa hipótese e, nos serve como um indicativo de significância acerca da influência do Centro Português entre os imigrantes de origem portuguesa que viviam em Pelotas durante o século XX. No mesmo sentido, existe no arquivo pessoal privado de Aníbal uma espécie de livro de memórias que foi feito, preenchido e encadernado por ele, com data de produção final em 29 de junho de 1990. Suas páginas são apresentadas em forma de uma história, escritas cuidadosamente de forma manual, com muitas fotografias e recortes de anúncios. O protagonista da história contada no livro é o Centro Português 1º de Dezembro, a partir

---

<sup>309</sup> Que mais adiante se fundiu com o Clube Caixeiral.

<sup>310</sup> Da mesma forma que existem poucas referências bibliográficas que tratem, de forma mais específica, sobre o clube, as referências documentais também são esparsas. A sede administrativa do CP possui alguma documentação sobre os sócios – como fichas de associação – todavia, por se tratar de um arquivo institucional privado a análise da documentação não é livre, tornando-se, portanto, de difícil e demorado o acesso. Apesar de termos estabelecido uma boa relação com o vice-cônsul, Sr. Francisco Serra, que possui forte influência no clube, as medidas de distanciamento social adotadas durante a pandemia relacionada ao COVID-19 impossibilitaram o acesso a esta documentação. Ainda que fosse interessante analisar as informações constantes nas fichas para dimensionar o número de imigrantes portugueses associados ao CP, e, portanto, auxiliar na delimitação dos sujeitos que compõem a rede analisada nesta tese, felizmente, não se tratam de dados indispensáveis para a realização da pesquisa como um todo.

da associação de Aníbal e sua intrínseca relação pessoal e profissional com o CP. Neste sentido, o livro é absolutamente interessante para observar diversos aspectos cronológicos e informativos acerca da história do clube contadas por um assíduo componente, Aníbal. Acreditamos que nenhuma versão do livro foi publicada ou disponibilizada de forma ampla publicamente. Todavia, já é consensual na historiografia que, quaisquer que sejam as documentações, não são produzidas de forma isenta de intencionalidade. Neste caso, podemos afirmar que, usualmente, um livro é feito para ser lido. As informações neles constantes carregam também uma série de intencionalidades: provocar sentimentos de pertencimento e estranhamento, preservar uma história do esquecimento, etc. Ainda que não intencionalmente, um livro carrega aspectos autobiográficos do seu autor. No caso da obra escrita por Aníbal, esta questão fica absolutamente clara, o objeto protagonista da sua escrita varia constantemente entre o CP e sua trajetória no clube. O livro é, portanto, sobre a história do Centro Português e, também, “um relatório do que fis<sup>311</sup>”, uma “escrita de si” nas palavras de Angela de Castro Gomes (2004). Desta forma, “[...] o ponto central a ser retido é que, através desses tipos de práticas culturais [a escrita e produção de si], o indivíduo moderno está constituindo uma identidade para si através de seus documentos” (GOMES, 2004, p. 11).

### 3.5.1 Inserção de Aníbal (1944-1949)

Diferente de Maximiano, Aníbal passou a estabelecer e/ou fortalecer os laços com a elite local e imigrante de uma forma mais lenta e gradual, enquanto seguia atuando profissionalmente no Armazém Pires, Irmãos e Cia como viajante e com o salário mensal de Cr\$ 180,00<sup>312</sup>. Já fazia seis anos da existência do seu programa de rádio “Saudades de Portugal”, quando, em 1944, se associou ao Centro Português – um dos maiores clubes étnicos da cidade. Através de “[...] um bom amigo... Sr. Vitor Sá de Seixas, foi ele que me propôs para que eu fosse sócio do Centro Português”<sup>313</sup>. “Foi aos 12 anos que eu estava no Brasil [em 1944]... Eu fiquei sócio na gestão do Sr. Manoel O. Thomaz Jr. era

---

<sup>311</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>312</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Carteira Profissional. Número 42769. **Documentação**. Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Departamento Nacional do Trabalho. Brasil, 06, de abril de 1935.

<sup>313</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

presidente entre 1942 a 1944”<sup>314</sup>. No mesmo ano, Aníbal desenvolveu uma campanha, com o objetivo de arrecadar cigarros para serem enviados aos soldados brasileiros durante a segunda guerra mundial, o projeto foi um sucesso e milhares de cigarros foram arrecadados<sup>315</sup>.

Percebemos, portanto, duas questões interessantes de serem observadas. Primeiro, ainda que os rendimentos monetários mensais de Aníbal fossem baixos<sup>316</sup>, foi criada uma relação com o grupo português local e privilegiado – provavelmente em função do programa “Saudades de Portugal” – que culminou no convite direto do então presidente do Centro Português para a sua associação no clube, o que demonstra a existência de uma significativa relação de Aníbal com as suas origens. Em segundo lugar, percebemos que o empenho em desenvolver uma campanha de arrecadação de cigarros para os soldados brasileiros indica uma forte afinidade com o país. Afinal, de acordo com Anderson (2008), não existem símbolos mais impressionantes do que os relacionados aos “soldados desconhecidos” na cultura moderna nacional. Ou seja, estas duas questões apresentadas nos demonstram a existência de uma unidade identitária de caráter mutável, neste caso relacionada a Aníbal. É por este motivo que é usual utilizarmos a palavra *identidade* no plural, porque

[...] as identidades não são nunca unificadas; elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (HALL, 2012, p. 108).

Ainda relacionado aos processos identitários, percebemos que Aníbal passa a se inserir cada vez mais nas questões relacionadas ao lusitanismo e ao brasilianismo. Em 1945, foi convidado pelo Sr. Antonio P. Fernandes para integrar a diretoria do clube com a função de assumir a realização e promover festas no clube, principalmente as relacionadas a Carnaval e São João<sup>317</sup>. Mais uma vez, observamos a integração de aspectos brasileiros e portugueses relacionados a identidade de grupo. Da mesma forma

---

<sup>314</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>315</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

<sup>316</sup> Principalmente se comparados aos de Maximiano.

<sup>317</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

que o Carnaval é uma festa popular reconhecida no Brasil, o São João tem uma dimensão semelhante em Portugal, sobretudo na região norte<sup>318</sup>. Observamos, portanto, exemplos palpáveis de trocas culturais identitárias portuguesas e brasileiras. Além disso, era comum que as fantasias, utilizadas nos festejos de carnaval realizados no clube, fossem relacionadas e inspiradas em aspectos da cultura lusa “[...] não só para homenagear seus antepassados como numa prova de ligação com as origens lusitanas” (ARROTEIA; FISS, 2007, p. 187).

O Centro Português 1º de Dezembro foi fundado com a intencionalidade de se configurar enquanto um espaço de expressão da lusofonia. De acordo com Arroteia e Fiss (2007), o CP é, de fato, o local com maior expressão relacionado à manutenção dos valores da cultura portuguesa em Pelotas. Contudo, podemos afirmar que, com o passar dos anos, o clube adquiriu uma significativa mescla com outras etnias, isso não quer dizer uma perda de identidade, mas sim um envolvimento efetivo com a sociedade constituída ao redor do grupo. O fenômeno da etnicidade só é proeminente quando inserido em um contexto de características interétnicas (WEBER, 2011). Ou seja, a identidade de um grupo é construída e (re) elaborada em função do envolvimento com outros, de papéis e atribuições diversas, resultado de interações estabelecidas socialmente.

A grande maioria dos associados [do Centro Português] são descendentes mais distantes ou pertencem a outras etnias, ou melhor, a uma mescla de etnias. O que isso quer dizer? Muitos portugueses acabaram por casar com pessoas de outras etnias, criando um círculo de amizades diferente e obviamente os filhos recebendo influência de outras culturas na sua educação. Factos dessa natureza resultam num interesse natural de que os filhos participem na vida do clube e que vivenciem aquelas actividades deixadas além-mar mas que a saudade trás ao presente (ARROTEIA; FISS, 2007, p. 186).

Admitindo a impossibilidade de uma identidade étnica cristalizada e valorizando suas propriedades e capacidades relacionadas a (re) criação e afirmação, percebemos que o Centro Português 1º de Dezembro não perdeu as características essenciais, relacionadas a valorização da cultura lusa, que davam significado imediato a sua existência. A capacidade de inserção no cotidiano de sujeitos provenientes de etnias diversas, foi

---

<sup>318</sup> No período em que residi na cidade do Porto, em função do doutorado sanduíche, com frequência me era perguntada a data em que iria retornar ao Brasil. Quando respondia que retornaria no começo de junho as expressões faciais e verbais de jovens e idosos eram sempre as mesmas: “Ah, vai perder o São João”. Mas, em fevereiro, tive a oportunidade de conhecer o carnaval português com inspiração brasileira, na cidade de Ovar – um dos mais famosos e conhecidos da região – os desfiles e festas ao ar livre de fato se assemelham muito ao Carnaval do interior, no sul do Brasil.

justamente o fator que possibilitou ao clube uma importante consolidação de caráter material e imaterial capaz de ultrapassar gerações.

Nesse período [em que atuou na direção do Centro Português], Vidal trabalhou como nunca, porque realizavam festas todos os fins de semana: bailes, quermesses, jogos de azar, rifas, roleta... O entusiasmo do grupo conseguiu promover a vinda da cantora portuguesa Maria da Luz, que residia no Rio de Janeiro, feito memorável para a colônia lusitana. Vidal organizou o primeiro rancho de danças folclóricas portuguesas, reunindo seus filhos e crianças associadas<sup>319</sup>.

O Clube Folclórico, criado em 1949, foi encorajado como forma de incentivo a lusofonia para as 45 crianças que o compunham inicialmente<sup>320</sup>. Não temos como saber se existe alguma ligação direta, ou não, mas, durante este período, caracterizado como de intensa atuação no Centro Português, a trajetória profissional de Aníbal se modificou de forma significativa. Utilizamos como exemplo o fato de, em 1947, ele ter deixado o emprego no Armazém Pires, Irmãos e Cia<sup>321</sup>, com o salário mensal de Cr\$ 180,00 para, apenas dois dias depois<sup>322</sup>, iniciar formalmente as atividades no Armazém Rosário e Gomes, como viajante praticista e com o salário mensal de Cr\$ 560,00<sup>323</sup>. Ou seja, seus rendimentos mensais mais que triplicaram após sua inserção no clube e, portanto, interação com um grupo de sujeitos privilegiados socialmente.

Podemos inclusive mencionar Maximiano, de acordo com José Serra, “ele não fez parte da fundação do Centro Português, porque foi em [19] 26 [...]. Mas, foi por ali e desde aí sempre [esteve presente no clube] [...] exatamente pelo status que ele tinha e pelo que ele poderia contribuir junto ao clube, entende?!”<sup>324</sup>. Ou seja, percebemos mais um indicativo de que as trajetórias de Aníbal e Maximiano poderiam estar – ou começando a estar – se entrecruzando, nos espaços sociais compartilhados por eles. Todavia, ainda que não tenhamos registros físicos documentais que possam corroborar com a hipótese, o que nos interessa, neste momento, é observar o envolvimento e/ou fortalecimento de laços

---

<sup>319</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

<sup>320</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Carta Memorial [escrita pela filha Irene Vidal Carret?]. [sem local] [Pelotas?], [sem data] [2016?].

<sup>321</sup> Em 29 de dezembro de 1947.

<sup>322</sup> Em 31 de dezembro de 1947.

<sup>323</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Carteira Profissional. Número 42769. **Documentação**. Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Departamento Nacional do Trabalho. Brasil, 06, de abril de 1935.

<sup>324</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Pevereda Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 11 de junho de 2015.

cunhados por Aníbal e Maximiano com o grupo que frequentava estes ambientes de composição étnica.

### 3.5.2 Momentos de afirmação do clube nas gestões de 1949-1950 e 1951-1952

O título de “presidente da vitória” foi conferido a Osvaldo Pereira por Aníbal, logo nas primeiras anotações feitas no seu livro de memórias. Conforme já foi mencionado, o livro possui como data de produção final 29 de junho de 1990, 40 anos após a gestão de Osvaldo Pereira no CP. Neste sentido, as anotações e impressões de Aníbal são naturalmente pautadas por uma visão retrospectiva dos acontecimentos, que nós precisamos levar em consideração para a análise da fonte. Tanto de forma inconsciente quanto consciente, a escrita (auto) biográfica procura estabelecer “[...] relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário” (BOURDIEU, 2006, p. 184).

O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de ‘dizer o que houve’, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento (GOMES, 2004, p. 15).

“Ele [Aníbal] sempre nutriu um especial respeito por Osvaldo Pereira<sup>325</sup>”, e isso não deve ser ignorado. Porém, “Eu [Aníbal] digo [diz] vitória porque o centro devia muito. Não só da época, como devia contas atrasadas como ações desde que foi construída a atual sede [situada na rua Andrade Neves n° 2.042]<sup>326</sup>”. Além das dívidas que o CP acumulava, a estrutura física móvel do clube era considerada insatisfatória, o salão de bailes, por exemplo, não possuía mesas nem cadeiras. Neste sentido, os primeiros meses da gestão de Osvaldo, em 1949, foram constituídos por um empenho da diretoria e trabalhadores do CP para sanar as dívidas do clube e equipar o seu salão de festas<sup>327</sup>. “Querem saber como o Osvaldo conseguiu este dinheiro?<sup>328</sup>”. Além de realizar uma

---

<sup>325</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

<sup>326</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1° de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>327</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1° de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>328</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1° de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

campanha para arrecadar sócios, “que só eu [Aníbal] consegui 19<sup>329</sup>”, “Eu corri todo o comércio [atrás de patrocínio], diversas vezes<sup>330</sup>”, como a Conservas Almeida, Saraiva e Carvalho e, principalmente, do estabelecimento comercial do Sr. Joaquim Dias<sup>331</sup>. Dessa forma, em um trabalho de aproximadamente três meses, eram realizados aos sábados e domingos bailes com quermesses, jogos de azar e etc. A copa era de responsabilidade de Victor Seixas, José Teixeira dirigia o salão, Cardoso na roleta e Aníbal era encarregado de arrecadar os prêmios, realizar rifas e leilões. Foi neste período que o CP coroou Nartencia Osório como sua primeira rainha, portuguesa, filha de Osório Tavares, responsável pela organização de toda a corte do clube, enquanto as esposas dos membros da diretoria trabalhavam nas tendas dos bailes. Apesar de ser reconhecido o trabalho das mulheres na empreitada de organizar as atividades, estas foram as únicas referências acerca das suas participações. Passados três meses de intensas atividades, com o valor arrecadado foi possível construir a cozinha, adquirir 40 mesas e 120 cadeiras, instalar parquet no chão do salão de jogos e sanar todas as dívidas do clube. Devido ao sucesso do empreendimento, Aníbal afirma que foram oferecidos os lucros de quatro noites para quatro casas de caridade da cidade: orfanato espírita Dona Conceição, asilo de menores, hospital espírita do Areal e asilo de mendigos<sup>332</sup>.

O nome de Joaquim Dias já surgiu diversas vezes nas páginas que compõem esta tese em decorrência da frequência com que é referido nas fontes analisadas – foi mencionado mais de uma vez nas entrevistas de José Serra e de Francisco João<sup>333</sup>, nos arquivos pessoais privados de Aníbal e Maximiano, por exemplo. Na gestão de Osvaldo Pereira no Centro Português, Joaquim Dias foi parte ativa da diretoria do clube, o que acarretou, nos anos seguintes, a sua presidência no CP e seguimento nas propostas

---

<sup>329</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>330</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>331</sup> Acreditamos que se trate do Armazém Pires, Irmãos e Cia., local onde Aníbal havia trabalhado nos primeiros anos de imigração e que já mencionamos anteriormente.

<sup>332</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>333</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Pevereda Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 11 de junho de 2015. SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Pevereda Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019. JOÃO, FRANCISCO AUGUSTO. Imigração em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Pevereda Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas, 11 de junho de 2015.

estabelecidas e iniciadas pela gestão anterior<sup>334</sup>. A gestão de Joaquim Dias é interessante para observarmos que, no período de apenas um ano após a campanha de arrecadação de sócios, empenho para saldar as dívidas e equipar o clube, o Centro Português passou a se estabelecer de forma mais efetiva e proeminente entre um determinado grupo de imigrantes.

Conforme já mencionado anteriormente, Aníbal foi o criador e produtor do programa de rádio “Saudades de Portugal” que além do caráter informativo também buscava entretenimento, principalmente através da música. Neste sentido, através de um esforço conjunto entre Aníbal e a então diretoria do CP, “[...] o entusiasmo do grupo conseguiu promover a vinda da cantora portuguesa Maria da Luz, que residia no Rio de Janeiro<sup>335</sup>”. Ela realizou apresentações tanto no programa de Aníbal quanto no Centro Português, contando, inclusive, com a presença do então cônsul<sup>336</sup>. O evento foi considerado pelo grupo imigrante como um “[...] feito memorável para a colônia lusitana<sup>337</sup>”, que passava a se firmar, cada vez mais, como substancial em estratos elitizados da cidade de Pelotas. Ainda na gestão de Joaquim Dias, foi realizado um evento nativista de grandes proporções pela visita de um representante português à cidade<sup>338</sup>. Foi oferecido ao sujeito um churrasco de tradição gaúcha com fogo feito no chão, com incontáveis espetos e a sombra de uma parreira<sup>339</sup>. O evento foi realizado na sede do CP localizada no centro de Pelotas, pois naquele momento era a única do clube<sup>340</sup>. De acordo com Aníbal, “Deu um pouco de trabalho, mas estava muito bom<sup>341</sup>”. Mas, mais do que isso, acrescentamos que se trata de um esforço com um objetivo relativamente exposto, o de afirmar o imigrante português em Pelotas como indivíduo legitimado através dos seus espaços próprios de reuniões e manifestações étnicas.

---

<sup>334</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>335</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

<sup>336</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>337</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

<sup>338</sup> Não sabemos de quem se trata, apenas que era um representante de Portugal.

<sup>339</sup> Existe uma fotografia do evento no livro de memórias do Aníbal.

<sup>340</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>341</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

### 3.5.3 Trajetórias que efetivamente se cruzam: Maximiano e Aníbal (1953-1964)

No começo da década de 1950, Maximiano já havia retornado do Rio de Janeiro, atuava como consultor jurídico da Associação dos Proprietários de Imóveis de Pelotas e estava inserido no grupo diretivo da Sociedade Portuguesa de Beneficência da cidade. Além disso, possuía uma relação próxima com Joaquim Dias<sup>342</sup>, membro das diretorias do Centro Português entre 1949 a 1952. Dessa forma, em 1953, Maximiano se tornou presidente do CP por dois mandatos, até 1956<sup>343</sup>, quando foi eleito vereador e nomeado vice-cônsul de Portugal em Pelotas. Até então, partíamos do pressuposto de que as trajetórias de Maximiano e Aníbal haviam se cruzado, pelo menos, algumas vezes, afinal, ambos circularam diversas vezes nos mesmos espaços sociais contemporaneamente. Todavia, é durante a gestão de Maximiano no CP que este cruzamento de histórias deixa de ser hipotético e se torna efetivo, para critério desta pesquisa.

Aníbal participou de forma ativa nas atividades e eventos planejados pelo CP durante os quatro anos da gestão de Maximiano<sup>344</sup>. Por exemplo, ele organizou com as crianças que compunham o grupo Folclórico criado anteriormente, uma apresentação com canções e danças tipicamente portuguesas nos dias de São João e São Pedro. O evento foi considerado um sucesso e, dessa forma, foram convidados a reproduzir a apresentação nos clubes Diamantinos e Caixeiral. Por último, se apresentaram-se no Teatro Guarany – o maior da cidade – com o objetivo de alcançar as pessoas que não faziam parte das associações portuguesas<sup>345</sup>. Ainda devido ao alcance do evento, Aníbal e o grupo foram convidados “a casa do Sr. Manoel P. Almeida, da fábrica de conservas, na noite dos 15 anos de sua filha<sup>346</sup>”. A comemoração “[...] estava cheia de altos convidados foi das 10h até as 4h da madrugada. Foi uma festa bem à portuguesa, com certeza”. Neste sentido, as apresentações do Grupo Folclórico de Aníbal, possibilitaram que fosse colocado em um

---

<sup>342</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

<sup>343</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>344</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>345</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>346</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

momento de descontração com um grupo de conterrâneos portugueses – os “altos convidados” – fora das dependências associativas. Não sabemos se, naquele momento, estas relações lhe possibilitaram oportunidades de emprego, contudo, o último registro profissional na Carteira de Trabalho de Aníbal é no armazém de secos e molhados de Osvaldo Luiz do Rosário, com data de admissão em 31 de dezembro de 1951 e saída em 30 de setembro de 1956<sup>347</sup>. Através de uma reportagem em homenagem ao seu centenário, sabemos que em 1958 Aníbal se torna sócio no restaurante Recreio Pelotense até 1960, quando passa a atuar como representante comercial<sup>348</sup>.

Quando Maximiano deixou a direção do Centro Português, para atuar na câmara de vereadores de Pelotas e no Vice-Consulado da cidade, a gestão seguinte do clube – 1957 e 1958<sup>349</sup> – foi designada a Arnaldo Rosental. Não possuímos muitas informações sobre o sujeito e/ou o período em que dirigiu o CP, todavia, neste momento, o que nos interessa observar são algumas questões relacionadas a Joaquim Dias. Sabemos que, pelo menos desde a gestão de Osvaldo Pereira em 1949 – o “presidente da vitória”, de acordo com Aníbal – Joaquim fazia parte ou estava diretamente envolvido com as diretorias do CP. Em 1951 e 1952, foi diretor do clube e possuía uma relação próxima com Maximiano, que acabou o substituindo nas gestões entre 1953 a 1956. No mesmo sentido, em 1959 e 1960, foi vice-diretor de Manoel J. Gameiro e, nos dois mandatos seguintes, dirigiu o CP entre 1961 e 1964<sup>350</sup>. Se observarmos o livro de memórias de Aníbal, quando se refere ao período em que Joaquim Dias exerceu importantes funções no clube, é possível perceber em duas fotografias<sup>351</sup> Maximiano e Aníbal lado a lado – respectivamente em ambas as imagens 2 e 3.

## Figura 2 – Membros da administração do Centro Português entre 1959 e 1960

---

<sup>347</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Carteira Profissional. Número 42769. **Documentação**. Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Departamento Nacional do Trabalho. Brasil, 06, de abril de 1935.

<sup>348</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

<sup>349</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>350</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>351</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.



Fonte: Arquivo Pessoal Privado/Livro de memórias de Aníbal de Oliveira Vidal

Figura 3 – Comissão escolhida para convidar a senhorita Urania M. Almeida para compor a corte do Centro Português entre 1963 e 1964



Fonte: Arquivo Pessoal Privado/Livro de memórias de Aníbal de Oliveira Vidal

De acordo com Aníbal, durante as gestões de Joaquim Dias e Manoel J. Gameiro, entre os anos de 1959 e 1964, “[...] estes dois só mudou o mandato, ficaram trabalhando

da mesma forma. Tudo fazendo para o futuro do nosso clube<sup>352</sup>”. Agora que a situação financeira do CP se encontrava estável, os festejos realizados com o objetivo de colher arrecadações e doações eram direcionados, cada vez mais, para estabelecer o clube enquanto um espaço étnico reconhecido como pertinente, em diversos aspectos, pela população da cidade de Pelotas. Entre 1959 e 1960, foram realizados no Caixerial diversos eventos organizados separadamente por representantes das nações<sup>353</sup> que compunham a diversidade étnica de Pelotas, o objetivo explícito consistia na arrecadação monetária para uma reforma da Catedral da cidade<sup>354</sup>. Foram considerados “representantes das nações”, os sujeitos pertencentes aos grupos diretivos das instituições associativas étnicas de Pelotas. O empenho dos membros das associações para a realização destes eventos é interessante para observarmos a própria constituição e afirmação da etnicidade. Afinal, a existência de uma “[...] cooperação dos membros [de determinado grupo] para a manutenção das fronteiras [com outras etnias] é uma condição necessária da etnicidade, ela pode até constituir em certo casos o critério essencial do *membership* (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 157).

[...] são em realidade tais fronteiras étnicas e não o conteúdo cultural interno que definem o grupo étnico e permitem que se dê conta de sua persistência. Estabelecer sua distinvidade significa, para um grupo étnico, definir um princípio de fechamento e erigir e manter uma fronteira entre eles e os outros a partir de um número limitado de traços culturais (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 153).

Não devemos entender o estabelecimento destes limites como rígidos e intransponíveis, pelo contrário, eles podem se manter constantes, serem reforçados, apagados e, até mesmo, desaparecer. Ou seja: são limites fluídos e permeáveis produzidos e reproduzidos pelos sujeitos históricos no decorrer de diferentes interações sociais (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998). Afinal, a identidade é uma categoria pautada pela autoatribuição e atribuição por outros (BARTH, 1998). Os eventos organizados pelas diferentes nações que compunham a etnicidade de Pelotas possibilitaram este tipo de interação social de demarcação de limites e, ao mesmo tempo, interação étnica. “Assim, a persistência dos grupos étnicos em contato implica não apenas critérios e sinais de

---

<sup>352</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>353</sup> Além dos portugueses, não sabemos quais outros grupos também realizaram estes eventos.

<sup>354</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

identificação, mas igualmente uma estruturação da interação que permite a persistência das diferenças culturais” (BARTH, 1998, p. 196). Ainda de acordo com Barth (1998), são estes os aspectos que definem um grupo e não a permanência da matéria cultural que abrangem, afinal, as características culturais de seus membros são passíveis de transformação.

Aníbal foi o encarregado de organizar o evento do grupo étnico português, para isso convidou cantores, músicos, grupos de dança e etc.: “tive muito trabalho, mas valeu, pelo sucesso que eu tive. Depois o mesmo bloco teve que fazer uma apresentação no Centro português, para os seus sócios poder ver o que foi feito no Caixeiral<sup>355</sup>”. A realização deste evento nos indica ainda duas questões, a primeira está relacionada aos aspectos religiosos – que será abordado mais adiante no texto – a segunda é sobre a relação que estava sendo estabelecida entre Aníbal e o clube. Quando ele afirma “tive muito trabalho, mas valeu, pelo sucesso que eu tive<sup>356</sup>” é interessante observar como Aníbal toma para si – através do trabalho e esforço direcionado a atividade – o sucesso do evento realizado no Caixeiral. Além disso, em diversas ocasiões festivas relatadas no livro de memórias ele usa expressões como: “eu falei que eu queria [organizar os eventos]”. Estes fatores denotam, mais uma vez, a forma como vai se criando e estabelecendo um reconhecimento de Aníbal, junto com os eventos que organizava, em lugar de destaque no CP e, conseqüentemente, entre os imigrantes portugueses. Já mencionamos que Aníbal atuou nas diretorias do clube, organizando diversos tipos de eventos; desde a gestão de Osvaldo Pereira, ele o considerava o “presidente da vitória” e mencionou, mais de uma vez, sua admiração pelo trabalho e pela pessoa de Osvaldo. Aníbal recebeu o primeiro diploma de sócio remido e, conseqüentemente, uma espécie de reconhecimento individual na gestão de Osvaldo Pereira. Porém, foi na presidência de Arnaldo Rosental – logo após a direção de Maximiano – que recebeu o título de sócio benfeitor do Centro Português 1º de Dezembro. Agora, estamos no ano de 1963, final do período de sete anos em que Joaquim Dias presidiu o CP, e Aníbal recebe o título de sócio benemérito. “Aqui finda a diretoria do Sr. Joaquim Dias, mas, tem mais notícias dele!<sup>357</sup>”.

---

<sup>355</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>356</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>357</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

### 3.5.4 Recanto de Portugal (1965-1966) e a primeira capela Nossa Senhora de Fátima (1967)

Logo após a nota escrita por Aníbal – “Aqui finda a diretoria do Sr. Joaquim Dias, mas, tem mais notícias dele!<sup>358</sup>” – Joaquim aparece novamente em um momento de transformação e afirmação do Centro Português, como vice-presidente de Carlos M. de Freitas entre 1965 e 1966. “[Eles] Queriam comprar um terreno grande, para fazer uma sede campestre<sup>359</sup>”. A ideia inicial era a de que a sede campestre do clube fosse localizada nas proximidades da Avenida Dom Joaquim, entretanto, foi construída na região que hoje se chama Recanto de Portugal, o campo era de propriedade do Sr. Pelino Pereira e foi oferecido por Cr\$ 90.000<sup>360</sup>. “O então presidente comprou 72 hectares, aí chamaram ele de doido, maluco, sem jeito... entende?!<sup>361</sup>”. Em toda a extensão do terreno, se encontrava apenas uma casa, galpão, leiteria e algumas figueiras. A entrada era pequena e mal passava uma carroça “[...] o que tinha lá era muitas cobras e lebres e ratões [ou seja,] a não ser o arroio [Pelotas] não tinha nada para chamar atenção<sup>362</sup>”. O objetivo consistia em vender alguns lotes do terreno para arrecadar uma verba que seria direcionada a construção da sede campestre do CP.

Eu disse para o Sr. Joaquim que tínhamos que construir uma churrascaria para chamar os comp [radores]. Senhor Joaquim me disse que não tinha dinheiro para pagar o terreno, como que ia fazer a churrascaria [?!]. Eu lhe disse, me dê licença que eu faço a churrascaria sem o clube gastar nada. Ele me disse que tudo o que eu quisesse fazer, que eu podia fazer<sup>363</sup>.

#### LER BEM ESSA NOTA COM ATENÇÃO

Por aqui vocês ficam sabendo que estas 3 obras, o clube não gastou nada... a não ser o material do galpão e da leiteria, como telhas, tijolos

---

<sup>358</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>359</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>360</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>361</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

<sup>362</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>363</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

e madeira usada. Esta frente já estava, só foi pintada... eu fazia os churrascos e vendia os ingressos e apresentava as contas ao senhor M. Resende. Eu ficava com o lucro dos churrascos para comprar talheres, porque os 1º churrascos, os fregueses tinham que levar os talheres de casa. Foram feitas 3 ofertas, a padaria Estrela oferece 2 caixas de bandejas de papelão, Sr. Libório ofereceu 1 caixa de copos e a serralheria Madrugá 25 espetos de arame. E foi assim que nasceu uma churrasceria que era a maior de todos os clubes de Pelotas. Mas para isto tive muito trabalho de vir a pé do Recanto ao Areal para pegar ônibus para vir para casa. E ao ½ dia comer mal, só comida fria, mas a culpa era só minha porque eu tinha vontade de fazer isso. E pena não poder mostrar tudo agora, o que eu fiz para nascer o Recanto de Portugal. Que também foi escolhido esse nome por mim, no concurso feito pela companhia que fez o loteamento, assim como o nome das ruas<sup>364</sup>.

O período de construção e organização do Recanto de Portugal contou com o auxílio de diversas figuras pertencentes à segunda geração de imigrantes estudados nesta tese. Além de Joaquim Dias, podemos citar, por exemplo, João Rodrigues Manta, Maximiano Pombo Cirne e Carlos Martins Frio<sup>365</sup>. Conforme mencionamos anteriormente, este último era o proprietário da padaria Estrela – citada na nota escrita por Aníbal como um dos estabelecimentos que ofereceu doações para equipar a churrasqueira que estava sendo construída no Recanto de Portugal. Dessa forma, inserido na construção e valorização do loteamento, Aníbal auxiliou na venda da maior parte dos lotes<sup>366</sup>.

A nota escrita por Aníbal nos sugere uma série de aspectos relacionados à etnicidade importantes de serem observados. Afinal, o Centro Português “[...] é onde se observa com mais objectividade o interesse pelo resgate e preservação das origens lusitanas” (ARROTEIA; FISS, 2007, p. 184). De acordo com Arroteia e Fiss (2007), a inserção e participação dos imigrantes portugueses no CP ocorrem de forma majoritariamente espontânea. Aníbal afirma de forma explícita: “[...] eu tinha vontade de fazer isso” – se referindo a participar ativamente do processo de criação do Recanto de Portugal. Isto está intrinsecamente relacionado com os aspectos identitários do sujeito

---

<sup>364</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>365</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

<sup>366</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Carta Memorial [escrita pela filha Irene Vidal Carret?]. [sem local] [Pelotas?], [sem data] [2016?].

enquanto indivíduo e, também, pertencente a um determinado grupo, ambos interferem na constituição de valorização afetiva dos espaços de sociabilidade étnicos.

Já mencionamos o empenho de representantes das nações que compunham a diversidade étnica em Pelotas, na organização de eventos para arrecadação de doações direcionadas a reforma da Catedral da cidade. Os portugueses foram representados pelo Centro Português e o evento foi organizado por Aníbal. De acordo com as informações disponíveis no arquivo nacional acerca da entrada de imigrantes lusos no Brasil, com destino a Pelotas entre 1875 e 1910<sup>367</sup>, de um total de 51 sujeitos a única religião mencionada é a católica<sup>368</sup> e, de acordo com a amostragem selecionada por Pombo (1986), até 1979 a maior parte dos imigrantes de origem portuguesa em Pelotas era católica. Estas informações condizem com a mobilização do CP para auxiliar na arrecadação de verba para uma reforma na catedral da cidade. Neste sentido, é interessante observar que Maximiano – naquele momento vice-cônsul de Portugal e parte da diretoria do CP – era, desde 1950, membro ativo da maçonaria<sup>369</sup>.

Em 1967, como diretor, no Recanto de Portugal, do local correspondente a sede campestre do CP, Aníbal era responsável pela circulação de pessoas no espaço. “Muitos pais não queriam vir mais aos churrascos porque os filhos só queriam ir para o arroio<sup>370</sup>”. Para solucionar a situação e com o apoio do comércio local, alguns pais e uma doação significativa do então presidente Joaquim Dias, foi construído um campo de futebol e um parque de brinquedos cercado para as crianças<sup>371</sup>. No mesmo sentido, “[...] um grupo de senhoras me pediram para eu fazer uma capela de N. Sra. de Fátima... fui novamente no comércio e consegui dinheiro e material<sup>372</sup>”. Assim, em 14 de outubro de 1967 era inaugurada, pelo presidente Joaquim Dias, a primeira capela de Nossa Senhora de Fátima

---

<sup>367</sup> ARQUIVO NACIONAL. Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro com destino a Pelotas. **Base de Dados** Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro. Brasil, 1875-1910.

<sup>368</sup> 13 sujeitos declararam como religião “católico”.

<sup>369</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Cadastro Geral da Ordem. **Documentação Pessoal**. Pelotas, 10 de abril de 1968.

<sup>370</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>371</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>372</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

no Recanto de Portugal. Estavam presentes o bispo Dom Antônio Zattera, padre Scaramè<sup>373</sup>, as irmãs da capela da Luz e Maximiano.

Ou seja, Maximiano estava presente no grupo que organizou o evento com o objetivo de arrecadar doações para a reforma da Catedral de Pelotas e, mais adiante, na inauguração da primeira capela de Nossa Senhora de Fátima do Recanto de Portugal. Se levarmos em consideração que, em 1969, ele participou da fundação da Faculdade de Medicina Leiga de Pelotas como “[...] representante da maçonaria junto ao grupo que estava criando a medicina, junto com os médicos<sup>374</sup>”; e que em Pelotas é mais recorrente identificar os sujeitos maçons do que a maçonaria enquanto instituição (AMARAL, 1999), percebemos que, naquele período, Maximiano possuía uma influência individual expressiva enquanto maçom. Todavia, enquanto figura de autoridade portuguesa – vice-cônsul e membro da diretoria do CP – seu comprometimento com a origem lusa permanecia absolutamente significativo.

### 3.5.5 Sede e salão Aníbal Vidal, uma homenagem minimizada?!

Nos anos seguintes à criação do Recanto de Portugal, os presidentes do Centro Português estavam comprometidos com a valorização do espaço. Nas gestões de Libório M. de Almeida e Antonio Borges – 1969 a 1972 – foram realizadas reformas no salão, churrasqueira, banheiros, plantadas árvores ao redor do campo de futebol e etc. Além disso, foram colocadas cortinas no salão e os bailes seguiam ocorrendo frequentemente<sup>375</sup>. Mas, foi na diretoria de João Carlos B. Carret e Libório M. Almeida – 1973 a 1974 – que o salão de festas do Recanto de Portugal foi nomeado de “salão Aníbal Vidal” e a praça de brinquedos de “parque Carlos Freitas”. As homenagens não agradaram a Aníbal por completo, de acordo com ele “[...] quem ler este livro [de memórias] dê razão a quem tiver direito. Quem fez a praça das crianças sozinho, fui eu! O senhor Freitas não ajudou com nada e nem tocou as suas mão em nada<sup>376</sup>!”. Aníbal dedica algumas páginas do seu livro de memórias escrevendo sobre seu desapontamento

---

<sup>373</sup> A grafia do nome está de acordo com o escrito por Aníbal.

<sup>374</sup> CIRNE, MAXIMIANO PINHEIRO. Trajetória Profissional do Jornalista Maximiano Pombo Cirne. [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 14 de janeiro de 2013.

<sup>375</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>376</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

com a nomeação do salão e parque. Entretanto, menciona alguns nomes que concede certo reconhecimento positivo pela homenagem que recebeu, como por exemplo, João Carlos Carret, Libório Almeida, Antonio Borges e Maximiano Cirne. Todavia, até o final da diretoria de José Varela Ferreira e Antonio A. da Cunha em 1976, Aníbal seguiu atuando de forma ativa no Centro Português.

A partir da gestão de Fernando T. Brites e Eduardo Alves em 1977 até 1982 Aníbal afirma uma perceptível mudança na forma de gerir o CP. De acordo com ele, esta diretoria “tomou o poder” e “[...] nos foram dados seis anos de férias para aqueles que mais fizeram pelo nosso querido Recanto de Portugal<sup>377</sup>”. Percebemos, no livro de memórias de Aníbal, um posicionamento enfático de sua desaprovação em relação àquela nova diretoria. Uma vez que esta é nossa fonte principal sobre o Centro português, possuímos poucas informações sobre esse período. Além disso, percebemos uma tentativa, por parte de Aníbal, de apagar a história desta diretoria e desatrelar qualquer relação com as antecessoras. De acordo com ele, “Eu aqui não estava, andava viajando pelo Brasil. Não sei de nada<sup>378</sup>”.

Contudo, sabemos que, em 1977, Fernando T. Brites planejou a construção de um novo complexo para o Centro Português<sup>379</sup> a, aproximadamente, 500 metros da sede Aníbal Vidal e que adotaria o título de sede campestre do clube. O projeto, inspirado na praça de touros de Campo Pequeno em Lisboa, foi desenhado pela faculdade de Arquitetura de Santa Maria e desenvolvido na íntegra. Em um espaço de 6,5 hectares foram projetadas piscinas, quadras de esportes, campos de futebol, churrasqueiras, estacionamento e etc. De acordo com o site do CP, “é considerado hoje uma das maiores e mais bonitas sedes de clubes portugueses do Mercosul<sup>380</sup>”. O espaço, de fato, se propôs a ser imponente e ainda hoje é considerado pela população pelotense como um local emblemático e suntuoso, diferente da sede Aníbal Vidal, que possui uma arquitetura consideravelmente mais simples.

---

<sup>377</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>378</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>379</sup> CENTRO PORTUGUÊS 1º DE DEZEMBRO. **História**. Disponível em: <[http://centroportugues.com.br/?page\\_id=668](http://centroportugues.com.br/?page_id=668)>. Acesso em 12 de agosto de 2020.

<sup>380</sup> CENTRO PORTUGUÊS 1º DE DEZEMBRO. **História**. Disponível em: <[http://centroportugues.com.br/?page\\_id=668](http://centroportugues.com.br/?page_id=668)>. Acesso em 12 de agosto de 2020.

Aqui começamos a compreender os fatores que levaram ao desentendimento de Aníbal com a nova diretoria do clube. Desde sua inserção no CP desenvolveu diversos trabalhos para o clube e a construção do Recanto de Portugal foi um projeto desenvolvido de perto por Aníbal, o que menciona diversas vezes, no seu livro de memórias, principalmente quando se trata das concessões pessoais feitas por ele para que o espaço fosse construído. “Foi do meu trabalho que ele nasceu, sem o clube não ter despesas e hoje temos uma sede que é orgulho<sup>381</sup>”. Seu ressentimento fica claro em algumas passagens “[...] mas, este nome [Aníbal Vidal] não pode ser usado neste salão, ele tem outro nome: ‘salão da sede velha’ ou ‘sede antiga’<sup>382</sup>”. Aníbal utiliza a palavra “culpados” para se referir ao grupo de pessoas responsáveis pela situação, a nova diretoria. Completa escrevendo “[...] eu peço o grande favor a diretoria que está agora [1990] de retirar a placa com o meu nome que está lá. Ou, se não, eu não entro mais naquele salão...<sup>383</sup>”. Contudo, ainda hoje, o espaço localizado as margens do arroio Pelotas no Recanto de Portugal se chama sede Aníbal Vidal. De acordo com o atual vice-cônsul “Exatamente por tudo o que ele fez, porque ele fazia qualquer coisa [para o Centro Português]<sup>384</sup>”.

### 3.5.6 “Chegaram os dias mais alegres”: a gestão de 1987-1990 e a Capela Nova de Nossa Senhora de Fátima

Durante a diretoria de Profirio T. Brandão entre 1983 e 1986, Aníbal foi convidado a retornar ao Centro Português, contudo, ainda permanece claro o seu ressentimento: “[...] mas não devia aceitar o convite, porque tudo o que fiz pelo clube foi por amor e sem despesas algumas<sup>385</sup>”. Além disso, percebemos que a antiga autonomia de Aníbal nas questões relacionadas à tomada de decisões e desenvolvimento de projetos foi consideravelmente reduzida, lembramos que neste período, Aníbal já era um senhor com mais de 70 anos. “[Eu] gostava de trabalhar a vontade e foi isto que eu não tive nesta

---

<sup>381</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>382</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>383</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>384</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

<sup>385</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

diretoria<sup>386</sup>”. Então, nas suas palavras, “chegaram os dias mais alegres os anos 1987 e 1988<sup>387</sup>” com Francisco Augusto João<sup>388</sup> na presidência do CP. É evidente que esta perspectiva exultante à nova gestão está intrinsecamente relacionada com a experiência pessoal de Aníbal e a retomada de um lugar de destaque no clube, afinal, de acordo com ele “até parecia os anos de outros presidentes...<sup>389</sup>”, fazendo referência às gestões anteriores a 1977.

Para mim foi uma ótima diretoria...

No dia 10 de junho de 1988 dia da raça recebia uma linda placa de prata, com esta dedicatória muito linda... ‘A diretoria e associados deste centro oferecem ao Sr. Aníbal de Oliveira Vidal, cidadão pelotense, esta singela placa em reconhecimento aos relevantes serviços prestados a esta entidade ao longo de vastos e sucessivos anos.

Centro Português 1º de Dezembro’.

No dia 7 de setembro de 1988 me era entregue o título e diploma de benfeitor...<sup>390</sup>

A seguir no dia 7 de setembro de 1988 era colocado o meu retrato na galeria de honra do Centro, como grande benfeitor...<sup>391</sup>

É interessante ressaltar que Aníbal havia mencionado anteriormente, no seu livro de memórias, que recebeu o título de benfeitor em 1957. Todavia, o que nos interessa, neste momento, é perceber o reconhecimento que Aníbal recebeu daquela gestão. Além disso, durante a entrevista de história oral temática realizada com o Sr. Francisco Augusto João, fica claro o costume de atribuir títulos e graduações aos sócios considerados “no mais alto grau da coletividade [portuguesa no clube]<sup>392</sup>”. Francisco citou inclusive Maximiano, “depois que ele faltou [em 1992] nós demos a última graduação para ele<sup>393</sup>”.

---

<sup>386</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>387</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>388</sup> O Sr. Francisco Augusto João é um dos sujeitos o qual foi possível entrevistar para a realização desta tese.

<sup>389</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>390</sup> É interessante ressaltar que Aníbal havia mencionado anteriormente no seu livro de memórias que recebeu o título de benfeitor em 1957.

<sup>391</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>392</sup> JOÃO, FRANCISCO AUGUSTO. Imigração em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Pevereda Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas, 11 de junho de 2015.

<sup>393</sup> JOÃO, FRANCISCO AUGUSTO. Imigração em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Pevereda Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas, 11 de junho de 2015.

As referências, no livro de memórias de Aníbal, às diretorias do Centro Português encerram no ano de 1989, devido ao seu falecimento em 1990.

Passados 22 anos da construção da primeira capela de Nossa Senhora de Fátima no Recanto de Portugal, um grupo de homens e mulheres viam a necessidade de um espaço mais amplo para acolher os fiéis do bairro e de fora dele. “Mas não tinha uma pessoa para assumir o compromisso...<sup>394</sup>”, seja por questões relacionadas a capacidade e/ou interesse em desenvolver a campanha. Foi quando Francisco Augusto João solicitou a Aníbal que tomasse a frente no projeto da nova capela, uma vez que havia trabalhado para construir a primeira. “Em primeiro ele não podia aceitar este compromisso, porque estava um pouco aduentado [sic] e não podia pegar este cargo para ir até o fim da obra<sup>395</sup>”. Neste momento, percebemos o interesse, por parte da diretoria do Centro Português, de promover uma reinserção efetiva de Aníbal nas questões relacionadas ao clube e ao Recanto de Portugal. Passados alguns dias do pedido formal, resolveu atender à solicitação de Francisco. Afinal, de forma diversa às experiências pessoais negativas relacionadas às últimas diretorias, agora tinha “[...] todo o apoio deste senhor presidente Sr. Francisco A. João, o que é um bom sinal para quem quer fazer qualquer obra para o seu clube<sup>396</sup>”, sendo assim, iniciou as atividades para arrecadação de doações.

O envolvimento profissional de Aníbal nas atividades comerciais e étnico nas questões relacionadas ao Centro Português contribuíram para que, nas últimas décadas, houvesse se consolidado enquanto um sujeito retentor de prestígio na comunidade local, seja no comércio ou entre os imigrantes. Assim, com “[...] a ajuda do povo [e] principalmente do Comércio de Pelotas, sendo ele muito estimado por todos, ele em 4 meses conseguiu sozinho todo o dinheiro e material para a nova capela<sup>397</sup>”. No folheto de inauguração da capela, percebemos menções a diversos indivíduos, além de Francisco João, citamos João Rodrigues Manta, Joaquim Oliveira, Manoel Fonseca Jr e Carlos Martins Frio. Todos estes sujeitos são pertencentes à segunda geração de imigrantes

---

<sup>394</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Uma homenagem da Capela Nova de N. Sra. de Fátima do Recanto de Portugal. **Documentação**. Inauguração da nova capela de N. Sra. de Fátima. Pelotas, 03 de setembro. 1989.

<sup>395</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Uma homenagem da Capela Nova de N. Sra. de Fátima do Recanto de Portugal. **Documentação**. Inauguração da nova capela de N. Sra. de Fátima. Pelotas, 03 de setembro. 1989.

<sup>396</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>397</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Uma homenagem da Capela Nova de N. Sra. de Fátima do Recanto de Portugal. **Documentação**. Inauguração da nova capela de N. Sra. de Fátima. Pelotas, 03 de setembro. 1989.

estudados nesta tese, sendo assim, podemos afirmar que existia uma permanência significativa dos laços cunhados nos anos iniciais à imigração.

## **CAP. IV - O ENVELHECIMENTO DO SUJEITO ATIVO**

### **4.1 Aspectos de intermediação**

No capítulo anterior tratamos acerca de dois dos principais locais de composição étnica de Pelotas: a Sociedade Portuguesa de Beneficência e o Centro Português 1º de dezembro. Percebemos que Maximiano e Aníbal atuaram, em conjunto e separadamente, de forma ativa nestes espaços entre 1944 a 1990. É evidente que, neste período, Maximiano e Aníbal estiveram inseridos em diversas outras atividades simultaneamente à sua atuação na SPBP e no CP. Algumas delas foram brevemente mencionadas anteriormente, neste momento, o que nos interessa observar de forma mais atenta é a atuação de Maximiano e Aníbal após sua cristalização enquanto agentes ativos no interior do grupo imigrante luso. Sobretudo enquanto indivíduos dotados de características que os colocavam em posição privilegiada no interior daquela rede social. Portanto, responsáveis em estabelecer conexões entre os sujeitos, comunidade local e com o mundo exterior. Assim, “eles geralmente dominavam os dois códigos de conduta dos sistemas que ligavam” (VARGAS, 2007 p. 33).

Jonas Vargas (2007) afirma que os indivíduos que desempenhavam um papel de mediação eram dotados da habilidade – não transmissível – de interagir de forma satisfatória entre a esfera interna e externa social. Além disso, a afirmação de alguém que age como intermediário de relações e situações “na comunidade local está sustentado exatamente na sua exclusiva capacidade de atingir o mundo exterior e dele trazer recursos e informações necessárias para a segurança e o desenvolvimento do sistema local” (VARGAS, 2007, p. 33-34). Portanto, vamos observar Aníbal e Maximiano enquanto pontos de conexão no interior da rede social analisada nesta tese. Todavia, compreendidos como essencialmente diversos entre si, afinal, “não há apenas um “tipo” de mediador [...]”. Esta relação depende muito da escala em que se observa” (VARGAS, 2007, p. 35).

#### **4.1.1 A residência de Aníbal enquanto local de espera e hospedagem de imigrantes**

Sabemos que as Hospedarias de Imigrantes eram uma realidade em toda a fachada Atlântica, assim, formavam uma espécie de “[...] cordão sanitário para controlar a entrada dos emigrantes” (CHRYSOSTOMO; VIDAL, 2014), era o caso da Hospedaria de Rio Grande, no extremo sul do Rio Grande do Sul. Todavia, parte significativa dos imigrantes recém-chegados ao Brasil não passava pelos canais convencionais de recepção e

direcionamento, subsidiados pelo governo (SCOTT, 2001). No caso da rede analisada nesta tese, já mencionamos que o percurso comum de locomoção dos sujeitos, inclusive realizado por Aníbal e Maximiano, acontecia através do desembarque no porto de Rio Grande, com pouca ou nenhuma permanência na cidade e transferência quase imediata para Pelotas, que não possuía uma hospedaria de imigrantes formalizada pelo governo (LONER, 1999). O rápido deslocamento desses indivíduos para uma cidade no interior do estado está de acordo com uma lógica reticular de penetração no território brasileiro, pautada pela hospedagem em pequenos hotéis, armazéns e casas particulares (CHRYSOSTOMO; VIDAL, 2014), e oposta ao direcionamento aos grandes fazendeiros e negociantes. Dessa forma, conforme já mencionamos no capítulo I, o imigrante que possuía a oportunidade de se dirigir imediatamente ao seu desembarque para Pelotas, normalmente já contava com uma rede de apoio.

Sabemos que, em 1956, Aníbal deixou o Armazém de secos e molhados, onde trabalhava desde 1951<sup>398</sup>, para, mais adiante<sup>399</sup>, tornar-se sócio no restaurante Recreio Pelotense<sup>400</sup>. Em 1960, enquanto ainda atuava ativamente no clube Centro Português 1º de Dezembro com Maximiano, Aníbal deixou a sociedade e passou a atuar como Representante Comercial<sup>401</sup>. Essa última informação não consta em sua Carteira Profissional, tão pouco sabemos acerca das relações estabelecidas durante a sociedade no Recreio Pelotense.

Todavia, na mesma lógica reticular de penetração no Brasil, apontada por Chrysostomo e Vidal (2014), Aníbal passou a receber<sup>402</sup>, em sua residência particular, conterrâneos recém-chegados ao Brasil. “Compreensivo quanto aos desejos e anseios de jovens patrícios, acolheu vários deles em sua casa, aos quais ofereceu teto, comida e o convívio fraterno e diuturno com a sua própria família”<sup>403</sup>. Sendo assim, de recém-

---

<sup>398</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Carteira Profissional. Número 42769. **Documentação**. Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Departamento Nacional do Trabalho. Brasil, 06, de abril de 1935.

<sup>399</sup> Em 1958.

<sup>400</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

<sup>401</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

<sup>402</sup> Não sabemos ao certo o período em que Aníbal passou a receber conterrâneos em sua residência, todavia, acreditamos, devido ao seu amadurecimento profissional e ativa atuação no Clube Centro Português 1º de Dezembro, que tenha sido aproximadamente neste momento de alteração profissional.

<sup>403</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

imigrado acolhido pelo tio Ângelo<sup>404</sup> – em 1932 – passava ao imigrante que acolhe conterrâneos recém-imigrados. Possuímos pouquíssimas informações acerca desta ação de caráter acolhedor desenvolvida por Aníbal. Da mesma forma, apesar da historiografia dar conta de um extenso material sobre Hospedarias de Imigrantes formalizadas, a bibliografia sobre os lares de particulares como locais de recepção de imigrantes é praticamente inexistente.

Portanto, não sabemos como se dava o estabelecimento do contato e, tão pouco, os acertos objetivos para a hospedagem na casa de Aníbal. Todavia, se levarmos em consideração que, enquanto imigrante, era membro ativo da comunidade portuguesa em Pelotas e possuía uma forte influência no Centro Português 1º de Dezembro, podemos presumir que a informação – da existência de um patrício que, eventualmente, recebia em sua residência particular recém-chegados de Portugal – era transmitida de forma mais ou menos natural entre os membros pertencentes a sua rede de relacionamento estabelecida no Brasil. Dessa forma, a conexão da informação com os indivíduos era comunicada através de cartas para aqueles que desejavam deixar Portugal – já falamos acerca da importância das cartas de chamada para a organização migratória de um sujeito ou grupo. No mesmo sentido, podemos afirmar que Aníbal desempenhava um papel central, enquanto intermediário, no interior da sua rede de relacionamento. Afinal, “A comunidade portuguesa sempre o acolheu com o maior carinho e respeito, apoiando-o [Aníbal] em todas as suas iniciativas”<sup>405</sup>. Assim, como intermediário na relação de inserção de recém-chegados ao país, podemos afirmar que, Aníbal era um sujeito que “[...] ocupa[va] um papel central dentro de uma teia de relacionamentos, onde famílias estavam conectadas por redes sociais” (VARGAS, 2007, p. 35).

Sabemos que as hospedarias formalizadas de imigrantes eram formadas através de um tripé que determinava a estadia dos indivíduos: recepção, triagem e encaminhamento (REZNIK; FERNANDES, 2014). Eram oferecidos serviços de alimentação, registro, inspeção médica e controle sanitário, assim, o tempo médio de permanência nestes espaços era de uma semana até o direcionamento a um trabalho

---

<sup>404</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Carta Memorial [escrita pela filha Irene Vidal Carret?]. [sem local] [Pelotas?], [sem data] [2016?].

<sup>405</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

(REZNIK; FERNANDES, 2014). Acolher os imigrantes e direcioná-los se tornou crucial para a manutenção desta lógica de movimentação imigrante<sup>406</sup> (UDAETA, 2016).

Nessa perspectiva, os diferentes dispositivos de acolhimento transitório dos emigrantes [inclusive os organizados em residências particulares] tiveram um papel fundamental, pois procuraram mobilizar o tempo de espera para inventar o corpo social dos imigrantes. Por isso qualificamos essas formas espaciais e arquitetônicas como territórios da espera (CHRYSOSTOMO; VIDAL, 2014, p. 18).

Ainda que o espaço de acolhida fornecido por Aníbal não fosse formalizado, algumas características gerais, sobretudo de recepção, provimento e encaminhamento, podem ser consideradas semelhantes às Hospedarias de Imigrantes. De acordo com Chrysostomo e Vidal (2014), esses “[...] lugares de transmutação, limiares modernos através dos quais os emigrantes transformam-se em imigrantes durante o seu curto tempo de estada” (CHRYSOSTOMO; VIDAL, 2014, p. 2) podem ser compreendidos como locais de espera e “zonas de interação”. Nesse aspecto, o estabelecimento de locais de hospedagem “[...] se inscreve numa estratégia geopolítica que resultou na constituição de uma malha hierarquizada regionalmente, voltada para cumprir três funções centrais: controlar, acolher e distribuir os imigrantes” (CHRYSOSTOMO; VIDAL, 2014, p. 11), semelhante à concepção do tripé de constituição e significado das Hospedarias de Imigrantes – recepção, triagem e encaminhamento – mencionado anteriormente (REZNIK; FERNANDES, 2014). Ainda no mesmo sentido, os locais de espera, como podemos incluir a residência de Aníbal, são considerados, também, dispositivos de controle social (CHRYSOSTOMO; VIDAL, 2014) e, em específico, no caso das casas de particulares, ferramentas para a manutenção e ampliação da rede social em que os anfitriões se inserem. Assim, enquanto sujeito intermediário no processo de inserção dos recém-imigrados em Pelotas, Aníbal é aquele que dispõe de informação passível de contribuição às estratégias coletivas (LEVI, 2000) do grupo português. Sua, já mencionada, inserção e atuação privilegiada no comércio pelotense permitia conectar o novo imigrante aos demais, já estabelecidos.

Da mesma forma que não podemos assumir uma postura ingênua acerca das intencionalidades, explícitas ou não, da acolhida oferecida por Aníbal, não devemos minimizar a questão delicada desempenhada por esse tipo de ação. Inclusive, na rede analisada nesta tese, Aníbal era reconhecido por sua afetividade e por “[...] ter podido

---

<sup>406</sup> Udaeta (2016) trata, sobretudo sobre a transferência para as fazendas de café em São Paulo.

proporcionar a derradeira viagem de um patricio que aqui residia [em Pelotas] e, sem parentes nem dinheiro, queria voltar à Terrinha [Portugal], para morrer”<sup>407</sup>.

#### 4.1.2 “Posse do novo Cônsul de Portugal, nesta cidade [Pelotas]”: Maximiano (1956)

Neste momento, retomaremos cronologicamente a discussão para os primeiros anos da década de 1950, quando o vice-consulado de Portugal em Pelotas era, ainda, ocupado pelo Sr. Manoel Gomes Nobre. Possuímos algumas referências que indicam certa relação do vice-cônsul com o clube Centro Português 1º de Dezembro, todavia, esta afinidade com o CP é perceptível, principalmente, quando se trata de eventos que sugeriam a necessidade de uma aparição oficial. Naquele momento, “[...] o Brasil não se acha[va] vinculado a nenhum tratado bilateral no qual estejam enumeradas as atribuições dos cônsules” (SILVA, 1957, p. 39). O que existia eram apenas alguns acordos consulares, sobretudo em relação a isenções fiscais dos consulados e funcionários de carreira (SILVA, 1957). No livro de memórias de Aníbal, quando aborda os eventos por ele organizados no clube, alguns de grande magnitude em Pelotas, a presença do vice-cônsul não é uma constante<sup>408</sup>. Se considerarmos que o seu falecimento ocorreu em 1955, podemos inferir que a idade avançada influenciasse nesta questão<sup>409</sup>.

Após o falecimento de Manoel Gomes Nobre, em 1955, o Conselho da Colônia Portuguesa de Pelotas se reuniu para escolher e indicar ao embaixador de Portugal no Brasil, Dr. Antonio de Faria, um novo nome para ocupar o cargo de vice-cônsul na cidade. Em novembro, por unanimidade, Maximiano foi indicado pelos membros do conselho para exercer a função<sup>410</sup>. Não sabemos quais os critérios foram considerados na escolha, mas, sabemos que Alberto Ferreira Bastos, Joaquim Dias, Flundório Correa de Magalhães, José Luiz da Cunha, Domingos de Souza Moreira, Manoel Pereira Bastos, David Valente da Costa, Américo Saraiva da Costa, Eduardo Lopes Cortez, Alberto

---

<sup>407</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

<sup>408</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>409</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Posse Do Novo Cônsul De Portugal, Nesta Cidade. **Recorte de Jornal**. Indicado e aceito o nome do dr. Maximiano Pombo Cirne. Diário Popular. Pelotas, 12 de julho de 1956.

<sup>410</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Posse Do Novo Cônsul De Portugal, Nesta Cidade. **Recorte de Jornal**. Indicado e aceito o nome do dr. Maximiano Pombo Cirne. Diário Popular. Pelotas, 12 de julho de 1956.;

Coelho Maia, Gomercindo Carvalho eram membros do conselho da Colônia<sup>411</sup>. Alguns deles já foram mencionados diversas vezes como próximos à Maximiano, sobretudo Joaquim Dias, que havia participado da diretoria do Centro Português 1º de Dezembro entre 1949 a 1952. Nas duas gestões seguintes, de 1953/1954 e 1955/1956, com auxílio e presença frequente de Joaquim, Maximiano foi nomeado como presidente do clube. Além disso, conforme já discutimos no capítulo anterior, havia retornado a pouco do Rio de Janeiro, após ser deferido o seu processo de naturalização, atuava como consultor jurídico da Associação dos Proprietários de Imóveis de Pelotas e fazia parte do grupo diretivo da Sociedade Portuguesa de Beneficência.

Foi mencionado pelo Diário Popular como “[...] aquele conhecido advogado dos auditórios desta comarca”<sup>412</sup>. O que pode ser considerado um aspecto significativo para a escolha do vice-cônsul, sobretudo se considerarmos a importância “[...] indispensável ao cônsul [de] conhecer com precisão as leis de seu país relativas à aquisição, perda e reaquisição da nacionalidade a fim de estar capacitado a saber quais aqueles que têm direito a sua assistência” (SILVA, 1957, p. 42). Uma vez indicado, pelo conselho, ao embaixador de Portugal no Brasil, a proposta foi acolhida pelo governo luso com “simpatia<sup>413</sup>” e foi noticiado em, pelo menos, dois jornais de expressividade em Portugal<sup>414</sup>: *O Concelho da Murtosa* e *O Jornal de Estarreja*. Dessa forma, no dia 7 de janeiro de 1956, através de portaria publicada no diário oficial, Maximiano foi aceito e nomeado pelo governo português vice-cônsul em Pelotas<sup>415</sup>.

Todavia, apenas a nomeação concedida pelo governo português não era suficiente para o empossamento no Brasil. O fato de Maximiano ser naturalizado brasileiro exigia uma autorização expedida diretamente pelo presidente da república, para exercer, na forma da lei, o cargo de vice-cônsul de Portugal em Pelotas. “Seja como fôr [sic], um

---

<sup>411</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Homenagem ao novo vice-cônsul português. **Recorte de Jornal**. Diário Popular. Pelotas, 18 de agosto de 1956.

<sup>412</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Posse Do Novo Cônsul De Portugal, Nesta Cidade. **Recorte de Jornal**. Indicado e aceito o nome do dr. Maximiano Pombo Cirne. Diário Popular. Pelotas, 12 de julho de 1956.

<sup>413</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Posse Do Novo Cônsul De Portugal, Nesta Cidade. **Recorte de Jornal**. Indicado e aceito o nome do dr. Maximiano Pombo Cirne. Diário Popular. Pelotas, 12 de julho de 1956.

<sup>414</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. O ilustre bunheirense Dr. Maximiano Pombo Cirne. **Recorte de Jornal**. O Concelho da Murtosa. Murtosa, 20 de setembro de 1956. ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Dr. Maximiano Pombo Cirne. **Recorte de Jornal**. O Jornal de Estarreja. Estarreja, 25 de setembro de 1956.

<sup>415</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Posse Do Novo Cônsul De Portugal, Nesta Cidade. **Recorte de Jornal**. Indicado e aceito o nome do dr. Maximiano Pombo Cirne. Diário Popular. Pelotas, 12 de julho de 1956.

Estado só pode estabelecer consulado no território de outro mediante o consentimento dêsse [sic] e o seu cônsul, um a vez nomeado, só poderá entrar no exercício de suas funções após a concessão do exequatur” (SILVA, 1957, p. 38). Depois de feita a solicitação, no dia 13 de julho de 1956, o presidente, através do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, concede licença a Maximiano para “aceitar e exercer o cargo de Vice-Cônsul honorário de Portugal na referida cidade [Pelotas]”<sup>416</sup>. Uma vez concedida a autorização, o Cônsul-Geral em Porto Alegre, Dr. Antonio Bartolo, recebeu ordens da embaixada para prosseguir com a posse de Maximiano como Vice-Cônsul de Portugal em Pelotas<sup>417</sup>.

A cerimônia de oficialização foi realizada dia 19 de agosto de 1956 na sede do consulado de Porto Alegre, presidida pelo cônsul geral e assistida pelo chanceler Brito Cunha. Além disso, estavam presentes Gomercindo Carvalho, Joaquim Dias – que possuía uma relação próxima à Maximiano – e Libório de Matos Almeida, como representantes do Conselho da Colônia Portuguesa de Pelotas<sup>418</sup>. O vice-consulado passou a funcionar na residência pessoal de Maximiano, localizado na Rua Barroso, n° 1046, e no seu escritório profissional, Rua Anchieta, n° 123<sup>419</sup>.

De acordo com a imprensa, a notícia da iminente nomeação foi bem recebida pela comunidade local. O *Correio do Povo*, em Porto Alegre, afirmou que “Dada a estima de que goza na sociedade pelotense, a nomeação do Dr. Cirne foi ali bem recebida, particularmente pela Colônia Lusa”<sup>420</sup>. Já, em Pelotas, o *Diário Popular* diz que “Repercutiu, muito simpaticamente, no seio da colônia lusitana, radicada em nossa cidade, a nomeação e posse do Dr. Maximiano Pombo Cirne<sup>421</sup>”. Enquanto, *A Alvorada*

---

<sup>416</sup> BRASIL. Decretos de 13 de julho de 1956/Conceder licença. **Diário Oficial**. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Sessão 1, Capital Federal, p.22, 13 de julho de 1956.

<sup>417</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Posse Do Novo Cônsul De Portugal, Nesta Cidade. **Recorte de Jornal**. Indicado e aceito o nome do dr. Maximiano Pombo Cirne. *Diário Popular*. Pelotas, 12 de julho de 1956.

<sup>418</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Empossado no cargo de vice-cônsul de Portugal o Dr. Maximiano Pombo Cirne. **Recorte de Jornal**. *Diário Popular*. Pelotas, 21 de agosto de 1956.

<sup>419</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Vice-Consulado de Portugal. **Recorte de Jornal**. *A Alvorada*. Pelotas, 08 de setembro de 1956.

<sup>420</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. No vice-consulado de Portugal, em Pelotas, o Dr. Maximiano Pombo Cirne. **Recorte de Jornal**. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 18 de agosto de 1956.

<sup>421</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. A homenagem ao Dr. Maximiano P. Cirne. **Recorte de Jornal**. *Diário Popular*. Pelotas, 23 de agosto de 1956.

anunciou que “Mui prazerosamente repercutiu no seio da colônia lusa e da população pelotense a nomeação para vice-cônsul de Portugal”<sup>422</sup>.

De acordo com Silva (1957), as principais funções consulares eram relativas a “[...] proteção e tutela; serviço militar; supervisão da navegação; controle e fomento do intercâmbio econômico e comercial; políticas e culturais; aduaneiras e fiscais; judiciárias; notariais e de oficial do registro civil; administrativas; de propaganda e outras” (SILVA, 1957, p. 42). Neste caso,

Inúmeras são as funções que figuram sob a rubrica proteção e tutela, que dizem respeito aos nacionais do cônsul. É, portanto, indispensável ao cônsul conhecer com precisão as leis de seu país relativas à aquisição, perda e reaquisição da nacionalidade a fim de estar capacitado a saber quais aqueles que têm direito a sua assistência. No exercício dessa atribuição o cônsul tratará da assistência aos nacionais, repatriação de indigentes, registro de nacionais, falecimento de nacionais no exterior e sua sucessão além de outras de menos importância (SILVA, 1957, p. 42).

Conforme já mencionamos, o fato de Maximiano ser considerado um “conhecido advogado dos auditórios desta comarca”<sup>423</sup> pode ser considerado um fator relevante para a sua recomendação, pelo conselho. Afinal, no período de aproximadamente sete meses, entre a indicação e nomeação de Maximiano, a comunidade lusa pelotense passou por algumas dificuldades, em relação à resolução de questões consulares.

Está, assim, de parabéns a colônia portuguesa aqui radicada pela nomeação do dr. Maximiano Pombo Cirne para o cargo de vice-cônsul de seu país, em nossa cidade, acontecimento que veio [sic] pôr fim a uma série de dificuldades que se apresentavam aos portugueses desta cidade, que, para a regularização de papéis ou obter cartas de chamada, estavam obrigados a se dirigir ao consulado da vizinha cidade de Rio Grande<sup>424</sup>.

Possuímos o registro, do que acreditamos serem, dois jantares diferentes em clima de confraternização, em homenagem ao novo vice-cônsul de Portugal em Pelotas. Afinal, as finalidades culturais dos consulados são absolutamente importantes para o estabelecimento de contatos de caráter políticos e econômicos (SILVA, 1957). O primeiro jantar, realizado no Grande Hotel, considerado pela imprensa como uma “[...] brilhante e

---

<sup>422</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Vice-Consulado de Portugal. **Recorte de Jornal**. A Alvorada. Pelotas, 08 de setembro de 1956.

<sup>423</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Posse Do Novo Cônsul De Portugal, Nesta Cidade. **Recorte de Jornal**. Indicado e aceito o nome do dr. Maximiano Pombo Cirne. Diário Popular. Pelotas, 12 de julho de 1956.

<sup>424</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Posse Do Novo Cônsul De Portugal, Nesta Cidade. **Recorte de Jornal**. Indicado e aceito o nome do dr. Maximiano Pombo Cirne. Diário Popular. Pelotas, 12 de julho de 1956.

merecida homenagem prestada ao Dr. Maximiano Pombo Cirne pela colônia portuguesa e pelas forças vivas da cidade<sup>425</sup>”.

Usaram da palavra, exaltando a personalidade e a atividade patriótica do homenageado, os Srs. Manoel Pereira Bastos, em nome do colônia portuguesa; Ildefonso Lopes de Carvalho, pelo Centro Português 1º de Dezembro, do qual é presidente o Dr. Maximiano Pombo Cirne; Dr. Alcides Torres Dinis, em nome da Ordem dos Advogados; Jaime Gonçalves Wetzel, pela municipalidade; Jorge Hall, em representação do seu partido<sup>426</sup>.

O segundo, “[...] assinalando tão auspicioso acontecimento”<sup>427</sup>, foi realizado, de acordo com o *Diário Popular*, no “Clube Campestre”<sup>428</sup>. É interessante ressaltar que, a primeira sede campestre do clube Centro Português 1º de Dezembro – atual sede Aníbal Vidal – foi inaugurada apenas em 1965 e que, antes deste período não possuímos notícias relativas à existência do que poderia ser considerado “Clube Campestre”. Todavia, o que nos interessa, neste momento, não se trata do local ou das confraternizações e homenagens realizadas como meros atestados de prestígio, conferidos a Maximiano pela comunidade lusa e nativa locais. Tivemos acesso a duas listas de adesão ao jantar realizado no clube, além dos nomes de personalidades nativas e lusas ilustres – alguns já mencionados, como: Jayme Wetzel, Joaquim Dias e Manoel Fonseca Jr. –, encontramos outros, até então, anônimos para critério desta pesquisa sobretudo no que se refere aos membros do conselho da Colônia portuguesa em Pelotas. Estes nomes também indicam a existência de uma rede social nativa pelotense mais ampla do que esperado inicialmente,

Adolfo Fetter, prefeito municipal; gal. Ignácio de Freitas Rolin, comandante da I.D-B; Jayme Gonçalves Wetzel, presidente da câmara municipal; drs. Alcides Torres Diniz, Gabriel Castro Motta e João Pacheco da Costa Neto, pela ordem dos advogados; Alberto Ferreira Bastos, Joaquim Dias, Flundório Correa de Magalhães, José Luiz da Cunha, Domingos de Souza Moreira, Manoel Pereira Bastos, David Valente da Costa, Américo Saraiva da Costa, Eduardo Lopes Cortez, Alberto Coelho Maia, Gomercindo Carvalho e exma. esposa, pelo conselho da Colônia; srs. Dr. Candido Lopez Netto, Francisco Nunes de Carvalho, dr. Alcides Mendonça Lima, Urbano Oliveira, Joaquim da Silva Vianna, prof. Rafael Alves Caldelas, Isaac Soares de Freitas, Hiram Lorangeira de Almeida, Theodosio Ferreira Bastos, vereador

---

<sup>425</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Vice-Cônsul de Portugal em Pelotas. **Recorte de Jornal**. As homenagens prestadas pela colônia portuguesa e pelas forças vivas da cidade ao Dr. Maximiano Pombo Cirne. [Voz de Portugal?]. [s/local], [agosto de 1956?].

<sup>426</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Vice-Cônsul de Portugal em Pelotas. **Recorte de Jornal**. As homenagens prestadas pela colônia portuguesa e pelas forças vivas da cidade ao Dr. Maximiano Pombo Cirne. [Voz de Portugal?]. [s/local], [agosto de 1956?].

<sup>427</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Homenagem ao novo vice-cônsul português. **Recorte de Jornal**. *Diário Popular*. Pelotas, 18 de agosto de 1956.

<sup>428</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Homenagem ao novo vice-cônsul português. **Recorte de Jornal**. *Diário Popular*. Pelotas, 18 de agosto de 1956.

Jorge Pedro Hilal, Abraão [ilegível], João Badia Rodrigues, John Alfredo King, José Pinto Ferreira, Pedro Viera de Souza, Antonio Costa Nogueira, Albino [ilegível], Manoel Marques Nogueira, [ilegível], Manoel J. Gameiro, Alfredo Formigal Ferreira Lopes, chanceler do Consulado de Portugal em Rio Grande e exma. esposa, J. J. Martins Pereira e exma. esposa, srs. Libório de Matos Almeida, dr. Pedro Torres Diniz, vereador Darcy Adam, José J. da Silva Estevão e esposa, Armando Laranjeira e Adelino Ferreira<sup>429</sup>.

[...] dona Irene Nobre de Pinho, José da Nova Cruz, J. M. de Castro, dr. Ildelfonso Alves de Carvalho, Manoel Fonseca Junior, Breno Manjourani, dr. Salvador Balreira, vereador Inácio Teixeira Machado, M. F. Pereira, José Pinto Magalhães, José da Silva Freitas, José da Silva Freitas Filho, dr. Clovis Rodrigues do Canto, Juiz de Direito da 3ª Vara, dr. Bruno de Mendonça Lima e exma. esposa, Francisco Costa, Carlos Desiré Gastal, José Moreira Mattos e exma. esposa, Francisco Reis, Arnaldo Rosenthal, Ildelfonso Robles, Maurício Biasin, Manoel P. Dias Valente, Antenor Fonseca, Antonio A. Ferreira, Manoel Fernandes Junior, João Gomes, Abílio Pacheco Filho, dr. Fernando Gomes da Silva, dr. Vicente Russomano, Benjamim Gonzales, Cândido Monti e vereadores Anoar Mizete, Wolney Vieira, Abílio Rodrigues e Manoel Caetano da Rosa<sup>430</sup>.

As listas de adesão ao jantar em homenagem a Maximiano nos indicam quatro reflexões relevantes para esta tese. A primeira diz respeito aos títulos atribuídos a alguns nomes, por exemplo: prefeito, gal., vereador, dr., chanceler, juiz, etc. A segunda se trata dos nomes simples, sem atribuição de valores profissionais. Em terceiro, acrescentamos que a maior parte, entre as pouquíssimas menções femininas, são informadas apenas como exma. esposa, ou seja, eram consideradas meras coadjuvantes em uma sociedade dominada pelo sexo masculino. Por último, percebemos que muitos desses sujeitos não faziam parte da rede social analisada nesta tese, àquela composta pelos imigrantes portugueses, este fator indica, mais uma vez, a existência de uma relação de proximidade entre este grupo de sujeitos lusos e os sujeitos nativos de Pelotas. Esses jantares demonstram, de forma clara, duas atribuições significativas dos (vice) consulados, a cultural/social e política/econômica, afinal, em 1957 no Relatório apresentado à Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas é afirmada a relevância do desenvolvimento de relações culturais para a implementação de conexões sociais, realizadas em convenções políticas e culturais (SILVA, 1957).

---

<sup>429</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Homenagem ao novo vice-cônsul português. **Recorte de Jornal**. Diário Popular. Pelotas, 18 de agosto de 1956.

<sup>430</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Jantar, hoje, em homenagem ao Dr. Maximiano P. Cirne. **Recorte de Jornal**. Diário Popular. Pelotas, 25 de agosto de 1956.

### 4.1.3. A maçonaria e o Lions Clube e o Banco Português do Brasil, agência pelotense (1963)

Já mencionamos, no capítulo anterior, que, desde 1950, Maximiano era membro ativo da maçonaria em Pelotas<sup>431</sup>, além disso, os sujeitos maçons possuíam uma visibilidade significativamente superior à própria instituição maçônica na cidade (AMARAL, 1999). Este é um dos motivos que nos leva a considerar a criação do Lions Clube em Pelotas tão significativa<sup>432</sup>. “Em 21 de dezembro de 1957, nos salões do Grande Hotel, em memorável assembleia festiva um grupo motivado pelo entusiasmo e fundamentado em servir, pela grandeza da pátria e a paz entre os homens, fundavam o Lions Clube Pelotas”<sup>433</sup>. De acordo com o boletim informativo do clube, Maximiano foi o responsável por lançar “[...] a semente do Leonismo na zona sul [...], juntamente com os companheiros Raul e Tholozan”<sup>434</sup>. Assim, em 25 de março de 1958, a “International Association of Lions Clubs” expediu em Chicago, nos Estados Unidos da América, a carta constitutiva do Clube Leonense de Pelotas<sup>435</sup>. Foi o nono a ser fundado no Rio Grande do Sul<sup>436</sup> e, na sua própria perspectiva, relata a dificuldade de aceitação na comunidade local, decorrente de uma realidade burguesa e patriarcal característica da cidade.

O nosso meio social de então, por um tacanho patriarcalismo ancestral, era impermeável a ideias altruísticas dessa ordem; somente o Rotary possuía o condão de ser admitido como Clube de Serviços desinteressados em pról [sic] da comunidade. O surgimento de uma outra organização, com a mesma finalidade, parecia uma intromissão indébita, que não permitia apoio e nem simpatia<sup>437</sup>.

---

<sup>431</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Cadastro Geral da Ordem. **Documentação Pessoal**. Pelotas, 10 de abril de 1968.

<sup>432</sup> Apesar da existência do Rotary Clube na cidade.

<sup>433</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. O Leão – Lions International. **Lions Clube**. Boletim informativo do Lions Clube Pelotas – Centro, [s/número]. Pelotas, 15 de dezembro de 1987.

<sup>434</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. O Leão – Lions International. **Lions Clube**. Boletim informativo do Lions Clube Pelotas – Centro, n° 4. Pelotas, outubro de 1974.

<sup>435</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Associação Internacional de Clubs Leones. **Lions Clube**. Carta Constitutiva. Chicago/USA, 25 de março de 1958.

<sup>436</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Lions International. **Lions Clube**. Vinte anos de Lions Clube Pelotas-Centro. Solenidade comemorativa do 20° aniversário de fundação [folder]. Pelotas, 21 de dezembro de 1977.

<sup>437</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Lions International. **Lions Clube**. Vinte anos de Lions Clube Pelotas-Centro. Solenidade comemorativa do 20° aniversário de fundação [folder]. Pelotas, 21 de dezembro de 1977.

Além da interferência direta na fundação do clube, Maximiano exerceu a sua presidência por duas gestões, em 1957/1958 e 1958/1959<sup>438</sup>. Nos anos seguintes, o boletim informativo do Lions indicava a “[...] possibilidade de criação de mais um clube em Pelotas”<sup>439</sup>, apesar de não possuímos uma listagem de sócios, isso sugere que as preocupações iniciais de aceitação na cidade foram ultrapassadas. Sobretudo porque em 14 de novembro de 1961 foi fundado o LC Pelotas Norte; em 31 de janeiro, o LC Pelotas Laranjal<sup>440</sup> e em 27 de junho de 1981 “[...] num magnífico trabalho dos três clubes de Pelotas, era fundado o L.C. Princesa do Sul”<sup>441</sup>. Após as significativas ampliações do Lions em Pelotas, em 1986, Maximiano se tornou “sócio privilegiado”<sup>442</sup> e foi denominado como o “Leão nº 1 da região”<sup>443</sup>. De acordo com Amaral (1999), as lojas maçônicas se constituíam enquanto espaços de sociabilidade do grupo maçônico pelotense. A esta noção, acrescentamos ainda os salões do Grande Hotel e da Associação Comercial de Pelotas, que serviam de palco para os jantares, encontros e festividades realizadas pelos membros do Lions. De acordo com o filho de Maximiano, o envolvimento do pai nestas atividades era constante, “[...] ele sempre estava envolvido com alguma coisa, que era o que a gente mais reclamava dele, ou ele tinha o Lions clube ou ele [...] tinha a maçonaria que ele era grau trinta e três, grau máximo da maçonaria<sup>444</sup>”.

Ao contrário do que acreditávamos, inicialmente, ser uma hipótese válida, a relação estabelecida por Maximiano com a maçonaria e o Lions Clube de Pelotas não parece ter sido influenciada pelo grupo imigrante do qual fazia parte. Verificamos nos

---

<sup>438</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. O Leão – Lions International. **Lions Clube**. Boletim informativo do Lions Clube Pelotas – Centro, nº [?]. [Pelotas, 21 de dezembro de 1986] [?].

<sup>439</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. O Leão – Lions International. **Lions Clube**. Boletim informativo do Lions Clube Pelotas – Centro, [s/número]. Pelotas, 15 de dezembro de 1987.

<sup>440</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. O Leão – Lions International. **Lions Clube**. Boletim informativo do Lions Clube Pelotas – Centro, [s/número]. Pelotas, 15 de dezembro de 1987.

<sup>441</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. O Leão – Lions International. **Lions Clube**. Boletim informativo do Lions Clube Pelotas – Centro, [s/número]. Pelotas, 15 de dezembro de 1987.

<sup>442</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. O Leão – Lions International. **Lions Clube**. Boletim informativo do Lions Clube Pelotas – Centro, nº [?]. [Pelotas, 21 de dezembro de 1986] [?].

<sup>443</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. O Leão – Lions International. **Lions Clube**. Boletim informativo do Lions Clube Pelotas – Centro, nº [?]. Pelotas, dezembro de 1986.

<sup>444</sup> CIRNE, MAXIMIANO PINHEIRO. Trajetória Profissional do Jornalista Maximiano Pombo Cirne. [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 14 de janeiro de 2013.

arquivos portugueses, sobretudo na Torre do Tombo em Lisboa<sup>445</sup>, e não foi encontrada nenhuma referência que indicasse, direta ou indiretamente, uma relação de proximidade entre a maçonaria Pelotense – aqui apresentada por Maximiano – e a Portuguesa. Aliás, agora sabemos que Maximiano se tornou maçom em 1950<sup>446</sup>, vinte e oito anos após sua primeira imigração para o Brasil, e, dezesseis, da segunda. Ainda que esta informação por si só não seja capaz de invalidar completamente a possibilidade da existência de uma influência lusa, não identificamos outros portugueses nas relações de sócios apresentadas pelos boletins informativos do Lions<sup>447</sup>.

As padarias e armazéns que costumavam figurar como patrocinadoras nos folhetos relacionados à comunidade portuguesa, não aparecem nos relacionados ao clube, encontramos apenas propagandas de refrigeradores e lojas de peças automotivas. Ainda que não tenhamos observado uma relação interativa entre os lusos residentes em Pelotas com a maçonaria da cidade, a relação entre o Lions e Maximiano é significativa por ter nos permitido observar, pelo menos, três aspectos distintos. O primeiro denota a relevância de Maximiano como figura de significativa influência fora do meio imigrante luso. O segundo, por exibi-lo no desenvolvimento de outra atividade, para além das relacionadas diretamente a etnicidade. Afinal, é consensual nas discussões acerca da identidade a existência de múltiplas facetas identitárias intrínsecas aos seres humanos (HALL, 2012), as quais não devem ser ingenuamente excluídas nas análises biográficas de sujeitos históricos (KARSBURG, 2015). Por último, mostra que a inserção de Maximiano na sociedade de acolhimento se deu de forma consideravelmente irrestrita devido à manutenção de boas relações sociais com a elite pelotense nativa.

Sabemos que parte significativa da dinâmica envolvida na concessão de crédito entre imigrantes possuía o caráter de empréstimos informais – muitas vezes, beirando os limites de agiotagem, partindo da mesma lógica paternalista de exploração da força de trabalho, desempenhada por parte dos imigrantes recém-chegados ao Brasil, muito observada nos estabelecimentos comerciais de portugueses já fixados no país<sup>448</sup>. Assim,

---

<sup>445</sup>ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. Associações. **Fundo Maçonaria**. Referência: PT/TT/MAC. Portugal, 1842-1923.

<sup>446</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Cadastro Geral da Ordem. **Documentação Pessoal**. Pelotas, 10 de abril de 1968.

<sup>447</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. O Leão – Lions International. **Lions Clube**. Boletim informativo do Lions Clube Pelotas – Centro, n° [?]. [Pelotas, 21 de dezembro de 1986] [?].

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. O Leão – Lions International. **Lions Clube**. Boletim informativo do Lions Clube Pelotas – Centro, [s/número]. Pelotas, 15 de dezembro de 1987.

<sup>448</sup> Esta questão foi observada, sobretudo, no capítulo II.

era comum que “Imigrantes veteranos e já estabelecidos na praça podiam financiar [financiassem] o estabelecimento comercial de outro patrício recém-chegado, mediante o compromisso de fidelidade mercantil” (MARQUES; MELO, 2011, p. 463). Todavia, no decorrer do século XX, com a criação do Banco Português do Brasil, em 1918, com sede no Rio de Janeiro, esta prática passou a perder um pequeno espaço nas relações entre imigrantes lusitanos dotados de crédito. “Os estatutos de criação da empresa previam a atuação no mercado de intermediação de remessa de imigrantes residentes na cidade, no auxílio creditício à indústria e ao comércio” (MARQUES; MELHO, 2011, p. 463). Em decorrência do sucesso desempenhado pela instituição, firmando-se como um “tradicional estabelecimento de crédito, com sede no Rio de Janeiro e mais de 45 anos de existência, possuindo uma rede de filiais e agências por todo o território nacional”<sup>449</sup> foi inaugurada, ao final do ano de 1963 e localizada à Rua Andrade Neves, nº 611, uma filial na cidade de Pelotas.

De acordo com Marques e Melo (2011), no Rio de Janeiro, o Banco Português do Brasil possuía um significativo alcance entre as dinâmicas relacionadas aos negócios de imigrantes lusitanos e no crescimento de grupos empresariais. Assim, com o apoio das “principais entidades representativas das classes produtoras de Pelotas”<sup>450</sup>, o então vice-cônsul, Maximiano, foi indicado para exercer o cargo de gerente do BPB na cidade. De acordo com ele “[...] eu que pouco ou quase nada entendo das lidas bancárias”<sup>451</sup>. De fato, era a sua posição enquanto vice-cônsul, bem como a relação de proximidade com a Associação Comercial de Pelotas, questões absolutamente significativas para o grupo que o reivindicava. Afinal, era comum que o banco possuísse um canal de relações composto por “proeminentes homens de negócio da comunidade portuguesa da cidade, onde predominavam famílias com ramificações empresariais no Brasil e em Portugal” (MARQUES; MELO, 2011, p. 463). Em dezembro de 1963, às vésperas da abertura do BPB, em Pelotas, Maximiano escreve uma carta aberta, direcionada a comunidade local, e faz um apelo aos portugueses:

Aos portugueses, ousou formular, pela presente, apelo mais veemente, nele pondo todo o meu empenho, não só porque o nome do Banco lhes fala diretamente ao coração saudoso da Pátria, como lhes ensejará uma oportunidade de retribuir ao trabalho desinteressado que tenho tido, em

---

<sup>449</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Banco Português do Brasil. **Correspondências.** Pelotas, dezembro de 1963.

<sup>450</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Banco Português do Brasil. **Correspondências.** Pelotas, dezembro de 1963.

<sup>451</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Banco Português do Brasil. **Correspondências.** Pelotas, dezembro de 1963.

quase 30 anos de patriótica pregação, exaltando os fatos da história lusíada e as coisas da nossa terra e proclamando a excelência das relações de amizade entre Brasil e Portugal através de numerosos pronunciamentos meus pela imprensa, rádio, discursos, palestras e conferências, sem falar do zelo com que venho exercendo o cargo de Vice-Cônsul de Portugal<sup>452</sup>.

Além do pedido direcionado especificamente aos portugueses, Maximiano pedia o apoio de todos aqueles que desempenhavam atividades comerciais e/ou industriais na cidade. Poderia ser realizado através da preferência para transações bancárias, pagamentos e cobrança de títulos e, é claro, tornando-se correntistas do banco<sup>453</sup>. Os apelos feitos por Maximiano são interessantes de serem observados porque demonstram duas questões que estão sendo apontadas nesta tese. A primeira diz respeito a inserção de Maximiano, enquanto sujeito que serve de intermediário, em diversos espaços de capacidade e características socializadoras. Entretanto, conforme temos apontado, esta inserção não se dá de forma isenta de intencionalidade. Na carta, ele pede, de forma contraditória “retribuição ao trabalho desinteressado que tenho tido em quase 30 anos de patriótica pregação”<sup>454</sup>. Característica das relações entre sujeitos dotados de capacidade intermediária e posição privilegiada no interior da rede social a que pertencem (LEVI, 2000). O fato é que “a confiança depositada pela expressiva comunidade portuguesa residente no Brasil no banco contribuiu para que a instituição existisse autonomamente até 1973” (MARQUES; MELHO, 2011, p. 463). Além disso, Maximiano apela para outro aspecto, mais sutil e delicado, o “coração saudosos da pátria”.

## 4.2 A saudade de Portugal

Feldman-Biando (1992) foi categórica ao afirmar que, sobretudo na segunda metade do século XX, Portugal se viu diante da necessidade de admitir que estava se tornando/havia se tornado uma “nação espacialmente desterritorializada”. Neste sentido, é preciso ter em conta que “[...] a etnicidade portuguesa é produto de forças que se estendem além da comunidade local e abrange os processos de (re) construção da nação [fora dos limites fronteiriços do país]” (FELDMAN-BIANCO, 1992, p. 46). Além disso, a autora afirma que a sociedade portuguesa é marcada pela “[...] constante recriação de

---

<sup>452</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Banco Português do Brasil. **Correspondências**. Pelotas, dezembro de 1963.

<sup>453</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Banco Português do Brasil. **Correspondências**. Pelotas, dezembro de 1963.

<sup>454</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Banco Português do Brasil. **Correspondências**. Pelotas, dezembro de 1963.

memórias históricas, cristalizadas na construção cultural da saudade” (FELDMAN-BIANCO, 1992). Assim, “[...] migrantes portugueses, constróem [sic] a saudade em relação às suas experiências de migração, vida e trabalho” (FELDMAN-BIANCO, 1992, p. 46).

Não é exagero afirmar que todas as famílias portuguesas foram tocadas pela emigração e que o emigrante é um tema central na construção da identidade nacional portuguesa. As comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo contribuíram para a dinamização da economia de Portugal e, sem dúvida, para a valorização dos símbolos ligados à portugalidade e à lusofonia (SCOTT, 2010, p. 166).

Assim,

In this sense the situation of those leaving, [...] the intensification of displacements, and the striking experience of the transoceanic voyage expanded distances and the separation from their origins, generating a paradigmatic context for the formation of subjectivity marked by saudade (TRUZZI; MATOS, 2015, p. 10).

Neste sentido, chamamos a atenção para a existência de dois projetos portugueses que possuem como um de seus principais objetivos a recolha e salvaguarda de informações acerca de imigrantes portugueses através do globo. O primeiro é denominado “Portugueses em Diáspora: identidade e cidadania” coordenado por Jorge Arroteia da Universidade de Aveiro<sup>455</sup> com a participação de Regina Fiss da Universidade Federal de Pelotas. “Este projecto destina-se essencialmente a conhecer a situação dos emigrantes portugueses e/ou descendentes de emigrantes portugueses residentes em países de imigração” (ARROTEIA; FISS, 2007, p. 177). O segundo é denominado de “Memórias da Emigração e das Comunidades Portuguesas” coordenado por Fernanda Rollo<sup>456</sup> da Universidade Nova de Lisboa, busca “[...] construir um espaço de encontro e de reflexão acerca do importante papel das comunidades portuguesas no mundo”<sup>457</sup>. O interesse de pesquisadores renomados no desenvolvimento destes projetos sugere a dimensão social e cultural relacionadas ao elevado número de emigrantes portugueses no mundo e a sua relação com experiências de “saudade”.

---

<sup>455</sup> Infelizmente, em decorrência da pandemia ocasionada pelo COVID19 durante o período de doutorado sanduíche, não foi possível conhecer pessoalmente o Professor Jorge Arroteia e o projeto “Portugueses em Diáspora: identidade e cidadania”.

<sup>456</sup> Durante o período de doutorado sanduíche foi possível realizar um encontro com a Professora Fernanda Rollo para dialogar acerca das pesquisas realizadas pelo projeto “Memórias da Emigração e das Comunidades Portuguesas”.

<sup>457</sup> MEMÓRIA PARA TODOS. Memórias da Emigração e das Comunidades Portuguesas. **Memory for all**. Lisboa [?], [s/ano]. Disponível em: <<https://memoriaparatodos.pt/portfolio/memorias-da-emigracao/>>. Acesso em 09 de dezembro de 2020.

#### **4.2.1 As “saudades” como forma de expressão étnica**

Na língua portuguesa, “saudade” é uma palavra, um substantivo feminino. No entanto, quando enunciada de forma verbal ou escrita remete a um sentimento de melancolia e/ou nostalgia atribuído ao afastamento de algo ou alguém no tempo e espaço. Sua utilização é comum em diversos contextos, e quando relacionada à imigração possui características próprias que se conectam intrinsecamente à identidade do indivíduo e de grupo. Truzzi e Matos (2015, p. 11) são categóricos ao afirmar: “Saudade implied an experience of memory”. Neste sentido,

[...] this feeling involved experiences historically and culturally learned, which were subjectivated and acknowledged (as loss, nostalgia, melancholia, and pain), presupposing shared conscience, expressions, and values, evoked and felt in the word/category/feeling which gives them form, a process which results in a complete linking of meanings (TRUZZI; MATOS, 2015, p. 9).

Já discutimos acerca da inserção e afirmação de Aníbal e Maximiano no interior de uma rede social específica, compreendida pelo grupo imigrante luso em Pelotas no decorrer do século XX. Ainda que através de percursos e realidades distintas, ambos se encontravam em posições privilegiadas no interior do grupo a que pertenciam. Dessa forma, separadamente e em momentos distintos, foi possível obterem êxito na criação do programa de rádio “Saudades de Portugal”, de Aníbal, em 1937, e na “Caravana da Saudade”, de Maximiano, em 1971. A palavra “saudade” intitula ambas as produções, afinal, é uma experiência universal, sendo compartilhada por todas as culturas, dotada de consciência em relação a tempo, espaço e distância que adquire significado e se transforma em uma variedade de sensações humanas (TRUZZI; MATOS, 2015).

As manifestações de apreço a Portugal expressadas pela palavra “saudade”, inclusive nas denominações escolhidas para figurar como titulação das produções de Aníbal e Maximiano, podem ser entendidos como insígnias que se manifestam como atribuidoras de identidade (ARROTEIA, 2010). Enquanto, a participação de outros imigrantes nestas atividades, possui um significado de exercício de cidadania e/ou razões políticas (ARROTEIA, 2010). De fato, “[...] parece constituir-se como indispensável na sua afirmação como cidadãos empenhados na vida cívica e política dos países onde residem” (ARROTEIA, 2010, p. 158).

#### **4.2.2 O programa de rádio “Saudades de Portugal” de Aníbal (1937-1966)**

Já mencionamos, brevemente, o Programa de rádio “Saudades de Portugal”, criado por Aníbal, em 1937, como complemento das discussões implementadas acerca da sua inserção em determinados espaços sociais<sup>458</sup>. Agora, nos interessa observar, de forma mais atenta, o programa em relação aos aspectos intrínsecos da sua constituição radiofônica e étnica. No Brasil o rádio pode ser caracterizado como um veículo comunicacional, significativamente responsável pela integração das culturas lusa e brasileira. Dessa forma, pode fomentar e fortalecer vínculos de caráter afetivo, social e cultural entre os imigrantes de origem portuguesa, descendentes e as comunidades lusas, de forma geral (LEPETRI, 2011). As emissoras de rádio, eram/são, portanto, “[...] um importante elo de ligação da colônia portuguesa, na sociedade brasileira” (LEPETRI, 2011, p. 326).

Quando da concepção do programa de rádio “Saudades de Portugal”, Aníbal foi afetuosamente acusado de possuir um “temperamento inquieto<sup>459</sup>” que culminou na criação do programa em 1º de maio de 1937<sup>460</sup>. Mesmo que “[...] nada ligado a lugar nenhum ele mete na cabeça e faz um programa”<sup>461</sup>. A inquietude pode estar diretamente relacionada com a necessidade – pessoal e do grupo imigrante local – do estabelecimento de um lugar – físico e abstrato – que possibilitasse o afloramento do sentimento de pertencimento. Afinal, em 1937, fazia cinco anos da imigração de Aníbal, portanto, a “saudade” passa a se fazer presente no cotidiano estabelecido na sociedade de acolhimento. Com frequência, os sujeitos imigrantes afirmam lembranças saudosistas de diversos aspectos da vida na sociedade de origem, por exemplo; pessoas, locais, comidas, cheiros, etc. Estas sensações se tornam “[...] affective memories leading the search for lost time, moments of tenderness, and demonstrations of affection” (TRUZZI; MATOS, 2015, p. 12). Assim, este tipo de programa radiofônico não era exatamente novidade nas comunidades luso-brasileiras, todavia, o “Saudades de Portugal” é um dos mais antigos ainda em funcionamento no Brasil. O “Portugal de Norte a Sul”, gravado no Rio de Janeiro, por exemplo, está no ar, apenas, há 50 anos (LEPETRI, 2011). No mesmo, sentido,

Programas como Portugal moderno, a Voz do Atlântico, Portugal Radioesport, Ecos portugueses, Me deixa falar, Mensagem de Portugal

---

<sup>458</sup> Sobretudo no cap. III.

<sup>459</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

<sup>460</sup> Ou 1938.

<sup>461</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

e Portugal de Norte a Sul, [...] fazem parte de uma série de produções muito bem elaboradas, onde a pronúncia lusitana e o tom ‘carioquês’ da voz de seus apresentadores se equalizam, fazendo da mistura de sotaques o primeiro ponto de união para uma programação que tem como principal objectivo trazer o mais perto possível das emissoras radiofónicas toda a comunidade lusa (LEPETRI, 2011, p. 327).

De acordo com Leão e Demant (2016), este tipo de programação, normalmente emitidas por rádios comunitárias “[...] cumprem uma função importante nas comunidades migrantes, uma vez que oferecem informações e entretenimento em língua nativa e, portanto, são pontos de referência para a socialização e a organização de eventos da comunidade” (LEÃO; DEMANT, 2016, p. 6). As rádios comunitárias são, normalmente, reconhecidas por transmitir uma programação de interesse social, com uma participação ativa e diretamente relacionada a população local, por último, sem fins lucrativos (LEPETRI, 2011). O programa de Aníbal “[...] era transmitido diariamente<sup>462</sup> pela Rádio Cultura, das 20h00min às 20h30min, até o ano de 1966”<sup>463</sup>. “Ele montava o programa, entregava para os locutores e os locutores faziam o programa”<sup>464</sup>. Nesse sentido, as palavras enunciadas pelo emissor, durante a transmissão, estão inseridas em determinado contexto sócio-histórico e possuem um destinatário específico (FIEPKE, 2017), compreendido pelo grupo imigrante português residido na localidade de Pelotas. Basicamente, podemos dizer que,

A língua consiste em um instrumento cuja funcionalidade vai além de servir meramente para a comunicação humana. Sua abrangência atravessa diversos campos e se depara com questões como a da identidade, uma vez que consiste em uma característica inerente a cada indivíduo, a um povo, a uma nação (FIEPKE, 2017, p. 31-31).

Além do caráter informativo, o entretenimento era/é um recurso muito comum utilizado nas transmissões realizadas pelo “Saudades de Portugal” e outros programas étnicos. Afinal, “[...] o meio de comunicação rádio tem um potencial muito além de disseminação de informações, entretenimento e prestação de serviços à população” (FIEPKE, 2017, p. 38). Ele instiga a memória através da saudade, memórias estas que

[...] estão intrinsecamente associadas as demandas de tempo e espaço anteriores à emigração, ou seja à ‘saudade da terra’. A reinvenção destas memórias no contexto de experiências específicas de migração, vida e trabalho na intersecção de culturas, molda a construção da identidade [...] (FELDMAN-BIANCO, 1992, p. 35).

---

<sup>462</sup> Atualmente o programa possui uma transmissão semanal, aos domingos.

<sup>463</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

<sup>464</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

Conforme já mencionamos, entre 1951 e 1952, com o auxílio da diretoria do clube Centro Português 1º de Dezembro, Aníbal promoveu a vinda de uma conhecida cantora portuguesa, residente no Rio de Janeiro, Maria da Luz<sup>465</sup>. Ela realizou algumas apresentações, sobretudo no clube CP e, em especial, no programa “Saudades de Portugal”<sup>466</sup>. Os eventos foram considerados, pelo grupo imigrante, como uma importante realização, que contou, inclusive, com a participação do então cônsul<sup>467</sup>, afinal, o estímulo da memória musical ocorre como ferramenta para instigar a participação dos ouvintes e despertar sentimentos de pertencimento (FIEPKE, 2017). Neste sentido,

Quer seja estabelecida de maneira endógena ou exógena, uma imputação étnica implica critérios decisivos de pertença, em função dos quais são formulados os julgamentos de semelhança ou dessemelhança, e índices operatórios em função dos quais se realizam os procedimentos de atribuição das identidades étnicas (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 150).

Figura 4 – Aniversário do programa de rádio "Saudades de Portugal" (1959)



Fonte: Arquivo Pessoal Privado de Aníbal de Oliveira Vidal

Sabemos que Aníbal e Maximiano frequentavam os mesmos espaços sociais étnicos, conforme já mencionamos anteriormente<sup>468</sup>, possuímos referências acerca de

<sup>465</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

<sup>466</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>467</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>468</sup> No capítulo III.

alguns eventos onde estiveram presentes e posaram, em conjunto, para fotografias, no entanto, até este momento, sempre relacionados ao clube Centro Português 1º de Dezembro. Na imagem acima observamos, novamente, Maximiano e Aníbal<sup>469</sup>, no ano de 1959, em um acontecimento de relativa importância para o grupo imigrante luso estabelecido em Pelotas, a comemoração de aniversário do programa “Saudades de Portugal”<sup>470</sup>. Assim, fica claro que o clube não se constituía enquanto único espaço de sociabilidade relevante para ambos e para o grupo que pertenciam. Neste sentido, o rádio “[...] serve como agente em prol da preservação de uma identidade étnica, favorecendo a história e a cultura de um povo que busca sobreviver em meio a uma realidade atual em que as identidades se encontram em constante crise” (FIEPKE, 2017, p.38).

Naquele momento, Maximiano já ocupava o cargo de vice-cônsul de Portugal na cidade, todavia, sua presença naquela comemoração não pode ser considerada apenas como oficial. Afinal, possuía uma relação de proximidade pessoal e profissional com o programa, uma vez que, durante determinado período, foi o responsável pela montagem e organização da programação do “Saudades de Portugal”<sup>471</sup>. Entretanto, é o nome de Aníbal que é relacionado diretamente ao programa, afinal, foi seu idealizador em 1937 e esteve à sua frente até 1966<sup>472</sup>, quando foi sucedido por Artur Lopes Curval<sup>473</sup>.

#### 4.2.3 A “Caravana da Saudade” de Maximiano (1971)

Temos observado uma afinidade dinâmica e constante entre os sujeitos que partiram de Portugal e aqueles que permaneceram. Afinal, a “saudade” é uma construção social e cultural que “[...] define a identidade portuguesa no contexto de múltiplas camadas de tempo e espaço” (FELDMAN-BIANCO, 1992, p. 35). Nesse sentido, estratégias de manutenção dos laços materiais e, principalmente, imateriais cunhados no período anterior a emigração são frequentes, inclusive com e entre os descendentes. Assim, em 1971, “[...] alguns dos elementos da Colônia portuguesa [radicada em Pelotas]

---

<sup>469</sup> Da esquerda para a direita.

<sup>470</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Aniversário programa Saudades de Portugal. **Documentação**. Fotografia. Pelotas [?], 1959.

<sup>471</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

<sup>472</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

<sup>473</sup> RÁDIO PELOTENSE. Jornal Regional homenageia os 75 anos do mais antigo programa de rádio gaúcho. **Pelotense rádio 620AM**. Pelotas, [s/ano] [2012?]. Disponível em: <<https://www.radiopelotense.com.br/Pagina/1824/Jornal-Regional-homenageia-os-75-anos-do-mais-antigo-programa-de-radio-gaucha>>. Acesso em 09 de dezembro de 2020.

movimentavam-se, já no mês transacto [sic], para vir até nós [em Portugal] neste verão [do ano de 1971], em romagem de saudade”<sup>474</sup>.

A iniciativa de organizar uma excursão com destino a Portugal foi de Maximiano, considerado pelo *Jornal de Estarreja* como o “[...] ilustre e activo [sic] Vice-Cônsul de Portugal e gerente da Filial do Banco Português do Brasil naquela cidade [de Pelotas] do País Irmão [Brasil]”<sup>475</sup>. No dia 30 de junho de 1971, os excursionistas – entre 40 e 50 pessoas<sup>476</sup> – partiram, do Rio Grande do Sul, em uma aeronave da Transportes Aéreos Portugueses/TAP, com previsão de chegada em Lisboa no dia primeiro de julho de 1971<sup>477</sup>.

[...] quase todos do Distrito de Aveiro, figuram vários elementos da Colónia portuguesa, naturais ou oriundos de terras deste concelho, acompanhados da família, como os srs. Libório de Matos Almeida e João António de Almeida Pimpão, naturais de Avanca, e o Dr. Franklim de Olivé Leite, cujo pai nasceu também naquela freguesia. Integrarão ainda a Caravana portugueses de S. Martinho de Gândara, Agueda, Trofa do Vouga e Quintãs, do nosso distrito e outros pontos do país [...]”<sup>478</sup>.

A reportagem é clara ao afirmar que a grande maioria dos visitantes era originalmente, pertencente ao Distrito de Aveiro, informação que vai ao encontro do que temos afirmado nesta tese, em relação à proveniência dos imigrantes portugueses em Pelotas. Em relação aos nomes mencionados na reportagem, além de Maximiano, vice-cônsul, gerente da Filial do Banco Português de Pelotas e “[...] um dos mais importantes industriais da região”<sup>479</sup>, sabemos que Libório de Matos Almeida era diretor do clube Centro Português 1º de Dezembro, desde 1969<sup>480</sup>. A presença de descendentes na romagem aponta a existência de uma continuidade nas questões relacionadas à identidade étnica do

---

<sup>474</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. De Pelotas Caravana da Saudade. **Recorte de Jornal**. O Jornal de Estarreja. Estarreja, 25 de junho de 1971.

<sup>475</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. De Pelotas Caravana da Saudade. **Recorte de Jornal**. O Jornal de Estarreja. Estarreja, 25 de junho de 1971.

<sup>476</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. De Pelotas Caravana da Saudade. **Recorte de Jornal**. O Jornal de Estarreja. Estarreja, 25 de junho de 1971.

ARQUIVO PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. A ‘Caravana da Saudade’. **Recortes de Jornal**. O Século. Lisboa – Portugal, 02 de julho de 1971.

<sup>477</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. De Pelotas Caravana da Saudade. **Recorte de Jornal**. O Jornal de Estarreja. Estarreja, 25 de junho de 1971.

<sup>478</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. De Pelotas Caravana da Saudade. **Recorte de Jornal**. O Jornal de Estarreja. Estarreja, 25 de junho de 1971.

<sup>479</sup> ARQUIVO PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. A ‘Caravana da Saudade’. **Recortes de Jornal**. O Século. Lisboa – Portugal, 02 de julho de 1971.

<sup>480</sup> Conforme apontado no capítulo III, Libório de Matos Almeida foi presidente do Centro Português 1º de Dezembro de 1969 a 1972.

grupo analisado. Por isso ficou conhecida como “A ‘Caravana da Saudade’, como justamente lhe podemos chamar”<sup>481</sup>.

Não possuímos a listagem completa dos imigrantes portugueses presentes na excursão, todavia, sabemos que se tratavam de indivíduos “[...] há dezenas de anos radicados no Brasil [sobretudo em Pelotas e Porto Alegre] [...] nalguns casos há mais de meio século<sup>482</sup>”, como Maximiano, desde a sua primeira imigração, em 1922. Assim, o desejo de regresso dos imigrantes Portugueses era uma constante entre os jovens e, inclusive, entre os sujeitos residentes, há décadas, e considerados como bem adaptados ao Brasil (SILVA, 2015). No mesmo sentido, na amostra analisada por Arroteia (2015), é perceptível que a estabilidade econômica, conferida pelas relações profissionais adquiridas na sociedade de acolhimento, não eram suficientes para impedir o interesse de regresso a Portugal. Este retorno está associado ao desejo de (re) estabelecer residência na sociedade de origem, todavia, observamos, na romagem organizada por Maximiano, a necessidade do estabelecimento de uma duração específica para a viagem até o retorno ao Brasil, como é comum em excursões. O fato é que ambas situações podem ser encaradas “[...] como exemplos concretos de uma ‘ambivalência de pertença sócio-cultural’” (ARROTEIA, 2010, p. 153).

Contudo, é evidente que o retorno a Portugal, seja de caráter definitivo ou temporário, não se constituía enquanto uma possibilidade de dimensões reais para grande parte dos imigrantes portugueses. Em sua pesquisa, Silva (2015) trata acerca de casos específicos de imigrantes de origem portuguesa radicados no Brasil na década de 1930 e acometidos por uma enfermidade denominada, no período, como “nostalgia”. Os sintomas principais da moléstia em estrangeiros eram: tristeza profunda, palpitação, insônia, inapetência, emagrecimento, taquicardia, indiferença ao meio, desejo de regresso à sociedade de procedência e, em alguns casos, óbito. O tratamento eficaz para a cura dos sintomas era o retorno ao país de origem ou, na sua impossibilidade, a promessa do regresso. Assim, conforme apontou Sayad (1998), a imigração oscila segundo suas próprias circunstâncias

[...] entre o estado provisório que a define de direito e a situação duradoura que a caracteriza de fato [...] essa contradição fundamental, que parece ser constitutiva da própria condição do imigrante, impõe a todos a manutenção da ilusão coletiva de um estado que não é nem

---

<sup>481</sup> ARQUIVO PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. A ‘Caravana da Saudade’. **Recortes de Jornal**. O Século. Lisboa – Portugal, 02 de julho de 1971.

<sup>482</sup> ARQUIVO PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. A ‘Caravana da Saudade’. **Recortes de Jornal**. O Século. Lisboa – Portugal, 02 de julho de 1971.

provisório nem permanente, ou, o que dá na mesma, de um estado que só é admitido ora como provisório (de direito), com a condição de que esse ‘provisório’ possa durar indefinidamente, ora como definitivo (de fato), com a condição de que esse ‘definitivo’ jamais seja enunciado como tal (SAYAD, 1998).

Posteriormente a enfermidade passou a ser chamada de “melancolia” e a administração de medicamentos, a solução. Utilizando como exemplo o estado de São Paulo, Silva (2015) aponta que, foi perceptível um crescimento significativo no número de internações de imigrantes em hospitais psiquiátricos no decorrer das primeiras décadas do século XX. Enquanto que em 1912 existia o registro de 1250 internos, em 1916 passaram a 1500 e em 1928 existiam, aproximadamente, 2000 pacientes. Somente no hospital psiquiátrico do Juqueri, entre 1930 e 1939, foram internados 482 imigrantes portugueses, destes, 9% foram diagnosticados com “melancolia”, a terceira maior enfermidade que os acometia. Quando comparado com os dados da doença em Lisboa, é perceptível que a incidência da enfermidade em São Paulo é significativamente superior. Neste sentido, podemos inferir que “supostamente os mais assimiláveis às terras brasileiras, os filhos de Portugal, [também] poderiam encontrar dificuldades de adaptação” (SILVA, 2015, p. 5).

### 4.3 Portugal fora do território português

Ao considerarmos Portugal enquanto uma “nação espacialmente desterritorializada” que abrange os processos de (re)-construção da identidade étnica portuguesa (FELDMAN-BIANCO, 1992), observamos a sua relação com experiências de “saudade” vivenciadas por portugueses em todo o mundo. Foi a partir desta perspectiva que examinamos exaustivamente todos os exemplares, que compreendem os anos de 1980 a 1985, do periódico *O Emigrante*, em Lisboa, na sua sede administrativa<sup>483</sup>. Não almejávamos analisar o jornal em sua totalidade, tão pouco as notícias nele vinculadas, afinal nosso objetivo, nesta tese, se trata dos aspectos relacionados a uma rede social específica. Assim, procuramos buscar referências a Pelotas com a finalidade de compreender qual era, e se existia alguma questão documentada acerca da cidade no jornal. Nossa indagação inicial se deu a partir da informação concedida em entrevista com José Serra<sup>484</sup> acerca de alguns textos escritos por ele, na primeira metade da década de

---

<sup>483</sup> Hoje denominado de *Mundo Português*.

<sup>484</sup> SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Peverada Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

1980, em um jornal direcionado aos imigrantes portugueses<sup>485</sup>, infelizmente, não encontramos referências aos textos mencionados por José Serra. Todavia, ainda que de forma breve, algumas outras questões observadas no periódico merecem ser mencionadas. Fundado em 1970, por Vitor Melícias e Valentim Morais, *O Emigrante* era um jornal impresso em Lisboa, que afirmava prestar um serviço cultural e informativo para todos os portugueses que haviam deixado, e, portanto, não se encontravam mais no país<sup>486</sup>. Assim, o jornal enviava exemplares para qualquer país que possuísse um emigrante português ou instituição portuguesa que realizasse a associação ao *O Emigrante*.

Tem a palavra

Ricardino Mendes Pereira da Rocha (Porto Alegre- Brasil)

Através da casa de Portugal, na cidade de Porto Alegre, no Brasil, tem-me chegado às mãos o conceituado jornal ‘O Emigrante’ que leio com muita atenção e valorizo muito o exaustivo trabalho que essa heroica equipa se tem empenhado para solucionar os problemas do emigrante. O signatário também é emigrante, residente no Brasil, na cidade de Porto Alegre, desde 1975<sup>487</sup>.

O jornal possuía um caderno específico de correspondências que recebia e publicava cartas enviadas por portugueses em todo o mundo. Através da mensagem acima, observamos que, em alguns casos, o acesso do sujeito imigrante ao jornal se dava, exclusivamente, através do exemplar adquirido e disponibilizado por uma associação lusitana. Afinal, “[...] o preço da Assinatura anual deste teu jornal [*O Emigrante*] é de 1300\$00 pago em Portugal ou de 18 dólares (ou o correspondente em moeda local) para qualquer país estrangeiro<sup>488</sup>”, era, portanto, um custo monetário relativamente alto para a parcela mais humilde dos imigrantes. Assim, era comum que uma parte considerável da circulação deste tipo de periódicos ocorresse a partir da assinatura realizada por grupos administrativos organizados de origem portuguesa (HOHLFELDT; CARVALHO; MANZANO; TARRAGO, 2011).

Por fim, percebe-se que a imprensa destes grupos [de imigrantes] consegue reproduzir a atmosfera cultural do país de origem que o envolvem, como uma espécie de cordão umbilical. Um cordão umbilical não no sentido de resistência, mas de abrigo e dependência na luta pelo reconhecimento. Este, por sua vez, não pode se dar senão dentro de um sistema de representações no qual a cultura, os hábitos, as

---

<sup>485</sup> De acordo com as características do jornal, se tratava do *O Emigrante*.

<sup>486</sup> MUNDO PORTUGUÊS. **Quem somos**. Disponível em: < <https://www.mundoportugues.pt/quem-somos/> > Acesso em 27 de fevereiro de 2021.

<sup>487</sup> LISBOA. Arquivo do jornal ‘Mundo Português’. Caderno Correspondência. **O Emigrante**. Lisboa, 15 de abril de 1983, p. 4.

<sup>488</sup> LISBOA. Arquivo do jornal ‘Mundo Português’. Caderno Correspondência. **O Emigrante**. Lisboa, 15 de abril de 1983, p. 4.

ações, os costumes, a língua, a tradição etc. são seus componentes formadores e cruciais (ESCUADERO, 2008, p. 13).

O surgimento dos jornais direcionados à imigrantes está relacionado ao estabelecimento de grupos étnicos fora do território nacional de origem. Contudo, o desenvolvimento e, sobretudo, a continuidade periódica desses jornais depende de diversos outros aspectos, relacionados a, por exemplo: capacidade de organização dos grupos e seus membros, fatores políticos, econômicos, culturais e sociais (ESCUADERO, 2008). Portanto, a relevância e o sucesso da imprensa imigrante consistem em sua capacidade de estabelecer vínculos com o grupo ao qual pretendem atingir. É neste sentido que a escolha editorial do periódico se insere. No caso do *O Emigrante*, foram encontrados diversos textos de caráter geral acerca da imigração, por exemplo: “Integração e Identidade Cultural<sup>489</sup>”, “Movimento migratório português neste século<sup>490</sup>” e “70% das remessas dos emigrantes provém de gente do norte de país<sup>491</sup>”. Encontramos, ainda, algumas reportagens sobre Porto Alegre/RS, como, “Instituto Cultural português de Porto Alegre-Brasil”<sup>492</sup>, mas nenhuma que tratasse, em específico, da cidade de Pelotas. Todavia, no caderno destinado às correspondências enviadas por leitores do jornal, encontramos três publicações de cartas provenientes da cidade.

Tem a palavra

Denise Ferraz (Pelotas-Brasil)

Embora morando no sul do Brasil, mais precisamente no Rio Grande do Sul, sou uma leitura assídua da secção ‘Correspondências’ deste jornal.

Eu procuro um amigo que viva no estrangeiro com que possa curtir um forte laço de amizade, uma comunhão sincera e calorosa. Gostaria que esse amigo tivesse de 30 a 45 anos, posição definida, de ideias abertas que pudesse distribuir um pouco de calor humano a esta mulher carente, pois vivemos numa época e no meio de grandes cidades em que a comunicação com os outros estão esquecidas.

Meu endereço é: Rua Barão de Azevedo Machado, 695, Apartamento 24. PELOTAS, 96100 – Rio Grande do Sul – Brasil<sup>493</sup>.

Tem a palavra

Naira Müller (Pelotas-Brasil)

---

<sup>489</sup> LISBOA. Arquivo do jornal ‘Mundo Português’. Notícias da Emigração. **O Emigrante**. Lisboa, 25 de fevereiro de 1983.

<sup>490</sup> LISBOA. Arquivo do jornal ‘Mundo Português’. Notícias da Emigração. **O Emigrante**. Lisboa, 8 de julho de 1983.

<sup>491</sup> LISBOA. Arquivo do jornal ‘Mundo Português’. Notícias da Emigração. **O Emigrante**. Lisboa, 29 de julho de 1983.

<sup>492</sup> LISBOA. Arquivo do jornal ‘Mundo Português’. Caderno Comunidades Portuguesas. **O Emigrante**. Lisboa, 3 de dezembro de 1982.

<sup>493</sup> LISBOA. Arquivo do jornal ‘Mundo Português’. Caderno Correspondência. **O Emigrante**. Lisboa, 12 de julho de 1983, p. 4.

Amigos sou uma das muitas pessoas que têm esse órgão divulgador de boas coisas, mais precisamente, Correio do Emigrante.

Sou uma brasileira, da cidade de Pelotas, que fica no estado do Rio Grande do Sul. Gostaria de manter troca de correspondência com pessoas solitárias como eu.

Não procuro 'status' ou riquezas, mas sim um pouco de amor ao próximo. [...]. Sou mulher de 35 anos, descendente de franceses e alemães. Solteira, independente e trabalho em um grande hospital universitário da minha cidade [...].

Meu nome é Naira Müller – Rua General Argolo, 600, 96100 – Pelotas – RGS – Brasil<sup>494</sup>.

Tem a palavra

Denize Ferraz (Pelotas-Brasil)

Venho por meio deste agradecer o favor prestado a esta brasileira por haveres divulgado a minha carta, na qual solicitava correspondência na coluna do mesmo nome.

Pois foi enorme o volume de respostas que recebi de diversos países: Suíça, Alemanha, França, Portugal, etc. [...]

NOTA DA REDAÇÃO: Não nos surpreende de que tivesses recebido muitas respostas ao teu amável convite de correspondência, pois nós portugueses consideramo-nos irmãos dos brasileiros, por quem, aliás, temos um carinho muito especial. Obrigado pelos postais ilustrados de Pelotas que nos mandastes e a lembrança de que Porto Alegre foi fundada por Açorianos. A carta de tua amiga Naira foi publicada. Felicidade e tudo de bom para vocês. Mandem notícias<sup>495</sup>.

A primeira carta é remetida por Denise Ferraz, residente de Pelotas, e, descobrimos apenas na terceira carta, a remetente ser brasileira. Considerada, por si mesma, leitora assídua do caderno Correspondência, afirmava buscar um amigo estrangeiro com o objetivo de trocar mensagens. A segunda carta foi escrita por Naira Müller de 35 anos, também brasileira, da cidade de Pelotas, igualmente buscava um correspondente solitário. Através de sua correspondência, sabemos que trabalhava no hospital universitário da cidade. A última carta foi remetida, novamente, por Denise, tratava-se de uma resposta de agradecimento ao jornal, por ter publicado seu pedido e, dessa forma, ter possibilitado que recebesse retorno de portugueses residentes em diversos países; como na Suíça, Alemanha, França e Portugal.

Finalmente, na nota da redação, em resposta ao agradecimento de Denise, foi possível observarmos a existência de uma relação de amizade entre ela e Naira. Não sabemos ao certo como se dava o acesso dessas duas brasileiras ao jornal *O Emigrante*.

---

<sup>494</sup> LISBOA. Arquivo do jornal 'Mundo Português'. Caderno Correspondência. **O Emigrante**. Lisboa, 26 de agosto de 1983, p. 4.

<sup>495</sup> LISBOA. Arquivo do jornal 'Mundo Português'. Caderno Correspondência. **O Emigrante**. Lisboa, 7 de outubro de 1983, p. 4.

Porém, sabemos que Naira trabalhava no hospital universitário da cidade – se referia a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas – e era amiga – talvez de ofício – de Denise. Assim, pressupomos que quem possuía a assinatura do jornal era a SPBP, enquanto instituição portuguesa. Dessa forma, concordamos com Hohlfeldt, Carvalho, Manzano e Tarraco (2011), de que os jornais da imprensa imigrante que tiveram ampla divulgação e circulação nas sociedades de acolhimento foram aqueles assinados por instituições e/ou associações – como as portuguesas – dessa forma, eram capazes de atingir um público significativamente maior e mais variado, compreendido inclusive por sujeitos não imigrantes.

#### **4.4 A velhice e o reconhecimento pelotense: os Títulos de “Cidadão Pelotense” (1973 e 1987)**

Já mencionamos que Aníbal e Maximiano foram agraciados, em diversas ocasiões, com homenagens e títulos honorários provenientes do grupo imigrante português residente em Pelotas. Contudo, neste momento, abordaremos o “Título de Cidadão Pelotense” recebido, através dos representantes do Poder Público da cidade, por Maximiano e Aníbal, nos anos de 1973 e 1987, respectivamente. Além deles, a honraria também foi concedida a outros imigrantes de origem portuguesa, João Rodrigues Manta, Joaquim Dias e Manoel Marques da Fonseca Júnior, por exemplo. Os dois últimos, na mesma sessão solene em que foi conferido o título à Maximiano. O que nos interessa, neste caso, não são, necessariamente, as nomeações e homenagens enquanto momentos de expressão e reconhecimento individual. E sim, porque, quando se trata da afirmação de uma identidade étnica, “[...] um grupo [ou sujeito] não pode ignorar o modo pelo qual os não-membros o categorizam e, na maioria dos casos, o modo como ele próprio se define só tem sentido em referência com essa exo-definição (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 143).

A nomeação de algo – ou alguém – é um produto social dotado de uma carga cultural significativa, assim, a utilização de palavras e expressões, – como “Título de Cidadão Pelotense” – são capazes trazer à tona um universo de significados e experiências humanas (FILGUEIRAS, 2011). Assim, podemos inferir que o processo de atribuição deste título a uma pessoa imigrante carrega uma intencionalidade. Atribuir um nome, um significado, “[...] é reconhecer a existência de algo, é adicionar em um universo cognitivo, no conjunto das coisas de conhecimento e de domínio, aquilo que se denomina e que se encontra na esfera de interesse do próprio denominador” (FILGUEIRAS, 2011, p. 26).

Ainda que exista uma diferença cronológica significativa entre a titulação de Maximiano e Aníbal, percebemos que o percurso desenvolvido durante o processo foi relativamente semelhante. A indicação, normalmente, deveria ser feita por algum membro de visibilidade significativa em Pelotas ou na região e se a indicação fosse acolhida com simpatia pelos membros do Poder Público da cidade, o agraciado deveria receber, em seu endereço residencial, uma correspondência contendo a informação de que:

[...] foi-lhe concedido o título de Cidadão Pelotense, como reconhecimento do Poder Público de Pelotas pelos seus relevantes serviços prestados à coletividade.

Por essa razão, cumpro o honroso dever de convidá-lo à comparecer nesta Câmara, dia [...] às [...] horas, para, em sessão solene, receber o referido título<sup>496</sup>.

Assim, o(s) homenageado(s) deveria(m) comparecer à Câmara Municipal de Pelotas, em hora e local indicado previamente no convite, para a realização da outorga do título. Possuímos no arquivo pessoal privado de Maximiano a cópia da sessão solene realizada na Câmara Municipal de Pelotas, no dia 15 de janeiro de 1973, para a entrega do “Título de Cidadão Pelotense” a Maximiano e, também, aos senhores Joaquim Dias e Manoel Marques da Fonseca Júnior<sup>497</sup>. Joaquim e Manoel já foram mencionados, em diversos momentos, nesta tese, como membros de expressividade ativa da rede social composta pelos imigrantes de origem portuguesa. Sobretudo, através das suas relações no/com o Centro Português 1º de Dezembro e à Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Dessa forma, a sessão – de nº 3 – iniciou às 20h50min com a presença dos representantes da Câmara Municipal, bem como de outras autoridades locais<sup>498</sup>. Todos para prestar homenagem aos que “[...] de origem simples, fizeram-se pelo seu trabalho, pelo seu esforço e capacidade<sup>499</sup>”.

Torna-se claro, evidente, meridiano que a atitude do Poder Público é apenas um gesto de justiça, agradecimento e reconhecimento pela

---

<sup>496</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Câmara Municipal de Pelotas. **Documentação Pessoal**. Convite. Pelotas, 12 de janeiro de 1973.

<sup>497</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Cópia da sessão solene realizada na Câmara Municipal Pelotense, em 15/1/73, com a entrega do Título de cidadão Pelotense aos srs. Joaquim Dias, Manoel Marques da Fonseca Júnior e Maximiano Pombo Cirne. **Documentação Pessoal**. Sessão Solene para recebimento do Título de Cidadão Pelotense. Pelotas, 10 de fevereiro de 1973.

<sup>498</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Cópia da sessão solene realizada na Câmara Municipal Pelotense, em 15/1/73, com a entrega do Título de cidadão Pelotense aos srs. Joaquim Dias, Manoel Marques da Fonseca Júnior e Maximiano Pombo Cirne. **Documentação Pessoal**. Sessão Solene para recebimento do Título de Cidadão Pelotense. Pelotas, 10 de fevereiro de 1973.

<sup>499</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Cópia da sessão solene realizada na Câmara Municipal Pelotense, em 15/1/73, com a entrega do Título de cidadão Pelotense aos srs. Joaquim Dias, Manoel Marques da Fonseca Júnior e Maximiano Pombo Cirne. **Documentação Pessoal**. Sessão Solene para recebimento do Título de Cidadão Pelotense. Pelotas, 10 de fevereiro de 1973, p. 4.

contribuição de progresso trazida a esta terra por estes três homens [Maximiano Pombo Cirne, Joaquim Dias e Manoel Marques da Fonseca Júnior].

Não é o fato de nascer em Pelotas que nos faz cidadão pelotense. É a parcela de consciência e participação nos seus problemas e no seu desenvolvimento; é a parcela de responsabilidade e integração no seu destino e vocação histórica.

Pelotas esta sedenta, ansiosa, sôfrega de personalidades deste quilate, que venham para cá; pois, de alma em festa e coração palpitante de alegria queremos acolhe-los como conterrâneos.

[...]

É sinal de que Pelotas vos agradece, Pelotas reconhece os vossos méritos, Pelotas vos admira e estima<sup>500</sup>.

Lembramos que Maximiano havia sido vereador entre 1956 e 1959, o que pode ter influenciado, de forma positiva, na decisão de outorga do seu título. Todavia, o reconhecimento e agradecimento pela participação no “progresso” da cidade deve ser compreendida como significativamente mais ampla do que a sua atuação no poder legislativo de Pelotas. Assim, o incentivo proferido verbalmente naquela sessão solene, acerca da aceitação de imigrantes portugueses enquanto conterrâneos, pressupõe apenas àqueles sujeitos que possuem a capacidade e possibilidade de se envolver efetivamente nas questões relacionadas ao crescimento e progresso, seja ele de aspectos sociais, econômicos e/ou culturais da cidade. No mesmo sentido:

[...] foi concedido o título de CIDADÃO PELOTENSE ao Senhor ANIBAL DE OLIVEIRA VIDAL.

Parágrafo Único - A honraria concedida por este artigo tem fundamento nos excelentes serviços prestados pelo homenageado a este Município na área de esporte e lazer<sup>501</sup>.

Acreditamos que a contribuição ao crescimento e progresso, atribuída a Aníbal, nas questões relacionadas ao esporte e lazer, em Pelotas, fazem referência a sua dedicação e participação efetiva na construção da arquibancada do Grêmio Esportivo Brasil<sup>502</sup> e sua atuação ativa nas diversas atividades realizadas no/pelo clube Centro Português 1º de Dezembro<sup>503</sup>. Dessa forma, “A sociedade pelotense tornou oficial a sua gratidão a ele

---

<sup>500</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Cópia da sessão solene realizada na Câmara Municipal Pelotense, em 15/1/73, com a entrega do Título de cidadão Pelotense aos srs. Joaquim Dias, Manoel Marques da Fonseca Júnior e Maximiano Pombo Cirne. **Documentação Pessoal**. Sessão Solene para recebimento do Título de Cidadão Pelotense. Pelotas, 10 de fevereiro de 1973.

<sup>501</sup> LEI Nº 3055, DE 21 DE JULHO DE 1987. **Título de cidadão pelotense ao senhor Aníbal de Oliveira Vidal**. Pelotas, 1987. Disponível em: < <https://camara-municipal-de-pelotas.jusbrasil.com.br/legislacao/496094/lei-3055-87>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

<sup>502</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Ao Xavante Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Objeto tridimensional. Pelotas, 19 de julho de 1981.

<sup>503</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

[Aníbal], concedendo-lhe o título de Cidadão Pelotense<sup>504</sup>”, em 21 de julho de 1987<sup>505</sup>, aos 77 anos, “como reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao Município de Pelotas<sup>506</sup>”. No mesmo sentido, “[...] o título de cidadão pelotense foi conferido aos senhores [Maximiano, Joaquim e Manoel] por Pelotas<sup>507</sup>”, em 15 de janeiro de 1973<sup>508</sup>, quando Maximiano possuía 63 anos. Além do sentido simbólico e afetivo atribuído os agraciados, a honraria foi considerada uma questão válida de ser noticiada tanto no *Diário Popular*, de Pelotas<sup>509</sup>; quanto em Portugal, no *Diário de Coimbra*<sup>510</sup>, *Voz de Portugal*<sup>511</sup> e *Jornal da Estarreja*<sup>512</sup>.

Sendo assim, um nome não é apenas uma designação [neste caso, o “Título de Cidadão Pelotense”], [consideramos que] ele expressa um atributo com o qual o elemento denominado [os sujeitos] passa[m] a ser identificado[s], um valor atribuído que pode, inclusive, modificar a idéia que se faz do[s] mesmo[s]. Associa-se a ele[s] uma imagem que, com o tempo, prevalece ou não, mas que irá marcá-lo[s] (FILGUEIRAS, 2011, p. 26).

É neste sentido que devemos compreender o ato simbólico e, ao mesmo tempo, oficial de nomear alguém que essencialmente não é nativo da cidade como “Cidadão Pelotense”. É essencialmente, a atribuição de um significado – conferido através de um título – capaz de estabelecer paridade entre o que a pessoa é e como a coletividade a compreende, não é por acaso que os títulos foram conferidos apenas quando a idade mais avançada já era uma realidade na trajetória de Aníbal e Maximiano. A legitimidade de um sujeito que age como intermediário entre diferentes escalas e estratos é construída

---

<sup>504</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

<sup>505</sup> LEI Nº 3055, DE 21 DE JULHO DE 1987. **Título de cidadão pelotense ao senhor Aníbal de Oliveira Vidal**. Pelotas, 1987. Disponível em: < <https://camara-municipal-de-pelotas.jusbrasil.com.br/legislacao/496094/lei-3055-87>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

<sup>506</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Estado do Rio Grande do Sul – Município de Pelotas. **Documentação**. Diploma de outorga do Título de Cidadão Pelotense. Pelotas, 25 de março de 1988.

<sup>507</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Cópia da sessão solene realizada na Câmara Municipal Pelotense, em 15/1/73, com a entrega do Título de cidadão Pelotense aos srs. Joaquim Dias, Manoel Marques da Fonseca Júnior e Maximiano Pombo Cirne. **Documentação Pessoal**. Sessão Solene para recebimento do Título de Cidadão Pelotense. Pelotas, 10 de fevereiro de 1973.

<sup>508</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Câmara Municipal de Pelotas. **Documentação Pessoal**. Convite. Pelotas, 12 de janeiro de 1973.

<sup>509</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Três cidadãos recebem títulos. **Recorte de Jornal**. Diário Popular, Pelotas, 16 de janeiro de 1973

<sup>510</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Natural de Aveiro entre os três luso-brasileiros agraciados com o título de Cidadão Pelotense. **Recorte de Jornal**. Diário de Coimbra. Coimbra, 24 de janeiro de 1973.

<sup>511</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CRINE. Portugueses recebem títulos de cidadãos da cidade de Pelotas. **Recorte de Jornal**. A Voz de Portugal. Portugal, 03 de fevereiro de 1973.

<sup>512</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Notícias do Brasil. **Recorte de Jornal**. Jornal da Estarreja. Estarreja, 25 de fevereiro de 1973.

através de interesses, perspectivas e prestígio social (LEVI, 2000). Aníbal, Maximiano, Joaquim e Manoel são exemplos claros desta questão, apenas por seus serviços visíveis – considerados de qualidade por àqueles que os indicaram e os que auferiram a indicação no poder público – para a cidade e comunidade nativa, receberam reconhecimento. Porém, foram considerados concidadãos apenas as “[...] personalidades deste quilate, [...] pois, de alma em festa e coração palpitante de alegria queremos acolhe-los como conterrâneos”<sup>513</sup>. É neste sentido que no plano individual, a identidade étnica é definida simultaneamente pelo que é subjetivamente reivindicado e, sobretudo pelo que é socialmente atribuído (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998). Todavia, a sociedade de acolhimento, que muitas vezes nega e minimiza a presença estrangeira, consente em tratar o imigrante, àquele considerado por ela “de quilate”, como permanente somente quando encontra nisso algum interesse (SAYAD, 1998). Afinal, “Não há fala, não há discurso sobre imigração, mesmo os mais hostis, que não apelem para a moral, ou seja, para as boas intenções e os bons sentimentos, para os interesses a eles ligados” (SAYAD, 1998, p. 60).

“A derradeira homenagem comunitária foi utilizando o seu nome na designação de uma rua do nosso município”<sup>514</sup>. A citação faz referência à Rua Aníbal de Oliveira Vidal<sup>515</sup>, um logradouro de três quadras, localizado no bairro Três Vendas, em Pelotas. No mesmo sentido, foi designada a Rua Doutor Maximiano Pombo Cirne<sup>516</sup>, esta com seis quadras de extensão, no bairro Areal, também na cidade. É costume encontrar na malha urbana logradouros, avenidas, alamedas, etc. nomeadas com o objetivo de prestar homenagens a indivíduos específicos. Assim, “[...] apesar do habitual desconhecimento coletivo, sobre grande parte das personalidades que têm seus nomes atribuídos aos logradouros, a nomeação dos espaços sempre esteve vinculada aos aspectos culturais, históricos e sociais da população que os habita” (FILGUEIRAS, 2011, p. 19).

#### 4.5 Memória escrita e velhice

---

<sup>513</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Cópia da sessão solene realizada na Câmara Municipal Pelotense, em 15/1/73, com a entrega do Título de cidadão Pelotense aos srs. Joaquim Dias, Manoel Marques da Fonseca Júnior e Maximiano Pombo Cirne. **Documentação Pessoal**. Sessão Solene para recebimento do Título de Cidadão Pelotense. Pelotas, 10 de fevereiro de 1973.

<sup>514</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

<sup>515</sup> CEP 96072070.

<sup>516</sup> CEP 96085201.

Iniciamos o primeiro capítulo desta tese demonstrando que, tanto Aníbal quanto Maximiano, quando escreveram sobre suas histórias, começaram as suas narrativas pelo advento das suas imigrações, portanto, indicando este processo como um dos marcos mais significativos das suas trajetórias. Em 1990, Maximiano escrevia em tom reflexivo, em um artigo publicado no *Diário Popular*, acerca da sua vida e passagem pelo jornal<sup>517</sup>. Entre 1989-1990, Aníbal contou sobre a sua trajetória enquanto escrevia – à mão – um livro sobre o Clube Centro Português 1º de Dezembro<sup>518</sup>.

Utilizando a mesma lógica de escrita de Aníbal e Maximiano naqueles textos, no decorrer da tese, demonstramos e, quando possível, mapeamos, a rede de relações sociais que formaram e/ou fortaleceram após o advento da emigração. Ambos citaram diversos nomes, os quais nos permitiram observar o universo social em que estavam inseridos. Agora, na parte final desta tese, após ter sido possível identificarmos os membros mais ativos daquela rede, pretendemos abordar o advento da velhice e sua intrínseca relação com a memória e o sentimento de pertencimento relacionada a ela. Sabemos que as principais características levadas em consideração, quando da afirmação da identidade étnica, “não são a soma das diferenças ‘objetivas’, mas somente aquelas que os próprios atores consideram significativas” (BARTH, 1998, p. 194).

Quando Aníbal escreveu o livro, já se encontrava em uma idade avançada<sup>519</sup> e parecia visivelmente ressentido pela minimização da sua influência e interferência no clube Centro Português 1º de Dezembro, ao longo dos últimos anos. Além disso, como bem aponta Bosi (1979), precisamos levar em consideração os limites do próprio corpo físico envelhecido dos sujeitos históricos, afinal, o livro é produzido entre 1989 e 1990 e o falecimento de Aníbal ocorre em 23 de dezembro de 1990. Conforme está explícito no título da obra, “Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal<sup>520</sup>”, ele “precisava” contar o que fez pelo clube. Em 1980, Maximiano escrevia uma frase com significado semelhante em seu artigo, no *Diário Popular*: “É que, com o passar dos anos sente-se necessidade de mostrar

---

<sup>517</sup> PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. Minha passagem pelo “Diário Popular”. *Diário Popular*. Pelotas, n° 70, 15 e 16 de novembro de 1980, 2º cad., p. 2 e 3.

<sup>518</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDA. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. *Livro de memórias*. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>519</sup> Entre 79 e 80 anos.

<sup>520</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDA. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. *Livro de memórias*. Pelotas, 29 de junho de 1990.

o que fomos e fizemos<sup>521</sup>”. É neste sentido que consideramos a existência “[...] para o velho [neste caso, Aníbal e Maximiano] [de] uma espécie singular de obrigação social, que não pesa sobre os homens de outras idades: a obrigação de lembrar, e lembrar bem” (BOSI, 1979, p.24).

Um verdadeiro teste para a hipótese psicossocial da memória encontra-se no estudo das lembranças das pessoas idosas. Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade (BOSI, 1979, p. 22).

O resultado do processo de lembrar, desenvolvido individualmente pelos sujeitos históricos, nunca será completo. O que é passível de ser acessado através das lembranças será, sempre, um fragmento de memória. Além disso, quando o indivíduo possui autonomia para formular uma narrativa acerca de um momento que já é passado, ele precisa fazer seleções informativas com o objetivo de tornar a mensagem inteligível – e atrativa – ao receptor. Aníbal aponta claramente esta questão quando afirma que: “[...] se alguém quiser mais algumas explicações eu posso dar... o que não posso [é] escrever tudo [o] que se fez. Porque era preciso muitos livros como este”<sup>522</sup>. Ecléa Bosi (1979, p. 2) acrescenta que “[...] quem escreve diante de uma página em branco e que pode apurar, retocar, refazer” possui uma liberdade narrativa consideravelmente superior àquele que opera nos vieses da oralidade. De acordo com Maximiano, as histórias que são contadas, utilizando como recurso as palavras escritas, “[Buscam] reminiscências no fundo da memória [daquele que escreve]<sup>523</sup>”. No decorrer do seu texto, esse aspecto fica perceptível em mais de uma ocasião, como quando escreve: “Foi nesse dia, já lá vão mais de 58 anos”<sup>524</sup> e “Já lá vão mais de 43 anos. Como passa depressa o tempo... Estou a ficar velho...”<sup>525</sup>. Além dos aspectos relacionados a velhice:

---

<sup>521</sup> PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. Minha passagem pelo “Diário Popular”. **Diário Popular**. Pelotas, n° 70, 15 e 16 de novembro de 1980, 2° cad., p. 2 e 3.

<sup>522</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1° de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

<sup>523</sup> PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. Minha passagem pelo “Diário Popular”. **Diário Popular**. Pelotas, n° 70, 15 e 16 de novembro de 1980, 2° cad., p. 2 e 3.

<sup>524</sup> PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. Minha passagem pelo “Diário Popular”. **Diário Popular**. Pelotas, n° 70, 15 e 16 de novembro de 1980, 2° cad., p. 2 e 3.

<sup>525</sup> PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. Minha passagem pelo “Diário Popular”. **Diário Popular**. Pelotas, n° 70, 15 e 16 de novembro de 1980, 2° cad., p. 2 e 3.

[...] o trabalho é a própria justificativa [quando se trata, em específico] do imigrante, essa justificativa, ou seja, em última instância, o próprio imigrante, desaparece no momento em que desaparece o trabalho que os cria a ambos. Entende-se então a dificuldade, que não é apenas técnica, que se tem em definir o desemprego [podemos acrescentar, inclusive, o simples encerramento de atividades em função da idade avançada] no caso do imigrante (SAYAD, 1998, p. 55).

A relação dos indivíduos com a sua atividade produtiva – o trabalho – tem um papel significativo na constituição da sua identidade, assim, a memória pessoal de um sujeito é, também, social (BOSI, 1979). Enquanto imigrantes, que precisaram empregar estratégias para se inserir efetivamente na sociedade de acolhimento, Aníbal e Maximiano utilizaram o trabalho formal, tempo e energia para cativar os membros mais visados da sociedade pelotense. Somando a isto, o fato de que existe uma relação objetiva e subjetiva entre os velhos e o trabalho (BOSI, 1979), tanto quanto, entre imigrante e trabalho (SAYAD, 1998) suas atividades profissionais e os êxitos obtidos através delas, apresentam-se como motivo de orgulho nas documentações que compreendem os arquivos pessoais privados de Aníbal e Maximiano. Portanto, quando um imigrante passa a se reconhecer como velho, ele se encontra duplamente fadado a relacionar a sua existência pessoal e feitos, considerados por eles ou terceiros, como imponentes, ao advento do trabalho.

#### **4.6 (Re) afirmação da memória de Aníbal e Maximiano nas homenagens póstumas (1990 e 1992)**

A percepção sobre a morte, nas relações humanas, é um fator dotado de mudanças através do tempo, a partir de contextos históricos e sociais específicos (ARIÉS, 2003). Assim, os significados a ela atribuídos não são naturais, e sim construídos pelo e através do grupo no qual o sujeito se insere. Dessa forma, as manifestações sociais e/ou culturais destinadas a morte, ou, neste caso, àquele que morreu, servem, sobretudo, como forma de atribuição de valor e respeito, apresentado por determinada sociedade, ao falecido e sua família. Todavia, a relação da morte de um sujeito histórico com a dimensão das homenagens póstumas prestadas a ele, e, portanto, o enaltecimento de sua memória, está intrinsecamente relacionado com a sua condição cultural, econômica, política e/ou social (CHIAVENATO, 1998). É por isso que o estudo da morte e do luto serve como instrumento para analisar as relações estabelecidas entre sujeito e sociedade. O

falecimento de Aníbal se deu em 23 de outubro de 1990<sup>526</sup> e o de Maximiano, em 19 de junho de 1992<sup>527</sup>. Além homenagens privadas e familiares, ambos receberam homenagens póstumas de órgãos institucionais. Quando do falecimento de Aníbal, a pedido do vereador Mansur Macluf, foi feito um registro, nos Anais da Câmara Municipal de Pelotas, contendo:

[...] os votos de profundo pesar pelo falecimento, recentemente ocorrido, do Sr. Aníbal Vidal, consternando os mais diversos setores de nossa comunidade. Portador de uma conduta ilibada, e de qualidades e atributos que o tornaram pessoa querida e admirada nos mais diversos segmentos da nossa coletividade, conquistou ao longo de sua existência inúmeras amizades. Atuante e participativo, estava sempre disposto a cooperar levando a sua contribuição indistintamente a quem necessitasse [...]<sup>528</sup>.

No mesmo sentido, *O Conselho da Murtosa*, em Portugal, noticiava o falecimento do “Bunheirense ilustre” Dr. Maximiano Pombo Cirne, em uma reportagem de quase meia página, contendo um resumo da sua trajetória de “relevantes serviços prestados”<sup>529</sup>. Concluiu o texto com: “‘O CONSELHO DA MURTOSA’: sinceramente lamenta o seu desaparecimento do rol dos vivos e envia à distinta família enlutada a expressão mais sentida do seu profundo pesar”<sup>530</sup>.

Através da concepção da “morte do outro” (ARIÉS, 2003), percebemos que, novamente, as homenagens institucionalizadas, dessa vez, póstumas, destinadas a Aníbal e Maximiano, possuíam como objetivo vangloriar os feitos, considerados pela comunidade como admiráveis e passíveis de agradecimento. Assim, o ato de formalizar o reconhecimento, em tom de despedida, visa uma perpetuação, impressa em papel, da memória desses imigrantes – “de quilate”<sup>531</sup>. No mesmo sentido em que Ariés (2003)

---

<sup>526</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Carta Memorial [escrita pela filha Irene Vidal Carret?]. [sem local] [Pelotas?], [sem data] [2016?].

<sup>527</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Bunheirense ilustre que desapareceu. **Recorte de Jornal sem data**. Faleceu no Brasil o Dr. Maximiano Cruz [sic]. O Conselho da Murtosa. Murtosa, [s/ data] [1992].

<sup>528</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Estado do Rio Grande do Sul – Assembleia Legislativa. **Documentação**. Correspondência destinada a Sra. Alaides Feijó Vidal. Pelotas, outubro de 1990.

<sup>529</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Bunheirense ilustre que desapareceu. **Recorte de Jornal sem data**. Faleceu no Brasil o Dr. Maximiano Cruz [sic]. O Conselho da Murtosa. Murtosa, [s/ data] [1992].

<sup>530</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Bunheirense ilustre que desapareceu. **Recorte de Jornal sem data**. Faleceu no Brasil o Dr. Maximiano Cruz [sic]. O Conselho da Murtosa. Murtosa, [s/ data] [1992].

<sup>531</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Cópia da sessão solene realizada na Câmara Municipal Pelotense, em 15/1/73, com a entrega do Título de cidadão Pelotense aos srs. Joaquim Dias, Manoel Marques da Fonseca Júnior e Maximiano Pombo Cirne. **Documentação Pessoal**. Sessão Solene para recebimento do Título de Cidadão Pelotense. Pelotas, 10 de fevereiro de 1973.

afirma a capacidade do jazigo em empregar o cultivo da lembrança, através da possibilidade de “manter viva” a memória do falecido (ARIÉS, 2003). No caso de Aníbal e Maximiano, percebemos, também, um atencioso processo de salvaguarda, realizado pelos familiares, dos seus arquivos pessoais privados. Isso denota – daquele que salvaguarda postumamente – um ato de respeito ao receio do esquecimento – daquele que originalmente é o titular da documentação. Afinal, o ato (auto) biográfico de constituição de um arquivo pessoal privado está intrinsecamente relacionado ao medo do esquecimento. “Por isso, muito obrigado pela homenagem que nos prestais e vos digo de todo o coração, parafraseando Camões para terminar: Verão todos que amei tanto Pelotas que não me contentei de viver nela, mas de morrer nela (PALMAS)”<sup>532</sup>.

---

<sup>532</sup> ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Cópia da sessão solene realizada na Câmara Municipal Pelotense, em 15/1/73, com a entrega do Título de cidadão Pelotense aos srs. Joaquim Dias, Manoel Marques da Fonseca Júnior e Maximiano Pombo Cirne. **Documentação Pessoal**. Sessão Solene para recebimento do Título de Cidadão Pelotense. Pelotas, 10 de fevereiro de 1973.

## CONCLUSÃO

A temática central da tese trata acerca da imigração de origem portuguesa para Pelotas entre os anos de 1910 e 1992. Estabelecemos o recorte cronológico da pesquisa a partir do ano de nascimento de Aníbal de Oliveira Vidal e Maximiano Pombo Cirne e morte do segundo – dois anos após o falecimento do primeiro. Ambos imigraram da região de Aveiro, em Portugal, para Pelotas, no Brasil, e durante seus percursos de vida estiveram envolvidos, separadamente e em conjunto com o grupo formado pelos imigrantes lusitanos em Pelotas. Iniciamos a tese conscientes de que a bibliografia sobre a temática, em Pelotas, era esparsa e, quando existente, focada nos aspectos institucionais da imigração portuguesa na cidade. As ocasiões em que apareciam os imigrantes, enquanto sujeitos históricos pertencentes à realidade estudada pela bibliografia, normalmente, eram direcionados a informações quantitativas e/ou nominativa, às vezes, acompanhado de um breve histórico acerca do indivíduo. Todavia, além da historiografia, o conhecimento popular e empírico, era enfático ao afirmar a existência de uma intrínseca relação da história da cidade com a imigração de origem portuguesa. Assim, nossa indagação inicial era, justamente, acerca dos imigrantes lusos, enquanto indivíduos ativos na sociedade pelotense do século XX, até então deixados de lado pela bibliografia. Para identificar este conjunto de sujeitos, propomos analisar e acompanhar a trajetória de dois deles, que haviam deixado uma quantidade significativa de informações, salvaguardadas em seus arquivos pessoais privados, Aníbal de Oliveira Vidal e Maximiano Pombo Cirne.

Partimos para a pesquisa com a informação, conferida pelo atual vice-cônsul de Portugal, Francisco José Leal Serra, de que, entre os imigrantes da primeira e segunda geração estudados nesta tese, existiam, aproximadamente, 2.000 inscritos no vice-consulado de Pelotas e residentes na cidade. Assim, nos perguntamos: quem eram esses imigrantes? De onde vieram? Por que vieram para Pelotas? Quais os espaços sociais que ocupavam na cidade? Como se relacionavam entre si e com a sociedade pelotense? Faziam parte de uma mesma rede social? O que caracterizava os sujeitos mais ativos naquela rede social? Existiam relações de solidariedade entre eles? Como os aspectos étnicos, de memória e identidade se manifestavam? Para respondermos essas indagações iniciais, tentamos delimitar o grupo de imigrantes existente em Pelotas, sobretudo entre as décadas de 1920 ou 1930 – período da imigração de Aníbal e Maximiano – e décadas de 1950 ou 1960 – período em que Aníbal e Maximiano estavam atuando de forma ativa

nas entidades associativas lusas. Infelizmente, esta tarefa se mostrou mais complexa do que o esperado inicialmente, em primeiro lugar, devido à inexistência dos registros consulares completos acerca dos portugueses inscritos no Vice-Consulado de Portugal, em Pelotas, no período. Novamente, de acordo com Francisco Serra, existe apenas um livro de registro, sob os cuidados do Vice-Consulado, os demais foram extraviados. Além disso, após meses de tentativa, não conseguimos autorização para pesquisar no livro. Portanto, decidimos realizar o levantamento de forma manual e individual, nas fontes disponíveis, à medida que os nomes de imigrantes portugueses foram aparecendo na pesquisa. Partindo da trajetória de Aníbal e Maximiano, realizamos de forma exaustiva, este levantamento no decorrer dos primeiros três capítulos da tese e, infelizmente, encontramos referências a apenas 92 imigrantes de origem – certificadamente – portuguesa – listagem esta que se encontra no “Apêndice A” da tese. Inclusive, alguns deles, cronologicamente, fora do período analisado nesta tese. Deste modo, considerando a informação concedida por Francisco Serra, tivemos acesso apenas a, aproximadamente, 5% da dimensão total da rede a qual nos propomos a analisar nesta tese. Todavia, apesar de ter sido possível dimensionar apenas uma pequena parte daquela rede social, chegamos a algumas considerações relevantes acerca do grupo, inclusive, que podem ser utilizadas como ponto de partida para outros pesquisadores, em análises futuras.

Conseguimos comprovar o que a historiografia apenas assumia, de que a maior parte dos imigrantes portugueses que se direcionaram para Pelotas, no período, eram originários do distrito de Aveiro, em Portugal. Percebemos que o processo emigratório do grupo se deu, sobretudo, devido à formação prévia de uma rede social em Pelotas, no Brasil, formada pelos – aqui, a critério explicativo, denominados de – imigrantes da primeira geração. Os pioneiros foram capazes de organizar, entre si e com outros, uma espécie de “efeito de chamada” que culminou na formação de uma cadeia migratória, entre as regiões. Ao analisarmos o desencadeamento dessas ações de chamamento, concluímos que o processo se manteve relativamente estável entre 1910 e 1960, todavia, mesmo após esse período, foi possível encontrarmos algumas reminiscências deste processo até 1992 – com um enfraquecimento significativo a partir de 1970, década em que Francisco José Leal Serra e Francisco Augusto João imigraram. O efeito de chamada e as ações de acolhimento e encaminhamento, realizadas de forma particular pelo grupo, proporcionaram que os imigrantes de origem portuguesa ocupassem, de forma significativa, as atividades comerciais locais. Assim, passaram a se inserir no seio das dinâmicas sociais elitizadas da sociedade pelotense, o que teve um papel relevante nas

questões relacionadas a constituição da memória e etnicidade da rede. Afinal, é a partir das interações estabelecidas na fronteira com outros grupos que a identidade étnica e a noção de pertencimento se afirmam.

Ainda observamos a ocupação da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas e do Centro Português 1º de Dezembro, pelos membros da rede social composta pelos imigrantes lusos. Conforme esperado, esses espaços se constituíram enquanto locais de expressão lusófona, todavia, o que nos interessa, neste quesito, foram os relacionamentos estabelecidos entre as duas instituições e os membros das diretorias e conselhos administrativos. Percebemos que, de forma geral, ao contrário do que ocorre em algumas instituições de caráter étnico, a SPBP e o CP possuíam uma mesma concepção de mundo e pouca ou nenhuma disputa entre si. O motivo principal para isso se dava pela constante circulação dos mesmos sujeitos nos cargos de diretoria e nos conselhos deliberativos das instituições. Assim, os espaços de expressão lusófona tiveram um papel fundamental na constituição da memória e identidade étnica do grupo, acarretando na afirmação e manutenção constante de laços sociais. Agora, retomando a questão da dimensão da rede, percebemos que os membros mais ativos, eram aqueles que circulavam entre a SPBP e o CP. Contudo, a maior parte dos nomes que encontramos no decorrer da pesquisa, referem-se a esses sujeitos, àqueles que, devido sua posição privilegiada no interior do grupo, deixaram rastros mais palpáveis para serem seguidos. Aníbal e Maximiano são exemplos desta questão, mas, também podemos citar Joaquim Dias, Manuel Marques da Fonseca Júnior e João Rodrigues Manta, que também encontraram espaço na narrativa desenvolvida nesta tese.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. Processo de requerimento de passaporte de Francisco da Silva Melo. **Governo Civil de Lisboa, Processos de Requerimento de Passaportes**, cx. 25, doc. 25. Referência: PT/ADLSB/AC/GCL/H-D/006/00025/00025. Lisboa, 07 de setembro de 1892.

ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. Associações. **Fundo Maçonaria**. Referência: PT/TT/MAC. Portugal, 1842-1923.

ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. Relação de passageiros. **Governo Civil de Lisboa, Relação de Passageiros**, cx. 25. Referência: PT/ADLSB/AC/GCL/H-D/011/00025. Portugal, 1895.

ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. Relação de passageiros. **Governo Civil de Lisboa, Relação de Passageiros**, cx. 26. Referência: PT/ADLSB/AC/GCL/H-D/011/00026. Portugal, 1895.

ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. Relação de passageiros. **Governo Civil de Lisboa, Relação de Passageiros**, cx. 27. Referência: PT/ADLSB/AC/GCL/H-D/011/00027. Portugal, 1895.

ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. Relação de passageiros do navio Arkadia. **Governo Civil de Lisboa, Relação de Passageiros**. Referência: PT-ADLSB-AC-GCL-H-D-011-00027\_m0237\_derivada. Portugal, 1895.

ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. Relação de passageiros do navio Brésil. **Governo Civil de Lisboa, Relação de Passageiros**. Referência: PT-ADLSB-AC-GCL-H-D-011-00026\_m0671\_derivada. Portugal, 1895.

ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. Relação de passageiros do navio Desterro. **Governo Civil de Lisboa, Relação de Passageiros**. Referência: PT-ADLSB-AC-GCL-H-D-011-00026\_m0145\_derivada. Portugal, 1895.

ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. Relação de passageiros do navio D. Isabel. **Governo Civil de Lisboa, Relação de Passageiros**. Referência: PT/ADLSB/AC/GCL/H-D/011/00001/00018. Portugal, 1875.

ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. Relação de passageiros do navio Leibnitz. **Governo Civil de Lisboa, Relação de Passageiros**. Referência: PT/ADLSB/AC/GCL/H-D/011/00006/000063. Portugal, 1880.

ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. Relação de passageiros do navio Porto Alegre. **Governo Civil de Lisboa, Relação de Passageiros**. Referência: PT/ADLSB/AC/GCL/H-D/011/00001/00131. Portugal, 1875.

ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO. Relação de passageiros do navio S. Thomé. **Governo Civil de Lisboa, Relação de Passageiros.** Referência: PT/ADLSB/AC/GCL/H-D/011/00027. Portugal, 1895.

ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. Batismos 01/01/1910 – 25/12/1910. **Paráquia de Segadães** 12/03/1653 – 30/03/1911. Referência: PT/ADAVR/PAGD16/1/123. Segadães, 01/01/1910 – 25/12/1910.

ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. Batismos 25/01/1911 – 25/03/1911. **Paráquia de Segadães** 12/03/1653 – 30/03/1911. Referência: PT/ADAVR/PAGD16/1/128. Segadães, 25/01/1911 – 25/03/1911.

ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. Batismos 03/01/1910 – 15/12/1910. **Paráquia de Trofa** 02/07/1634 – 30/03/1911. Referência: PT/ADAVR/PAGD18/1/137. Trofa, 03/01/1910 – 15/12/1910.

ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. Batismos 02/02/1911 – 26/03/1911. **Paráquia de Trofa** 02/07/1634 – 30/03/1911. Referência: PT/ADAVR/PAGD18/1/142. Trofa, 02/02/1911 – 26/03/1911.

ARQUIVO HISTÓRICO DO PORTO DE AVEIRO. Lv. 1º Registro de correspondência entrada na secretaria (3 jan. 1925 – 1 abril 1933). **Manuscritos.** Referência: APA-IM-MA-000313. Aveiro, 3 jan. 1925 – 1 abril 1933.

ARQUIVO HISTÓRICO DO PORTO DE AVEIRO. Lv. 2º Registro de correspondência entrada na secretaria (20 Abril 1933 – 11 nov. 1935). **Manuscritos.** Referência: APA-IM-MA-000314. Aveiro, 20 Abril 1933 – 11 nov. 1935.

ARQUIVO HISTÓRICO DO PORTO DE AVEIRO. Lv. 3º Registro de correspondência entrada na secretaria (11 nov. 1935 – 20 jun. 1938). **Manuscritos.** Referência: APA-IM-MA-000315. Aveiro, 11 nov. 1935 – 20 jun. 1938.

ARQUIVO HISTÓRICO DO PORTO DE AVEIRO. Lv. 4º Registro de correspondência entrada na secretaria (20 jun. 1938 – 10 dez. 1940). **Manuscritos.** Referência: APA-IM-MA-000316. Aveiro, 20 jun. 1938 – 10 dez. 1940.

ARQUIVO HISTÓRICO DO PORTO DE AVEIRO. Lv. 5º Registro de correspondência entrada na secretaria (11 dez. 1940 – 21 jun. 1943). **Manuscritos.** Referência: APA-IM-MA-000317. Aveiro, 11 dez. 1940 – 21 jun. 1943.

ARQUIVO HISTÓRICO DO PORTO DE AVEIRO. Lv. 6º Registro de correspondência entrada na secretaria (29 jun. 1943 – 20 nov. 1945). **Manuscritos.** Referência: APA-IM-MA-000318. Aveiro, 29 jun. 1943 – 20 nov. 1945.

ARQUIVO NACIONAL. Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro com destino a Pelotas. **Base de Dados** Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro. Brasil, 1875-1910.

ARQUIVO NACIONAL. Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro com destino a Porto Alegre. **Base de Dados** Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro. Brasil, 1875-1910.

ARQUIVO NACIONAL. Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro com destino ao Rio Grande do Sul. **Base de Dados** Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro. Brasil, 1875-1910.

ARQUIVO NACIONAL. Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro com destino a Pelotas do navio Leibnitz. **Base de Dados** Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro. Referência: BRRJANRIO.OL.0.RPV.PRJ.0029. Brasil, 1876.

ARQUIVO NACIONAL. Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro com destino ao Rio Grande do Sul no navio Neva. **Base de Dados** Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro. Referência: BRRJANRIO.OL.0.RPV.PRJ.2947. Brasil, 1886.

ARQUIVO NACIONAL. Serviço de Comunicações do Ministério da Justiça e Negócios Interiores – BRRJANRIO VV. **Pesquisa Simples**. Assuntos Políticos: Direitos Políticos do Cidadão: Naturalização: Maximiano Pombo Cirne. Referência: BR RJANRIO VV.0.0.1944032959. Brasil, 1944.

ARQUIVO NACIONAL. Serviço de Comunicações do Ministério da Justiça e Negócios Interiores – BRRJANRIO VV. **Pesquisa Simples**. Assuntos Políticos: Direitos Políticos do Cidadão: Títulos Declaratórios: Maximiano Pombo Cirne. Referência: BR RJANRIO VV.0.0.1946006339. Brasil, 1946.

ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO MUNICIPAL DO RIO GRANDE. Administração Municipal séc. XX. **Base de dados pesquisa simples**. Pedidos de naturalização de imigrantes portugueses. Rio Grande, 1920 a 1955.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Carta Memorial [escrita pela filha Irene Vidal Carret?]. [sem local] [Pelotas?], [sem data] [2016?].

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Aniversário programa Saudades de Portugal. **Documentação**. Fotografia. Pelotas [?], 1959.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Ao Xavante Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Objeto tridimensional. Pelotas, 19 de julho de 1981.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Apenas um relatório do que fis [sic] pelo Centro Português 1º de dezembro e começo do Recanto de Portugal. **Livro de memórias**. Pelotas, 29 de junho de 1990.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Carteira Profissional. Número 42769. **Documentação**. Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Departamento Nacional do Trabalho. Brasil, 06, de abril de 1935.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Centenário de Aníbal de Oliveira Vidal. **Documentação**. Diário da Manhã. Pelotas, 25 de março de 2010.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Cédula de Identidade de Estrangeiro. **Documentação**. República Federativa do Brasil. Brasil, 1989.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Estado do Rio Grande do Sul – Município de Pelotas. **Documentação**. Diploma de outorga do Título de Cidadão Pelotense. Pelotas, 25 de março de 1988.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Estado do Rio Grande do Sul – Assembleia Legislativa. **Documentação**. Correspondência destinada a Sra. Alaides Feijó Vidal. Pelotas, outubro de 1990.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Inauguração da arquibancada do Grêmio Esportivo Brasil. **Documentação**. Fotografia. Pelotas, [sem data].

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Uma foto histórica. **Documentação**. Recorte de jornal. Diário Popular, Pelotas, [sem data].

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE ANÍBAL DE OLIVEIRA VIDAL. Uma homenagem da Capela Nova de N. Sra. de Fátima do Recanto de Portugal. **Documentação**. Inauguração da nova capela de N. Sra. de Fátima. Pelotas, 03 de setembro. 1989.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE CARLOS MARTINS FRIO. Ficha consular de qualificação. **Documentação**. República dos Estados Unidos do Brasil. Lisboa, 14 de junho de 1949.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE CARLOS MARTINS FRIO. Carta de Chamada. **Documentação**. Porto Alegre, 13 de dezembro de 1948.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. A ‘Caravana da Saudade’. **Recortes de Jornal**. O Século. Lisboa – Portugal, 02 de julho de 1971.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Adeus!. **Recorte de Jornal**. A Luz. Pelotas. 23 de março de 1929.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. A freguesia de Bunheiro e a instrução de seu povo. **Recorte de Jornal**. Conselho da Murtosa. Murtosa. 30/07 e 01/08 de 1932.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. A homenagem ao Dr. Maximiano P. Cirne. **Recorte de Jornal**. Diário Popular. Pelotas, 23 de agosto de 1956.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. A solene formatura dos novos bacharéis pela Faculdade de Direito de Pelotas. **Recorte de Jornal**. Diário Popular. Pelotas, 13 de dezembro de 1940.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. A Soc. Portuguesa de Beneficência Comemorou seu 94º Aniversário. **Recorte de Jornal**. Diário Popular. Pelotas, 18 de setembro de 1951.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. A'Sombra da Cruz. **Recorte de Jornal**. Progresso da Murtosa. Murtosa, 10 de setembro de 1941.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Cadastro Geral da Ordem. **Documentação Pessoal**. Pelotas, 10 de abril de 1968.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Asociación Internacional de Clubs Leones. **Lions Clube**. Carta Constitutiva. Chicago/USA, 25 de março de 1958.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Banco Português do Brasil. **Correspondências**. Pelotas, dezembro de 1963.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Bunheirense ilustre que desapareceu. **Recorte de Jornal sem data**. Faleceu no Brasil o Dr. Maximiano Cruz [sic]. O Conselho da Murtosa. Murtosa, [s/ data] [1992].

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Câmara Municipal de Pelotas. **Documentação Pessoal**. Convite. Pelotas, 12 de janeiro de 1973.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Convite da Faculdade de Direito de Pelotas. **Documentação Pessoal**. Pelotas, 1º de dezembro de 1940.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Caderno do Centenário. **Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas**. Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. Pelotas, 16 de setembro de 1957.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Cópia da sessão solene realizada na Câmara Municipal Pelotense, em 15/1/73, com a entrega do Título de cidadão Pelotense aos srs. Joaquim Dias, Manoel Marques da Fonseca Júnior e Maximiano Pombo Cirne. **Documentação Pessoal**. Sessão Solene para recebimento do Título de Cidadão Pelotense. Pelotas, 10 de fevereiro de 1973.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Curriculum Vitae de Maximiano Pombo Cirne – Vice-Cônsul de Portugal. **Documentação Pessoal**. Pelotas, 27 de junho de 1985, p. 1-7.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Declaração de Bagé. **Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas**. [incompleto], [s/ local], [s/ data], [pós 1956].

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. De Pelotas Caravana da Saudade. **Recorte de Jornal**. O Jornal de Estarreja. Estarreja, 25 de junho de 1971.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Diploma do curso complementar de Letras do Liceu Alexandre Herculano. **Documentação Pessoal**. Porto. 25 de julho de 1933.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Diplomas. Dr. Maximiano Cirne. **Recorte de Jornal**. Diário Popular. Pelotas, 5 de dezembro de 1943.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Dr. Maximiano Pombo Cirne. **Recorte de Jornal**. O Jornal de Estarreja. Estarreja, 25 de setembro de 1956.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Dr. Maximiano Pombo Cirne concluiu o Curso de Direito, no Brasil, êste nosso prezado conterrâneo. **Recorte de Jornal**. Progresso da Murtosa. Murtosa, 20 de julho de 1941.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Empossado no cargo de vice-cônsul de Portugal o Dr. Maximiano Pombo Cirne. **Recorte de Jornal**. Diário Popular. Pelotas, 21 de agosto de 1956.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Homenagem ao novo vice-cônsul português. **Recorte de Jornal**. Diário Popular. Pelotas, 18 de agosto de 1956.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Jantar, hoje, em homenagem ao Dr. Maximiano P. Cirne. **Recorte de Jornal**. Diário Popular. Pelotas, 25 de agosto de 1956.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Lions International. **Lions Clube**. Vinte anos de Lions Clube Pelotas-Centro. Solenidade comemorativa do 20º aniversário de fundação [folder]. Pelotas, 21 de dezembro de 1977.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Na cidade de Pelotas/Colação de Grau. **Recorte de Jornal**. Correio Português. Portugal, 02 de fevereiro de 1941.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Natural de Aveiro entre os três luso-brasileiros agraciados com o título de Cidadão Pelotense. **Recorte de Jornal**. Diário de Coimbra. Coimbra, 24 de janeiro de 1973.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Necrologia Manoel Luiz Cirne. **Recorte de Jornal**. Folha do Povo. Pelotas, 16 de agosto de 1941.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. No vice-consulado de Portugal, em Pelotas, o Dr. Maximiano Pombo Cirne. **Recorte de Jornal**. Correio do Povo. Porto Alegre, 18 de agosto de 1956.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Notícias do Brasil. **Recorte de Jornal**. Jornal da Estarreja. Estarreja, 25 de fevereiro de 1973.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. O ilustre bunheirense Dr. Maximiano Pombo Cirne. **Recorte de Jornal**. O Concelho da Murtoza. Murtoza, 20 de setembro de 1956.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. O centenário da Beneficência de Pelotas. **Recorte de Jornal**. Voz de Portugal. [s/ local], 13 de outubro de 1957.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. O Leão – Lions International. **Lions Clube**. Boletim informativo do Lions Clube Pelotas – Centro, [s/número]. Pelotas, 15 de dezembro de 1987.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. O Leão – Lions International. **Lions Clube**. Boletim informativo do Lions Clube Pelotas – Centro, nº 4. Pelotas, outubro de 1974.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. O Leão – Lions International. **Lions Clube**. Boletim informativo do Lions Clube Pelotas – Centro, nº [?]. [Pelotas, 21 de dezembro de 1986] [?].

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. O Leão – Lions International. **Lions Clube**. Boletim informativo do Lions Clube Pelotas – Centro, nº [?]. Pelotas, dezembro de 1986.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Posse Do Novo Cônsul De Portugal, Nesta Cidade. **Recorte de Jornal**. Indicado e aceito o nome do dr. Maximiano Pombo Cirne. Diário Popular. Pelotas, 12 de julho de 1956.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CRINE. Portugueses recebem títulos de cidadãos da cidade de Pelotas. **Recorte de Jornal**. A Voz de Portugal. Portugal, 03 de fevereiro de 1973.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Primeiro centenário da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas. **Recorte de Jornal**. Diário Popular. Pelotas, 29 de setembro de 1957.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Saneamento de Pelotas e a retificação do Pepino: a conferência proferida ante-ontem na Associação dos Proprietários de Imóveis de Pelotas. **Recorte de Jornal**. Diário Popular. Pelotas, 2 de julho de 1949.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Sociedade Portuguesa de Beneficência. **Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas**. Títulos concedidos a Maximiano Pombo Cirne pela Soc. Port. de Beneficência. Pelotas, [s/data], [1954 e 1969].

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Três cidadãos recebem títulos. **Recorte de Jornal**. Diário Popular, Pelotas, 16 de janeiro de 1973.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Vice-Consulado de Portugal. **Recorte de Jornal**. A Alvorada. Pelotas, 08 de setembro de 1956.

ARQUIVO PESSOAL PRIVADO DE MAXIMIANO POMBO CIRNE. Vice-Cônsul de Portugal em Pelotas. **Recorte de Jornal**. As homenagens prestadas pela colônia portuguesa e pelas forças vivas da cidade ao Dr. Maximiano Pombo Cirne. [Voz de Portugal?]. [s/local], [agosto de 1956?].

AVEIRO. Registro nº 1980/2012. Proc. DJ/00/06. **Protocolos celebrados pela Câmara Municipal de Aveiro e outros municípios ou Instituições de Países de CPLP**. Aveiro, 17 de fevereiro de 2012.

CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE. Número de identificação 12724. **Base de dados**. A emigração de Portugal para o Brasil. Titulares de Passaportes. Universidade do Porto, Porto, [s/ano][1934?].

CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE. Número de identificação 106196. **Base de dados**. A emigração de Portugal para o Brasil. Titulares de Passaportes. Universidade do Porto, Porto, [s/ano].

CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE. Número de identificação 55933. **Base de dados**. A emigração de Portugal para o Brasil. Titulares de Passaportes. Universidade do Porto, Porto, [s/ano].

CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE. Número de identificação 45530. **Base de dados**. A emigração de Portugal para o Brasil. Titulares de Passaportes. Universidade do Porto, Porto, [s/ano].

CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE. Número de identificação 366178. **Base de dados**. A emigração de Portugal para o Brasil. Titulares de Passaportes. Universidade do Porto, Porto, [s/ano].

CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE. Número de identificação 380385. **Base de dados**. A emigração de Portugal para o Brasil. Titulares de Passaportes. Universidade do Porto, Porto, [s/ano].

CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE. Número de identificação 165930. **Base de dados**. A emigração de Portugal para o Brasil. Titulares de Passaportes. Universidade do Porto, Porto, [s/ano].

CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE. Número de identificação 99149. **Base de dados**. A emigração de Portugal para o Brasil. Titulares de Passaportes. Universidade do Porto, Porto, [s/ano].

CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE. Número de identificação 19364. **Base de dados.** A emigração de Portugal para o Brasil. Titulares de Passaportes. Universidade do Porto, Porto, [s/ano].

CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE. Número de identificação 373842. **Base de dados.** A emigração de Portugal para o Brasil. Titulares de Passaportes. Universidade do Porto, Porto, [s/ano].

CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE. Número de identificação 295258. **Base de dados.** A emigração de Portugal para o Brasil. Titulares de Passaportes. Universidade do Porto, Porto, [s/ano].

CENTRO PORTUGUÊS 1º DE DEZEMBRO. **História.** Disponível em: <[http://centroportugues.com.br/?page\\_id=668](http://centroportugues.com.br/?page_id=668)>. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

CIRNE, MAXIMIANO PINHEIRO. Trajetória Profissional do Jornalista Maximiano Pombo Cirne. [Entrevista cedida a] Biane Pevereda Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 14 de janeiro de 2013.

BRASIL. Conceder a naturalização que pediu, a fiat [sic] de que possa gozar dos direitos outorgados pela constituição e leis do Brasil. **Diário Oficial.** Seção 1, nº 245, Capital Federal, p. 6 e 7, 20 de outubro de 1944.

BRASIL. Decretos de 13 de julho de 1956/Conceder licença. **Diário Oficial.** Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Sessão 1, Capital Federal, p.22, 13 de julho de 1956.

JOÃO, FRANCISCO AUGUSTO. Imigração em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Pevereda Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas, 11 de junho de 2015.

LISBOA. Arquivo do jornal ‘Mundo Português’. **O Emigrante.** Lisboa, 1982-1985.

LISBOA. Arquivo do jornal ‘Mundo Português’. Caderno Correspondência. **O Emigrante.** Lisboa, 12 de julho de 1983, p. 4.

LISBOA. Arquivo do jornal ‘Mundo Português’. Notícias da Emigração. **O Emigrante.** Lisboa, 8 de julho de 1983.

LISBOA. Arquivo do jornal ‘Mundo Português’. Notícias da Emigração. **O Emigrante.** Lisboa, 8 de julho de 1983.

LISBOA. Arquivo do jornal ‘Mundo Português’. Notícias da Emigração. **O Emigrante.** Lisboa, 29 de julho de 1983.

LISBOA. Arquivo do jornal ‘Mundo Português’. Notícias da Emigração. **O Emigrante.** Lisboa, 25 de fevereiro de 1983.

LISBOA. Arquivo do jornal ‘Mundo Português’. Caderno Correspondência. **O Emigrante.** Lisboa, 26 de agosto de 1983, p. 4.

LISBOA. Arquivo do jornal ‘Mundo Português’. Caderno Correspondência. **O Emigrante**. Lisboa, 7 de outubro de 1983, p. 4.

LISBOA. Arquivo do jornal ‘Mundo Português’. Caderno Correspondência. **O Emigrante**. Lisboa, 15 de abril de 1983, p. 4.

LISBOA. Arquivo do jornal ‘Mundo Português’. Caderno Comunidades Portuguesas. **O Emigrante**. Lisboa, 3 de dezembro de 1982.

MEMÓRIA PARA TODOS. Memórias da Emigração e das Comunidades Portuguesas. **Memory for all**. Lisboa [?], [s/ano]. Disponível em:<<https://memoriaparatodos.pt/portfolio/memorias-da-emigracao/>>. Acesso em: 09 de dezembro de 2020.

MEMORIAL DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PELOTAS. Ata n° 410 – Sessão ordinária de Diretoria, realizada no dia 6 de junho de 1938. **Sessões de Diretoria** – de 25/janeiro/1938 a 26/junho/1939 – Atas n°s 396 a 452. Pelotas, 06 de junho de 1938, p. 36-38.

MEMORIAL DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PELOTAS. Diretoria do Grêmio Acadêmico Jurídico da Faculdade de Direito de Pelotas. **Circulares das novas diretorias e de Novas firmas comerciais 1936-1937**. Pelotas, 1936.

MEMORIAL DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PELOTAS. Diretoria Centro Português 1° de Dezembro. **Circulares das novas diretorias e de Novas firmas comerciais 1936-1937**. Pelotas, 1937.

PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. A permanência de estrangeiros no Brasil. **Diário Popular**. Pelotas, 22 de setembro de 1938, p. 4.

PELOTAS. Acervo de periódicos da biblioteca pública pelotense. Minha passagem pelo “Diário Popular”. **Diário Popular**. Pelotas, n° 70, 15 e 16 de novembro de 1980, 2° cad., p. 2 e 3.

RÁDIO PELOTENSE. Jornal Regional homenageia os 75 anos do mais antigo programa de rádio gaúcho. **Pelotense rádio 620AM**. Pelotas, [s/ano] [2012?]. Disponível em: < <https://www.radiopelotense.com.br/Pagina/1824/Jornal-Regional-homenageia-os-75-anos-do-mais-antigo-programa-de-radio-gaucha>>. Acesso em: 09 de dezembro de 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Declaração 950. **Banco de Dados Digital da DRT-RS**. Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 1939.

SÃO PAULO. **Cartas de chamada**. Museu da Imigração do Estado de São Paulo. Portugal, 05 de janeiro de 1914. Disponível em: <[http://www.inci.org.br/acervodigital/upload/cartas/MI\\_CC\\_A0000290X.pdf](http://www.inci.org.br/acervodigital/upload/cartas/MI_CC_A0000290X.pdf)>. Acesso em: 18 de abril de 2019.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Atlas socioeconômico Rio Grande do Sul. **Demografia 1872-1980**. Rio Grande do Sul, 1920.

Disponível em: < <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/demografia-1872-a-1980>>.  
Acesso em: 10 de julho de 2020.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Atlas socioeconômico Rio Grande do Sul. **Demografia 1872-1980**. Rio Grande do Sul, 1940. Disponível em: < <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/demografia-1872-a-1980>>.  
Acesso em: 10 de julho de 2020.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Atlas socioeconômico Rio Grande do Sul. **Demografia 1872-1980**. Rio Grande do Sul, 1950. Disponível em: < <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/demografia-1872-a-1980>>.  
Acesso em: 10 de julho de 2020.

SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Pevereda Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 11 de junho de 2015.

SERRA, FRANCISCO JOSÉ LEAL. Imigração Portuguesa em Pelotas (Século XX). [Entrevista cedida a] Biane Pevereda Jaques. **Entrevista de História Oral Temática**, Pelotas-RS, 07 de outubro de 2019.

### **LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**

BRASIL. **Constituição de 1937**. Art. 150. Brasil, 10 de novembro de 1937. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>>. Acesso em: 05 de maio de 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 389, de 25 de abril de 1938. **Regula a nacionalidade brasileira**. Brasil, 1938. Disponível em:< <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-389-25-abril-1938-350776-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Dados%20da%20Norma%2C%20DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%20389%2C%20DE%2025%20DE%20ABRIL%20DE%201938,Regula%20a%20nacionalidade%20brasileira.&text=os%20estrangeiros%20que%20obtiverem%20naturaliza%C3%A7%C3%A3o%20na%20forma%20desta%20lei.&text=%C2%A7%203%C2%BA%20N%C3%A3o%20s%C3%A3o%20brasileiros,que%20o%20pai%20seja%20brasileiro>>. Acesso em: 26 de abril de 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.081, de 3 de novembro de 1911. **Da novo regulamento ao Serviço de Povoamento**. Brasil, 1911. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9081-3-novembro-1911-523578-republicacao-102836-pe.html>>. Acesso em: 20 de abril de 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. **Institui a Lei da Migração**. Seção II, Art. 3º-I. Brasil, 2017. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20152018/2017/lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2017/lei/L13445.htm)>.  
Acesso em: 17 de abril de 2018.

PELOTAS-BRASIL. Decreto-Lei nº 3055, de 21 de julho de 1987. **Título de cidadão pelotense ao senhor Aníbal de Oliveira Vidal**. Pelotas-Brasil, 1987. Disponível em: <<https://camara-municipal-de-pelotas.jusbrasil.com.br/legislacao/496094/lei-3055-87>>. Acesso: 20 de fevereiro de 2021.

### **LEGISLAÇÃO PORTUGUESA**

PORTUGAL. Carta Constitucional de 29 de abril de 1826. Art. 145, § 5. **Carta Constitucional para o reino de Portugal, Algarves e seus domínios**. Título VIII das disposições gerais, e garantias dos direitos civis e políticos dos cidadãos portugueses. 29 de abril de 1826. Disponível em: <<https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1557.pdf>>. Acesso em: 21 de junho de 2019.

PORTUGAL. Diário da República eletrônico. Diário do Governo nº 274/1966, Série I de 1966-11-25. **Código Civil Português**. Legislação Consolidada. Portugal, 1966. Disponível em: <<https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/34509075/view>>. Acesso em: 22 de abril de 2019.

### **BIBLIOGRAFIA**

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FVG, 2004.

AMARAL, Giana Lange do. **O Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: uma face da história da educação em Pelotas**. Pelotas: Seiva Publicações, 1999.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia de Letras, 2008.

ANJOS, Marcos Hallal dos. **Estrangeiros e Modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do Século XIX**. Pelotas: Gráfica Universitária – UFPel, 2000.

ARIÉS, Philippe. **História da morte no ocidente**. Rio de Janeiro: Edi-ouro, 2003.

ARROTEIA, Jorge. Portugueses em Diáspora: Identidade e Cidadania. **População e Sociedade**. CEPESE, Porto, v. 8, p. 145-159, 2010.

ARROTEIA, Jorge; FISS, Regina Lucia Reis de Sá Britto. Traços da comunidade portuguesa em Pelotas. **População e Sociedade**, p. 171-191, 2007.

BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). **Açorianos no Brasil**. Porto Alegre: EST, 2002.

BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. São Paulo: UNESP, 1998.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2002.

BERTRAND, Michel; LEMERCIR, Claire. Introducción: ¿en qué punto se encuentra el análisis de redes en Historia? **REDES** – Revista hispana para el análisis de redes sociales, v. 21, nº 1, p. 1-12, Dicimbre, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (org.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, p. 183-191, 2006.

BORGES, Vavy Pacheco. Fontes Biográficas: Grandezas e misérias da biografia. In.: PINSKY, Carla Bassenezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, p. 203-234, 2005.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

BOSCHILIA, Roseli. Pequenos viajantes: reflexões sobre o deslocamento de menores da região Norte de Portugal para o Brasil no século XIX. In: SOUSA, Fernando de. et. al. (Orgs.). **Portugal e as migrações da Europa do Sul para a América do Sul**. Porto: CEPES, 2014.

BRANCO, Estelita de Aguiar. Imigração portuguesa na atualidade: o caso de Pelotas. **Estudos Ibero-Americanos**, 23, n<sup>o</sup>, p. 59-79, junho, 1997.

CAETANO, Rosendo da Rosa. **O nazi-fascismo nas páginas do Diário Popular: Pelotas, 1923-1939**. 2014. 248f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CONSTANTINO, Núncia. **O Italiano da esquina: Imigrantes meridionais na sociedade porto-alegrense**. Porto Alegre: Escola Superior de Tecnologia e Espiritual, 1991.

COSTA, Valesca Brasil. Trajetória de diplomados na Faculdade de Direito de Pelotas/RS/Brasil (1960-1970): Herdeiros ou trânsfugas?. In: I Seminário Internacional Imagens da Justiça, Currículo e Educação Jurídica, 2012, Pelotas. **Anais [...]**. Pelotas: UFPel, 2012, p. 1-20.

CROCI, Federico. O chamado das cartas: migrações, cultura e identidade nas cartas de chamada dos italianos no Brasil. **Locus: Revista de História**. v. 14, n<sup>o</sup> 2, p. 13-39, 2008.

CHAVES, Larissa Patron. **“Honremos a Pátria senhores!”: as Sociedades Portuguesas de Beneficência: caridade, poder e formação de elites na Província de São Pedro do Rio Grande (1854-1910)**. 2008. 339 f. Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.

CHIAVENATO, Júlio José. **A morte: uma abordagem sociocultural**. São Paulo: Moderna, 1998.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus; VIDAL, Laurent. Do depósito à hospedaria de imigrantes: gênese de um “território de espera” no caminho da emigração para o Brasil. **História, Ciência e Saúde**, Manguinhos, [online], vol. 21, n<sup>o</sup> 1, p. 1-23, 2014.

DEVANTIER, Vanessa da Silva; SANTOS, Carlos Alberto Ávila. A Rua XV de Novembro: espaço de comércio, cultura e lazer. Pelotas, 1870-1931. In: X Encontro de História da Arte, 2011, Pelotas. **Anais [...]**. Pelotas: UFPEL, 2011. p. 1-12.

DEVOTO, Fernando. Las cadenas migratórias italianas: algunas reflexiones a la luz del caso argentino. **Estudios Migratorios Latinoamericanos**, ano 3, n° 8, p. 103-123, CMLA, 1988.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ESCUADERO, Camila. Imprensa de comunidades de imigrantes e identidade: um breve resumo do estudo dos jornais ibéricos 'Mundo Lusíada' e 'Alborada'. XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2008, Natal, **Anais [...]**. p. 1-14, 2008.

FILGUEIRAS, Zuleide Ferreira. **A presença italiana em nomes de ruas de Belo Horizonte: passado e presente**. 2011. 348 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

FISS, Regina Lucia Reis de Sá Britto; POMBO, Carmen Regina da Silva Matos. **Aveiro – Pelotas: Geminação e repercussões em estudo**. 1991. 109 f. Monografia. Universidade de Aveiro/Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 1991.

FIEPKE, Rejane Beatriz. O rádio como ferramenta de preservação da língua de imigração alemã, em Novo Machado/RS. **Revista Letras Raras**, v. 6, n. 2, p. 30-40, 2017.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Saudade, imigração e a construção de uma nação (portuguesa) desterritorializada. **Revista brasileira de Estudos de População**. Campinas, v.9(1), p. 35-49, 1992.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. **O pão nosso de cada dia: Um estudo sobre padeiros e forneiros em Belém do Pará nos anos de 1940 a 1954**. 1993. 294 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, 1993.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In.: GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. CASTELNUEVO, Enrico. **A Micro-História e outros ensaios**. Tradução de António Narino. Lisboa: DIFEL, 1989.

GOMES, Angela de Castro (Org). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, charqueadas, olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. Pelotas: Editora da Universidade/UFPEL/Livraria Mundial, 1993.

GRENDI, Edoardo. Microanalisi e storiassociale. In: **Quaderni Storici**, v. 12, n. 35, p.506-520, 1977.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In.: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

HEINZ, Flavio (Org.). **Poder, instituições e elites: 7 ensaios de comparação e história**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

HEINZ, Flavio. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma reflexão sobre Arquivos Pessoais e o Caso de Filinto Müller. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 10, nº 19, p. 41-66, 1997.

HOHLFELDT, Antonio; CARVALHO, Caroline Corso de; MANZANO, Júlia; TARRAGO, Júlia Pereira. Imprensa das colônias de expressão portuguesa: Visão de conjunto. **Interim**, Curitiba, v. 12, nº 2, p. 1-15, jul/dez. 2011.

IMÍZCOZ, José Maria. Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global. **Revista da Faculdade de Letras – Historia, Série III**, v. 5, p. 1-28, Porto (Portugal), 2004.

IMÍZCOZ, José Maria. Actores sociales y redes de relaciones: reflexiones para una historia global. In.: IMIZCOZ, José Maria. **Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del país Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen (Siglos XV-XIX)**. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001.

JAQUES, Biane Peverada. “**Eis aí como tomei contato com o Diário**”: ascensão social-profissional do imigrante português Maximiano Pombo Cirne a partir do Diário Popular. Pelotas 1922-1949. 2017. 120f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In.: VENDRAME, Máira Ines. et al. (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, p. 32-52, 2015.

LANDRÉ, Carl. A Base Diádica do Clientelismo. In: SCHMIDT; S. W. (Org.). **Friends, followers and factions**. Berkeley: University of California Press, p. 13-38, 1977 (versão traduzida e datilografada em português).

LEÃO, Augusto Veloso; DEMANT, Peter Robert. Mobilização política e integração de migrantes no Brasil. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 31, n. 91, p. 1-20, jun. 2016.

LEITE, Ana Carolina da Silveira. Cartas de mulheres: história social da cultura escrita de e/imigrantes portuguesas no Brasil (1896-1929). **Cultura, Espaço & Memória**, nº 8, p. 357-372, 2017.

LEITE, Joaquim Costa. Emigração Portuguesa: a lei e os números (1855-1914). **Análise Social**, v. XXIII, (97), p. 463-480, 1987.

- LEPETRI, Paulo. O rádio e a relação migratória Brasil e Portugal. **Anuário internacional de comunicação lusófona**. Lusofonia e cultura-mundo. LUSOCON, SOPCOM, CECS, 2011, p. 321-330.
- LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial**: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Portugueses em Brasil en el siglo XX. Madrid: MAPFRE, 1994.
- LONER, Beatriz Ana. **Classe Operária**: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937. 1999. 727f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, vol. 1 e 2, 1999.
- MAGALHÃES, Mário Osório. **Opulência e cultura na província de São Pedro**. Pelotas: UFPel, 1993.
- MAGALHÃES, Mário Osório. Portugueses. In.: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mário Osório. **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: UFPel, p. 201-202, 2010.
- MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira. Negócios Portugueses no Rio de Janeiro: Um estudo sobre o Banco Português do Brasil (1918 a 1938). **Revista de Economia contemporânea**. v. 15, n° 3, p. 461-482, set-dez, 2011.
- MATOS, Maria Izilda Santos. “Podes vir que aqui estou a tua espera”: a viagem e a mala do e/imigrante na literatura epistolar portuguesa em São Paulo (1890-1930). In.: MENEZES, Lená; SOUZA, Fernando de. (Orgs.). **Brasil – Portugal pontes sobre o Atlântico: múltiplos olhares sobre a e/imigração**. Rio de Janeiro: 2017.
- MATOS, Maria Izilda Santos; TRUZZI, Oswaldo Mario Serra. Presença na ausência: cartas na imigração e cartas de chamada. **História Unisinos**. São Leopoldo, v. 19, n° 3, p. 338-347, setembro e dezembro, 2015.
- MATOS, Maria Izilda Santos; TRUZZI, Oswaldo. Saudades: sensibilidades no epistolário de e/imigrantes portugueses (Portugal-Brasil 1890-1930). **Revista Brasileira de História**, v. 35, n° 70, p. 1-21, 2015b.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. **Portugueses**: Deslocamentos, Experiências e Cotidiano – São Paulo séculos XIX e XX. Baurú, SP: Edusc, 2013.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. Portugueses e experiências políticas: A luta e o pão. São Paulo 1870-1945. **História**. 28 (1), p. 415-443, 2009.
- MEIHY, José e HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: Como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2011.
- MENEZES, Lená Medeiros. Imigração Portuguesa: lembranças de terras distantes. Tijuca e São Cristóvão como estudo de caso. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, n° 6, p. 79-95, 2012.

MENEZES, Lená Medeiros. Jovens portugueses: histórias de trabalho, histórias de sucesso, histórias de fracassos. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **Histórias de imigrantes e da imigração**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2000.

MITCHELL, Clyde. Social Networks. **Annual Review of Anthropology**. v.3, p. 279-299, 1974.

MUGGE, Miquéias. História de elites e micro-história: aproximações metodológicas. In.: MARTINS, Maria Cristina; MOREIRA, Paulo Roberto (Orgs.). **Uma história em escalas**. A microanálise e a historiografia latino-americana. São Leopoldo: Oikos; UNISSINOS, p. 305-322, 2012.

MUNDO PORTUGUÊS. **Quem somos**. Disponível em: <  
<https://www.mundoportugues.pt/quem-somos/>> Acesso: 27 de fevereiro de 2021.

NOGUEIRA, Ana Maria de Moura. **Como Nossos Pais**: uma História da Memória da Imigração Portuguesa em Niterói, 1900/1950. 1998. 157f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, 1998.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. Legislação sobre emigração para o Brasil na Monarquia Constitucional. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre. **Deslocamentos e história**: os Portugueses. Bauru – SP: Edusc, 2008.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.

POMBO, Carmem. **Imigração Portuguesa em Pelotas no século XX**. Pelotas: UCPel, 1986.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significados nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. A, n° 2, p. 59-72, 1996.

RAMELLA, Franco. Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios. In: BJERG, María; OTERO, Hernán (Orgs.). **Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna**. Tandil: CEMLA-IEHS, p. 11-21 1997.

RASCH, Rafael Andrioli. **O NOSSO SANGUE E A NOSSA RAÇA**: história, memória e identidade 'Xavantes'. (Estudo de caso da partida entre G. E. Brasil e C. R. Flamengo, Taça de Ouro 1985). 2013. 75f. Trabalho de Conclusão de Curso. UFRGS: Porto Alegre, 2013.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In.: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

REZNIK, Luís; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Hospedaria de imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores. **História**, v. 33, n° 1, p. 234-253, jan-jun., 2014.

- RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Tradução de Alain François et. al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RODRIGUES, José Damião; ROCHA, Gilberta Pavão Nunes. A emigração açoriana para o Brasil: ritmos e destinos. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre. **Deslocamentos e história: os Portugueses**. Bauru – SP: Edusc, 2008.
- SANTOS, Paula Marques dos. Os Portugueses no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial – A questão da nacionalidade e a naturalização obrigatória. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre. **Deslocamentos e história: os Portugueses**. Bauru – SP: Edusc, 2008.
- SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- SILVA, Ewerton Luiz Figueiredo Moura da. Saudades d’além-mar: patologia da transplantação entre imigrantes lusitanos em São Paulo, anos de 1930. XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis, **Anais [...]**. p. 1-9, 2015.
- SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento. As Atribuições Diplomáticas e Consulares. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, v. 77, n° 1, p. 28-48, out., 1957.
- SILVA JR., Adhemar Lourenço da. **As sociedades de Socorros Mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940)**. 2004. 574f. Tese (Doutorado em História). PUCRS, 2004.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis-RJ: Vozes, p. 73-102, 2014.
- SILVERMAN, Sydel. Patronage and community-nation relationships in central Italy. In: SCHMIDT, S. W. (Org.). **Friends, Followers and factions: a Reader in Political Clientelism**. Berkeley: University of Califórnia, p. 293-304, 1977.
- SIQUEIRA, Luciana Fernandes. **Edição Semidiplomática de “cartas de chamada” de imigrantes portugueses (1911-1920)**. 2010. 257f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, 2010.
- SOUSA, Fernando. A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil: Uma primeira abordagem (1834-1950). In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre. **Deslocamentos e história: os Portugueses**. Bauru – SP: Edusc, 2008.
- SCOTT, Ana Silvia Volpi. As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930). Congresso de História Económica de Zaragoza. 2000, SESSION:

**LAS MIGRACIONES A AMERICA**, Universidad San Pablo-CEU, Madrid, p. 1-28, 2001.

SCOTT, Ana; BERUTE, Gabriel Santos; SCOTT, Dario. Negócios em família: migração, comerciantes portugueses e suas redes (Porto Alegre/Rio Grande de São Pedro, Séculos XVIII-XIX). **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 30, n° 1, p. 105-120, jan/jun., 2017.

SCOTT, Ana Silvia. **Os Portugueses**. São Paulo: Contexto, 2010.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. **Métis: história & cultura**. – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, v.2, n. 3, p. 57-72. jan./jun., 2003.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Em busca da terra da promessa**: a história de dois líderes socialistas. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

SCHMIDT, Benito Bisso. **O patriarca e o tribuno**: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961). 2002. 523p. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2002.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 20, p. 199-218, jun., 2008.

TRUZZI, Oswaldo; MATOS, Maria Izilda. Saudades: sensibilities in letters from Portuguese e/immigrants (Portugal-Brazil 1890-1930). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, p. 1-21, dez., 2015.

UDAETA, Rosa Guadalupe Soares. **NEM BRÁS, NEM FLORES: HOSPEDARIA DE IMIGRANTES DA CIDADE DE SÃO PAULO (1875-1886)**. 2016. 200 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

VARGAS, Jonas. **ENTRE A PARÓQUIA E A CORTE**: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). 2007. 276 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

VENDRAME, Maíra Ines. **O poder na aldeia**: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália). São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUHS, 2016.

VENDRAME. Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre de Oliveira; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis Augusto. (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

VENDRAME, Maíra Ines. “Nós partimos pelo mundo, mas para viver melhor”: redes sociais, família e estratégias migratórias. **Métis: história e cultura**, v. 9, n° 17, p. 69-82, jan/jun, 2010.

WEBER, Regina. Estudos Étnicos no Rio Grande do Sul: análise historiográfica. In.: HERÉDIA, Vania Beatriz M.; RADÜNZ, Roberto. (Orgs.). **História e Imigração**. Caxias do Sul: Educs, p. 269-283, 2011.

WEBER, Regina. Estudos sobre imigrantes e fontes orais: identidade e diversidade. **História Oral**. Associação Brasileira de História Oral, v. 16, n. 1, p. 5-22, jan./jun., 2013.

WEBER, Regina. Imigração e identidade étnica: temáticas historiográficas e conceituações. **Dimensões**. Espírito Santo, vol.18, p. 236-250, 2006.

WEBER, Regina. Grupos étnicos, estratégias étnicas. In: SIDEKUM, Antonio; GRÜTZMANN, Ingrid; ARENDT, Isabel Cristina (Orgs.). **Campos Múltiplos: Identidade, Cultura e História**. 1ed. São Leopoldo: Nova Harmonia/Oikos, p. 235-255, 2008.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis-RJ: Vozes, p. 7-72, 2014.

**APÊNDICE A – COMPILAÇÃO DE DADOS DA PESQUISA**  
**IMIGRANTES PORTUGUESES RESIDENTES EM PELOTAS 1850[?]-1975**

<b>Nome</b>	<b>Data emigração</b>	<b>Profissão</b>
Alberto Coelho Maia	antes de 1956	Conselho colônia
Alberto Ferreira Bastos	antes de 1956	Conselho colônia
Alberto Gonçalves Cardoso	antes de 1850	Dono fábrica de massas
Albino João Cardoso	antes de 1850	Dono curtume e fábrica de vidros
Alexandre Vieira	antes de 1881	Alfaiate
Américo Saraiva da Costa	antes de 1956	Conselho colônia
Ângelo Ferreira de Matos		
Aníbal de Oliveira Vidal	01/10/1932	
Anselmo Antônio Amaral	antes de 1850	Dono curtume
Antônio de C. Queiróz Santos	antes de 1886	Alfaiate
Antônio dos Santos Moreira	antes de 1850	Dono curtume
Antonio Fernandes	antes de 1944	Diretoria CP
Antônio Francisco da Silva	antes de 1900	Alfaiate
Antônio Henrique Nogueira	antes de 1850	Dono curtume
Antônio Martins Pinheiro	antes de 1850	Dono curtume
Antonio P. Fernandes	antes de 1945	Diretoria CP
Arnaldo (?) Rosental	antes de 1957	Diretoria CP
Arthur Lopes Curval		
Bento Alves Rebello	antes de 1850	Dono fábrica de vidro
Bernardo Antônio Dias	antes de 1900	Corrieiro
Boaventura Martins Frio	antes de 1948	
Caldelas	Aproximadamente década de 20	Professor
Carlos Arnold		Ótica Pupila
Carlos Freitas	antes de 1967	Diretoria CP
Carlos Maria Martins	antes de 1879	Marceneiro
Carlos Martins Frio	1948	Padeiro
Cármino Gomes	1939	

Custódio da Silva Branco	antes de 1850	Dono fábrica de massas
David Valente da Costa	antes de 1956	Conselho colônia
Domingos de Souza Moreira	antes de 1957	Conselho colônia
Domingos Francisco Mendes	antes de 1876	Sapateiro
Domingos Martins Pinheiro	antes de 1850	Dono curtume
Eduardo Emílio Macalão	antes de 1881	Alfaiate
Eduardo Lopes Cortez	antes de 1956	Conselho colônia
Flundório Correa de Magalhães	antes de 1956	Conselho colônia
Francisco Augusto João	antes de 1973	Chanceler
Francisco da Silva Melo	1892	
Francisco Ferreira da Silva Maia	antes de 1850	Dono fábrica de chapéus
Francisco José Leal Serra	1975	Vice-Consul
Francisco José Lopes	antes de 1887	Sapateiro
Francisco Pinto de Madureira	antes de 1880	Marmorista
Freitas		presidente CP
Gaspar Fernandes do Nascimento	antes de 1879	Alfaiate
Gomercindo Carvalho	antes 1956	
Guedes Coutinho	Antes de 1920	Maçon/socialista
Jacinto Guedes Ferreira	antes de 1850	Dono curtume
João António de Almeida Pimpão	antes de 1971	
João Fernandes Castella	antes de 1850	Dono fábrica de massas
João Rodrigues Esteves	1890	Trabalhador
João Rodrigues Manta	década de 1950	Padeiro
Joaquim da Silva Ferreira Costa	antes de 1850	Dono fábrica de massas
Joaquim Dias		
Joaquim Francisco da Silva	antes de 1850	Dono fábrica de massas
Joaquim Maria Martins	1948	Agricultor
Joaquim Martins Rodrigues	1948	

Joaquim Oliveira		
Joaquim Teixeira da Costa Leite	antes de 1890	Vice-Consul
José Antônio Diniz	antes de 1850	Dono curtume
José Antônio Nyppo (?)	antes de 1880	Tamanqueiro
José da Costa	antes de 1881	Barbeiro
José Dias de Oliveira Primo	antes de 1850	Dono fábrica de massas
José dos Rios	antes de 1875	Pedreiro
José Francisco Vieira	antes de 1850	Dono fábrica de massas
José Ignácio Coelho	antes de 1850	Dono curtume
José Luiz da Cunha	antes de 1956	Conselho colônia
José Maria Duarte	antes de 1850	Dono curtume
José Monteiro Valente	antes de 1850	Dono fábrica de massas
José Moreira Coelho Magalhães	antes de 1887	Sapateiro
José Ribeiro Machado	antes de 1893	Carroceiro
Liborio de Matos Almeida	antes de 1956	
Manoel Belchior de S. Bandeira	antes de 1891	Sapateiro
Manoel Cirne	1914-1918	Comerciante
Manoel da Silva Branco	antes de 1850	Dono fábrica de massas
Manoel da Silva Monteiro	antes de 1850	Dono fábrica de massas
Manoel Gomes Nobre	antes de 1950	Consul
Manoel José Custódio Junior	antes de 1891	Chapeleiro
Manoel José Lopes	antes de 1850	Dono fábrica de massas
Manoel Marques da Fonseca Junior		
Manoel O. Thomaz Jr	antes de 1942	Diretoria CP
Manoel P. Almeida	antes de 1953	Fábrica de conservas
Manoel Pereira Bastos	antes de 1956	Conselho colônia
Manoel Rodrigues Aresta (?)	antes de 1893	Cocheiro
Maximiano Pombo Cirne	1922	Jornalista/Advogado
Miguel Antônio dos Santos	antes de 1879	Marceneiro
Nartencia Tavares Osório	antes de 1949	Corte CP

Osório Tavares		Sócio CP
Osvaldo Pereira	antes de 1945	Diretoria CP
Pedro Aragão	antes de 1883	Sapateiro
Pedro Couto	antes de 1850	Dono fábrica de massas
Ramiro Martins Rodrigues	1963	
Teodózio Fernandes da Rocha	antes de 1850	Dono fábrica de massas
Vitor Sá Seixas	antes de 1944	

\* Compilação realizada pela autora.